**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

FILIPPE VIEIRA DE OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL, TURISMO E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO
BARREIRO – SP: UMA ESPERANÇA CONDICIONAL**

**SÃO PAULO
2020**

FILIPPE VIEIRA DE OLIVEIRA

PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL, TURISMO E DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO – SP: UMA ESPERANÇA
CONDICIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Ciência Ambiental

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Helena Zanirato

Versão corrigida

SÃO PAULO

2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Filipe Vieira de.

Patrimônio cultural e natural, turismo e desenvolvimento local no
Município de São José do Barreiro – SP: uma esperança condicional
/Filipe Vieira de Oliveira; orientadora: Silvia Helena Zanirato. – São
Paulo, 2020.

229 f.: il., 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-
Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da
Universidade de São Paulo.

1. Patrimônio cultural - preservação. 2. Recursos naturais –
preservação. 3. Turismo. 4. Desenvolvimento cultural- aspectos
socioeconômicos. Título.

Elaborado por Maria Penha da Silva Oliveira CRB-8/6961

Nome: OLIVEIRA, Filipe Vieira de

Título: Patrimônio cultural e natural, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro – SP: Uma esperança condicional

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em: 12/05/2020

Presidente da banca

Prof.^a Dr.^a Sílvia Helena Zanirato

Universidade de São Paulo/Escola de Artes Ciências e Humanidades/Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental/PROCAM

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Sueli Ângelo Furlan

Universidade de São Paulo/Departamento de Geografia/Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental/PROCAM

Prof. Dr. Marcelo Vilela de Almeida

Universidade de São Paulo/Escola de Artes Ciências e Humanidades/Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política/PROMUSPP

Prof.^a Dr.^a Clarissa Maria Rosa Gagliardi

Universidade de São Paulo/Escola de Comunicação e Artes/Programa de Pós-Graduação em Museologia/PPGMUS

Prof. Dr. Janes Jorge

Universidade Federal de São Paulo/Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em História/PPGH

Prof. Dr. Fernando César Sossai

Universidade de Joinville/Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

*Aos moradores, pesquisadores e entusiastas do
Vale (e de São José do Barreiro).*

*A todos que se dedicam, dia a dia, na
construção de um lugar melhor!*

AGRADECIMENTOS

São inúmeras as pessoas as quais devo minha sincera gratidão – não somente pela conclusão desta etapa, – mas pela admiração, respeito, paciência e conhecimento compartilhado ao longo deste percurso acadêmico, mas também, no caminho chamado vida:

Agradeço primordialmente à Ana – esposa, companheira e amiga – de vida e de aventuras – sem você, nada disso seria possível – retribuo a ti o mesmo sentimento – você é minha inspiração!

Aos meus pais (Fátima e Alcides), por compreenderem e apoiarem incondicionalmente minhas escolhas. E a memória dos meus avós (Alcides, Yvonne, Ozaida e Moacyr). Obrigado!

À minha orientadora e professora Sílvia Helena Zanirato, pela compreensão e incentivo na vida acadêmica – e principalmente por ter me apresentado o Vale e os caminhos da pesquisa.

Aos colegas do PROCAM e dos muitos grupos de pesquisa que participei nessa jornada, cujas contribuições sem dúvida refletem no desenrolar deste trabalho.

Aos colegas e alunos da Universidade Federal do Tocantins (Campus Arraias), especialmente os do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, onde pude exercer e aperfeiçoar conhecimentos na experiência docente – na teoria e na prática.

Aos professores Sueli Ângelo Furlan e Sidnei Raimundo pelas valiosas e desafiadoras contribuições na banca de qualificação. E aos professores da banca de defesa, pelas contribuições e aceite para participar em tempos de tantas incertezas.

Aos moradores do Vale Histórico Paulista e de São José do Barreiro, que de muitas formas contribuíram para a realização deste trabalho, em especial ao Lauro (Guardião da RPPN Catadupa), ao Branco (Pedra Redonda), e também ao Lucas, Rogério, Rosana, Marcelo (guarda-parque), Dona Carmem e o Senhor Armênio, e a todos os entrevistados, pelas informações prestadas, experiências e visões compartilhadas.

Aos Brigadistas e guardas do Parque Nacional da Serra da Bocaina que “conhecem tudo lá de cima”, e a tantos outros que encontrei naqueles caminhos.

À CAPES, pela bolsa de estudos e recursos concedidos.

Aos funcionários do PROCAM/IEE/USP, que muito me auxiliaram em diversas ocasiões.

E a muitos outros que aqui incorro o risco de esquecer, que mesmo próximos ou distantes, colaboraram para a consolidação desta tese.

Amanhecer na Bocaina (Filipe Vieira de Oliveira, 2017).

“O meio ambiente fornece-nos as árvores, suas frutas e sua madeira para as construções, para os barcos, para as carroças e para os dormentes da estrada de ferro. Fornece-nos a terra que recebe úmida a semente do pão de cada dia e que também, pode ser violentamente apiloada nos taipas mamelucos da arquitetura paulista. Dá-nos o ar frio das serras, da serra de Paranapiacaba, que isolou os paulistas do resto do mundo, serra que condicionou toda uma população voltada para o sertão, quando a língua virou dialeto e os usos e costumes quase que se vernaculizaram em novos feitos tão diferentes daqueles d’além mar. O Clima envolve e condiciona o comportamento das gentes. A paisagem orienta e está cheia de símbolos, de marcos, de pontos de referência, de encruzilhadas que dirigem o viajante que passeia pela natureza estando sempre em casa – o Peabiru, o caminho geral dos índios era o corredor que serpenteava entre os acidentes do terreno respeitando-os, aproveitando-os e tirando vantagem de cada obstáculo”.

Carlos A. C. Lemos
O que é Patrimônio. (1981).

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

Eduardo Galeano
Las palabras andantes (1994).

RESUMO

OLIVEIRA, Filipe Vieira de. **Patrimônio cultural e natural, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro – SP: Uma esperança condicional**. 2020. 228 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

As heranças culturais, os testemunhos da história e os lugares da natureza são elementos do patrimônio que merecem proteção. Não raras vezes, esses elementos são vistos como um estímulo ao desenvolvimento socioeconômico de lugares associados ao turismo. Em São José do Barreiro, uma pequena cidade localizada na região do Vale Histórico Paulista e Serra da Bocaina, no estado de São Paulo, a associação patrimônio e turismo sempre foi vista como um caminho possível para gerar o tão esperado desenvolvimento local e superar as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais historicamente conferidas à região. À vista disso, em busca de melhor compreender esta relação, esta tese tem como objetivo principal verificar os limites e possibilidades que se estabelecem da associação patrimônio, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro – SP. Trata-se de um estudo de caso com uma abordagem qualitativa de caráter combinado: analítico, descritivo e exploratório, e com procedimentos técnicos fundados em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, aplicação de entrevistas semiestruturadas e produção e análise de imagens fotográficas. A hipótese é a de que, apesar da existência de um conjunto de bens culturais e naturais em São José do Barreiro com evidente potencial turístico, há problemas locais que precisam ser superados e melhor compreendidos para que a associação proposta possa efetivamente contribuir para o desenvolvimento local. Como resultado, a pesquisa mostrou um modelo de turismo pouco organizado, descontínuo e não participativo, que tem contribuído para a manutenção de condições adversas à conservação dos patrimônios locais, com conflitos de várias ordens, em especial de ordem ambiental. Verificamos também que há uma esperança na comunidade depositada no turismo e nos patrimônios locais, mas que os conflitos inerentes ao modo como o turismo vêm sendo conduzido no município tem mantido essa associação como uma esperança condicional. Deste modo, apontamos para a necessidade de se pensar em um modelo de turismo que seja mais inclusivo, arraigado em bases locais e na ampla participação social, condição para as transformações desejadas e para a superação dos problemas identificados.

Palavras-chave: Patrimônio. Turismo. Desenvolvimento local. Participação social. Pequenas cidades.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Filipe Vieira de. **Cultural and natural heritage, tourism and local development in the municipality of São José do Barreiro - SP: A conditional hope.** 2020. 228 pages. Doctorate Thesis (Environmental Science) – Instituto de Energia e Ambiente. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Cultural heritage, testimonies of history and places of nature are elements of heritage that deserve protection. These elements are often seen as a stimulus to the socioeconomic development of places associated with tourism. In São José do Barreiro, a small town located in the region of Vale Histórico Paulista and Serra da Bocaina, in the state of São Paulo, the heritage and tourism association always have been seen as a possible way to generate the long-awaited local development and overcome social dynamics, economic and environmental factors historically conferred on the region. In this way, in order to better understand this relation, this thesis has as main objective to verify the limits and possibilities established by the association of heritage, tourism and local development in the municipality of São José do Barreiro - SP. It is a case study with a qualitative approach of a combined: analytical, descriptive and exploratory character, and with technical procedures of bibliographic research, field research, application of semi-structured interviews and production and analysis of photographic images. The hypothesis is that, despite the existence of a set of cultural and natural heritage in São José do Barreiro with evident tourist potential, there are local problems that need to be overcome and better understood so that the proposed association can effectively contribute to local development. As a result, the research showed a poorly organized, discontinuous and non-participatory tourism model, which has contributed to the maintenance of adverse conditions for the conservation of local heritage, with many conflicts, especially of an environmental nature. As a result, it was found that there is hope in the community deposited in tourism and local heritage, but that the conflicts inherent in the way tourism has been conducted in the municipality have maintained this association as a conditional hope. Thus, we point to the need to think about a tourism model that is more inclusive, rooted in local bases and broad social participation, a condition for the desired transformations and for overcoming the identified problems.

Keywords: Heritage. Tourism. Local development. Social participation. Small cities.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE HISTÓRICO PAULISTA NO ESTADO DE SÃO PAULO	66
FIGURA 2: ASPECTOS DA RURALIDADE EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO	80
FIGURA 3: CENAS DO COTIDIANO E ASPECTOS DA RURALIDADE EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO	81
FIGURA 4: LOCALIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO.....	83
FIGURA 5: SÃO JOSÉ DO BARREIRO ENTRE OS MARES DE MORROS.....	89
FIGURA 6: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ENTORNO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO E VALE HISTÓRICO PAULISTA	91
FIGURA 7: REPRESENTAÇÃO DA MATRIZ SOCIAL DO TURISMO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO.....	95
FIGURA 8: MAPA TURÍSTICO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO	112
FIGURA 9: CASARÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO	117
FIGURA 10: PORTAL DO CEMITÉRIO DOS ESCRAVOS – SÃO JOSÉ DO BARREIRO	119
FIGURA 11: FAZENDA PAU D’ALHO – SÃO JOSÉ DO BARREIRO	120
FIGURA 12: CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DA FAZENDA PAU D’ALHO – SÃO JOSÉ DO BARREIRO.....	121
FIGURA 13: ÁREA PARA O ARMAZENAMENTO DO CAFÉ – FAZENDA PAU D’ALHO	122
FIGURA 14: ÁREA PARA O ARMAZENAMENTO DO CAFÉ – FAZENDA PAU D’ALHO	122
FIGURA 15: ANTIGA SENZALA DA FAZENDA PAU D’ALHO.....	123
FIGURA 16: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO – ANTIGA CADEIA PÚBLICA	124
FIGURA 17: IGREJA MATRIZ DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO.....	125
FIGURA 18: CASARÃO NA PRAÇA DA MATRIZ.....	127
FIGURA 19: CASARÃO / ANTIGA CASA DO ARTESÃO.....	127
FIGURA 20: FAZENDA SÃO BENEDITO	128
FIGURA 21: FAZENDA CATADUPA EM FORMOSO - SÃO JOSÉ DO BARREIRO.....	130
FIGURA 22: FAZENDA SÃO FRANCISCO – SÃO JOSÉ DO BARREIRO	131
FIGURA 23: CASA FECHADA EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO	133
FIGURA 24: CINE TEATRO SÃO JOSÉ.....	134
FIGURA 25: A SERRA DA BOCAINA VISTA DESDE ITATIAIA - RJ.....	137
FIGURA 26: OS VALES DA BOCAINA - MAR DE MORROS	139
FIGURA 27: LOCALIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO E DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA	141
FIGURA 28: LOCALIZAÇÃO DOS LUGARES IDENTIFICADOS PELOS INFORMANTES DA PESQUISA	152
FIGURA 29: BALNEÁRIO ÁGUA SANTA	154
FIGURA 30: BALNEÁRIO ÁGUA SANTA	154
FIGURA 31: BALNEÁRIO ÁGUA SANTA	155
FIGURA 32: CACHOEIRA DA USINA.....	157
FIGURA 33: ENTORNO DA CACHOEIRA DA USINA	158

FIGURA 34: RESTO DE FOGUEIRA DEIXADA NA CACHOEIRA DA USINA	159
FIGURA 35: TRILHA PARA O PICO DA BACIA PELOS CAMPOS DE ALTITUDE	160
FIGURA 36: VISTA DOS MARES DE MORROS DESDE O PICO DA BACIA	161
FIGURA 37: REPRESA DO FUNIL EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO.....	163
FIGURA 38: IMAGEM DA FOLIA DE REIS NO BAIRRO DO FORMOSO	165
FIGURA 39: HOTEL FAZENDA CLUBE DOS 200.....	166
FIGURA 40: FOTOS DO CACHOEIRÃO E ENTORNO.....	167
FIGURA 41: TURISTAS E MORADORES USUFRUINDO DO CACHOEIRÃO.....	168
FIGURA 42: TURISTAS E MORADORES NO CACHOEIRÃO.....	168
FIGURA 43: CACHOEIRA DA MATA	169
FIGURA 44: MEGALITO RESERVA NATURAL DA PEDRA REDONDA.....	171
FIGURA 45: RESERVA NATURAL DA PEDRA REDONDA.....	173
FIGURA 46: CACHOEIRA ESMERALDA.....	175
FIGURA 47: POÇO NA CACHOEIRA ESMERALDA	175
FIGURA 48: RPPN FAZENDA CATADUPA.....	178
FIGURA 49: RIO FORMOSO – RPPN FAZENDA CATADUPA	179
FIGURA 50: ENTRADA DO PNSB EM SJB.....	180
FIGURA 51: CACHOEIRA SANTO ISIDRO.....	182
FIGURA 52: CACHOEIRA DAS POSSES.....	184
FIGURA 53: CACHOEIRA DOS VEADOS.....	185
FIGURA 54: CASA DE PEDRA.....	186
FIGURA 55: TRILHA E VISTA PARA O PICO DO TIRA-CHAPÉU	187
FIGURA 56: PICO DO TIRA-CHAPÉU.....	187

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO (1980-2016)	79
TABELA 2: TAXA DE EMPREGO E RENDIMENTO MÉDIO EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO – 2019	83
TABELA 3: RENDA PER CAPITA DO MUNICÍPIO E REGIÃO DE GOVERNO – 2019	84
TABELA 4: ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	85
TABELA 5: PORCENTAGEM E NÚMERO DE HABITANTES EM SITUAÇÃO DE POBREZA	85
TABELA 6: ÍNDICE PAULISTA DA PRIMEIRA INFÂNCIA	87
TABELA 7: TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO CENSO DE 2010	87
TABELA 8: VULNERABILIDADE À EROSÃO EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO	90
TABELA 9: LEVANTAMENTO CENSITÁRIO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	90
TABELA 10: COBERTURA FLORESTAL EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO	90
TABELA 11: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ENTORNO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO	92
TABELA 12: ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DO PNSB	140

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: MATRIZ SOCIAL DO TURISMO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO	96
QUADRO 2: RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	97
QUADRO 3: REPRESENTAÇÃO DO COMTUR 2019 - 2020	105
QUADRO 4: FAZENDAS COM USOS TURÍSTICOS EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO	129
QUADRO 5: LUGARES IDENTIFICADOS PELOS INFORMANTES.....	151

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ARCCO	Associação Roteiros Caminhos da Corte
CEIVAP	Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CF	Constituição Federal
CODIVAPE	Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
DADE	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias
ECA/USP	Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
EE	Estação Ecológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IF	Instituto Florestal
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPI	Índice Paulista da Primeira Infância
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
LUPA	Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária
MTUR	Ministério do Turismo
PDDTM	Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico
PE	Parque Estadual
PIB	Produto Interno Bruto
PNSB	Parque Nacional da Serra da Bocaina
PROCAM	Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUS	Sistema Único de Saúde
TBC	Turismo de Base Comunitária
TBL	Turismo de Base Local
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNWTO	Organização Mundial do Turismo
UPA	Unidades de Produção Agropecuária
USP	Universidade de São Paulo
WWF	World Wildlife Foundation

CONTEXTO GERAL DA PESQUISA

Antes de introduzir o conteúdo específico desta tese, faz-se necessário uma breve referência ao contexto geral em que ela se desenvolveu:

O texto que aqui apresento foi elaborado ao longo de profundas mudanças pessoais, acadêmicas e profissionais. Após ingresso no programa de Doutorado em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, as atividades de pesquisa foram compartilhadas grande parte do tempo com a minha atuação como docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – uma experiência única que contribui, sobremaneira, no processo de desenvolvimento acadêmico a partir da construção e consolidação de novos conhecimentos teóricos e práticos.

Em todo este processo, a busca por novos conhecimentos através do pensar acadêmico e a solidão da escrita de uma tese muitas vezes me fez pensar, repensar e conhecer certos limites, ainda mais em um período de tantas incertezas como os que estamos vivendo nestes últimos anos. A distância física do objeto de estudo por parecer um problema resultou no aprofundamento das questões teóricas e conceituais da pesquisa, ao passo que a presença *in loco*, no trabalho de campo, em períodos curtos ou mais longos, demonstrou a magnitude dos problemas que necessitavam de respostas – mas foi o caminho para tal empreitada que expressou a complexidade de traduzir para estas páginas tantas inquietações, – por isso, compreendê-las por meio de seus múltiplos significados foi a motivação que me fez prosseguir.

-

Outro fator importante de se mencionar é que o trabalho aqui apresentado está vinculado a uma série de projetos desenvolvidos desde o ano de 2012 na região do Vale Histórico Paulista e Serra da Bocaina, no Estado de São Paulo. São projetos que contam com apoio financeiro de órgãos de fomento à pesquisa¹ e demais pesquisadores articulados com a comunidade local e acadêmica. Dessas pesquisas decorrem temas que abarcam diversas áreas do conhecimento, pautados numa perspectiva interdisciplinar e de caráter socioambiental, e, portanto, esta tese, assim como as demais pesquisas desenvolvidas no âmbito desses projetos, busca dar suporte, bem como se vale dos referenciais e resultados dos projetos atuais e anteriormente lá desenvolvidos – e por este motivo, não foi difícil escolher o tema proposto que deu origem ao texto apresentado nas linhas que seguem.

¹ Pesquisa FAPESP, CNPq, CAPES-bolsa de doutorado e recursos PROEX.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	26
2.1 PATRIMÔNIO: PROCESSOS DE ATIVAÇÃO E APROPRIAÇÃO SOCIAL	26
2.2 TURISMO: APORTES TEÓRICOS E INTERFACES COM O PATRIMÔNIO	38
2.3 NEXOS ENTRE PATRIMÔNIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	56
3 SÃO JOSÉ DO BARREIRO: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NO CONTEXTO DO VALE HISTÓRICO PAULISTA E SERRA DA BOCAINA	66
3.1 FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DOS VALES DA BOCAINA	67
3.2 SÃO JOSÉ DO BARREIRO: UM LUGAR DE TEMPOS LENTOS	76
3.3 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS.....	82
4 ASPECTOS GERAIS DO TURISMO EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO	94
4.1 A MATRIZ SOCIAL DO TURISMO.....	94
4.2 EXPECTATIVAS NO TURISMO: PRETÉRITAS E PRESENTES	97
5 IDENTIFICANDO O LEGADO PATRIMONIAL.....	112
5.1 O LEGADO CONSTRUÍDO	113
5.1.1 Identificação e caracterização do patrimônio edificado e seu aproveitamento para o turismo.....	116
5.2 OS BENS NATURAIS.....	136
5.2.1 Identificação e diagnóstico dos lugares do patrimônio natural de interesse turístico	148
5.3 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	188
6 LIMITES E POSSIBILIDADES DO TURISMO E DO PATRIMÔNIO: UMA ESPERANÇA CONDICIONAL	191
6.1 CONFLITOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	191
6.2 REPENSAR O TURISMO E O PATRIMÔNIO EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO	200
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS.....	214
APÊNDICES	225

1 INTRODUÇÃO

No meio do caminho entre as duas maiores cidades do país, no Vale do Paraíba Paulista, descobre-se uma das paisagens mais exuberantes da Mata Atlântica, a *Serra da Bocaina* – com morros altos e alongados que sobem a dois mil metros de altitude e que por um capricho da natureza descem a Serra do Mar até encontrar o oceano. Encravados em seus vales, entre os famosos “mares de morros” de Aziz Ab’Saber, seis municípios compreendem o denominado *Vale Histórico Paulista*, e dentre eles, *São José do Barreiro*.

Um lugar único (com características peculiares capazes de transformar até mesmo àqueles que são de fora, como é o caso deste que aqui escreve), tão próximo e tão isolado das dinâmicas socioespaciais da região mais rica do país, causa encantamento pela presença de um tempo mais lento, que parece não ter passado.

Um lugar onde se vê, além das belezas naturais da Serra da Bocaina, permanências de tempos pretéritos na paisagem local – remanescentes dos processos de ocupação do espaço, reconhecidos por sua temporalidade histórica e arquitetônica, que figuram, em conjunto com as áreas naturais, um importante patrimônio local.

Nesta tese, almejamos compreender esse lugar, seus problemas, dinâmicas, processos e desafios (passados e atuais) – e para isso, não pudemos deixar de recorrer à sua história e ao seu contexto regional, pois os fatos presentes não podem ser dissociados das relações tempo, espaço, sociedade, cultura e natureza que ali se estabeleceram, na medida em que as materialidades contidas nesse espaço, no tempo presente, exprimem as formas do passado, hoje denominadas patrimônio, e diante disso, a partir da associação que aqui sugerimos entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local, vislumbrar os problemas, desafios, limites e possibilidades de seus caminhos futuros.

A região onde está localizado o município de São José do Barreiro se destacou no passado por ter sido rota de circulação de mercadorias e caminho para o escoamento dos metais trazidos das Minas Gerais em direção ao porto de Parati no Rio de Janeiro, e, posteriormente, pelo período áureo da produção de café no estado de São Paulo. A expansão da produção cafeeira implicou, num primeiro momento, no crescimento econômico e populacional da região, e a riqueza advinda da monocultura do café marcou estilo de vida das pessoas e da paisagem local.

Apesar disso, esse período de opulência não durou muito, e ao final do século XIX, cerca de oitenta anos após o início das plantações, quase não haviam mais pés de café na região. Com o passar do tempo, a substituição dos cafezais pelo pasto e o uso intenso e inadequado do solo colaboraram para acelerar um agressivo processo de degradação ambiental e a consequente devastação da Mata Atlântica. Desde então, estas localidades evidenciam uma dinâmica socioeconômica em que muitos compreendem como “estagnada” ou “deprimida”, com dificuldades de desenvolvimento local e problemas para a conservação do seu legado patrimonial.

Contudo, observa-se que as poucas transformações socioespaciais desde os tempos passados e a atual falta de oportunidades de desenvolvimento, em comparação com outras localidades, favoreceram a permanência das edificações do período cafeeiro, em grande parte expressas no legado construtivo dos conjuntos urbanos e nas sedes das fazendas dos “barões do café”, bem como a fragmentos isolados de áreas naturais nas partes mais altas da Serra da Bocaina, onde nem o café nem o pasto alcançaram.

Estes fragmentos de Mata Atlântica representam os espaços que vieram a se tornar parte do *Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB)*, uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, que figura também como Patrimônio Mundial da Humanidade e Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, além de compor um Mosaico de Unidades de Conservação voltado à proteção de um importante patrimônio cultural e natural brasileiro.

Essas permanências na paisagem resistiram ao tempo devido ao processo mais lento das transformações ali observadas. Todavia, tanto o legado construído, como os lugares do patrimônio natural, já há algum tempo têm apresentado dificuldades de conservação, em grande medida degradadas pela ação do tempo e por riscos diversos, sobretudo ambientais, que se somam à políticas públicas pouco efetivas que contribuem para a persistência de um cenário bastante adverso em uma região que outrora fora uma das mais ricas do Brasil.

Mais recentemente, observou-se um crescente interesse em promover o desenvolvimento local e conservar esses atributos deixados pelo tempo, com vistas ao seu aproveitamento por meio das atividades relacionadas ao turismo. Isso se verificou em todo o Vale Histórico Paulista e Serra da Bocaina, e, conseqüentemente, no município de São José do Barreiro, na medida em que se evidenciou que aquele espaço não deveria representar somente o passado, mas que novos usos poderiam ser feitos das velhas formas refuncionalizadas. E assim, a associação patrimônio e turismo foi prontamente relacionada.

Num aspecto mais amplo, o tema patrimônio e turismo tem proporcionado uma série de propostas onde o turismo poderia ser uma estratégia viável para a conservação dos mais diversos patrimônios existentes, e promover, fundamentado nessa associação, processos de desenvolvimento, em especial no que se refere ao âmbito local, tendo se destacado tanto no campo acadêmico como na esfera das políticas públicas. Mas, ainda assim, em ambos os casos, segue proporcionando uma série de confusões.

Em São José do Barreiro, essas permanências na paisagem denominadas patrimônio passaram a refletir a necessidade de se pensar usos mais compatíveis com as características dos bens edificados e das áreas naturais ali existentes, em parte associados ao fenômeno social do turismo, gerando grandes expectativas na comunidade local, mas ainda assim, sem os resultados esperados.

Nesse sentido, reconhecendo as dificuldades de desenvolvimento e de conservação desses patrimônios, esta tese apresenta como **objetivo principal** verificar os limites e possibilidades que se estabelecem da associação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro – SP.

Desse objetivo decorrem os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Apresentar o processo histórico de formação socioespacial do Vale Histórico Paulista e entender as atuais dificuldades de desenvolvimento do município de São José do Barreiro;
- b) Apontar os aspectos gerais e as expectativas geradas pelo turismo ao longo dos anos como fator para o desenvolvimento local do município;
- c) Identificar o patrimônio cultural material edificado e o patrimônio natural do município;
- d) Realizar um diagnóstico dos lugares do patrimônio natural de interesse turístico e verificar como esse patrimônio pode se voltar simultaneamente para o turismo e para a proteção do meio ambiente;
- e) Discutir os problemas e desafios para os usos turísticos dos patrimônios em conformidade com a proteção e a valorização desses bens e com o desenvolvimento local.

Como **hipóteses de pesquisa** compreendemos que apesar da existência de um conjunto de bens culturais e naturais em São José do Barreiro, com evidente potencial para o turismo, ou que já se encontram em uso turístico, há problemas locais que precisam ser melhor compreendidos e superados para que os patrimônios existentes em associação com o turismo possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento local. Pressupomos também que a

existência de um modelo de turismo pouco organizado e uma ação pública descontínua, somados a formas não participativas e pouco articuladas com a comunidade local têm contribuído para a manutenção de condições adversas, com implicações imediatas à conservação desses patrimônios, principalmente sob uma perspectiva dos conflitos de ordem participativa. Nossa hipótese ainda se articula ao entendimento de que, ainda assim, há uma esperança da comunidade depositada no turismo e nos patrimônios locais como expectativa de fomentar o desenvolvimento local amparado nessa associação.

Com efeito, entendemos que a esperança no turismo se deve ao fato de que ele é um fenômeno social que se apresenta como eixo estratégico de desenvolvimento e um elemento potencializador das dinâmicas socioespaciais locais, não somente por sua relevância econômica, mas também por relações que estabelece com o patrimônio, a cultura e o meio ambiente.

À vista disso, considerar essas relações a partir da multiplicidade de seus desdobramentos, demandou pensar o **problema de pesquisa** em suas mais distintas correlações, uma vez que a complexidade exposta exigiu a necessidade de diferentes abordagens teóricas e metodológicas, na medida em que:

- O turismo, como fenômeno social, identifica no espaço elementos que se tornam objetos de consumo, apropriados pelos sujeitos sociais que nele atua, sendo uma atividade que, pelos seus pressupostos teóricos e práticos, pode gerar desenvolvimento e, ao mesmo tempo, degradação e impactos nos lugares onde se desenvolve;

- Por ser um fenômeno produtor e consumidor de espaço, o turismo se apoia nos elementos presentes no espaço como recurso para o seu desenvolvimento, atribuindo a esses elementos novas formas de uso;

- O patrimônio expressa nos lugares as permanências de tempos passados na convergência entre o material, imaterial e natural, envolto em inúmeros fatores sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais. Por isso, seus usos sociais demandam iniciativas na direção de harmonizar possíveis conflitos;

- O desenvolvimento local, por sua vez, se tornou um novo paradigma nas propostas de concepção e organização dos municípios, que se apoiam sobremaneira nos bens culturais e naturais para promover as transformações sociais esperadas;

- O município de São José do Barreiro se encontra em meio a sérias dificuldades de desenvolvimento local e conservação de seus patrimônios, e o turismo, que poderia ser um fator

para suplantar tais problemas, é visto como possibilidade, mas não têm superado as expectativas geradas na comunidade.

A partir desses pontos, indagamos: seria o turismo uma atividade capaz de se tornar um vetor de desenvolvimento local com suporte nos patrimônios locais, e ainda assim, ordenar um novo modo de produção do lugar? É possível um turismo que tenha como pressupostos a preocupação com a participação social e a valorização da cultura e da natureza?

Deste modo, para dar conta dos pressupostos apresentados nos apoiamos na teoria da complexidade que ampara as discussões e o **método** de análise desta tese. Para Edgard Morin (2005), a complexidade é o reconhecimento da incompletude do conhecimento, decorrente da fragmentação das disciplinas que levam à dificuldade de compreensão das relações que envolvem os mais distintos fenômenos. O filósofo da ciência diz ser “evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento” (MORIN, 2005, p. 177). Essa abordagem teórico-metodológica propõe transpor os limites disciplinares e considera as contribuições de distintos campos do conhecimento, sem perder de vista a particularidade de cada fenômeno, ainda que reconheçamos as limitações de tal tarefa em romper com a visão disciplinar.

Para Morin (2005), se a complexidade expressa dificuldades e incertezas na construção de conhecimentos de um lado, por outro, sua consideração pode apontar caminhos para o enfrentamento dos mais diversos problemas da sociedade. Deste modo, o enfoque na complexidade reconhece a dificuldade de compreender a relação dos impactos dos seres humanos a partir da relação sociedade natureza, bem como decifrar o rápido processo de globalização e modernização da sociedade, sobretudo no que se refere à compreensão de tais processos quando reduzidos à escala local.

Morin (2005), explica que a complexidade aponta incertezas e não necessariamente clarezas ou respostas para os mais diversos problemas e conflitos, mas sim, permite inter-relacionar os diversos pontos envolvidos, pois melhor se acercar do todo, melhor compreender as possibilidades, assim como os limites que se colocam para o enfrentamento dos mais variados problemas

Deste modo, nesta tese, apresentamos os referenciais teóricos segundo as bases conceituais e interações da complexidade – elementos norteadores para compreensão das dinâmicas aqui indicadas e que buscam contribuir para se pensar na multiplicidade dos problemas e desafios apontados, dentro de uma perspectiva interdisciplinar.

Para os **procedimentos metodológicos** nos valem de múltiplas técnicas aplicadas a um estudo de caso. De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é uma forma de pesquisa que envolve o estudo aprofundado e exaustivo de determinados fenômenos, objetos ou lugares, com a finalidade de obter um conhecimento mais amplo e detalhado.

O estudo de caso referente a esta pesquisa possui uma natureza justaposta e abordagem qualitativa, voltado à aplicação de conhecimentos a uma realidade circunstancial, com o intuito de desenvolver novas teorias sobre os fenômenos pesquisados, a fim de gerar novos conhecimentos para a solução de problemas que envolvem interesses locais.

Segundo Yin (2001) há um processo norteador nos estudos de caso que requerem, primeiramente, uma revisão aprofundada da literatura para a elaboração dos fundamentos da pesquisa e, em seguida, o desenvolvimento e a execução da investigação, onde se define o recorte espaço-temporal, as hipóteses e os fatores a serem analisados. A revisão da literatura é uma técnica intrínseca à pesquisa acadêmico-científica e contribuiu, em nosso trabalho, para o desenvolvimento da investigação em relação à construção teórica entre os conceitos analisados e às dinâmicas socioespaciais da região estudada.

Do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, utilizamos a abordagem combinada analítica, descritiva e exploratória, pois são estudos que têm por finalidade delinear determinado fenômeno e suas implicações (MARCONI e LAKATOS, 2013), o que nos ofereceu uma possibilidade bastante concreta de aproximação com aquilo que se desejou conhecer. Buscamos assim, dados em fontes primárias, como a aplicação de entrevistas e pesquisa de campo, e secundárias, como a pesquisa documental, ao analisarmos, principalmente, o Plano Diretor de Desenvolvimento do Turismo Municipal, o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, além de dados referentes à situação social, econômica e ambiental do município de São José do Barreiro.

Lançamos mão, portanto, da pesquisa de campo, que de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 186), visa a “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. A pesquisa de campo determinou as técnicas que foram empregadas para a coleta das informações, realizadas com base em entrevistas e a aplicação de um modelo de diagnóstico, com uma abordagem participativa.

Em referência às entrevistas, o procedimento adotado foi o de entrevista semiestruturada, com o objetivo de obter melhor direcionamento das perguntas e respostas. As entrevistas foram aplicadas com os sujeitos que se relacionam turismo no município de São

José do Barreiro, os quais permitiram estabelecer a *Matriz Social do Turismo*. Esses sujeitos foram indicados por informantes-chave² previamente identificados e contatados na primeira etapa do trabalho de campo.

A Matriz Social do Turismo compreendeu à rede local envolvida direta ou indiretamente com o turismo no município e que partilha de interesses comuns, constituída por interações de trocas e ajudas mútuas (MINHOTO e MARTINS, 2001).

Para as entrevistas, elaboramos um roteiro de perguntas (**APÊNDICE C**) com questões semiestruturadas, deixando em alguns momentos abertura para estabelecer um diálogo com o entrevistado, de modo a explorar as questões diretamente associadas aos objetivos da pesquisa. Técnica adotada conforme as diretrizes de Minayo (1999); May (2004); Gil (2008) e Marconi e Lakatos (2013). As entrevistas foram gravadas com equipamento eletrônico e com o consentimento e autorização de todos os entrevistados, que também consentiram na utilização das repostas para a análise posterior do trabalho (**APÊNDICE B**).

As entrevistas com os sujeitos da Matriz Social do Turismo foram os procedimentos adotados para conhecer e analisar o modo de ser turístico do município, como é sua organização, a participação social e os desafios do setor e da política pública no âmbito local, com destaque para a relação do turismo com os patrimônios locais. Foi enfatizado, na elaboração das questões, o patrimônio natural como elemento da potencialidade turística do município, uma vez que a compreensão do patrimônio cultural edificado foi efetivada a partir da pesquisa realizada por Zanirato *et al* (2014).

A análise das entrevistas foi conduzida pela técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2009), que se atenta aos significados presente nos textos transcritos e aplicada para descrever e interpretar o conteúdo explicitado pelos entrevistados; procedimento que nos auxiliou para melhor compressão de seus múltiplos significados. A análise do conteúdo permitiu a descrição das informações coletadas, e nos possibilitou fazer inferências a partir das respostas dos entrevistados.

Com o resultado das entrevistas foi possível a formulação de um roteiro para a identificação e diagnóstico de lugares do patrimônio natural de interesse turístico indicados pela população e pelos sujeitos da Matriz Social do Turismo (**APÊNDICE D**). As questões foram elaboradas com base nas informações colhidas na fase das entrevistas, de modo a identificar e

² C.L.M.C. (proprietário de bem patrimonial e produtor local) e R.C.R. (Comerciante e ex-presidente do COMTUR).

caracterizar os lugares que pudessem mostrar o patrimônio natural local, seus usos, conflitos e relações com a comunidade, com as áreas protegidas e com o patrimônio cultural edificado, bem como apontar os limites e possibilidades para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo.

O diagnóstico foi organizado a partir de modelos baseados em inventários participativos, em especial na junção dos modelos formatados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Inventário de Turismo de Base Comunitária em áreas naturais elaborado pela World Wildlife Foundation (WWF). O modelo por nós concebido, ainda assim, não deixou de expor a visão do pesquisador em sua elaboração.

O diagnóstico participativo é um método de investigação utilizado para fazer o levantamento da realidade local. Esse levantamento pode ser feito em conjunto, ou com a participação das lideranças locais, integrantes de um grupo previamente definidos e deve conter os principais temas e perguntas que se deseja conhecer. Na elaboração de um diagnóstico são obtidas informações que poderão orientar as estratégias de planejamento e análise para futuras intervenções, além de identificar os problemas e desafios do lugar (FLACSO, 2015).

Na pesquisa de campo, junto ao diagnóstico, foram produzidas fotografias pelo autor, analisadas de acordo com as recomendações sobre a análise de imagens propostas por Sílvia Zanirato (2003) e Martine Joly (2007).

Ressaltamos que as fotografias também são documentos e, portanto, devem ser analisadas metodologicamente. De acordo com Zanirato:

Quando olhamos para uma imagem, não percebemos somente sua estrutura visual, também a interpretamos. A imagem que se oferece para leitura é uma forma de texto, cuja estrutura articula-se com elementos básicos como o contraste, a cor, o volume das figuras e o espaço que as envolve (ZANIRATO, 2003, p. 216).

A interpretação da imagem varia de acordo com as referências de cada observador. “Tais modos de entender a imagem partem do pressuposto de que a interpretação depende da capacidade do indivíduo em atribuir significado àquilo que se apresenta em seu olhar” (ZANIRATO, 2003, p. 207). Assim sendo, a fotografia, como fonte documental favoreceu ao processo de compreensão do objeto estudado, possibilitando sua interpretação.

Deste modo, a tese se estruturou da seguinte forma e contou com as consecutivas etapas:

- a) Do ponto de vista da sua natureza trata-se de uma pesquisa aplicada de abordagem qualitativa;
- b) Do ponto de vista dos objetivos é uma pesquisa analítica, descritiva e exploratória;

- c) Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de caso que envolve a pesquisa bibliográfica; pesquisa de campo, a realização de entrevistas, aplicação de um diagnóstico participativo e a produção e análise de imagens fotográficas.

Com base nesses procedimentos apresentados, a tese está dividida em **sete** capítulos, incluindo a introdução, sendo ela o primeiro capítulo, e as considerações finais, o sétimo.

Após a introdução, o **segundo capítulo** apresenta o referencial teórico que expõe as interfaces entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local. Sabemos que ao introduzir esses temas não podemos desconsiderar os aspectos da complexidade que neles se destacam, e com isso, alçamos a discussão a partir das considerações inerentes aos entendimentos conceituais de cada tema e, posteriormente, às interfaces que podem ser estabelecidas entre eles.

O **terceiro capítulo** apresenta o nosso objeto de estudo: o município de São José do Barreiro sob o contexto histórico da formação socioespacial da região do Vale Histórico Paulista e Serra da Bocaina, bem como apresenta os conflitos e problemas que relegaram ao município e região aspectos de uma “estagnação socioeconômica”, com entraves para o desenvolvimento local. Apresentamos, a partir de dados sociais, econômicos e ambientais as dificuldades que influenciam na atual dinâmica local.

O **quarto capítulo** trata dos resultados da pesquisa aplicada. Nele apresentamos a Matriz Social do Turismo de São José do Barreiro e uma análise das expectativas geradas pela atividade ao longo dos anos, com suporte no patrimônio cultural edificado e no patrimônio natural existente no município.

O **quinto capítulo**, também resultado da pesquisa aplicada, identifica o legado patrimonial de São José do Barreiro. Primeiramente o legado construído, com base na situação em que se encontra grande parte dos bens edificados, seguido pelo diagnóstico participativo que permitiu a identificação do que se considera como patrimônio natural de interesse turístico.

No **sexto capítulo** analisamos e discutimos os resultados da pesquisa aplicada a partir dos problemas e das esperanças depositadas no turismo. Primeiro, apontamos os conflitos que têm impedido o desenvolvimento da atividade, sendo estes os limites por nós identificados e, em seguida, ponderamos sobre a participação social e a necessidade de se pensar em um modelo de turismo com base local, como pressuposto para superar tais conflitos e, ao mesmo tempo, contribuir para a conservação dos bens considerados patrimônio e possibilidade de gerar o tão esperado desenvolvimento local.

Assinalamos, preliminarmente, que o desenvolvimento do turismo com suporte no patrimônio cultural e natural, em especial na esfera local, como visto em São José do Barreiro, se apresenta de forma complexa e ainda expõe muitas contradições, pois esta relação se encontra radicada na esfera da cultura humana. Contudo, verificamos que a capacidade de propor soluções aos problemas dessa relação é uma condição possível tendo em vista a constante superação de modelos e paradigmas vigentes. Nesse sentido, a associação aqui proposta carece de discussões sobre as diferentes realidades do turismo e do patrimônio, uma vez que seus efeitos são diferentes, dependendo das características de cada localidade. Por este motivo, é preciso elaborar estudos em acordo com os limites e possibilidades de cada lugar, assim como se propôs nesta tese.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

PATRIMÔNIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo apresenta os referenciais teóricos e conceituais fundantes da pesquisa que favoreceram a uma melhor compreensão dos diálogos vigentes entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local. Primeiramente apresentamos o conceito de patrimônio e as formas de institucionalização dos bens culturais e naturais a partir do modo como o Estado os considera, e também do patrimônio por apropriação social – sentido como experiência individual e coletiva no âmbito do cotidiano dos grupos sociais e dos lugares historicamente ocupados pelos seres humanos. Em seguida, analisamos o turismo enquanto fenômeno social e suas mais diversas manifestações e imbricações socioespaciais – como uma atividade capaz de consumir, transformar e (re) organizar o espaço por onde se desenvolve. E, por fim, consideramos as interfaces do turismo com essa dupla forma de compreender o patrimônio, com destaque para o que se convencionou chamar de patrimônio natural, e dentro desse campo de interação, apontamos algumas relações que se estabelecem na perspectiva do desenvolvimento local.

2.1 PATRIMÔNIO: PROCESSOS DE ATIVAÇÃO E APROPRIAÇÃO SOCIAL

Questões referentes ao patrimônio são cada vez mais recorrentes nas discussões acadêmicas, políticas e cotidianas em nossa sociedade. As mudanças na forma de pensar a história e a memória e a iminência dos riscos de perda deram o alerta para a importância da proteção dos bens culturais e naturais, motivando políticas públicas numa espécie de obsessão pelo tema da preservação, na medida em que a velocidade das transformações da sociedade passaram a ameaçar a sua manutenção (GONÇALVES, 2007).

A noção de patrimônio inicialmente se apresentava relacionada à herança, no sentido de tudo aquilo que herdamos individualmente dos nossos antepassados ou que nos foi deixado como legado. Françoise Choay (2017) e Dominique Poulot (2009) explicam que a palavra *patrimonium* tem origem nas estruturas familiares, econômicas e jurídicas das sociedades, e que, ao longo do tempo, requalificada, ganhou outros sentidos e significados, como a de patrimônio cultural, que remete às formas de identificação dos bens considerados históricos

adotados na Modernidade – uma construção social sob a lógica do mundo Ocidental, considerado de interesse de um povo ou de uma coletividade (CHOAY, 2017; POULOT, 2009).

Nas palavras do Antropólogo Catalão Llorenç Prats, o que se denomina patrimônio cultural pode ser entendido como:

Una construcción social, que aparece en los inicios de la modernidad, como una especie de religión laica, que sirve para sacralizar discursos en torno a la identidad, principalmente de carácter nacional o regional, también local, a partir de referentes-reliquias que guardan una relación metonímica con la externalidad cultural percibida, en el plano del tiempo (el pasado, como tiempo fuera del tiempo, inalcanzable), de la naturaleza supuestamente indómita, incontaminada (como espacio fuera del espacio culturalmente domesticado) y del genio y la excepcionalidad (esencialmente creativa, pero no únicamente, incluso, en ocasiones, como expresión del mal, como transgresión de los límites de la condición humana culturalmente establecida) (PRATS, 2006, p. 72).

A ideia moderna de patrimônio cultural surge, portanto, diante da percepção do risco de desaparecimento dos bens considerados importantes por seu valor, ou pelo que significam ou representam para determinada sociedade. No entanto, como construção social, o conceito de patrimônio cultural se reveste de novos atributos em razão do tempo histórico e conforme quem o emprega e com que finalidade o usa (PRATS, 2006; POULOT, 2009; CHAOY, 2017, GARCÍA-CANCLINI, 1999).

Em busca de uma definição conceitual, Zanirato (2016) afirma que o patrimônio cultural, instituído por políticas públicas, ou não, nos vincula ao processo histórico de ocupação do espaço, pois as marcas contidas no espaço são o nosso legado. Nele (no espaço), se veem os conhecimentos, as práticas e os objetos da criação humana sob as mais diversas condições ambientais. O patrimônio cultural representa, deste modo, os bens resultantes da dialética entre o homem e o meio, entre uma comunidade e seu território – são os nossos vínculos com o passado, no plano coletivo ou individual, na esfera pública ou privada (GARCÍA-CANCLINI, 1999).

Nas formulações de Huges de Varine (1975), o patrimônio cultural como algo instituído por ação pública é uma categoria conceitual constituída de três elementos fundamentais: o primeiro são os elementos naturais, pois são os bens naturais que tornam o mundo habitável; o segundo compreende o conhecimento, as técnicas, o saber, e o saber-fazer, os elementos intangíveis do patrimônio; e o terceiro corresponde às construções humanas que têm origem na interação entre a natureza e o saber-fazer do homem, chamado de patrimônio material.

As concepções apresentadas pelos autores citados, às quais tomamos como referência para esta pesquisa, articulam natureza e cultura – e isso em decorrência de que é a natureza transformada pelo trabalho humano que representa os bens naturais, imateriais e materiais, que social e culturalmente são considerados merecedores de conservação, ou seja, que se tornam o que se denomina patrimônio cultural, seja ou não, legalmente instituído.

A necessidade de proteção pública, ou seja, por meio de uma ação de estado, de determinados bens foi constatada em face de ameaças, tanto pela evolução social e econômica da própria sociedade, quanto pelas inúmeras causas tradicionais de degradação (UNESCO, 1972; GONÇALVES, 2007).

Foram as transformações da sociedade no tempo e no espaço que levantaram questões sobre a importância de proteção do patrimônio e dos elementos a ele associados. Essa constatação veio do risco da perda, um processo evidente e quase irreversível em que valores, instituições e objetos de uma determinada cultura, tradição, lugar, identidade ou memória tendem a se modificar ou a se perder. Mas, os riscos se agravaram e se tornaram proeminentes na sociedade atual, em todas as esferas, determinando o que hoje pode se denominar como uma *sociedade de riscos* (BECK, 2006).

Os riscos aos quais o patrimônio e seus elementos estão expostos são diversos e sua proteção passou a ser estabelecida por processos legais e normas jurídicas com a expectativa de impedir a perda. A proteção dos bens ocorreu por meio da institucionalização do patrimônio, da proteção pública a monumentos, obras artísticas, espaços naturais e demais lugares e objetos que passaram a ser vistos como importantes para a sociedade. A proteção foi normatizada por instrumentos jurídicos e inserida em discursos oficiais, que a partir de então, reforçaram a excepcional condição de referência para a sociedade (GONÇALVES, 2007).

O patrimônio cultural institucionalizado foi representado durante muito tempo por seu aspecto excepcional, assim como até hoje expõe a definição oferecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). De acordo com o organismo internacional, o patrimônio cultural corresponde aos monumentos, obras de arte e demais formas de criação humana, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972), aonde o patrimônio edificado teve maior destaque.

Uma vez protegidos por força de leis ou normativas, e validados por agentes externos, os bens institucionalizados na esfera pública passaram por um processo que aqui denominamos de **ativação**. Esse termo, ativação do patrimônio ou patrimônio ativado é uma conceituação

utilizada por Llorenç Prats (1998; 2003; 2005; 2006), e que se refere a bens que passam a ser de interesse público por seus valores de arte, de história, estética, excepcionalidade e monumentalidade, e que a eles se voltam tipos definidos de proteção.

Os bens ativados como patrimônio são selecionados e submetidos a procedimentos que modificam o seu *status* – processo que a socióloga Natalie Heinich (2013) chama de **artificalização** – que é a transformação a qual esses bens são submetidos desde sua institucionalização e, como consequência, novos usos e significados são atribuídos a eles. A ativação é sempre uma ação do poder público, que o institui para esse fim – uma política específica, ou seja, uma política patrimonial.

Num contexto geral, a patrimonialização dos bens culturais não é e nunca foi distinta de outros processos de representação simbólica e de legitimação de referenciais de poder, autoridade e sacralidade historicamente associados a discursos, ideias e valores dominantes validados pela ciência em torno de uma realidade circunscrita, na medida em que esses bens tendem a representar poderes hegemônicos e uma suposta ideia de identidade coletiva (GONÇALVES, 2007; CHOAY, 2017). Por esse motivo, Prats (2006) considera que o patrimônio, ao congregar esses significados, após ser ativado, também pode ser entendido como uma invenção.

Estos referentes, avalados y ponderados por la autoridad científica (y también por el consenso social), en un proceso que es el que propiamente debería identificarse con las ideas de puesta en valor o valoración, deben ser activados para tener un efecto social, mediante un proceso de selección, ordenación e interpretación, que conduce necesariamente a la formación de discursos patrimoniales, tradicionalmente destinados a sostener y sacralizar versiones ideológicas de la identidad (de las identidades), que promueven adhesiones emotivas al respecto mediante la eficacia simbólica de los referentes patrimoniales y la direccionalidad inequívoca de los discursos (PRATS, 2006, p. 72).

A patrimonialização dos bens culturais, por ser uma escolha de grupos hegemônicos, nem sempre encontra correspondência com a sociedade em seu sentido mais amplo, que não necessariamente o tem por apropriação social (ZANIRATO, 2018). Nesse sentido, essa maneira de conceber o patrimônio, por ativação/institucionalização é contestada por grupos sociais, pois a escolha, seleção, formas de proteção e de gestão restringe-se ao contexto do Estado e dos intelectuais que contribuem com discursos hegemônicos e processos de patrimonialização de bens nem sempre representativos da pluralidade cultural da sociedade (HEINICH, 2013; GONÇALVES, 2015).

O que se espera, portanto, é que o patrimônio seja representativo dos vários grupos que compõem a sociedade, assim como corrobora Garcia-Canclini (1999, p. 17, tradução nossa) ao

dizer que “o patrimônio cultural expressa a solidariedade que une aqueles que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam, mas também é um lugar de cumplicidade social”. Para o autor, os bens devem ser preservados por meio dos sentidos e sensações que despertam numa comunidade e não somente pelos conteúdos estético e monumental atribuídos, sobretudo, por agentes externos.

Não se pode ignorar que há, por outro lado, um patrimônio validado por um consenso social, um **patrimônio sentido** (ZANIRATO, 2018), que se manifesta na relação da apropriação dos elementos da cultura e da natureza por determinados grupos sociais que neles se reconhecem e que a eles demonstram sentimentos de identidade e pertencimento, independente desses bens passarem por processos de ativação, ou patrimonialização.

O patrimônio sentido, como resultado de sua apropriação social, envolve sentimentos e significados construídos ao longo do tempo por determinado grupo social. Já o patrimônio ativado é institucionalizado por ação do Estado e não necessariamente encontra identidade social, pois, de acordo com a afirmativa de Prats (2006, p. 72, tradução nossa), “o patrimônio nunca foi ativado desde um consenso social (excetuando talvez algumas experiências locais pontuais) senão, basicamente, por interesses políticos”.

Ao indagarmos se o patrimônio expressa identidade, podemos recorrer a dois enfoques: o essencialista, que entende a identidade como algo que nos é próprio e partilhado coletivamente (WODDWARD *apud* ZANIRATO, 2018); e o processual, onde a identidade é modelada a partir dos movimentos produzidos dentro da sociedade (HALL, 2005 *apud* ZANIRATO, 2018). Assim, em vez de falarmos em identidade, o melhor seria falar em identificação – experiência cotidiana dos sujeitos às mais diversas condições históricas, culturais, econômicas, ambientais e políticas de cada época.

Nesse mesmo viés, José Reginaldo Gonçalves (2015) questiona a relação patrimônio e identidade. O autor afirma que isso não passa de um discurso retórico, normalmente sustentado por distintos interesses nos processos de patrimonialização, que normalmente não reconhecem a pluralidade e o carácter dinâmico das identidades, uma vez que não necessariamente representam a história de todos, mas sim de grupos que utilizam de uma suposta identidade coletiva para a manutenção de discursos e dominação social, privilegiando a história das elites e diminuindo as práticas e demais formas de manifestações que compõem a pluralidade cultural existente na sociedade.

Sobre este aspecto, enquanto o patrimônio institucionalizado foi predominante por um longo período, o patrimônio por apropriação social se coloca mais recentemente como luta

social, reconhecimento e dimensão coletiva e representativa para os grupos sociais historicamente marginalizados (GONÇALVES, 2002).

Diante do exposto, compreendemos que patrimônio cultural é, portanto, uma construção social moderna, mas que pode ser concebido como uma invenção, pois se constitui a partir de discursos e representação de poderes políticos e econômicos dominantes, mas igualmente pode ser reconhecido como representativo e passivo de apropriação social. Em ambos os casos, o patrimônio representa os elementos a ele associados, materiais, imateriais e naturais, e que necessitam de medidas e ações se o objetivo é a sua conservação e fruição social.

Essas distinções entre patrimônio ativado e patrimônio sentido são retomadas nos capítulos seguintes, ao apresentarmos o acervo patrimonial de São José do Barreiro, um patrimônio em parte sentido, em parte ignorado, em parte protegido por política pública, em parte por sentimentos de pertencimento.

Vale ainda dizer que no processo histórico de consolidação e institucionalização dos bens considerados patrimônio, a natureza, de forma menos evidente, passou por uma situação similar, mas com uma compreensão ainda difusa, pois o reconhecimento da natureza como patrimônio se estabeleceu basicamente na esfera preservacionista e institucionalizada por ações públicas (SCIFONI, 2016a). Disso decorre que o que convém chamar de patrimônio natural também pode ser entendido como uma construção social, na medida em que os valores atribuídos aos espaços naturais são racionalmente articulados e culturalmente selecionados pelo homem, a começar pela objetivação de pedaços da natureza enquanto lugares que merecem ser protegidos.

À vista disso, compreender a natureza e os sistemas naturais como patrimônio é torná-los mais próximos do contexto social e condição *sine qua non* da própria evolução do conceito de patrimônio cultural (SCIFONI, 2006a), contrapondo, por um lado, o aspecto utilitarista como fonte inesgotável de recursos naturais, e por outro, como afirma Antônio Carlos Diegues (2001), à noção ecocêntrica que leva ao distanciamento dos valores humanos e culturais contidos na natureza.

A construção da ideia de patrimônio natural (ativado), de acordo com Simone Scifoni (2006a) é recente. A própria concepção do termo patrimônio natural, assim como a de patrimônio histórico-cultural, esteve vinculada ao seu aspecto estético e monumental, para que posteriormente fosse formada uma noção de natureza integrante e mais próxima da cultura humana.

À luz dos entendimentos conceituais, Scifoni (2006a) diz que também há duas formas de compreender o patrimônio natural: primeiro, em nível mundial, que se expressa pela grandiosidade, beleza estética, excepcionalidade e monumentalidade dos sítios naturais intocados (aqueles que normalmente são institucionalizados e reconhecidos por órgãos oficiais), e, segundo, em nível local, como conquista e apropriação da natureza, uma prática da memória coletiva dos lugares historicamente ocupados pelos mais diversos grupos sociais, que neles se identificam e que deles dependem para sua sobrevivência, tornando-os representativos pelos múltiplos sentidos a eles atribuídos. Ou seja, a natureza entendida como um patrimônio sentido – assimilada por apropriação social.

O primeiro contexto se volta mais para a normativa jurídica que se firma a partir da *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural* realizada pela UNESCO em 1972, com a consideração de que os bens naturais, em conjunto com os bens histórico-culturais, sítios e monumentos de grande valor para a humanidade, deveriam ser protegidos das ameaças que os afligiam.

Num primeiro momento, as propostas de preservação/patrimonialização da natureza adotaram políticas de criação de grandes áreas naturais protegidas mundo afora – espaços naturais selecionados por valores excepcionais e paisagísticos, uma espécie de “natureza natural” que merecia permanecer longe das ameaças causadas pelos seres humanos (DIEGUES, 1997, 2001; MORSELLO, 2001).

A forma que mais se aproximou dessa ideia de patrimônio natural foi a criação dos Parques Nacionais. Sua origem remonta à criação do Parque Nacional Norte-americano de *Yellowstone*, em 1872, cem anos antes da convenção da UNESCO, que, de acordo com Antônio Carlos Diegues (2001), se tornou referência para as políticas públicas preservacionistas replicadas em diversos países, inclusive no Brasil.

Essas acepções de patrimonialização da natureza do mesmo modo se apresentaram como resposta à Modernidade e ao processo de urbanização acelerado da sociedade ocidental, deixando claro o distanciamento do homem em relação à natureza, que teve que recriar espaços para que ele pudesse se sentir mais próximo dela, ou assim como escreveu Célia Serrano (2007), parafraseando Pierre Nora (1998), se “*habitássemos ainda a natureza, não teríamos necessidade de consagrar-lhe lugares*”.

A institucionalização de lugares e a adoção da categoria Parque se unem ao *mito moderno da natureza intocada* (DIEGUES, 1997), na medida em que tais áreas representam uma ideia de paraíso perdido, a serem protegidas das ameaças de uma civilização destruidora

da natureza – um dos principais componentes para a manutenção de uma ideia de natureza selvagem (*wilderness*), ameaçada pelo ser humano e pelo avanço da sociedade urbano-industrial. Com isso, baseando-nos em Diegues (2001), parece não ter havido espaço para a natureza na sociedade moderna, pois o ser humano teve que torná-la patrimônio e recriar lugares para abrigá-la.

No processo de institucionalização de espaços naturais protegidos, os seus objetivos principais estiveram relacionados à proteção de atributos como os de beleza estética e valores excepcionais, mas nem tanto pelos aspectos socioculturais, que apenas mais recentemente foram considerados, como os valores sociais, culturais, de manutenção da biodiversidade e também os recreacionais – que fizeram dos espaços naturais lugares mais próximos da cultura humana (DIEGUES, 2001).

No Brasil, em 1937, foi criado o primeiro Parque Nacional, o *Parque Nacional de Itatiaia* (inspirado no modelo norte-americano de *Yellowstone*). Para Diegues (2001), longe de ser uma política de alusão ao patrimônio natural, como um bem de valor coletivo, a criação desse Parque foi direcionada basicamente à proteção da flora e da fauna, e, por conseguinte, por sua beleza cênica e paisagística.

Dessa forma, em conjunto com o Decreto-lei número 25 de 1937, que organizou o patrimônio histórico e artístico nacional (FONSECA, 2005), além dos bens de grande valor artístico e histórico-cultural, os monumentos naturais, os sítios e as paisagens de feição notável também passaram a ser sujeitos à proteção pública. Assim, bens do patrimônio histórico e artístico e elementos naturais passaram ser protegidos, ainda que de forma contraditória, (pois a proteção que se esperava era contra a ação humana).

Dentro dessa lógica de proteção do patrimônio, o tombamento foi a medida aplicada, tanto à natureza quanto aos bens do patrimônio cultural material.

Assim, a proteção ao patrimônio, segundo a legislação vigente no Brasil, é requerida por meio do tombamento, que, de acordo com o IPHAN, pode ser entendido como:

[...] um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (IPHAN, 2004).

Em relação à natureza como bem patrimonial, a legislação elaborada mais recentemente no Brasil está expressa no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A organização das áreas naturais legalmente instituídas pelo poder público é constituída por terras

públicas e ou privadas, de proteção integral ou de uso sustentável conforme disposto na lei (BRASIL, 2000). As Unidades de Conservação são espaços protegidos e hoje considerados patrimônio natural, fundamentados por um estatuto jurídico e legitimados com argumentos em prol da necessidade de conservação do meio ambiente e sobrevivência da espécie humana (PAES, 2006).

As Unidades de Conservação são entendidas como “áreas que se aplicam medidas restritivas de uso do solo, com a função de proteger certa feição natural ou histórica” (MORSELLO, 2001, p. 15). Não obstante, diferentemente da convergência entre o natural e o histórico-cultural, a concepção de uma natureza restritiva à presença humana expressou uma ideia de preservação apenas dos seus aspectos naturais, em especial, no que se refere às áreas naturais de proteção integral, que seguiu o modelo dos sítios e monumentos naturais propostos nas recomendações da UNESCO de 1972 (MORSELLO, 2001), com pouca consideração sobre a presença e as relações cotidianas dos seres humanos com esses espaços protegidos.

Diegues (1997) afirma que por certo tempo, a criação de Unidades de Conservação foi uma estratégia muito difundida em países do chamado terceiro mundo e revelaram ações que configuraram políticas preservacionistas que produzem pedaços de territórios do mundo natural. Por isso, o autor critica a concepção preservacionista das Unidades de Conservação como representantes de uma única opção de salvar a natureza diante do avanço urbano-industrial e da modernização da sociedade. Para o autor, cria-se, nesse contexto, uma dicotomia entre as populações que habitam as áreas naturais e as políticas preservacionistas, omitindo as relações que muitas comunidades estabeleceram com estes lugares durante longos períodos. Instituem-se, nesse sentido, ilhas afastadas da sociedade, onde se observam diversos conflitos socioambientais com dificuldades de solução³ (DIEGUES, 1997).

Com efeito, o mito moderno da natureza selvagem e intocada é representado pela ideia preservacionista da ativação patrimonial, que envolve dialeticamente o conhecimento científico *versus* o conhecimento tradicional. Os conflitos mais evidentes residem no fato de que estas áreas são criadas e colocadas sob a proteção do Estado⁴, e as comunidades que vivem em seu entorno ou em seu interior, após a institucionalização do território, são submetidas à limitações de uso e exploração do espaço, e sobretudo, não participam das decisões que lhes interessam ao longo do processo (DIEGUES, 1997).

³ Nos capítulos 5 e 6, veremos como essa condição se aplica no município de São José do Barreiro.

⁴ Exceto a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN (cf. BRASIL, 2000).

Conforme explica Carla Morsello (2001), a presença de populações tradicionais ou não em áreas protegidas e entorno é uma regra e não uma exceção no contexto brasileiro e mundial. Por isso, a relação entre populações e áreas protegidas tende a ser muito conflituosa. Normalmente se vê a imposição de regras em forma de políticas ambientais de conservação da biodiversidade, sem a consideração da existência de populações há tempos desenvolvendo sua vida cotidiana nesses lugares (OLIVEIRA, 2017). Ao mesmo tempo, essas áreas e suas populações são ameaçadas por políticas desenvolvimentistas, pois a proteção da natureza é considerada um entrave ao crescimento econômico, como se vê recentemente no Brasil, com a extinção ou afrouxamento de legislação na área ambiental.

Assim, retomando a análise de Scifoni (2006a), temos que muito embora o discurso do patrimônio natural (ativado) tenha sido evidenciado por sua monumentalidade e excepcionalidade, e também pela necessidade de proteção da natureza aos riscos causados pelos seres humanos, há o entendimento de que o patrimônio natural pode ser sentido e manifestar-se como algo conquistado pelos grupos sociais que estabelecem uma relação com o território e com os lugares através de suas práticas sociais, e não somente por políticas preservacionistas ou como entrave ao desenvolvimento econômico.

A legitimidade sobre o reconhecimento das áreas naturais deve passar pela discussão do valor social e afetivo que os grupos lhe conferem (SCIFONI, 2006a). Conforme esta autora, neste caso, o patrimônio natural sentido é entendido como uma “conquista da sociedade, com um significado ligado às práticas sociais e à memória coletiva; portanto, um patrimônio natural que, antes de tudo, faz parte da vida humana e não algo que a ela se opõe” (SCIFONI, 2006b, p. 58).

Os valores a serem preservados remetem à relação dos grupos sociais com o território e com suas práticas socioespaciais, sem relação com aspectos técnico-científicos, mas sim de apropriação da natureza como bem representativo. Isso significa que há um reconhecimento dos grupos sociais ao patrimônio natural como campo de afirmação de suas identidades coletivas, e como consequência, de ampliação das demandas pela conservação desse patrimônio (SCIFONI, 2006b).

Ainda de acordo com Scifoni:

O patrimônio simboliza diferentes práticas sociais e memórias de diversos grupos nem sempre reconhecidos pela historiografia oficial. Do ponto de vista do patrimônio natural, esse discurso evidencia outras naturezas, apropriadas socialmente e vividas intensamente: a natureza como parte da memória coletiva, das histórias de vida, e a natureza como componente das práticas socioespaciais (SCIFONI, 2006b, p. 59).

Do mesmo modo que as questões referentes ao patrimônio cultural edificado se aplicam a esta tese, as questões que norteiam o patrimônio natural ativado ou sentido também nos interessam, pois em São José do Barreiro há um patrimônio natural ativado por política pública, cujo entendimento e apropriação pela comunidade local é complexo e não pode prescindir de tais entendimentos, como mostraremos nas discussões nos próximos capítulos.

Diante do contexto teórico apresentado à compreensão do patrimônio cultural e natural, ativado ou sentido, assinalamos que não há um único discurso, nem consenso, mas sim diferentes concepções que aqui são entendidas sob dois princípios: o da monumentalidade/excepcionalidade e o do cotidiano; um patrimônio proposto pela tradição técnica e científica e outro pela experiência individual e coletiva. O primeiro, um patrimônio ativado, institucionalizado por ação dos agentes públicos, e o segundo, um patrimônio sentido, representativo e apropriado pelos grupos sociais que nele se reconhece, independente da ação pública.

Assim, observamos que compreender o patrimônio e seus elementos a partir destes dois paradigmas é um desafio complexo, pois como afirma Poulot (2009), a polissemia do seu conceito se dá pela amplitude de seus inúmeros significados, ainda mais em um momento que sofremos por um “excesso de patrimônios” (JEUDY, 2005), uma vez que tudo parece ser patrimonializado, mas sem de fato compreendermos os processos e significados que envolvem a totalidade da temática patrimonial.

A partir desses pressupostos iniciais, reconhecemos a necessidade de pensar a proteção dos mais diversos patrimônios existentes, bem como seus usos sociais, na medida em que estes bens fazem parte da vida e da sociedade. Com isso, tanto o patrimônio ativado como o sentido se tornam objetos de diversos interesses, sobretudo político-econômico-comerciais, que remetem a pensar em se devemos e como devemos garantir a permanência e as características desses patrimônios em meio aos riscos que os cercam? – E também, como garantir a sua permanência em meio a constante busca de desenvolvimento econômico da sociedade?

Em busca de uma resposta a essas indagações, Néstor Garcia-Canclini (1999) afirma que não se trata somente em conservar ou restaurar o patrimônio – mais importante do que a conservação e a defesa do patrimônio, há um problema mais desafiante, que é o de vincular o patrimônio a outros fenômenos da Modernidade: como o desenvolvimento socioeconômico; a habitação; a educação; o turismo; entre outros, quase sempre considerados caros à conservação patrimonial, porém, intrínsecos ao atual modelo de desenvolvimento da sociedade, que se apoia nos bens e recursos disponíveis para satisfação de seus desejos e anseios. Dessa maneira, o que

se espera é considerar os usos sociais do patrimônio, e, ao mesmo tempo, dispor estes usos e permitir a conservação e o desenvolvimento da sociedade.

Choay (2017), explica que o patrimônio tem hoje uma dupla função: são bens representativos da cultura e também produtos culturais à disposição para o consumo. Ou, como considera García-Canclini (1999), se os bens culturais ou naturais acumulados pela sociedade são importantes na medida em que favorecem ou atrasam o progresso material, como são determinadas as suas formas de proteção e quais critérios orientarão as ações referentes aos usos sociais desses patrimônios?

Isto posto, temos que entre os feitos que se associam ao patrimônio está o turismo, um fenômeno social crescente que se apoia sobremaneira nos bens culturais e naturais, tanto pelo interesse dos turistas, como pela venda desses bens na forma de atrativos – com argumentos quase sempre positivos em prol do desenvolvimento socioeconômico para as localidades que detêm tais patrimônios.

Dar usos sociais ao patrimônio por meio do turismo, no entanto, não tem se mostrado uma tarefa fácil de ser equacionada, à medida que o turismo, como um fenômeno moderno e de implicações diversas, enquanto se apropria da cultura e da natureza, tende a promover a transformação do espaço, assim como da própria cultura e natureza. Não raras vezes, as localidades que detêm tais bens (muitas vezes simbólicos e representativos) passam a dividi-los com outros sujeitos, que no bojo da prática social do turismo, atribuem novas funções a essas localidades e ao próprio patrimônio.

E apesar da possibilidade de que o turismo possa ser uma das alternativas para “salvar o patrimônio”, as experiências mostram que com sua chegada há um deslocamento do controle do patrimônio da esfera institucional, ou dos grupos sociais que o detém, para outros atores que passam a utilizá-lo em nome do desenvolvimento turístico (HALL, 2004).

Á vista disso, tendo em vista essas relações complexas que envolvem o patrimônio e o turismo, no próximo item, nos voltamos a compreender suas interfaces, em especial a partir de suas imbricações socioespaciais, sendo o turismo um elo fundamental para a compreensão da complexidade que envolve a patrimonialização da cultura e da natureza (do patrimônio ativado e do sentido) e de sua relação com os lugares onde se desenvolve.

2.2 TURISMO: APORTES TEÓRICOS E INTERFACES COM O PATRIMÔNIO

O turismo é um fenômeno social complexo e de difícil compreensão. Turismo é teoria e ao mesmo tempo prática e área de atuação profissional. Um feito moderno que envolve o fluxo de pessoas pelos mais diversos lugares e pelas mais distintas motivações. Turismo é ócio, mas também é negócio (a negação do ócio) e tem como principal objeto de consumo o espaço geográfico e a cultura, provocando, nesse sentido, contradições intrínsecas ao modo como ele se reproduz e como ele é apropriado pelos sujeitos sociais que nele atuam, sendo eles o mercado, os turistas e os lugares turísticos (YÁZIGI, 1999).

É um dos setores da economia dos serviços que mais gera receitas em todo o mundo, e por este motivo, os organismos internacionais e governos enfatizam esse aspecto categoricamente, repassando para o turismo a esperança de que ele possa contribuir para o crescimento e desenvolvimento econômico dos lugares, consumidos na forma de atrativos e serviços turísticos. O turismo é, portanto, cada vez mais um modelo de representação do modo de ser e existir da sociedade (IRVING, 2015).

Segundo dados da Organização Mundial de Turismo (UNWTO), como fato econômico, o turismo representa parte significativa dos empregos e do Produto Interno Bruto (PIB) em escala global – um setor produtivo que parece crescer sem limites. Desde 2012, mesmo com a crise econômica do capitalismo mundial, o número de turistas no mundo superou pela primeira vez a barreira de um bilhão de pessoas (UNWTO, 2014).

Apesar disso, compreender o fenômeno turístico apenas como uma atividade econômica é demasiadamente genérico, como afirma Luchiari (1999), pois há tantas formas de análise quanto possibilidades de apreensão desse fenômeno, principalmente sob a ótica de suas manifestações socioespaciais, pois o turismo, ademais dos aspectos econômicos, ou a partir deles, promove impactos na vida das pessoas e influencia significativamente a dinâmica dos lugares onde se desenvolve (HALL, 2004).

Como o conhecemos hoje, o turismo surge no período pós-revolução industrial no contexto das elites europeias abastadas e se destaca dentre outras camadas sociais com o aumento do tempo livre devido ao surgimento das férias e dos *Holidays* (BOYER, 2003). Como opção de lazer se apresenta aos trabalhadores que descobrem as praias, os balneários e a natureza como fuga da realidade e dos problemas urbanos (KRIPPENDORF, 2006).

Em termos sociológicos, a viagem de turismo é a exacerbação do tempo livre, de oposição não somente ao tempo de trabalho, que se manifesta como uma realidade opressora, mas do tempo que permite a reconquista de um espaço/tempo roubado, voltado essencialmente

às atividades de lazer, descanso, contemplação e a busca por novos lugares e experiências. Um fenômeno típico da “sociedade moderna” (KRIPPENDORF, 2006).

Ao longo do século XX o turismo se proliferou, alcançando escala mundial como consequência do crescimento do capitalismo e dos meios de transporte e comunicação. Passou ser a imagem da globalização, chamando atenção para seu aspecto dinâmico – um produto da evolução técnica e informacional da sociedade de consumo e da indústria cultural – que promoveu, pelo olhar dos turistas, a (re) descoberta de lugares e paisagens, consumidos na forma de atrativos turísticos (URRY, 2001).

Seu incremento pós-II Guerra Mundial, propiciou, gradualmente, a democratização progressiva do lazer e das viagens, elementos cada vez mais valorizados culturalmente como reflexo da sociedade capitalista (PRATS, 2006). Com efeito, viajar e conhecer novos lugares se transformou na característica principal do turismo ao longo do século XX (URRY 2001).

Foi este aspecto dinâmico e global do turismo que logo fez surgir estudos que tentaram explicá-lo metodologicamente, sobretudo sob a ótica econômica. Não obstante, como uma prática social humana, o turismo desde sua origem recebeu aportes teóricos de diversas disciplinas e pensadores que se arriscavam a descrevê-lo. Destacou-se como área multidisciplinar em que diversos campos contribuíam para a construção de sua episteme, de suas relações disciplinares e de aportes teóricos diversos⁵.

Por isso, entendemos que a compreensão do turismo como campo de estudo acadêmico é essencial para desvelar suas relações com o espaço, a sociedade e a natureza, e como consequência, com o patrimônio e o desenvolvimento.

John Tribe (2004), afirma que a construção epistemológica em turismo é importante, pois constantemente promove uma revisão do conhecimento e não se reduz a abordagens fechadas e hegemônicas. E por assim entender, diversas são suas definições em uma constante reconstrução teórica, elaborada de acordo com a área que se lança a estudar o fenômeno turístico.

Conforme Mario C. Beni e Marutschka Moesch argumentam (2015), a epistemologia do turismo é de caráter humano por ser um fenômeno que se manifesta a partir das pessoas (turistas), que se deslocam, e não dos recursos (que são estáticos). Por isso, a dificuldade de definição do fenômeno turístico é reforçada por sua evidente complexidade, e as inúmeras

⁵ Cf. (FERNANDÉZ-FÚSTER, 1973; KRIPPENDORF, [1985] 2006; BENI, [1988] 2004; URRY, [1990] 2001; TRIBE 1997, 2000; LEIPER, 2000; PANOSSO NETTO, 2005; LOHMANN e PANOSO NETTO, 2008; CASTILLO-NECHAR, 2011; BENI e MOESCH, 2015), entre outros.

formas de interpretação as quais boa parte dos pesquisadores se dedicam na tentativa de compreendê-lo disciplinarmente, provocam uma série de interpretações.

De tal modo, o turismo pode ser analisado como um sistema, como propuseram Cuervo (1967) e Beni (1988 [2014]), pois compreende a interligação de diversos subsistemas (setor público, privado, demanda, oferta, infraestrutura, meio ambiente cultura, os aspectos econômicos e sociais, os turistas e as comunidades receptoras)⁶.

Há também a possibilidade da abordagem fenomenológica que se baseia na observação do fenômeno ao longo do tempo e do espaço, centrada nos sujeitos e na prática da atividade (PANOSSO NETTO, 2005; XAVIER, 2007). E também há os que consideram a interdisciplinaridade para a compreensão do fenômeno turístico, como Jafar-Jafari (2005), que propõe a construção do conhecimento em turismo como ciência, baseado nas relações sociais, econômicas, ambientais e culturais dos sujeitos com o espaço.

Marcelino Castillo-Nechar (2011), afirma que muitos autores sustentam a ideia de que turismo é uma ciência por seu caráter sistematizador e lógico, validado na prática da atividade que conquistou esse *status* pela amplitude de suas definições, conceitos, temas, problemas e perspectivas que a investigação científica poderia promover, ampliando, assim, o alcance das abordagens teórico-conceituais a partir de suas implicações como um fenômeno social.

Dessa maneira, entender o turismo desde a magnitude de seus desdobramentos e por toda sua complexidade é um desafio que deve ser considerado pelos estudiosos, pois, de acordo com Beni e Moesch:

A forma como o turismo vem sendo proposto em diferentes territórios na contemporaneidade coloca a urgente questão sobre as teorias interpretativas que o formatam, pois traduz as concepções de conhecimento monodisciplinar, multidisciplinar, quiçá interdisciplinares, implícitas e subjacentes às propostas de seus modelos ocasionando sérias implicações éticas, sociais, políticas impactadas por suas práticas turísticas (BENI e MOESCH, 2015).

Como área do conhecimento em desenvolvimento e como objeto acadêmico, o turismo ainda carece de debates científicos para a construção de um conhecimento amplo, ainda que, pelas relações que estabelece com outros campos da ciência, a complexidade e as incertezas que pairam sobre o turismo enquanto disciplina ainda demandarão estudos e análises de suas implicações, mas talvez a complexidade seja a que melhor responde aos desafios do turismo e suas imbricações na sociedade.

⁶ Sobre outras abordagens sistêmicas em turismo, ver: (LEIPER, 1979, 1995; SESSA, 1985; MOLINA, 1991 e BOULLÓN, 2002).

A discussão conceitual do turismo como objeto de estudo se inicia nos primórdios do século XX, ainda que sua prática seja muito antiga. Ao propor uma conceituação de turismo a partir de diferentes escolas de pensamento, Margarita Barretto (2000, p. 9) afirma que a primeira definição por ela encontrada data de 1911, quando um economista austríaco escreveu que “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.

A evolução do conceito acompanhou seu entendimento como subcampo de outras disciplinas, mas na década de 1970, Fernández-Fúster (1973) definiu o turismo tanto pelo *status* de atividade econômica *per se*, quanto por suas relações de trabalho e de interação com as localidades receptoras, o que incluiu os efeitos que poderia causar nos lugares onde ocorre.

Turismo é de um lado, o conjunto de turistas, do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habituar para atender às correntes [...], turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda [...]. Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras (FERNÁNDEZ-FÚSTER, 1973).

A ampliação do entendimento do turismo como uma prática e um fenômeno social complexo fez com que os seus estudos se aproximassem cada vez mais do campo das ciências sociais e humanas, onde se destaca notadamente a Geografia. Já há algum tempo as abordagens geográficas se propõem a analisar o fenômeno turístico, uma vez que além das relações econômicas e sociais, o turismo é uma atividade humana que consome elementarmente espaço, e por isso, há um intenso interesse da Geografia em compreender suas mais diversas manifestações socioespaciais (RODRIGUES, 2001; CRUZ, 2003).

O interesse da Geografia no turismo se refere ao fato de que o turismo é um fenômeno capaz de consumir, criar, transformar e (re) organizar o espaço, e diante disso, há um diálogo muito próximo entre o consumo e a (re) produção do espaço. Esse diálogo reflete três aspectos fundamentais conforme as proposições de Adyr B. Rodrigues (2001), pois o turismo apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento (corredores turísticos) e áreas de atração (receptoras). E o espaço turístico se constrói sobre o lugar antes ocupado, ou na apropriação de novos lugares numa lógica de produção e reprodução espacial (RODRIGUES, 2001).

O espaço turístico, como todo espaço geográfico, não pode ser definido por fronteiras euclidianas, mesmo porque pelo menos um de seus elementos básicos lhe é exterior – a demanda. Embora sem fronteiras definidas com base em alguns componentes ditos abstratos porque são difíceis de ser avaliados, tais como fluidez do capital financeiro ou a influência da mídia na sua composição imagética, não se pode negar a concretude do espaço turístico expressa pelo seu território, que, todavia, não representa a totalidade espacial (RODRIGUES, 2001, p. 45).

É no espaço turístico que se encontram os elementos que o compõem: como a oferta e a demanda, os serviços de transporte, hospedagem, alimentação, informação e apoio a atividade, bem como onde estão localizados os atrativos turísticos, que são os maiores responsáveis pela atração da demanda. Estes elementos, em conjunto, promovem um rol de interações recíprocas, transformando o espaço em produto e *locus* de sua atratividade (RODRIGUES, 2001).

Como consequência dessa interação, o turismo se sobressai como uma atividade consumidora de espaço, mas que é essencialmente humana, pois repousa, segundo Knafou (2001), na turbulência das populações. É justamente estes aspectos socioespaciais do turismo que contribuem para desfazer a ideia de que ele é uma atividade unicamente importante para o sistema econômico.

Ainda assim, é comum depositar no turismo a expectativa de desenvolvimento econômico, sem considerar que as comunidades receptoras muitas vezes são submetidas à exploração turística e a uma ordem econômica externa (LUCHIARI, 1999), onde o espaço social se transforma rapidamente em espaço turístico, modificando as relações sociais e as dinâmicas espaciais vividas, principalmente nas localidades que concentram bens culturais ou naturais representativos, introduzindo fluxos de pessoas e de capital, e como consequência, criam-se e recriam-se espaços exclusivamente para o consumo turístico (RODRIGUES, 2001).

Disso decorrem certas contradições. Se por um lado a atividade parece como propulsora de desenvolvimento econômico e social, por outro, é responsável por acelerar processos de degradação ambiental, impactos sociais e culturais diversos (LUCHIARI, 1999).

Consideramos então, que turismo se apropria dos elementos contidos no espaço que são os meios de sua atratividade e modo de reprodução, e assim sendo, ao longo de sua trajetória, estabeleceu um diálogo muito próximo com os bens culturais e naturais denominados patrimônio. Para o turismo, os lugares, as paisagens, os bens históricos, culturais e naturais representam concretudes e permanências que se tornam elementos de sua atratividade e recurso para o seu desenvolvimento a partir do potencial em atrair a atenção dos turistas, e como consequência, dos governos e do mercado turístico.

O espaço, como *locus* do turismo e ao mesmo tempo do patrimônio, também expressa essa evidente complexidade, pois quando recebe essas novas funções, que embora possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do patrimônio, podem, igualmente, transformá-lo a fim de atender às demandas dos turistas e do mercado turístico, provocando, nesse viés, complexidades inerentes ao modo como o turismo e o patrimônio são articulados em cada localidade.

Por isso, os estudos do turismo se mostram importantes devido à transformação que o mesmo pode promover no espaço geográfico e à relação sociedade natureza. Sua dinâmica espacial não se resume apenas em desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, aponta potencialidades, identifica fluxos e quantifica a oferta turística, bem como analisa os impactos nos lugares que possuem atrativos de interesse turístico (TELES, 2009).

O crescimento exponencial do turismo tem lançado sobre a academia o desafio de propor teorias e metodologia para sua análise dentro das diversas áreas do conhecimento que se propõe a estudá-lo. Nesse contexto, tendo como objeto de estudo a relação sociedade natureza, a Geografia, ao analisar o fenômeno do turismo, e também a associação com as permanências na paisagem denominadas patrimônio, não deixa de incorporar a interrelação entre as categorias de análise por ela contemplada e o turismo.

Na prática turística, estas categorias têm uma proporção muito ampla de análise e possuem uma tessitura complexa, assim como a ocorrência de seus impactos, que acontecem em escalas distintas. Na rede do turismo vigoram, como explicado por Rodrigues (2007), o turismo internacional, onde figuram grandes operadores turísticos e forte infraestrutura empresarial e governamental, que determinam o comportamento do turismo em escala global, mas também o turismo que ocorre na escala local, que igualmente se apropria do espaço, e, de tal forma, promove impactos locais pelo modo como se desenvolve.

O crescimento do turismo em áreas rurais ou naturais, por exemplo, tem causado conflitos e impactos sobre o meio ambiente, além de alterações nas dinâmicas sociais e ambientais, principalmente em pequenas localidades, comprometendo, à vista disso, os recursos naturais (RODRIGUES, 2001, 2003; HALL, 2004).

Ainda que não raras vezes visto como uma “indústria limpa” e de baixo impacto, o turismo em muitos casos não tem respeitado a capacidade de suporte e de carga dos ambientes naturais, transformando a cultura e a natureza em meros produtos turísticos, além de fomentar a mercantilização dos lugares e da identidade das comunidades receptoras, promovendo

consequências negativas, bem como a distribuição desigual dos benefícios econômicos da atividade para tais comunidades (RODRIGUES, 2001, 2003; HALL, 2004).

Por isso, ao se pensar nas relações turismo e patrimônio, seja ele material, imaterial ou natural, institucionalizado ou sentido, é preciso reconhecer que ambos têm uma ação que se manifesta na forma de consumo, produção e reprodução espacial. E apesar de sua incidência global exposta pelo chamado turismo de massas com uma rede muito ampla, (pois envolve territórios, regiões e fluxos espaciais mais evidentes e contínuos). Em que pese a importância destas categorias para explicar o fenômeno do turismo, nesta tese, trataremos da relação patrimônio, turismo e desenvolvimento a partir de suas interações no plano do lugar – dos modos de uso e consumo turístico na interlocução com os elementos do patrimônio cultural e natural na esfera local.

Isto porque é preciso compreender esses fenômenos através dos sentidos e experiências que os sujeitos sociais atribuem à localidade receptora, principalmente no caso que aqui é analisado, em que o turismo é visto como alternativa para o desenvolvimento local e conservação de bens culturais e naturais. Entendemos, assim como considera Luchiari (1999, p. 117), que o turismo é, portanto, “um dos vetores mais importantes para associar o mundo ao lugar, o global ao local”.

A categoria lugar, sob o prisma da Geografia, assume também o sentido de povoação, local ou localidade, e não pode ser dissociado das demais categorias analisadas pelos estudos geográficos (SANTOS, 2006). O conceito de lugar apresenta um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo possui uma experiência distinta com o lugar, pois a identificação pressupõe envolvimento. No plano do lugar se encontram as referências pessoais e coletivas, carregadas de laços afetivos que se fundam às paisagens e processos de construção das relações socioespaciais e do reconhecimento e identificação com os bens tidos como patrimônio; mas também dos valores simbólicos de uso e ocupação do espaço.

Para Milton Santos (2006), as experiências nos lugares abrangem distintas escalas de interpretação. Para ele, os lugares, no contexto das redes globais são intermédios entre o mundo e o indivíduo, e assim sendo, os lugares, num contexto mais atual de globalização acentuada, podem ser compreendidos por meio das relações que mantêm com a externalidade. O lugar, ainda que único e cheio de significados, é, de fato, influenciado pelo mundo que o cerca, atribuindo-lhe novas funções.

O lugar é aqui entendido como espaço das trocas e experiências subjetivas dos seres humanos, dos simbolismos abstratos e do cotidiano vivido. Para Yi-Fu Tuan (2013), geógrafo

humanista, o conceito de lugar apresenta significados que são atribuídos pelas pessoas que nele se inserem e exprimem mais vínculos afetivos e subjetivos do que racionais e objetivos. Uma praça, um edifício, uma rua, um espaço natural, de memória coletiva ou de manifestação cultural, por exemplo, são lugares que podem representar diferentes significados para a comunidade local. Por isso, o lugar exhibe características próprias, simbólicas e de pertencimento, constituindo um ponto de ligação e vinculação na construção socioespacial dos lugares e dos sujeitos (TUAN, 2013).

Ainda que o processo de globalização provoque intensas transformações nos lugares, e como consequência, nas relações entre as comunidades e seus patrimônios, modificando a experiência dos sujeitos com os lugares que antes eram familiares, o patrimônio sentido representa um aspecto singular da história local, compreendido como vínculo afetivo e de pertencimento com o espaço cotidiano, produto das relações sociais adquiridas ao longo do tempo em diferentes significados (TUAN, 2013).

Se por um lado o patrimônio ativado recorrentemente é influenciado por externalidades na forma de políticas públicas verticalizadas, normas e leis específicas, por outro, o patrimônio sentido é a manifestação do pertencimento e da representatividade dos lugares por meio da experiência dos sujeitos, que exprimem a relação entre a comunidade e os elementos que compõem o seu patrimônio.

O patrimônio expressa nos lugares, portanto, a dualidade entre o institucionalizado e o sentido, uma vez que ambos podem estar presentes, mas somente aquele que é sentido pode melhor exprimir o pertencimento, enquanto aquele que é definido por forças externas impõe uma noção difusa em relação ao global e ao local. Mas ainda assim, ambos permitem compreender a dinâmica que envolve o conceito de lugar, e, conseqüentemente, o turismo como meio de consumo e possibilidade de uso social e conservação dos mais diversos patrimônios.

E ainda que identifiquemos que o turismo tenha uma incidência espacial descontínua, porém, interligada, por representar as áreas emissoras, receptoras e os corredores turísticos como salientamos em Rodrigues (2001, 2007), é no nível do lugar (nos núcleos receptores) que incidem os principais efeitos da atividade. É dessa forma que, ao se reproduzir nos mais distintos lugares e consumi-los como atrativos culturais e naturais, o turismo transforma-os em lugares turísticos.

De acordo com Rita de Cássia. A. da Cruz (2003, p. 8), “o lugar turístico é uma expressão tanto utilizada para se referir a lugares que já foram apropriados pelo turismo como a lugares considerados potencialmente turísticos”. Nesse sentido, o principal elemento dos

lugares turísticos não é a estrutura existente, mas sim aqueles em que há a presença de turistas ou que potencialmente podem ser apropriados pela prática do turismo (CRUZ, 2003).

O lugar turístico é uma característica evidente da interface turismo e patrimônio, pois o lugar turístico se reproduz por meio dos atrativos disponíveis, atribuindo aos núcleos receptores e aos patrimônios locais novas funções. E embora existam diferentes níveis de apropriação dos lugares pelo turismo, uma vez que não se pode comparar o turismo de massa aos lugares visitados esporadicamente, esse processo, em certa medida, implica na problemática dessa relação, pois o turismo e seu modo de reprodução tende a reduzir o patrimônio a mero produto de consumo e expressa a capacidade de transformação dos lugares, antes simbólicos, em lugares função, e desta forma, voltado, normalmente, para satisfazer os anseios dos turistas e do mercado turístico (LUCHIARI, 1999).

O fenômeno social do turismo e a multiplicidade de seus aspectos se destacam, portanto, pela produção e consumo espacial, e frequentemente, como afirma Rodrigues (2007), se apropria dos valores culturais e naturais dos lugares num processo complexo, pois são valores que na verdade não pertencem a ele, mas que são apropriados pela prática do turismo, e as novas funções atribuídas a esses bens traduzem os limites tênues entre sua descaracterização e sua valorização ao serem transformados em atrativos turísticos. Estes bens, ao se tornarem atrativos turísticos expressam conflitos, e ainda assim, possibilidades de usos sociais (GARCÍA-CANCLINI, 1999).

A título de definição, um atrativo turístico corresponde a “locais, objetos, equipamentos, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los” (BRASIL, 2007, p. 27). Os atrativos turísticos podem ser compostos por elementos culturais, naturais, por eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas. À vista disso, qualquer lugar pode ser tornar um atrativo potencialmente turístico.

Já a noção de potencial turístico, para Marcelo Almeida (2006) é um termo que para o autor tem se “vulgarizado”, pois tenta reproduzir um discurso político e publicitário, não sendo tratado como deveria tanto pelo mercado como pela academia. Ainda assim, é quase que simbiótica a associação entre patrimônio e turismo e como dela tem se destacado a potencialidade dos patrimônios como elemento de atração turística, sem haver um aprofundamento na análise sobre a evidente complexidade e multidimensionalidade do tema e seus desdobramentos, principalmente para os lugares que os detêm.

Luchiari (1999) explica que o turismo acentua a produção de lugares de consumo e o consumo de lugares, e a sua relação com o patrimônio, como atrativo turístico, provoca diversas

implicações, mas que apesar de sua aparente complexidade, não devem ser encaradas apenas do ponto de vista negativo – de uma prática que altera e modifica os lugares, mas como possibilidade de articulação entre esses elementos para sua valorização, haja vista os riscos aos quais os bens considerados patrimônio estão recorrentemente expostos, que não são provocados unicamente pelo turismo.

Os bens que integram o patrimônio, ativados ou sentidos, com o turismo, são invariavelmente transformados em elementos de atração, e com isso, se tornam produtos de consumo, pois o turismo agrega outros valores aos objetos, lugares e paisagens, e embora pareça haver, certa complexidade da qual falou Luchiari (1999, 2007) e demais autores aqui citados, o turismo parece ser mesmo, hoje, **“umas das fontes para a existência social e cultural do patrimônio”** (GONÇALVES, 2007, p. 239, grifo nosso)

Na relação patrimônio e turismo, os moradores (dos núcleos receptores) e os turistas tendem a demonstrar atitudes e comportamentos diferentes. Para os moradores, a fruição com o patrimônio local é mais afetiva, estética e cognitiva, e muitas vezes estabelecida de acordo com os usos sociais e modos de reprodução do cotidiano da comunidade (RODRIGUES, 2007), como uma praça, uma igreja ou um bosque, por exemplo. Já para os turistas, o patrimônio não passa apenas de objeto de uso e contemplação, o que para Meneses (1996, *apud* RODRIGUES, 2007) parece ser uma espécie de voyeurismo cultural – aspecto que muitas vezes reduz o patrimônio e os seus elementos à bens desterritorializados e padronizados para o consumo.

Desta forma, recorrer a esses entendimentos acerca do turismo aplicado ao patrimônio e ainda associado ao desenvolvimento local é crucial a esta tese, tendo em vista que o turismo é um fenômeno social de evidência socioespacial, mas que se manifesta fortemente pelo lado econômico, e por este motivo, não são poucos os lugares que vêm no turismo a esperança de que ele possa contribuir para o crescimento e desenvolvimento econômico. O turismo, em São José do Barreiro, como veremos na continuidade, se apresenta como uma possibilidade de desenvolvimento local e ao mesmo tempo de superação da dinâmica socioespacial que se apresenta, ancorado nos atributos dos patrimônios existentes no município.

No entanto, essa relação não é assim tão fácil e se torna ainda mais complexa ao relacioná-las com a natureza e ao que se denominou de patrimônio natural.

Observamos, deste modo, que no curso da história, o homem se afastou da natureza e desenvolveu a crença de que o mundo natural era apenas produto para satisfazer suas necessidades. O processo de industrialização, o crescimento das cidades e a individualização dos sujeitos e objetos, o mundo se fragmentou entre o social e o natural, bem como a cultura,

passou a ser abordada separadamente da natureza, reduzida a um depositário de recursos disponíveis para a satisfação das necessidades humanas (SANTOS, 2002).

A reaproximação do homem com a natureza, entretanto, se deu por um viés contemplativo pela beleza estética das áreas naturais, que havia perdido espaço em função do avanço de uma “civilização urbana”. A natureza se tornou um ponto de equilíbrio de uma sociedade que buscava a sua preservação a partir da criação de espaços protegidos. Assim, o conhecimento e o usufruto das paisagens e dos espaços naturais passaram a ser o contraponto de uma sociedade que se urbanizava (FRANCO, 2012).

A fragmentação dos saberes, a separação do conhecimento e das disciplinas também favoreceram esse entendimento. A dicotomia sociedade, cultura e natureza não foi totalmente superada, na medida em que pelas necessidades de recursos para manter a máquina de produção do mundo globalizado, essa separação continua a orientar as práticas dos seres humanos, bem como a forma de compressão dos fenômenos sociais modernos.

Desta forma, entendemos que o conhecimento múltiplo, na abordagem de questões sobre a relação sociedade natureza poderá favorecer à superação das dicotomias estabelecidas entre campos do conhecimento, pois como afirma Morin (2005), a visão atual tende a produzir uma cegueira pela fragmentação do conhecimento, e superar isso, seria essencial.

No campo do patrimônio, essa separação também se pauta numa relação complexa, uma vez que há, como já afirmamos, a dicotomia entre materialidade e imaterialidade como categorias distintas, e entre o cultural e o natural, como um paradigma à proteção do patrimônio, dissociando ainda a participação social mais ampla no processo de institucionalização dos bens culturais e naturais, compreensão que ainda orienta as políticas patrimoniais.

No tocante a nossa discussão teórica, vemos que a volta à natureza se deu como opção de lazer que surgiu como fuga da realidade, pois os seres humanos passaram a buscar na natureza uma fonte de renovação das energias antes de retornar para o estafante cotidiano das cidades (BOYER, 2003), e isso se deu pelo viés do consumo, e não por uma reaproximação com a natureza, uma vez que esta continua a ser destruída.

Ainda nessa direção, há outro termo a ser melhor precisado, pois comumente aplicado na relação turismo e bens patrimoniais: a paisagem.

O conceito de paisagem não foge à complexidade e a polissemia de sua definição. A paisagem, estudada por várias áreas, mas, sobretudo pela ciência de Vidal de La Blache é um tema de constante reflexão para os estudiosos ao longo do tempo. Ainda hoje, de forma geral, no processo de construção conceitual, mas principalmente, da gestão, o conceito e paisagem

ainda expõe a separação meio ambiente e cultura, refletindo, nesse sentido, tal complexidade sobre seu entendimento.

Para Delphim (2004), paisagem é um conceito sintético, pois é um somatório de diferentes elementos e da forma como se relacionam entre si, o homem e o meio. Um produto social, histórico e cultural, como expõe Milton Santos (2012), e por isso, não pode deixar de incorporar a natureza e a cultura em seu conteúdo.

Para Ab'Saber (2003), a paisagem é uma herança dos processos fisiográficos e biológicos – um patrimônio coletivo dos povos, que historicamente a herdaram como território de ação de suas comunidades.

Em que pesem as definições e abordagens teóricas sobre a paisagem, é preciso compreender o processo histórico de transformação da natureza em uma natureza socialmente produzida, que tornou os elementos dessa interação no que hoje se compreende como paisagem cultural (SAUER, 1998). Esse entendimento se constitui por um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, numa dimensão morfológica própria da relação entre suas partes, numa extensão histórica – um produto das relações humanas com o ambiente natural. A Paisagem cultural é modelada sobre a paisagem natural, e desse entendimento está a frase bastante conhecida de Carl Sauer, onde *“a cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural o resultado”* (SAUER, 1998, p. 59).

Entendemos, portanto, que há uma dicotomização no conceito de paisagem, ora entendido como natural, ora como cultural, mas que de fato, deve ser superado para um conceito que se aproxime do que Ab'Saber (2003) chamou de “espaço total”, quebrando essa dicotomia, mas que ao mesmo tempo mantem a ideia de paisagem cultural e natural, assim como a de patrimônio cultural e natural.

Agora, associar o fato turístico às paisagens é importante pois revela os modos de interação do turismo com o meio. Cruz (2002, p. 109) ponderando sobre as paisagens como produto de consumo turístico diz que *“a relação do turista com o lugar visitado é sempre transitória, passageira e, em grande parte das vezes fugaz”*. A paisagem transformada em paisagem turística é o contato, muitas vezes único que os turistas têm com o lugar visitado.

Nesse sentido, muitas paisagens são criadas, recriadas ou moldadas para o consumo turístico, contribuindo para o entendimento de que toda paisagem é, portanto, uma paisagem cultural, pois como sugere Luchiari (1999), as paisagens inventadas pelo turismo também são criações culturais, não existem na natureza, são uma espécie de intervenção humana intencional no espaço, com o sentido de satisfazer os desejos dos que a consomem.

Para o turismo, os bens culturais e naturais presentes na configuração das paisagens também são as formas apropriadas para o seu desenvolvimento, uma vez que fazem parte da infraestrutura local, e são elas, muitas vezes, os agentes da atratividade turística.

Por isso, há um processo contraditório na valorização das paisagens pelo turismo que é bastante conhecido, pois o turismo se apropria das paisagens e dos elementos contidos no espaço, fato que pressupõe a sua mercantilização, e transforma o turismo em uma prática social que se utiliza de símbolos, valores e crenças presentes nas paisagens para atingir objetivos estritamente próprios, que se espalha, do nível global, das paisagens excepcionais, até a esfera local, da natureza como apropriação social e patrimônio sentido.

Nessa relação, o turista passa a ser motivado pelo viés do consumo dos espaços e das paisagens (CRUZ, 2003), sendo este mais um conflito de uso e conservação dos bens naturais, em especial no contato dos turistas, que são os *outsiders*, como lembra Juliet Maccannell (2003), em relação ao patrimônio e às populações que habitam esses lugares.

O que está implícito no processo de desenvolvimento do turismo em áreas com essas características é que as populações locais deveriam sacrificar-se para dotar os visitantes das áreas urbanas de espaços naturais, de lazer e de “contato com uma natureza selvagem” (DIEGUES, 2001, p. 66).

Os bens naturais que recebem a denominação de patrimônio natural e também são de interesse turístico compreendem as formações físicas; biológicas e geológicas consideradas excepcionais; mas também os habitats de espécies animais e vegetais e as zonas que tenham valor científico, de conservação ou estético que são vistos como recursos para a ação turística local. O bem se converte em recurso e expressa sua forma utilitarista, ou seja, estes recursos são entendidos como “tudo aquilo que existe na natureza, atual ou potencialmente utilizável pelo homem” (UNESCO, 2005, p. 28).

O termo recurso natural é, no campo de conhecimento do turismo, caracterizado como um meio adequado para a realização de um fim, de um objetivo determinado (AULICINO, 1999). Nesse sentido, vistos como recursos turísticos, os bens que conformam o patrimônio cultural ou natural passam a ter um valor de uso e de troca, e essa definição, implica em uma relação mais cautelosa acerca dos limites e possibilidades de usos, com vistas à sua manutenção (AULICINO, 1999).

A exploração do patrimônio natural pelo turismo exige a elaboração de um planejamento que organize e racionalize todo o processo (AULICINO, 1999). Pois como afirma Hall (2004), para cada notícia de sucesso parece haver inúmeras outras de fracasso devido aos

impactos negativos da atividade. Deste modo, “o turismo é visto como importante fator de valorização, assim como de degradação ambiental” (RODRIGUES, 2001, p. 94),

Em se tratando dos usos do patrimônio natural, o interesse pelo que se denominou ecoturismo ou turismo ecológico tem se apresentado como uma “alternativa” para áreas naturais (legalmente instituídas ou não), ainda que, segundo Diegues (2001), o turismo ecológico também expressa o neomito de uma natureza intocada. Porém, esse tipo de turismo pode ser considerado na concepção de Michael Hall (2004, p. 17), como “um dos meios de conservar diversidade ecológica, oferecendo maior valor econômico para a conservação da flora e da fauna, que, caso contrário, poderia ser explorada de outras formas”.

Este conceito foi proposto pela primeira vez por Hector Ceballos-Lauscuráin em 1983 e pode ser interpretado como uma modalidade de turismo considerado sustentável, na qual o “patrimônio natural representa o eixo mobilizador da atividade” (IRVING *et al*, 2002, p. 95).

Para Rodrigues, o ecoturismo em linhas gerais:

É uma atividade econômica de baixo impacto ambiental que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, através das atividades recreacionais e educativas que contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade resultando em benefícios para as comunidades receptoras (RODRIGUES, 2003, p. 31).

Como visto, é um conceito polissêmico em que a valorização econômica e ecológica se aproximam (FURLAN, 2003). Seu significado compreende práticas pedagógicas, esportivas e de lazer junto a lugares de natureza, e o prefixo “eco”, de acordo com Eduardo Yázigi (1999), tenta ser um efeito moralizante, que traz originalmente uma ideia de educação e valorização ambiental. Contudo, para o autor, nada mais é do que mais um ‘eco’ inventado pelo capitalismo para amenizar os estragos que ele mesmo causou à natureza, atribuindo assim, certa cientificidade em organizar e legitimar a atividade turística como “não causadora” de impactos ao meio ambiente.

Para Yázigi (1999), é evidente que o segmento do ecoturismo como qualquer ‘eco’ vulgar perde sentido científico, e a falta de entendimento de que isso conduz a práticas alheias ao sentido da preservação é complementada por outras formas de turismo de contato com a natureza e tantos outros segmentos que aparecem a cada dia, ainda que, ao nosso modo de ver, toda atividade de turismo seja algo cultural, pois a decisão de viajar, para onde viajar e qual produto consumir parte dos anseios dos seres humanos, que se espelham em suas bases culturais para tomar decisões.

Yázigi afirma que não se pode negar que falar em ecoturismo, ou mesmo adjetivar o turismo como sustentável, é uma forma de roupagem que tenta reduzir os impactos ao meio ambiente de uma prática de contato direto e de usos da natureza. Para ele, trata-se também de um discurso ecológico e político, que busca a relativização dos impactos antrópicos em ambientes frágeis, visando à exploração econômica em longo prazo, sem que isso possa interferir no seu próprio desenvolvimento (YÁZIGI, 1999).

Essa modalidade de turismo ascendeu junto à preocupação diante das questões relacionadas com a degradação ambiental, que influenciaram a partir da década de 1970, a se pensar num modelo de turismo alternativo ao que aqui chamamos de turismo convencional.

A respeito deste debate, Sueli Furlan (2003) questiona se o ecoturismo que surge no contexto de uma atividade dinâmica e por vez voraz como o turismo pode realmente criar uma nova lógica de consumo? Se o ecoturismo passa a existir para “consertar ou estragar” as relações homem natureza? – Em resposta, a autora afirma que ainda há uma sensação de paralisia em relação aos impactos socioambientais da atividade, e que são as pesquisas que podem nos levar a refletir sobre os avanços e retrocessos do ecoturismo como modalidade de conservação ambiental.

Não são todos os especialistas e teóricos que veem o turismo de contato com a natureza como algo danoso. Sílvia Figueiredo (1999), por exemplo, considera que no Brasil, esse tipo de turismo é uma alternativa viável para regiões onde existem patrimônios naturais, também valoradas por patrimônios histórico-culturais, mas que necessitam, igualmente, de políticas consistentes e usos responsáveis.

Por sua vez, Rodrigues (2003), analisando os conceitos e usos do ecoturismo como recurso econômico e ambiental, afirma que dentre as principais questões levantadas pelos autores por ela consultados, está a necessidade de participação das comunidades locais para a garantia de retorno econômico e usos racionais da natureza, entre outras coisas, como a educação ambiental e uso responsável dos recursos naturais, práticas nem sempre compatíveis com os modelos vigentes de turismo tradicional.

Para Dóris Ruschmann (1997), o que deve ser considerado na relação turismo e natureza é o planejamento para cada tipo de destino. Com efeito, para atingir a sustentabilidade dos lugares apropriados para a visitação turística é preciso considerar outros fatores pouco debatidos, entre os quais está a participação e a inclusão social das populações locais no processo de planejamento e decisão, com vistas a objetivação do desenvolvimento local por meio do turismo.

Corroborando com esta concepção, Marta Irving afirma que:

É preciso compreender que qualquer ação no local deve resultar de uma demanda, ou minimamente de um pacto com os grupos sociais ali residentes e que mantêm, com esse território, uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. Assim, uma iniciativa que resulte apenas de uma decisão externa ou represente uma intervenção exógena à realidade e ao modo de vida locais, apenas atrelada a um interesse imediato do mercado, muito provavelmente não contribui para a promoção de inclusão social (IRVING, 2015, p. 63-64).

Essas questões atinentes à participação dos sujeitos locais no planejamento e execução da atividade turística serão também tratadas nos capítulos que se seguem, pois, a nosso ver, qualquer proposta de turismo em sua relação com bens culturais e naturais de significância social, precisa, antes de qualquer coisa, de acordos sociais que minimizem conflitos e busquem soluções consertadas.

Por participação social entendemos que é um conceito que se refere a democratização dos processos políticos a partir de uma perspectiva fundada nos direitos e deveres dos cidadãos em sua relação com as políticas sociais e da ideia de cidadania radicada num amplo compromisso social (AVRITZER, 2003; MILANI, 2008).

A participação social implica colocar a decisão pública em debate (AVRITZER, 2003). Trata-se do compromisso de participação dos diferentes atores (governamentais e não-governamentais), dando igual evidência à participação dos cidadãos na definição das condições de sua organização e associação (MILANI, 2008).

A não participação social das populações locais é uma condição histórica na decisão acerca da ativação do patrimônio cultural e de áreas naturais protegidas., bem como nas relações destes bens com o turismo. Ela não tem sido, de forma alguma, uma prática participativa, uma vez que diversos interesses são colocados à frente das necessidades mais imediatas das populações, na medida em que lugares que se tornaram patrimônio resultaram na exclusão da população residente pela não participação na esfera das decisões (ZANIRATO, 2009). A mesma questão se aplica ao planejamento turístico (IRVING, 2015).

Diegues (2001), por sua vez, ao discutir sobre a possibilidade de compatibilizar a conservação do patrimônio natural com desenvolvimento local por meio do turismo, considera:

As áreas protegidas poderiam garantir a sobrevivência dos habitats e também das populações nativas. As reservas poderiam preservar os modos de vida tradicionais ou diminuir o ritmo das mudanças a níveis mais aceitáveis e controlados pelos moradores locais. As populações nativas podem beneficiar-se da proteção de seus direitos sobre essas áreas, ou da venda de produtos, ou da renda gerada pelo turismo. (DIEGUES, 2001 p. 68).

De tal modo, é evidente que a relação entre a conservação do patrimônio e o desenvolvimento de atividades que envolvam o consumo de espaços com esses atributos é complexa e contraditória, e que essa associação revela o tom de paralisia sobre os avanços e retrocessos de tal tema (FURLAN 2003).

O turismo, ainda assim, é uma atividade que parece crescer sem limites (RUSCHMANN, 1999; HALL, 2004), e se apresenta como uma esperança para lugares que detém bens culturais e naturais. Por isso, há que se pensar em formas de sua reprodução socioespacial, principalmente em áreas frágeis e pequenas localidades, que apresentam grandes riscos de manutenção ao patrimônio e seus elementos.

De acordo com Paes (2016, p. 28), esta é uma questão difícil em se tratando do patrimônio (ativado), “pois enquanto a preservação patrimonial tende a congelar os bens tombados, restringindo ou limitando mudanças formais ou funcionais, a valorização turística incorpora novos usos ao território”. E tal incorporação modifica radicalmente suas funções originais, já que a valorização do bem se dá pelo uso mercadológico e não pelo uso do bem em si.

Portanto, é preciso debater a relação turismo e patrimônio – tencionar o dueto para compreender a possibilidade de associação do tema, que é central a esta tese, e responder a seguinte indagação, originalmente proposta por Prats (2003, grifo nosso): se, **Turismo + patrimônio = desenvolvimento local**.

Prats afirma que essa associação tem gerado muitas preocupações. Para ele, parece que não se tem dado a devida atenção ao tema por duas razões: 1º porque há uma “debilidade teórica e metodológica que impregna a elaboração e gestão de projetos turístico-patrimoniais” e, 2º, “por certezas comumente aceitas” (PRATS, 2003, p. 127, tradução nossa).

As certezas comumente aceitas ocorrem na medida em que existe uma relação muito próxima entre turismo e patrimônio, que destina a atividade de turismo à possibilidade de salvaguardar os bens dessa natureza por meio dos mais diversos segmentos do turismo. Quando se olha para os lugares instituídos como patrimônio e os grandes destinos turísticos, parece

haver harmonia entre eles; de um lado protegendo os patrimônios edificados e, de outro, motivando o desenvolvimento econômico.

A exemplo disso temos a visitação a lugares como Paris, Roma, Sevilha, Viena, etc. onde efetivamente o turismo favorece a entrada de receitas e a conservação e permanência do legado edificado. Isso não significa que não haja conflitos, como vistos em relação à população local e ao grande número e comportamento dos visitantes. O mesmo se pode dizer em relação a lugares que concentram significativo patrimônio natural, no qual o turismo se apresenta como uma possibilidade de preservá-los, como se vê em lugares da Austrália e em Costa Rica.

Do mesmo modo, não podemos ignorar que a visitação descontrolada cause impactos ao meio natural, como o incremento do consumo do solo, de água e energia, da modificação da paisagem, do aumento da produção de resíduos, da perda de valores tradicionais e do aumento dos preços que afeta a população local (SANTAMARTA, 1998).

Essa questão também é exemplificada por Zanirato (2011) ao tratar do turismo em áreas protegidas e mostrar como ele resulta na descaracterização da paisagem, poluição da água, ar e solo, perda de parcelas da biodiversidade, alterações comportamentais nas espécies da fauna e em impactos físicos no solo e na vegetação.

Essa relação patrimônio ativado e turismo nem sempre existiu, mas foi incentivada a partir da globalização do turismo e das recomendações da *Carta de Turismo Cultural*, elaborada pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), uma organização não-governamental mundial associada à UNESCO, em 1976, (retificada em 1999) que sugeriu que o turismo poderia exercer uma influência significativa na conservação dos monumentos e sítios importantes. De acordo com esta Carta:

O turismo nacional e internacional foi e continua a ser um dos principais veículos do intercâmbio cultural. Proporciona experiências profissionais, não só a partir da observação dos vestígios do passado, mas também através do contato com a vida atual de outros grupos humanos. É, pois, cada vez mais reconhecido como uma força positiva que favorece a conservação do património natural e cultural. O turismo pode aproveitar as vantagens económicas do património e utilizá-las para a conservação deste, criando recursos, desenvolvendo a educação e reorientando as políticas. Representa um desafio económico essencial para numerosos países e regiões, e pode constituir um fator importante de desenvolvimento, se for gerido com sucesso (ICOMOS, 1999, p.1).

A essa Carta se seguiu a utilização e a associação entre turismo e patrimônio com vistas às possibilidades de desenvolvimento local e considerado como sustentável, pondo então, o turismo como um importante aliado para salvaguardar os patrimônios da humanidade. Todavia,

considera Prats (2003), isso não tem passado de um fetiche e discurso, com diferentes significados e interesses dominantes, pois não ocorre da mesma forma em todos os lugares.

Toda essa discussão, esses aportes teórico-conceituais são considerados necessários para compreender e aprofundar os estudos da complexidade do turismo e do patrimônio, e, com efeito, ver se o turismo, na dimensão dos bens culturais e naturais, pode ou não ser um fator para o desenvolvimento, principalmente no âmbito local. Essas questões são fundantes aos objetivos desta tese, qual seja, verificar os limites e possibilidades que se estabelecem da associação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro, no estado de São Paulo.

2.3 NEXOS ENTRE PATRIMÔNIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

As heranças culturais, os testemunhos da história, os lugares da natureza e as paisagens são lembrados como elementos do patrimônio que merecem proteção, e que, ao mesmo tempo, podem estimular o desenvolvimento socioeconômico em grande parte associados ao fenômeno social chamado turismo.

Garantir os usos sociais e a conservação dos mais diversos patrimônios têm se tornado um desafio bastante complexo pelos conflitos entre a proteção e o acesso a tais bens, e são ainda mais complicados quando a isso se vê a articulação com o consumo turístico.

Buscando ampliar a discussão a partir da indagação de Llorenç Prats (2003) exposta no final do item anterior, se turismo mais patrimônio podem gerar processos de desenvolvimento? – E seguindo a proposta de apresentar os entendimentos teórico-conceituais fundantes da pesquisa, apresentamos neste item o que se entende por desenvolvimento local e como o turismo em associação ao patrimônio pode estimular tal processo.

Celso Furtado (2000), citando Hegel, explica que historicamente a humanidade se tornou o principal sujeito no processo de reprodução social numa lógica de progresso. Para o economista brasileiro, essa é uma visão otimista, uma vez que, segundo o pensamento de Hegel, a sociedade seria mais produtiva e menos alienada a partir de seu progresso material, condição para a superação futura de suas próprias contradições e desigualdades. Todavia, para Furtado (2000), o progresso, como sinônimo de desenvolvimento, ainda que esteja no horizonte das possibilidades do ser humano, se tornou algo distante de ser alcançado pelo modo de reprodução e distribuição desigual do capital, fato que não corrobora com a teoria Hegeliana.

Mas, longe de ter um conceito bem definido e de fácil assimilação, o desenvolvimento somado aos seus mais diversos adjetivos, como o econômico, social, nacional, regional, local e ao controverso desenvolvimento sustentável, traz em si, assim como patrimônio e turismo, a complexidade de compreensão dos seus múltiplos significados em um conteúdo polissêmico.

O desenvolvimento pode ser entendido de modo geral como um processo econômico, social e político de uma determinada comunidade que tem como expectativa a satisfação de seus anseios e necessidades frente às dinâmicas socioeconômicas e político-culturais pré-estabelecidas (FURTADO, 2000).

Confunde-se, normalmente, desenvolvimento com crescimento econômico, sendo o desenvolvimento abreviado a uma mera questão de desempenho macroeconômico e mensurado por dados estatísticos (FURTADO, 2000). O autor afirma ainda que a ideia de desenvolvimento deveria ser condizente com a realização das potencialidades humanas e sua ação cultural e criativa no espaço, empregado como algo positivo para o desenvolvimento humano. Entretanto, ao reduzir o entendimento ao aspecto unicamente econômico, dificulta-se a sua interpretação.

Para José Eli da Veiga (2006) há três tipos básicos de respostas para o que seria o desenvolvimento: A primeira é tratá-lo como sinônimo de crescimento através da análise de indicadores econômicos, assim como explicitou Furtado; a segunda, seria de que o desenvolvimento não passa de uma ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica para impor projetos de acumulação dos capitalistas, e por fim, a que Veiga chama de caminho do meio, onde para ele, o desenvolvimento nada tem de quimérico, sendo esse o caminho mais desafiador, pois é bem mais difícil de ser trilhado, uma vez que se aproxima do que pode ser entendido como desenvolvimento sustentável, pois além do reconhecimento das desigualdades promovidas pelo atual modelo de econômico, há uma tomada de consciência sobre os efeitos desse crescimento na sociedade, sobretudo, no meio ambiente.

No entanto, antes de pensar em sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, devemos nos atentar para a redução desse pensamento para a escala local do desenvolvimento. As transformações do capitalismo a partir das crises de acumulação na década de setenta deram origem à reestruturação produtiva do sistema e a desregulamentação financeira das economias (VEIGA, 2006). O neoliberalismo tomou conta e globalizou as economias nacionais, e neste contexto, a pressão do mercado e as desigualdades promovidas por essa ofensiva do capital, como um resíduo de contestação, surgiram novas formas econômicas autogeridas e com forças endógenas voltadas basicamente ao desenvolvimento local (VEIGA, 2006).

No processo de globalização, pautado no consumo exagerado de bens naturais e na internacionalização do capital, o desenvolvimento em escala global focou nos resultados da macroeconomia no nível dos países industrializados na esfera da produção e do consumo, sempre associado ao progresso material e à modernização tecnológica (ULTRAMARI e DUARTE, 2009). O crescimento econômico passou a ser visto como reflexo da acumulação capitalista e não da distribuição das riquezas produzidas, principalmente nos países inseridos no contexto do chamado subdesenvolvimento, afetando consideravelmente as esferas locais (ULTRAMARI e DUARTE, 2009).

Por isso, o desenvolvimento local passou a ser visto como uma estratégia de reestruturação econômica e social, entendido como uma política feita de e para a esfera local. Baseia-se em novas formas de organização distintas das políticas de desenvolvimento tradicionais. São políticas que deveriam ser, fundamentalmente, pautadas em políticas públicas inclusivas e ampla participação social (VEIGA, 2006; ULTRAMARI e DUARTE, 2009).

Para Clóvis Ultramari e Fábio Duarte (2009), a noção de desenvolvimento local surge a partir da percepção de que o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico pós-II Guerra Mundial não se preocupava com a equidade social, ou com a diminuição das desigualdades territoriais promovidas pela hegemonia do sistema capitalista globalizado e neoliberal; da constatação de que na relação de distribuição da riqueza e do consumo em nível mundial, os ricos estavam cada vez mais ricos e os pobres mais pobres.

No Brasil, é evidente que o processo histórico de nosso desenvolvimento não gerou oportunidades iguais e se pautou na centralização do território e na promoção de um modelo de desenvolvimento que se deu de forma concentrada (POCHMANN, 2007). Contudo, nos últimos anos se veem algumas iniciativas e experiências inovadoras focalizadas no âmbito local, como resposta a um padrão que prevaleceu no país durante muitas décadas (POCHMANN, 2007).

O desenvolvimento local é uma concepção que pode ser aplicada a diferentes recortes espaciais e aglomerados humanos, como afirma Sérgio Buarque (1999), desde a pequena escala, que inclui comunidades rurais, comunidade tradicionais e assentamento de reforma agrária, até municípios ou microrregiões homogêneas. Seu enfoque de planejamento é baseado nos recursos endógenos (humanos, culturais, naturais, de infraestrutura). É preciso ter claro que o local não é sinônimo de pequeno, mas de um limite territorial que tem características similares em sua dinâmica socioespacial.

Para Buarque, o desenvolvimento local pode ser definido como:

Um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (BUARQUE, 1999, p. 10).

Ainda relativo a essa questão, surgiram outras concepções de desenvolvimento que também podem ser aplicadas ao nível local, como as discutidas por Amartya Sen ([2000], 2007). Para o autor, as sociedades só atingiriam o pleno desenvolvimento quando fossem extintas todas as formas de privação de direitos e de liberdades coletivas e individuais, como a pobreza, opressão, carência de oportunidades econômicas, negligência de serviços públicos, interferência excessiva de governos repressivos entre outras formas de privação das liberdades humanas.

Francisco de Oliveira (2011, p.14), por sua vez, diz que “a dimensão substantiva do desenvolvimento local se refere à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar de ‘governo local’”. Este autor considera que o desenvolvimento local deveria corresponder à noção de desenvolvimento humano, direcionado ao bem-estar coletivo e à qualidade de vida da população.

O desenvolvimento local, portanto, se baseia na capacidade de uma comunidade de conduzir o próprio processo de desenvolvimento a partir da utilização responsável dos recursos naturais e culturais disponíveis, um processo que se opõe, nesse sentido, ao conceito de desenvolvimento econômico frequentemente proposto por agentes externos ou por dependência dos interesses escusos do poder público com o capital privado nas diferentes esferas de atuação governamental.

Este modelo de desenvolvimento tem como implicação a garantia das liberdades sociais e deve ser concebido como uma alternativa à hegemonia do capital, ou então reproduzirá os mesmos vícios do desenvolvimento com alicerces meramente economicistas (OLIVEIRA, 2001; SEN, 2007).

O desenvolvimento local deve ser a base para o desenvolvimento humano, um novo paradigma contra uma sociedade em constante conflito e que ainda se mostra extremamente desigual (OLIVEIRA, 2011). No mesmo sentido, para atingir o esperado desenvolvimento local é necessário gerar um processo capaz de reativar a economia por meio do aproveitamento dos seus recursos endógenos, de modo a estimular o desenvolvimento socioeconômico e melhorar a qualidade de vida da comunidade (RAMIREZ e BENITO, 2000).

A noção de desenvolvimento local também se associa a um modelo econômico praticado pelos países “desenvolvidos” e ratificado por organismos internacionais a partir da década de 1970, que impactou sobremaneira as esferas de governo em todos os níveis, como consequência da diminuição do papel do Estado como agente do desenvolvimento social. À vista disso, houve uma descentralização dos poderes, alterando o papel dos municípios que passaram a se tornar agentes do seu próprio desenvolvimento (ULTRAMARI e DUARTE, 2009).

No caso brasileiro, a Constituição Federal (CF) de 1988 trouxe esse mesmo entendimento ao protagonismo local, atribuindo maior autonomia aos municípios, e o tema do desenvolvimento passou a ser recorrente nas agendas locais com reflexo na esfera política, econômica, social e cultural, e também na agenda ambiental (ULTRAMARI e DUARTE, 2009).

Deste modo, o cargo de atrair investimentos e elaborar políticas setoriais passou a ser de responsabilidade do município, que a partir de então se viu em grandes dificuldades, por ter que lidar diretamente ou compartilhar com áreas antes prioritárias dos governos federal e estadual, como saúde, educação, lazer, infraestrutura urbana, entre outras (ULTRAMARI e DUARTE, 2009).

Com a concorrência em atrair o capital para investimentos locais se viu a ampliação na oferta de serviços, em grande parte com interesse do mercado privado. Por outro lado, as demandas por serviços sociais básicos ficaram a cargo do poder municipal, que nem sempre concentra recursos suficientes para tal responsabilidade. Nesse processo, observou-se um repasse das responsabilidades para a sociedade civil, que precisou se organizar para participar de associações e movimentos por direitos e acesso às políticas públicas, em especial por meio de conselhos municipais e da gestão participativa (ULTRAMARI e DUARTE, 2009).

Nesta tese, veremos como o município estudado tem concebido o desenvolvimento local a partir deste paradigma, e como tem se dado a participação social nesse processo, condição que a nosso ver é fundamental para se pensar na associação turismo e patrimônio como elementos para o desenvolvimento local e conservação dos bens patrimoniais.

Vemos que de modo geral, prevalecem duas ideias principais sobre o desenvolvimento: uma pautada em seu aspecto economicista e outra num sentido mais humanista, mas que no bojo das transformações da sociedade, delegou-se, sobretudo nos últimos anos, maiores poderes às escalas locais que passaram a desenhar o seu próprio destino.

Diante do exposto, verifica-se que as propostas de desenvolvimento local também se inserem nos discursos do turismo e do patrimônio, ainda que não tenha dedicado a essa associação a dimensão que ela merece.

No caso da relação turismo e desenvolvimento, o turismo tem um significado diferente em cada lugar – é uma atividade característica a partir de sua oferta, desde o turismo de massas convencional até o turismo em pequena escala, ou por se tratar de uma atividade de lazer, que muitas vezes não é visto como “assunto sério” (SOUZA, 1997). O turismo não é somente uma fonte de geração de renda, mas igualmente exerce grande influência sobre a cultura e o espaço nas localidades receptoras e, por isso, como afirma Souza (1997, p. 17), merece “mais que um lugar subalterno no contexto da reflexão teórica sobre o desenvolvimento”, seja ele, nacional, regional ou local.

As preocupações com o turismo e o desenvolvimento local no Brasil se voltam ao intenso crescimento do setor a partir dos anos noventa do século XX. As análises mais críticas do fenômeno na época estavam direcionadas ao olhar geográfico sobre a necessidade de se pensar o espaço do turismo em escala reduzida, e que se diferenciasse das abordagens da associação sol e praia do turismo convencional, para que pudesse se tornar um elemento para o desenvolvimento local em regiões socioeconomicamente deprimidas (RODRIGUES, 1998).

Davis G. Sansolo (2009) afirma que o desenvolvimento do turismo no Brasil sempre foi conduzido pela iniciativa privada, sem a participação do poder público no tocante ao planejamento da atividade. Para o autor, mesmo após o avanço do interesse governamental pelo turismo, as ações ficaram centradas na urbanização de espaços onde já haviam grandes fluxos de turismo, que ficou restrito ao modelo mercadológico de reprodução de espaços já consolidados.

A instituição do Ministério do Turismo (MTUR) no ano de 2003 e a incipiente profissionalização do setor motivou a ampliação do debate sobre o papel do turismo no desenvolvimento local, em áreas antes desconsideradas pelo mercado. A partir de reflexões e experiências diversas se constituiu um arcabouço teórico sobre o tema, em especial nos lugares em que o turismo tem se mostrado uma oportunidade de desenvolvimento e conservação dos bens culturais e naturais (SANSOLO, 2009).

Silveira *et al*, (2001) estudiosos dessa temática, afirmam que o desenvolvimento local deve criar condições para a integração dos cidadãos e do território em um processo espontâneo e autônomo. Para eles, é fundamental que sejam instituídos meios de discussão entre os diferentes atores da sociedade e que a participação seja indutora do turismo local.

Embora o turismo tenha se mostrado uma atividade pautada na possibilidade de desenvolvimento pelo viés econômico, estabelecido de modo geral a partir do mercado, não se diferenciando de qualquer outra atividade econômica que tem por finalidade o lucro imediato e as relações de compra e venda de produtos, tem havido nos últimos anos tentativas de fomentar o desenvolvimento com base local, fundado nos chamados Turismo de Base Local (TBL) e Turismo de Base Comunitária (TBC).

O TBL e o TBC são modelos de desenvolvimento do turismo voltado às possibilidades de geração de oportunidades sociais, com a participação da população e/ou comunidade em todo o processo de desenvolvimento, bem como à conservação dos bens culturais e naturais existentes (CORIOLANO, 2006, 2007, 2009; MENDONÇA, 2011; SAMPAIO *et al*, 2011, RODRIGUES 2007; MALDONADO, 2009; IRVING, 2015).

Por desenvolvimento com base local entendemos um processo em que o maior desafio é a inclusão social e a melhoria das condições de vida de determinado lugar, região ou território. Rodrigues (2007) considera que o desenvolvimento com base local carrega um forte componente ideológico, pois antes de tudo é social, sem necessariamente ser vinculado com o desenvolvimento econômico.

Para Vasquez-Barquero, o desenvolvimento com base local:

É um processo de crescimento e transformação estrutural que, mediante a utilização de um potencial de desenvolvimento existente no território, conduz a uma melhora do bem-estar da população local e ou regional. Quando a comunidade é capaz de liderar este processo de transformação estrutural, diz-se que está em curso o desenvolvimento local ou endógeno (VASQUEZ-BARQUERO, 2000 *apud* RODRIGUES 2007, p. 20).

Esta concepção também se aproxima, ainda que com a devida precaução, do que pode ser chamado de desenvolvimento com bases sustentáveis, pois é um paradigma que deve considerar a democratização de oportunidades, a justiça social e a consideração da resolução dos conflitos como norteadores do planejamento e do compromisso com a cultura e com a conservação dos recursos naturais (IRVING, 2002).

O conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe a máxima de que é preciso desenvolver de maneira a preservar os recursos disponíveis para as futuras gerações, o que se apresenta como uma contradição em si, mas que deve ser encarado como um modelo que “rompe com a noção de equivalência entre desenvolvimento e crescimento econômico, até recentemente apreendida como dogma” (IRVING, 2002, p. 36).

A concepção de desenvolvimento sustentável, para Irving (2002), significa um novo paradigma, uma nova ética para a democratização de oportunidades e justiça social. E no caso do turismo, o papel de articulação entre os sujeitos sociais e políticos no desenvolvimento da atividade deve ter em conta que uma abordagem meramente econômica não considerará os impactos sociais, ecológicos e culturais do seu desenvolvimento, por isso, não poderá ser chamado de sustentável, e deste modo, como observa Hall (2004), poderá acirrar os conflitos que emergem da prática turística, principalmente onde há a presença de bens culturais e ou naturais significativos.

À vista disso, observamos que há de se considerar a existência de conflitos entre o patrimônio, a prática do turismo e o desenvolvimento, pois mesmo a partir de uma perspectiva local, a ativação do patrimônio é logo incorporada como oferta turística, e os casos de sucesso tendem a promover uma euforia, principalmente baseada em discursos de que o turismo promoverá o desenvolvimento socioeconômico e contribuirá para a salvaguarda do patrimônio, ou como expõe Prats (2003), onde muitas vezes, o patrimônio é incorporado pelo negócio do turismo. Mas, por outro lado, há lugares onde não há turismo, e os bens ativados se encontram em dificuldades de manutenção. O mesmo pode acontecer em lugares onde há um patrimônio reconhecido por apropriação social, onde o turismo se estabelece e tende a causar conflitos e contradições em seu modo de reprodução.

Prats (2003) afirma que embora não haja uma resposta única a respeito dos limites e possibilidades na relação do turismo com o patrimônio e o desenvolvimento local, não é possível estabelecer confiança na resposta devido à subjetividade do tema abordado, das incertezas e contradições apontadas pela associação entre eles, assim como os próprios conceitos aqui abordados, pois eles, por essência, são complexos e expressam múltiplos significados, por vezes contraditórios.

O mercado, seja como adversário ou como aliado, está presente, de modo implícito ou explícito, nos discursos e políticas de patrimônio e turismo. Mas, nas últimas décadas tem havido uma intensificação dessa relação, de modo que cada lugar ativado como patrimônio, ou que detém um patrimônio sentido, é, ou, busca tornar-se um atrativo turístico, especialmente com amplo interesse do mercado turístico-cultural (CHOAY, 2017). A vinculação do patrimônio com o turismo, de acordo com Prats (2006), portanto, representa a sua introdução no mercado, fato que produz mudanças qualitativas nos modos de uso dos patrimônios.

De um modo geral, das inúmeras imbricações do turismo é a econômica que, segundo Rodrigues (2007), recebe maior atenção dos estudiosos, do setor privado e dos governos que

alardeiam seus efeitos positivos e estimativas de crescimento em curto prazo, na medida em que o turismo se alastrou de forma rápida e contínua acompanhando um mundo cada vez mais globalizado. No entanto, sob uma diferente perspectiva, estão as iniciativas locais de desenvolvimento turístico, baseadas em projetos que podem gerar benefícios para as comunidades receptoras. Esse modelo tem uma intrínseca relação com o patrimônio e com a identidade cultural das localidades receptoras, pois utiliza os bens disponíveis que se aportam no lastro social dos lugares, onde o turismo surge com possibilidade (RODRIGUES, 2007).

Investir num desenvolvimento do turismo com base local pode ser uma via possível para a redução das desigualdades, ainda que por vezes seja uma proposta utópica, em meio a muitas ambiguidades, pois o turismo é fortemente permeado por muitas contradições e se desenvolve sob o contexto de uma economia de mercado. Ainda assim, nos dizeres de Irving, há experiências inovadoras, sobretudo nos últimos anos (IRVING, 2015).

Ao se pensar nessas imbricações e nos usos sociais do patrimônio, García-Canclini (1999) estabelece algumas razões que motivam a salvaguarda do patrimônio, dentre as quais acentua: a *tradicionalista ou folclorista* em que a finalidade do patrimônio dever ser a sua preservação; a *construtivista*, em que o patrimônio é resultado de uma construção social e representante de ideias e identidades dominantes, assim como expusemos ao conceituar o patrimônio cultural e natural no percurso da história; a *participacionista*, em que a conservação é posta em processo de participação social, voltada às necessidades sociais da comunidade para a manutenção da memória, mas também as suas necessidades presentes e futuras; e por fim; a *produtivista e mercantilista* que vê o patrimônio como um recurso de reprodução do capital e disponível para o consumo dos ‘outros’, em especial, o consumo turístico.

Observando as ponderações de García-Canclini (1999), Rodrigues (2001) explica que resta saber se elas podem conviver em harmonia ou se são excludentes entre si. Considera a autora que a única que pode promover o benefício estritamente econômico parece ser a do paradigma *produtivista mercantilista*, mas é imprescindível considerar também o paradigma *participacionista*. E, nesse sentido, é justamente nas dificuldades de pactuar esses dois paradigmas que identificamos as interfaces que se estabelecem entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local.

Deste modo, os conflitos em relação a salvaguarda do patrimônio e a sua valorização pela sociedade se articula com significados mais recentes, que se aproximam da lógica produtivista mercantilista, mas também participacionista. Entretanto, essa lógica deve ser considerada a partir dos limites e possibilidades da valorização e da descaracterização, causadas

exatamente pelos usos sociais do patrimônio em cada lugar, pois, há de se considerar que essas relações também se manifestam de forma distinta em distintos lugares.

Nesse sentido, podemos sintetizar que o turismo como possibilidade de desenvolvimento se tornou em âmbito mundial a representação do processo de globalização da economia e da sociedade, com maior evidência nas grandes cidades e destinos turísticos consolidados através do crescimento exponencial do chamado turismo de massas e da expansão do patrimônio em nível mundial. Todavia, também encontrou espaço nas pequenas localidades, como possibilidade de desenvolvimento local. Mas em ambos os casos, no processo de seu desenvolvimento, o turismo tem se apresentado como uma atividade que atribui novas funções aos lugares, à cultura e à natureza, e isso influencia os modos de vida e a dinâmica socioespacial das comunidades receptoras, tornando-o, assim, um fenômeno social complexo e de difícil compressão, e que por assim entendermos, requer análises mais aprofundadas a partir de cada realidade.

Na equação antes proposta, no entendimento de Prats (2003, p. 135, tradução nossa), a resposta para a pergunta se turismo mais patrimônio é igual a desenvolvimento seria: “depende”. Isto porque há tantos casos em que o desenvolvimento turístico “ignorou e devastou diretamente o patrimônio, em todas as suas expressões, provocando impactos insustentáveis em longo prazo”.

Mas é justamente por esta evidente complexidade que envolve o espaço do turismo e sua relação com os bens patrimoniais, que não podemos reduzi-lo a uma atividade que geraria apenas crescimento econômico. Cabe discutir o bônus e o ônus do desenvolvimento do turismo em associação com os patrimônios (ativados ou não), visto que as comunidades têm expectativas de desenvolvimento e de que os bens tidos como patrimônio estão expostos a diversos riscos quanto à sua conservação para as gerações vindouras. O que se espera é que o patrimônio não desapareça, seja valorizado e contribua para o desenvolvimento local, questões de difícil conciliação.

Esta é a discussão que levamos adiante em nossa análise aplicada ao estudo de caso realizado no município de São José do Barreiro.

3 SÃO JOSÉ DO BARREIRO: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NO CONTEXTO DO VALE HISTÓRICO PAULISTA E SERRA DA BOCAINA

Em meio a encostas arredondadas, morros e vales profundos, a Nordeste do estado de São Paulo, entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, encontra-se a Serra da Bocaina. Encravado em seus vales seis municípios correspondem ao hoje denominado *Vale Histórico Paulista*. São eles: Queluz, Silveiras, Areias, São José do Barreiro, Arapeí e Bananal. Administrativamente, esses municípios pertencem à mesorregião do Vale do Paraíba Paulista e Litoral Norte e a microrregião de Bananal, próximos à divisa com o Estado do Rio de Janeiro.

Figura 1: Localização dos municípios do Vale Histórico Paulista no estado de São Paulo

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2020.

Os seis municípios possuem características semelhantes, tanto do ponto de vista histórico-cultural e ambiental, quanto por suas dinâmicas urbanas e rurais passadas e atuais. São pequenas cidades que se assemelham por suas origens, forma e funções desenvolvidas na dinâmica regional. Apresentam centros urbanos reduzidos, compostos principalmente de

permanências dos tempos pretéritos e áreas rurais hoje empobrecidas, além de um evidente patrimônio natural na exuberância das paisagens e na biodiversidade da Mata Atlântica.

Neste capítulo buscamos apresentar e entender o processo histórico de formação socioespacial da região do Vale Histórico Paulista e Serra da Bocaina e verificar as atuais dificuldades de desenvolvimento do município de São José do Barreiro. Decidimos por esta opção pois recorrer à história da região possibilitou compreender os modos de produção de um espaço que outrora gozou de opulência e riquezas e que atualmente apresenta um cenário de dificuldades de desenvolvimento e manutenção das permanências reconhecidas como patrimônio. Além do mais, investigar esse processo foi fundamental para entender as dinâmicas passadas e presentes do município, para posteriormente melhor compreender os limites, possibilidades e expectativas futuras de desenvolvimento local.

3.1 FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DOS VALES DA BOCAINA

Antes da chegada dos portugueses ao Brasil e muito antes da “conquista” do sertão eram os índios que percorriam os caminhos entre o litoral e o planalto da Capitania de São Vicente. Estes caminhos e trilhas posteriormente favoreceram a ocupação do território e a fundação de diversos povoamentos, pousos e paragens montanha acima. Para Maria de Lourdes Zuquim (2007), esses diversos caminhos definiram a lógica de ocupação do território paulista pelos portugueses.

A interiorização da colonização portuguesa no atual estado de São Paulo deveu-se as expedições “mato adentro” com o objetivo de capturar os índios para escravização e buscar alternativas ao isolamento geográfico comparado às demais regiões do Brasil colônia, principalmente pelo pujante desenvolvimento econômico do Nordeste com a cultura da cana-de-açúcar (ZUQUIM, 2007).

Nos primórdios do século XVI, os paulistas ainda estavam situados basicamente no litoral e entre a costa e o planalto de Piratininga, atual cidade de São Paulo, em roças de subsistência. A Vila de São Paulo era um lugar pequeno, cumpria apenas a função de paragem, descanso e ponto de partida para os que seguiam para o interior do Brasil (ZUQUIM, 2007).

As dificuldades econômicas enfrentadas pelos paulistas e o contato com os índios de quem adquiriram conhecimento, inicialmente, determinaram as bandeiras de preação⁷ e

⁷ Incursões na mata para a captura de indígenas.

mineração no território paulista. A localização da Vila de São Paulo e a confluência dos rios Tietê, Tamanduateí e Paraíba conformaram a estratégia ideal para a conquista do interior (ZUQUIM, 2007). Para esta autora, “a expansão do território avançou pelo rio Tietê e originou novos povoamentos, dentre os quais Mogi das Cruzes, que era o ponto de acesso do Planalto Paulista para o Vale do Paraíba” (ZUQUIM, 2007, p. 22).

No ano de 1601, o bandeirante André Leão, partiu de São Paulo por uma trilha indígena seguindo pelo rio Paraíba em busca de minas de prata. Depois desta expedição, que alcançou as Minas Gerais, muitas outras se seguiram utilizando os caminhos do Vale do Paraíba e também das matas da Serra da Bocaina, conhecidos na época como *caminho dos Guaianás* (ZUQUIM, 2007, ANTÔNIO FILHO, 2009), onde habitavam também os índios Puris (ZANIRATO, 2016).

A partir de então, a apropriação das terras no Vale do Rio Paraíba Paulista remete ao ano de 1628, sob a égide das Ordenações do Reino, no regime fundiário instituído pela concessão de sesmarias àqueles que possuíam capacidade de explorá-las (ZANIRATO, 2016).

A ocupação do espaço com a entrada dos portugueses em busca de metais preciosos e a apropriação de terras basicamente para a instalação de engenhos de cana-de-açúcar levou ao aprisionamento dos indígenas para os trabalhos iniciais de exploração. Muitos anos depois, já no início do século XIX, os índios Puris estavam praticamente exterminados, de acordo com as observações feitas pelos viajantes europeus Spix e Martius (1981).

Esta situação se manteve até o ano de 1693, quando da descoberta de metais preciosos nas Minas Gerais, especialmente ouro e diamante, consolidando o Vale do Paraíba e os caminhos da Serra da Bocaina como rota de passagem para o escoamento dos metais que naquele século utilizaram os portos de Parati, Mambucaba, Angra dos Reis, São Sebastião (atual Rio de Janeiro) e Ubatuba, percorrendo um longo caminho desde as Minas Gerais, cruzando o Rio Paraíba e a Serra da Bocaina até atingir o litoral (ZUQUIM, 2007). A intensa procura por metais preciosos e toda a estrutura para dar suporte às longas viagens criaram um trânsito de pessoas e mercadorias pelos vales e serras da região (ZUQUIM, 2007).

Com a descoberta do ouro e do diamante, intensificou-se a colonização do centro-sul do Brasil e a ocupação do interior do país, especificamente Minas Gerais. Neste período, as trilhas dos Guaianás foram importantes para circulação das mercadorias, das pessoas e do escoamento dos metais. Foi dessa maneira que a ocupação do território brasileiro deixou o nordeste e os engenhos de açúcar para a economia dos metais preciosos no centro-sul do país (BARROS, 1967).

Com o aumento da circulação de pessoas e mercadorias na região do Vale do Paraíba a partir do século XVII, novos caminhos foram trilhados. Surgiu nessa época a figura do Tropeiro e, conseqüentemente, pequenos pousos para abrigar esses viajantes (BARROS, 1967). As trilhas estabeleceram uma relação comercial intensa e aproximaram as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, tendo o Vale de Paraíba como intenso polo de circulação de pessoas e mercadorias (BARROS, 1967).

Os diversos caminhos, principalmente os que iam até Parati, como o *caminho de Mambucaba*, segundo relatos, eram muito difíceis de transpor. Eram dificuldades de todos os tipos:

Desde a geografia local até a eterna ameaça de emboscadas de roubo de cargas. A transitabilidade pelos caminhos pela serra era preocupação permanente da Coroa, pois por ali tinham de passar todos os produtos manufaturados e alimentícios que garantiam a sobrevivência dos que viviam nas áreas de extração de ouro e diamantes, e também era por ali que o ouro e diamantes chegavam ao porto para serem enviados para a Europa (ZUQUIM, 2007, p. 27).

A autora explica que dentre as medidas tomadas pela Coroa Portuguesa estavam a criação das casas de registro e também a transformação do caminho de Mambucaba no único traçado para a circulação de pessoas e mercadorias, pois “quanto mais caminhos houvessem, mais descaminhos haveria” (ZUQUIM, 2007, p.29). Foi assim que a região do Vale do Rio Paraíba se tornou importante economicamente, onde se reuniram os centros administrativos e de fiscalização da Coroa Portuguesa em relação a exploração mineral.

A região tornou-se área de intenso tráfego e de produção agrícola para dar suporte às minas. Em pouco tempo, surgiram no interior pequenas povoações, que serviram de base para as futuras explorações ou para novos pontos de pouso (ZUQUIM, 2007, p. 29).

O pleno desenvolvimento econômico do Centro-sul do país pós-descoberta das Minas Gerais contribuiu para a transferência da capital da colônia de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro (BARROS, 1967). A circulação entre os portos, o vale do Paraíba e as Minas Gerais perceberam assim um grande impulso econômico nesta época, além do mais, o aumento no fluxo de pessoas (cerca de 800 mil portugueses) que transitavam pelos caminhos da Bocaina corroboraram para que a Coroa Portuguesa investisse no chamado *caminho novo* ou *caminho novo da Piedade* (ZUQUIM, 2007; MORENO, 2012). Esse caminho novo serviu também para fortalecer a cidade do Rio de Janeiro como centro do poder da Coroa portuguesa.

A construção do caminho novo e, logo a seguir o aprofundamento da política do português de tomar para si integralmente todas as ações de controle sobre a produção, a circulação e a arrecadação de impostos sobre o ouro – que caracterizou uma situação de “agora é o Rei quem cuida dos negócios” – levaram à importante consequência de afastar os bandeirantes dos negócios do ouro e, também consequentemente afastou-os dos caminhos do Vale do Paraíba (ZUQUIM, 2007, p. 33).

O caminho novo foi concluído por volta de 1790 e nos primórdios do século XVIII destacavam-se nele as cidades de Taubaté, Guaratinguetá e Cunha (conhecida com Boca do Sertão) no Vale do Paraíba, e a cidade de Parati no Rio de Janeiro já convertida no porto principal na Bahia de Ilha Grande, que também exercia importante função de defesa (ZUQUIM, 2007). Essas cidades concentravam os serviços de fundição, fiscalização e controle, além da cobrança de impostos sobre os metais trazidos de Minas Gerais, chamados de quintos (ZUQUIM, 2007). Como desdobramento, se viram novas doações de sesmarias naquele mesmo século, que levaram à formação dos povoados de Bananal e Areias (MORENO, 2012).

Com a intensa movimentação no Vale do Paraíba para suprir as necessidades dos que viajavam para as Minas Gerais, principalmente pela presença dos Tropeiros, criou-se um mercado em torno dos produtos necessários para essa longa jornada, essencialmente produtos agrícolas como milho, mandioca, arroz, feijão, pastagens, produção de farinha, rapadura, melado e algodão, além da criação de porcos para consumo e de cavalos e mulas para as longas viagens (ZUQUIM, 2007; DEVIDE, 2013).

Por volta de 1785, o esgotamento das minas de ouro marcou o fim do movimento bandeirantista e diminuiu gradativamente a circulação de tropeiros na região. O final do século XVIII corresponde ao fim do período do ouro e a primeira grande mudança econômica da região do Vale do Rio Paraíba com um novo produto econômico: o café.

Entre estes dois períodos, alguns viajantes europeus relataram em publicações os aspectos sociais e naturais da região: o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire no livro *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo - 1822* e dois Holandeses, o zoólogo Johann Baptist Von Spix e o também o botânico Carl Friedrich Phillip Von Martius na obra *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Os relatos desses viajantes sobre a região do Vale do Paraíba ressaltavam, entre outras coisas, as belezas naturais, o isolamento geográfico e as dificuldades de se transpor a Serra da Bocaina.

Depois de partirem do Rio de Janeiro em direção a cidade de São Paulo, a narrativa de viagem de Spix e Martius descrevem as serras e seus contornos arredondados, de inclinação acentuada que dificulta a transposição, cobertas de densas matas, em especial nas proximidades

da freguesia de Bananal. As serras descreveram os viajantes, quase paralelas, correm até a vertente da serra do Mar, e entre elas, observa-se vales com lagoas e campinas luxuriantes que foram superadas em dois dias de marcha (SPIX e MARTIUS, 1981).

Ainda segundo o relato dos viajantes:

Do Morro Formoso, que forma tanto a divisa das águas como das capitâneas nesta ramificação oriental da Serra do Mar, vai descendo o caminho por morros mais espaçados e alegres, nos quais o povoamento e roças aumentam. Das canseiras que os caminhos estragados e os contínuos aguaceiros nos fizeram passar, fomos compensados pela riqueza da natureza (SPIX e MARTIUS, 1981, p.118).

Spix e Martius (1981), assim como Saint-Hilaire (1974) deixaram em seus relatos de viagem a exuberância da natureza da Serra da Bocaina e as dificuldades e perigos de seus caminhos. Descrevem também como eram as pequenas vilas e paragens, as roças de subsistência que garantiram a sobrevivência da população até o início das plantações de café, que chegou ao Vale do Paraíba na primeira metade do século XIX e atingiu o auge da produção entre os anos de 1836 e 1886, principalmente nas cidades de Areias e São José do Barreiro (que já fora fundada), Queluz, Bananal, Pindamonhangaba, Taubaté, Paraíbauna, Guaratinguetá e Jacareí, período o qual, toda a economia da região girou em torno do chamado “ouro verde” (ZUQUIM, 2007).

A monocultura cafeeira promoveu uma grande transformação econômica e social no Vale do Paraíba. O café trouxe de volta a grande circulação de pessoas e mercadorias para os caminhos antes utilizados para o transporte de metais, bem como outras importantes transformações. “As áreas urbanas se expandiram, intensificando a ocupação linear no rio Paraíba; novas vilas e cidades surgiram; as áreas rurais foram ocupadas por inúmeras fazendas e os sertões foram desbravados avançando sobre as matas nativas” (ZUQUIM, 2007, p. 37). Como nos municípios dos Vales da Bocaina, hoje parte do denominado Vale Histórico Paulista, que surgiram e se consolidaram no decorrer do século XIX com o advento da riqueza trazida pelo café.

Em todas estas localidades o período do café “intensificou as relações comerciais, sociais, religiosas e culturais [...] Relações estas que só puderam se estabelecer e se manter graças às antigas trilhas do caminho velho do ouro” (ZUQUIM, 2007, p.37). A transformação mais evidente foi a chegada de migrantes, principalmente das Minas Gerais. Soma-se a isso o grande número de escravos de “propriedade” dos grandes fazendeiros de café, e,

posteriormente, os imigrantes europeus e até mesmo chineses, que vieram para trabalhar na monocultura do café ou na lavoura agrícola (ZUQUIM 2007).

Neste período, algumas cidades já mostravam pleno crescimento em suas bases urbanas e rurais. Toledo (2009) explica que a organização do espaço urbano exibia a influência do setor rural e a riqueza do café. Para o autor:

Existiu, por todo o período, a predominância do binário urbano - rural, com a superioridade deste último. Faz-se a distribuição das cidades em rosários estendidos ao longo dos espigões. Especialmente naquelas oriundas do século XIX como Bananal, Areias, São José do Barreiro, Redenção da Serra e Natividade da Serra. Aí e noutros centros urbanos são comuns os exemplos da ocupação dos centros e das principais ruas da cidade pelos casarões dos senhores do café. Faziam repercutir parte de suas riquezas nas construções urbanas. São José do Barreiro constitui, entre outras, um dos melhores protótipos desta organização (TOLEDO, 2009, s.p.).

Naquele contexto, a economia do café deu origem a um estilo arquitetônico singular, tanto nas sedes das fazendas quanto na área urbana dos municípios. As antigas casas foram substituídas por casarões construídos em adobe e ou taipa de pilão, em estilos variados, sobretudo o estilo colonial e neoclássico (TOLEDO, 2009).

No entremeio do século XIX, os municípios do vale da Serra da Bocaina e Parati passaram por um crescimento econômico significativo, pois toda a riqueza produzida ou consumida na região transitava, mais uma vez, pelos caminhos da Bocaina (TOLEDO, 2009).

Com o passar do tempo, o tráfego pelas velhas trilhas mudou significativamente. Os velhos caminhos se transformaram e se ampliaram para que as tropas pudessem utilizá-los, agora para o escoamento do café. Muitos deles chegaram a ser calçados com pedras (*caminho velho do ouro, caminho de Mambucaba e o caminho dos sete degraus*) e receberam importantes obras de engenharia de contenção e drenagem para sustentar tráfego de burros carregados de mercadorias, e para permitir o transporte contínuo do café no período de seca e de chuvas (ZUQUIM, 2007).

Esse caminho, além de servir para a circulação do café e de produtos manufaturados que vinham da Europa, por muito tempo também serviu ao tráfego comercial de escravos, que eram registrados na *Barreira de Taboão* (Cunha). Sobre estes caminhos, “mesmo depois de 1850, quando já estava proibido o tráfico de escravos, continuaram a servir como deslocamento dos escravos contrabandeados para os senhores do café do Vale do Paraíba” (ZUQUIM, 2007, p. 40).

Entretanto, o auge e a decadência desse período econômico atingiram o Vale do Paraíba, especificamente as cidades do atual Vale Histórico Paulista. No final do século XIX, diversos

fatores culminaram no fim de um dos períodos mais ricos daqueles lugares – o período dos “Barões do café”.

A construção da ferrovia no final do século XIX alterou para o Rio de Janeiro a função de porto principal em detrimento do porto de Parati; o desgaste do solo pela monocultura do café e o fim do trabalho escravizado favoreceram ao declínio econômico e ao isolamento geográfico de algumas localidades, principalmente as dos vales da Bocaina (BENINCASA, 2006; ZUQUIM, 2007; ANTÔNIO FILHO, 2009).

Como consequência houve o abandono dos muitos caminhos, já que estes eram mantidos com a mão de obra escravizada e eram utilizados para o transporte do café e de mercadorias, que se deslocaram para a ferrovia. Com o passar do tempo, esses caminhos se tornaram intransitáveis, e tanto Parati quanto algumas cidades do vale ficaram sem comunicação por terra. Outro fator foi o cultivo mais eficiente do café no Oeste Paulista, que favorecido pelas novas ferrovias escoava a produção diretamente para o porto de Santos, já no final do século XIX (BENINCASA, 2006; ZUQUIM, 2007; ANTÔNIO FILHO, 2009).

A decadência da economia local é explicada igualmente por estes fatores. Ab’Saber e Bernardes (1958) consideram que as bases econômicas em que se apoiavam aquela estrutura agrária eram muito frágeis, mas o declínio do café não aconteceu somente por situações adversas do mercado e da história, mas também pela forma com que os fazendeiros tratavam o solo.

Para Antônio Filho (2009, p. 149), “houve um desmatamento impetuoso de uma cobertura florestal frágil, que atingiria, depois de milhares de anos, um clímax de exuberância e equilíbrio”. Não havia conhecimentos técnicos que auxiliassem os fazendeiros. O plantio era feito em carreiras retas para facilitar a colheita e a limpeza dos terrenos. Os cafezais eram muitas vezes plantados em áreas bastante íngremes e as queimadas eram uma prática bem comum. Os altos índices pluviométricos ocasionavam a erosão dos solos descobertos, surgindo voçorocas e processos de ravinamento, deixando grandes cicatrizes no solo (ANTÔNIO FILHO, 2009). “Em geral, a solução para o esgotamento dos solos era a incorporação de propriedades, de tal modo que se pudessem aproveitar as remanescentes matas virgens e mesmo os cafezais ainda produtivos” (ANTÔNIO FILHO, 2009, p. 150). Culminando no fim de um período de riquezas.

Em 1920, segundo Zuquim (2007), a economia do café estava praticamente acabada no Vale do Paraíba, e nesse sentido, a autora explica que:

Os cafezais foram substituídos por pastagens para a criação extensiva de gado, que necessitava de menos mão de obra – fator que contribuiu significativamente para acentuar o despovoamento das áreas rurais do vale. A paisagem das áreas rurais se transformou: agora eram os pastos que desenhavam o lugar (ZUQUIM, 2007, p. 42).

Antônio Filho (2009) afirma que alguns outros fatores contribuíram para a ruína da produção de café. Segundo ele, os altos investimentos necessários para a manutenção do café aos padrões de exportação exigiam grandes empréstimos de capital, normalmente garantidos por hipotecas, envolvendo vários membros da mesma família. O autor esclarece também que os altos gastos para a manutenção da vida luxuosa de alguns fazendeiros e seus familiares, com viagens constantes à Europa e compra de artigos de luxo contribuíram para a decadência financeira do lugar.

Soma-se a isso, a concorrência com o café colombiano e de produtores centro-americanos que apresentavam melhor qualidade por serem produzidos em pequenas propriedades e por estarem mais próximos do maior mercado consumidor a época: os Estados Unidos (ANTÔNIO FILHO, 2009).

Neste contexto, o final do século XIX e o início do século XX foram marcados por mais um período de mudança econômica no Vale do Rio Paraíba, mas desta vez muito mais significativo para as cidades do Vale Histórico Paulista e Serra da Bocaina.

De acordo com Antônio Filho (2009, p. 161) “as transformações impressas nas paisagens, na região, nas áreas rurais e urbanas foram produzidas pelo café, como consequência do mesmo e em decorrência de sua decadência e abandono”. Algumas cidades apresentaram pouca ou quase nenhuma mudança ao longo de todo o século XX. Isso fez com que muitas edificações do período do café resistissem ao tempo e até os dias de hoje se destacam como permanências de tempos pretéritos, bem como “as várias instalações características das fazendas de café e os inúmeros caminhos vicinais, utilizados na época, permanecem como testemunhas mudas de um tempo de opulência” (ANTÔNIO FILHO, 2009, p. 161).

As cicatrizes no solo devido à monocultura do café também resistiram ao tempo. A paisagem, no entorno daqueles municípios, se resume segundo Antônio Filho (2009, 161-162), “num manto ralo de gramíneas formando pastos pobres, nos quais se cria o gado extensivamente, dispensando poucos cuidados”. O autor afirma que foi o que sobrou de herança do período cafeeiro, quando posteriormente não houve preocupação dos governos nem dos proprietários em recuperar as áreas degradadas. As partes mais altas da Serra da Bocaina, que não chegaram a receber as mudas de café, se constituem, nos dias de hoje, nos remanescentes florestais tidos como patrimônio natural da Mata Atlântica – representados em grande parte pelas florestas de altitude e os campos altos da Bocaina.

Findo o período da economia cafeeira, o século XX nos municípios do Vale Histórico foi um período complicado para a economia e a sociedade, não proporcionando o

desenvolvimento como observado nos demais municípios do Vale do Paraíba. O fator preponderante para concretizar a dinâmica econômica e social foi a construção da Rodovia Presidente Dutra (BR-116) em 1928, um novo caminho para ligar o município de São Paulo ao Rio de Janeiro, assim como a ferrovia, que se destacou em detrimento da Rodovia dos Tropeiros (SP-068), antigo caminho que percorria as localidades da Bocaina em direção à então capital (Rio de Janeiro), que passou a ser feito pela Via Dutra, isolando geograficamente aqueles municípios.

A dinâmica socioeconômica do século XX e o imaginário do saudoso passado de riquezas fizeram com um dos mais célebres moradores da região, o escritor Monteiro Lobato (1882 – 1948), que viveu em Areias no início do século XX, as chamassem de “cidades mortas” – cidades “empobrecidas pela decadência do café e marginadas pelo deslocamento do eixo de circulação, e que *bruxuleavam* nas primeiras décadas do século XX” (MÜLLER, 1969, p. 107).

Monteiro Lobato expressou a decadência do lugar logo no início de sua obra *cidades mortas* (1919 [1956]), uma vez que:

[...] nas ruas centrais, casas sem janelas, só portas, três e quatro: antigos armazéns hoje fechados, porque o comércio desertou também. Em certa praça vazia, vestígios vagos de “monumento” de vulto: o antigo teatro [...] Pelas ruas ermas, onde o transeunte é raro, não matracoleja sequer uma carroça; de há muito, em matéria de rodas, se voltou aos rodízios desse rechinante símbolo do viver colonial — o carro de boi (LOBATO, 1956, p. 6).

Na primeira metade do século XX ocorreu uma imensa perda populacional nos municípios do Vale Histórico Paulista. O esvaziamento populacional também foi observado e contado por Monteiro Lobato: “os rapazes debandam cedo, quase meninos ainda; só ficam as moças – sempre fincadas de cotovelos à janela, negaceando um marido [...]” (LOBATO, 1956, p. 7). As cidades mortas de Monteiro Lobato, nos dizeres de Faria (1995), são mortas porque outrora foram cidades vivas, muito ricas pela opulência do café.

Onde tudo foi e nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito. (...) cidades moribundas arrastam um viver decrépito. Gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes. (...) A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurgem de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, reflui com eles duma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas (LOBATO, 1956, p. 16).

Todo esse processo culminou em uma evidente mudança socioeconômica e ambiental nesses municípios. E isto nos auxilia a entender as suas atuais dificuldades de desenvolvimento local, em toda sua complexidade. Esses lugares tiveram que reinventar sua economia, em grande parte voltada para atividades urbanas de comércio e serviços e outras de exploração das áreas para a pecuária, que teve como resultado a contínua degradação do solo e das áreas naturais, assim como apontaram os autores aqui trabalhados, bem como se viu a continuidade da devastação das florestas nativas. Mais recentemente, essas atividades também passaram a apresentar forte declínio.

Mas foi a partir do reconhecimento dessas transformações socioespaciais e da permanência de um conjunto edificado e de áreas protegidas como patrimônio cultural e natural, heranças dos tempos passados, que se viu despertar esperanças de um novo período para a região.

3.2 SÃO JOSÉ DO BARREIRO: UM LUGAR DE TEMPOS LENTOS

São José do Barreiro é um lugar que assim como os demais municípios da região traz marcas da herança histórico-cultural do período do ouro e da opulência dos tempos do café, tanto pelas permanências das edificações presentes e seu centro urbano e zona rural, quanto pelos vestígios das trilhas indígenas e bandeirantes e das plantações de café nas íngremes encostas dos vales e morros da Bocaina.

Surgiu como paragem e pequeno pouso para viajantes e aventureiros, depois, com a chegada do café, já no século XIX, remontou a um pequeno arraial utilizado pelos Tropeiros que se lançavam pela Serra do Mar pelo caminho de Mambucaba. A localidade era de tão difícil passagem que ficou conhecida por seus atoleiros e solo argiloso – daí o nome *Barreiro* (ANTÔNIO FILHO, 2009).

Por volta de 1833 foi construída uma capela dedicada a São José – e a ocupação logo se fez sentir, atraindo a princípio, muitos mineiros. Destacou-se principalmente pela proximidade do porto de Mambucaba no caminho para o mar, a partir das inúmeras trilhas do ouro que por lá se descobriram. Em 1842 se tornou Freguesia e Vila (atual município) em 1859 (ANTÔNIO FILHO, 2009).

Ademais de seu passado de opulência, no limiar do século XX, São José do Barreiro e região não partilharam do mesmo dinamismo da economia paulista, nem dos processos de urbanização/industrialização que geraram inúmeras reconfigurações no território do estado de São Paulo, processo inerente a um sistema econômico que produziu diferenças espaciais que se

difundiram a partir da divisão social do trabalho no território paulista (CORRÊA, 1999; DAMIANI, 2006; SANTOS, 2010), e relegaram, a essa parte do Vale do Paraíba, uma dinâmica distinta do processo de desenvolvimento da própria região e do estado de São Paulo.

Essas diferenças espaciais se manifestaram principalmente a partir da década de 1970, no surgimento de grandes metrópoles, ao mesmo tempo em que se constatava a inexistência ou a ínfima quantidade de cidades⁸ médias. Noutro sentido, as cidades pequenas se tornaram as últimas fronteiras com o mundo rural, parte de um desequilíbrio próprio dos países subdesenvolvidos, onde se nota a existência de grandes aglomerados urbanos, poucas cidades médias e um sem número de cidades pequenas (CORRÊA, 1999; DAMIANI, 2006; SANTOS, 2010).

No bojo do século XX, o processo de urbanização com essas características é explicado por Zanirato (2016) a partir de leituras de Henri Lefebvre (1999), como um espaço absoluto, um espaço natural que foi modificado pela ação humana, que ao longo do tempo se tornou um espaço histórico. Assim, enfática acerca do processo histórico ocorrido na região, Zanirato recorre novamente à Lefebvre (1999) para lembrar que toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu e um declínio, assim como pode ser observado no Vale Histórico Paulista, e, notadamente, em São José do Barreiro.

Cidades e municípios guardam algumas características definidas por Corrêa (2003) em fatores tais quais: **origem, tamanho e função**. No caso de São José do Barreiro e dos demais municípios da região, esses fatores podem as caracterizar como cidades de origem histórica e que desempenham um papel de menor destaque na dinâmica econômica regional.

Porém, conceitualmente, o que são pequenas cidades? – O que as define?

No entendimento dos autores aqui trabalhados (CORRÊA, 1999, 2003; DAMIANI, 2006, MAIA, 2009; SANTOS, 2010), essas cidades demonstram um sentido bastante evidente em sua relação campo-cidade, acessibilidade e localização menos privilegiada e a predominância de paisagens rurais e naturais. Exercem, normalmente, alguma função, mesmo que pequena na totalidade da rede urbana regional.

⁸ Aqui, cabe um esclarecimento quanto a utilização da palavra cidade e por vezes a palavra município. Conceitualmente, entende-se por cidade a parte urbanizada (o centro urbano), a materialização do espaço construído onde está localizada a sede dos municípios e suas áreas urbanas, vilas e núcleos populacionais (IPEA, 2016). Os municípios, por sua vez, concentram o campo e a cidade dentro de uma unidade territorial administrativa. Logo, referir-se-á a palavra cidade quando da materialização das relações históricas, sociais e de (re) produção do espaço, e, município, quando referir a localização geográfica e político-administrativa do território.

Milton Santos (2010), ao explicitar uma conceituação para as cidades pequenas na obra *A urbanização desigual* (2010) apresenta o conceito de **cidades locais** – também abordado no livro *Espaço e Sociedade* (1979). Para ele, a cidade local “é um organismo urbano que atende às necessidades primárias e imediatas das populações locais” (SANTOS, 2010, p. 117). Nada obstante, em se tratando dessa tipologia de cidades, o autor chama a atenção para a complexidade de defini-las.

A complexidade observada tanto por Santos como por outros autores resulta na dificuldade de conceituar tanto as pequenas, quanto as médias e grandes cidades (DAMIANI, 2006). A normativa recorrente é a classificação por tamanho da população ou determinada funcionalidade dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que as cidades pequenas são aquelas que concentram população de até 25.000 habitantes (IBGE, 2016). Já para o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), estes pequenos centros são divididos em três categorias: municípios de até 10.000 habitantes; de 10.000 a 20.000 e de 20.000 a 50.000 habitantes (IPEA, 2016).

Analizando as cidades pequenas sob o contexto da globalização, Amélia Damiani (2006, p. 137) afirma que “o processo modernizador não se realizou da mesma forma em todos os lugares”. Para a autora, nas pequenas cidades esse processo se apresenta de forma residual, onde a divisão social do trabalho se desdobra na divisão territorial do trabalho, e por essa razão, as pequenas cidades se apresentam como a face menos “moderna” do processo modernizador do capitalismo.

Ao voltar a atenção para São José do Barreiro quanto ao seu tamanho demográfico, constatamos que dentro dos conceitos apresentados, o município se apresenta como uma cidade de origem histórica, inserida em processos dinamizadores bastante complexos ao longo do tempo. No entanto, nos últimos trinta e cinco anos, pelo menos, nota-se a existência de um fenômeno divergente do contexto do crescimento demográfico do estado de São Paulo e do próprio país. O município perdeu e segue perdendo população desde o século passado. São José do Barreiro teve uma taxa geométrica de crescimento de menos 0,5 % no período 2010 – 2016, conforme dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Então, podemos entender que São José do Barreiro também se enquadra no que Doralice Maia (2009) chama de **pequena cidade**, aquela em que o sentido não está para o crescimento de sua população, mas para a diminuição dela.

Na **tabela 1** destacamos a evolução da população urbana e rural no município. Observa-se a diminuição do total da população e a inversão da população rural para a população urbana

a partir da década de 1990, fato que, para Zuquim (2007), não significa somente um movimento campo/cidade, mas um êxodo na forma de migração para outras regiões, fenômeno característico após a modernização, que não atingiu todos os lugares da mesma forma, mas tem se mostrado muito característico nessa região.

Tabela 1: Evolução da população urbana e rural no município de São José do Barreiro (1980-2016)

Ano		1980	1990	2000	2010	2016
São José do Barreiro	Urbana	1.547	2.053	2.470	2.872	3.086
	Rural	2.493	1.893	1.671	1.225	983
	Total	4.040	3.946	4.141	4.097	4.069

Fonte: Adaptado de SEADE, 2020

Para 2020, a projeção da população se mantém em torno de 4.070 habitantes, produzindo uma taxa de crescimento ainda negativa em comparação com o último censo de 2010 (SEADE, 2020).

Estes dados vêm a corroborar no sentido de que esse município pode ser avaliado por suas dinâmicas pretéritas e atuais, e, portanto, não é apenas uma cidade pequena conforme a classificação padrão, mas como um lugar onde se percebe a presença de um tempo mais lento, onde o principal fator observado é a tendência de diminuição de sua população, aspectos de ruralidade e a estagnação socioeconômica. Ou seja, uma pequena cidade de tempos lentos.

A ideia de cidade de tempos lentos apontada primeiramente por Maia (2009) não tem a intenção de ser um conceito pejorativo, ou uma oposição entre lugares desenvolvidos e lugares não desenvolvidos, mas de tê-las como lugares pequenos, com características singulares, cuja transformação socioespacial não acompanhou o ritmo intenso da urbanização típica dos países subdesenvolvidos e onde pode ser observado limitações ao modelo de desenvolvimento esperado, assim como visto nas cidades locais analisadas por Santos (2010).

À vista disso, a urbanização no sentido mais amplo, no caso de São José do Barreiro, não acompanhou o pujante desenvolvimento e urbanização de grande parte da Região do Vale do Paraíba ao longo do século XX e não colocou o município na dinâmica da rede urbana regional. Essa dinâmica diferenciada de São José do Barreiro e demais municípios do Vale Histórico nos chama atenção, principalmente pelos aspectos de ruralidade ainda muito presentes em associação com as novas atividades. Ou seja, tempos lentos são entendidos como a contraposição da aceleração urbana.

Figura 2: Aspectos da ruralidade em São José do Barreiro

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Para Maria de Nazareth B. Wanderley (2001), a ruralidade permanece mesmo nas sociedades modernas como um espaço específico e diferenciado, não sendo um espaço isolado, “fora do mundo”. Para a autora (2001, p. 32-33), são lugares que apresentam “particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba”. E ainda, a afirmação da permanência do rural, enquanto espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se leva em conta as representações sociais a respeito do meio rural com novas atividades, como observamos na **figura 2**.

A ruralidade presente até mesmo no urbano é muito evidente. Em trabalho sobre os quintais urbanos nos municípios de Areias e São José do Barreiro, Guilherme Reis Ranieri (2018), observa que, mesmo em pleno centro histórico desses municípios, há presença de hortas, plantações de milho, mandioca e banana, não somente nos fundos das casas, mas também junto às fachadas dos imóveis, em terrenos baldios e até mesmo na praça da cidade.

São representações sociais do meio rural ainda presente. Sobre São José do Barreiro, Ranieri expõe que:

Em pleno bairro central é possível comprar leite fresco, queijo feito na hora, manteiga artesanal ou mesmo pés de couve, maços de alface, de taioba e de mandioca já processada pronta para o cozimento. Por vezes, circulam pela praça pessoas montadas a cavalo, pequenas carroças transportando materiais, feno e até leite (RANIERI, 2018, p. 47).

Ao apresentar e analisar essas imagens (**Figura 3**), Ranieri (2018) afirma que basta caminhar pela cidade para observar os aspectos de ruralidade acima referidos.

Figura 3: Cenas do cotidiano e aspectos da ruralidade em São José do Barreiro

Fonte: Ranieri, 2018.

Zanirato (2016), observando a concepção de Maia (2009) e corroborando com Wanderley (2001), explica que tais formas espaciais são a matriz cultural das cidades de tempos lentos, que têm características tais quais: antiguidade do povoamento; estrutura agrária presente; densidade demográfica; relações com o mercado; nível de renda e acessibilidade da região. E o mais visível, onde se percebe a permanência das técnicas (SANTOS, 2010). Por estes motivos, conforme Maia (2009, p. 16), “não se pode homogeneizar o que sejam cidades pequenas, faz-se necessário a apreensão sensível das cidades de tempos lentos”. Compreendê-las a partir dos seus múltiplos sentidos – o que as determinam e o que as caracterizam.

Assim sendo, no contexto de uma pequena cidade de tempos lentos, em São José do Barreiro e nos demais municípios do Vale Histórico Paulista, parece não ter havido uma espécie de palimpsesto⁹. Não foram observadas grandes transformações espaciais ao longo dos últimos 100, 150 anos, tanto na área urbana, como em suas áreas rurais. Uma estrutura que não foi arrasada pelo tempo rápido da urbanização. Nestes lugares, encontram-se ainda hoje casarios,

⁹ Palimpsesto: substantivo masculino. Manuscrito em pergaminho que os copistas na Idade Média apagaram para nele escrever de novo, e cujos caracteres primitivos a arte moderna não conseguiu fazer reaparecer. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013.

conjuntos urbanos em estilo neoclássico e colonial, fazendas centenárias do século XIX e modos de (re) produção social sem grandes transformações, que acompanham um ritmo mais lento, de ruralidade, que unem, a nosso ver, as características e semelhanças desses lugares.

Consideramos, para fim de contextualização, que São José do Barreiro apresenta características de uma pequena cidade de tempos lentos por: a) apresentar uma reduzida população; b) pelo centro urbano pequeno face ao tamanho da área total do município; c) por sua origem histórica; d) pela predominância das paisagens rurais e naturais; e, e) pelas funções que exercem atualmente com pouca diversidade econômica, tornando-a um lugar, no processo modernizador do capitalismo, de uma economia pouco modificada.

Devido a essas características, atualmente, o município tem uma dependência muito grande das cidades maiores de seu entorno, como Cruzeiro (SP) e Resende (RJ). O comércio local não consegue suprir as necessidades dos moradores, do mesmo modo, as opções de serviços de saúde, educação e lazer também são buscadas fora de São José do Barreiro e do vale histórico.

A ruralidade e os tempos lentos da cidade conformaram um lugar repleto de permanências na paisagem, e que representam o passado histórico presente nas edificações e modos de vida e reprodução social do lugar. Esses marcos, somados às áreas naturais e às formas geográficas dos mares de morros na Serra da Bocaina, manifestam um patrimônio cultural e natural, independentemente de ser ativados/institucionalizados pelo poder público.

Por conseguinte, a fim de contextualizar São José do Barreiro no tempo atual, no próximo item apresentamos as características sociais, econômicas e ambientais encontradas no município.

3.3 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS

Neste item apresentamos por meio da consulta a dados secundários a configuração socioespacial atual de São José do Barreiro, com destaque para as razões que justificam as dificuldades de desenvolvimento local, tais quais os baixos índices sociais e econômicos municipais, que são agravados, consequentemente, por problemas ambientais adversos e arrolados historicamente no processo de formação do município. Estes dados vêm a corroborar com o estigma de um lugar de economia “deprimida” ou “estagnada”, aplicado a São José do Barreiro e às demais cidades do Vale Histórico Paulista ao longo do século XX, e que persistem ainda nessas primeiras décadas do século XXI.

Figura 4: Localização de São José do Barreiro

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2020

A configuração socioespacial de São José do Barreiro foi pouco modificada ao longo do século XX. De fato, a economia se diversificou desde o fim da monocultura do café e o município atualmente apresenta atividades voltadas a alguns setores específicos da economia, a saber: agricultura, produção florestal, pesca, aquicultura, indústria, construção civil, comércio e serviços, como se vê na **tabela 2**.

Tabela 2: Taxa de emprego e rendimento médio em São José do Barreiro – 2019

São José do Barreiro	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Indústria	Construção	Comércio	Serviços
Emprego %	28,15	0,84	1,05	7,35	62,61
Rendimento médio	1.270,46	2.710,61	3.509,62	1.300,31	1.992,56

Fonte: Adaptado de SEADE, 2019

A maioria dos empregos, de acordo com pesquisa da fundação SEADE (atualizado em 2019), está concentrada no setor de serviços, sendo que a construção civil é a que melhor remunera os trabalhadores. O setor de serviços se destaca como principal setor econômico do município, seguido pelas atividades rurais, em especial a pecuária leiteira, que emprega boa parte dos habitantes, mas com os salários mais baixos. Dentre as atividades do setor de serviços

está o serviço público, o turismo e toda sua matriz social, que envolve a hotelaria, agenciamento, alimentação, comércio de produtos e o artesanato local, entre outras.

A renda *per capita* de São José do Barreiro está abaixo da média do estado de São Paulo e da Região de Governo de Cruzeiro. Verifica-se também que boa parte da população (15,57%) vive com 1/4 de salário mínimo *per capita*, como demonstrado na **tabela 3**.

Tabela 3: Renda per capita do município e Região de Governo – 2019

	Renda per capita R\$	1/2 salário min. per capita%	1/4 salário min. per capita %
São José do Barreiro	454,64	38,88	15,57
Reg. De Governo	581,06	27,99	10,08
Estado de SP	853,75	18,86	7,42

Fonte: Adaptado de SEADE, 2019

O salário médio dos trabalhadores formais no ano de 2019 era de dois salários mínimos. O que mais chama a atenção dos dados obtidos na pesquisa é que apenas 13% (cerca de 543 pessoas) se encontravam formalmente empregadas. Esse índice representa a posição de número 559 entre os 645 municípios do estado de São Paulo (SEADE, 2020).

Conforme os dados pesquisados, 86,5% das receitas do município são oriundas de fontes externas (SEADE, 2020). Esse fator ocorre em grande parte pois muitos habitantes de São José do Barreiro trabalham nas cidades próximas, e se agrava na medida em que muitas residências são sítios e chácaras de pessoas de fora do município, segundas residências, ou pessoas que decidiram viver ali, mas recebem renda de fontes externas. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do município é de 11.226,65 reais (626ª posição no estado de São Paulo) (SEADE, 2020).

O baixo nível de renda e as poucas oportunidades de emprego influenciam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município e o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). De acordo com dados disponíveis na pesquisa da Fundação SEADE, o **grupo 5**, está presente em São José do Barreiro e representa alta vulnerabilidade de acordo com a média do estado de São Paulo, em comparação com a riqueza, longevidade e escolaridade dos munícipes¹⁰ (**tabela 4**).

¹⁰ Para conferir os dados e a categorização do IPVS e IPRS ver:
<http://www.iprs.seade.gov.br/ipvs2010/view/index.php>

Tabela 4: Índice Paulista de Responsabilidade Social e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPRS (2018)	Dimensão	Riqueza	Longevidade	Escolaridade	IDHM (2010)
São José do Barreiro	Grupo 5	24	65	36	0,684
Estado de SP	...	44	72	53	0,783

Fonte: Adaptado de SEADE, 2020

Para a comunidade de São José do Barreiro, (a falta de) planejamento, a precária estrutura dos serviços públicos municipais, a baixíssima remuneração de professores que gera uma qualidade de ensino muito baixa e os baixos índices de desenvolvimento humano e de educação, somados a falta de oportunidades de emprego e estudos são os principais problemas atuais do município.

De acordo com um entrevistado:

O principal problema hoje é o desemprego, você tem boa parte da comunidade sem opção de emprego, de estudo, a juventude não tem o que fazer quando ela se forma, ela tem que buscar opções fora, a gente tem um grande problema, que na verdade acarreta tudo isso, nós estamos entre os piores IDH do Estado de São Paulo, a mais de três décadas, o IDEB, de São José do Barreiro está entre os piores do Vale do Paraíba. Então são diversas coisas que na verdade são consequências da história, de administrações que não entendem a realidade local, das cidades muito pequenas também que não atraem investimento de fora que também é uma questão política.¹¹

Outro aspecto a ser considerado e que ampara a situação de vulnerabilidade social é a dimensão da pobreza. Constatou-se que a situação é bastante crítica tendo em vista que 43,92% da população total e 67,49% das crianças de 0 a 14 anos encontram-se em situação de pobreza, havendo ainda 7,09% dos habitantes do município em situação de extrema pobreza, como verificado pelo último censo do IBGE em 2010.

Tabela 5: Porcentagem e número de habitantes em situação de pobreza

	Dimensão	Extrema Pobreza	Pobreza	Pobreza e crianças
% e número de habitantes	São José do Barreiro	7,09% = 288 hab.	43,92% = 1.783 hab.	67,49% = 686 hab.
	Estado de SP	1,16%	16,13%	28,57%

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado de DATAPEDIA, 2017.

Esses números tornam-se bastante preocupantes ao considerar a parte rural, pois os índices são piores em comparação com a parte urbana do município. O índice de

¹¹ Entrevista concedida por R.C.R. em janeiro de 2019.

vulnerabilidade social, por exemplo, do **grupo 5** representado por todo o município, cai para **7** ao considerar apenas a parte rural. Isso significa, de acordo com os dados censitários, que o rendimento domiciliar na zona rural está em torno de 1.024 reais e que 47,2% das famílias vivem com menos de meio salário mínimo (IBGE, 2016).

Observa-se que nos primeiros anos do século XXI o Brasil conseguiu superar alguns contrastes que reforçavam sua desigualdade, com mais distribuição de renda e de oportunidades de trabalho. Contudo, os pequenos municípios não conseguiram acompanhar a política de geração de renda, o que demanda pensar novas formas de desenvolvimento (POCHMANN, 2007).

A falta de oportunidades de emprego em São José do Barreiro motiva o êxodo da população mais jovem, e a permanência ou retorno dos mais idosos, na medida em que a taxa de envelhecimento da população é uma das mais altas do estado de São Paulo (9,76% em 2010). Esse cenário é percebido no município face aos entraves identificados também pelos baixos indicadores de saúde e educação, fato ressaltado como preocupante por um dos entrevistados. Segundo ele, os principais problemas são:

Saúde e educação, principalmente [...], você não tem capacitação de mão de obra, então praticamente você não tem qualificação no estudo, e fora isso eu acho que é a oportunidade que falta, porque como é um município muito pequeno as oportunidades são muito poucas, então as pessoas têm que sair do município¹².

As vulnerabilidades sociais presentes em diversos aspectos em São José do Barreiro ajuízam os índices de saúde e educação de maneira geral e mais incisivamente quando observados os dados do Índice Paulista da Primeira Infância (IPPI), que apresenta a capacidade dos municípios do estado de São Paulo em promover o desenvolvimento infantil por meio do acesso aos serviços básicos de saúde e educação de crianças menores de seis anos.

Em São José do Barreiro as taxas médias de mortalidade infantil e neonatal estão acima das médias da região de governo e do estado de São Paulo, conforme apresenta a **tabela 6**.

Quanto aos dados gerais de estatísticas vitais e de saúde, verifica-se que São José do Barreiro não apresenta nenhum leito hospitalar, não atendendo ao que é recomendado pelos coeficientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

¹² Entrevista concedida por L R M. em dezembro de 2018.

Tabela 6: Índice Paulista da Primeira Infância

	Taxa média de mortalidade infantil (Por mil nascidos vivos) %	Taxa média de mortalidade neonatal (Por mil nascidos vivos) %
São José do Barreiro	14,33	8,6
Região de Governo	11,79	8,59
Estado de SP	11,45	7,88

Fonte: Adaptado de SEADE, 2019

O item educação talvez seja o mais preocupante entre as estatísticas censitárias em São José do Barreiro. O município tem apresentado valores abaixo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No ano de 2008, o município ocupava, no índice geral, a posição número 456 entre os 645 municípios do estado de São Paulo. Em 2014 regrediu para a posição de número 600 e em 2020 ocupa a posição 644 (penúltima) para os anos iniciais do Ensino Fundamental, e a posição 634 para os anos finais (IBGE, 2020).

As taxas de analfabetismo também são maiores do que os índices recomendados conforme demonstrado na **tabela 7**, em que a taxa de analfabetos de 15 anos ou mais está em 11,04%, o maior índice comparado com a região administrativa de São José dos Campos e todo o estado de São Paulo, assim como a taxa da população com Ensino Médio completo.

Tabela 7: Taxa de analfabetismo da população censo de 2010

	Taxa de Analfabetismo da população (em % / 15 anos ou mais)	Taxa da população com Ensino Médio Completo em % / de 18 a 24 anos
São José do Barreiro	11,04	35,16
Região Administrativa	4,72	59,55
Estado de SP	4,33	57,89

Fonte: Adaptado de SEADE, 2019

Com isso, é possível identificar, a partir dos dados apresentados, que a situação socioeconômica de São José do Barreiro é desfavorável frente à inúmeros aspectos e indica alta vulnerabilidade social, fenômeno que impõe grandes desafios para a melhoria da qualidade de vida e, consequentemente, para o desenvolvimento do município. Esses dados também são substantiados pelos aspectos relacionados à situação ambiental e as formas de uso e ocupação do solo no município, que expressam condições bastante frágeis do ponto de vista da qualidade ambiental.

De acordo com o censo do IBGE (2010), apenas 73,6% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado e a região como um todo apresenta baixos índices de tratamento do esgoto sanitário. A taxa de arborização em vias públicas é de 60,1% e a

urbanização das vias públicas é de apenas 38,5% (IBGE, 2010). O abastecimento de água e a coleta de lixo estão em conformidade e atingem praticamente todo o território do município, de acordo com a pesquisa SEADE (2015).

Em relação à política urbana, em pesquisa realizada com a Prefeitura municipal, Zanirato (2016) apontou a falta de legislação urbana em diversos aspectos, tais quais: inexistência de um plano diretor¹³, de lei de parcelamento do solo para fins urbanos, lei do perímetro urbano e expansão urbana, lei de uso e ocupação do solo (zoneamento) e código de obras. Em leitura sobre esses dados, Zanirato (2016) afirma que a vulnerabilidade social é agravada pela quase inexistência do saneamento básico e de políticas urbanas consistentes, somado às questões ambientais que ampliam demasiadamente as vulnerabilidades do município.

O modo como se deu a ocupação dos vales da Bocaina também explica essa situação de vulnerabilidades. Antes tomada pela Mata Atlântica, toda a região teve grande parte de suas florestas derrubadas para o plantio do café, e mais recentemente para a pecuária leiteira. Como resultado, os morros hoje se encontram descobertos, com encostas que sofrem processos de erosão. Próximo às cidades, os deslizamentos e inundações são comuns e não raro resultam em desastres. Basta lembramos o evento ocorrido em São Luiz do Paraitinga em 2010 ¹⁴.

A localização geográfica de São José do Barreiro, como vemos na **figura 5**, encaixado entre os mares de morros e a Serra da Bocaina, conforma uma área sujeita a escorregamentos e a enchentes. Ayres (2010 *apud* Zanirato, 2016), recorda que em janeiro de 1998, após forte tempestade, São José do Barreiro teve vinte casas destelhadas e em janeiro de 2003, seis pontes caíram devido à intensidade das chuvas.

¹³ Apesar de ter menos de 20 mil habitantes, por ser uma estância turística deveria ter elaborado um plano diretor até o ano de 2006.

¹⁴ Cf. <https://www.nepam.unicamp.br/a-enchente-que-entrou-sem-pedir-licenca-e-transformou-sao-luiz-do-paraitinga/>. Acesso em 25 de março de 2019.

Figura 5: São José do Barreiro entre os mares de morros

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

A região é reconhecida por ser área de intensa precipitação, principalmente nos meses de verão, e as formas atuais de uso do solo, tendo como principal elemento a monocultura do gado leiteiro e produção florestal, devastam grande parte dos morros, contribuindo para o surgimento de grandes erosões (ZANIRATO, 2016).

A pecuária leiteira tem um forte apelo na população local, tida por muitos como o carro chefe do município após o período do café. A dinâmica de exploração do solo para a formação de pastos se dá pelo corte da mata e a introdução da braquiária¹⁵. A pecuária extensiva é a principal atividade rural do município, entretanto, é a que também causa os maiores danos ambientais, pois se vale da antiga prática da coivara¹⁶, contribuindo com as altas taxas de vulnerabilidade ambiental e de erosão dos solos como observamos na **tabela 8**.

¹⁵ A Braquiária é uma espécie de capim introduzido no Brasil que diverge na opinião de especialistas, que dizem que, por um lado garante boa dispersão pelo solo, mas, por outro, impede outras plantas de crescer e consome muita água, o que diminui o carregamento dos lençóis freáticos.

¹⁶ Substantivo feminino. Brasileirismo: Quantidade de ramagens a que se põe fogo nas roçadas para desembaraçar o terreno e adubá-lo com as cinzas, facilitando a cultura; fogueira.

Tabela 8: Vulnerabilidade à erosão em São José do Barreiro

São José do Barreiro	Muito Alta	Alta	Média	Baixa	Muito Baixa
57.100					
Em hectares	2.824	3.708	9.876	7.600	...

Fonte: Zanirato, 2016 a partir de dados do CEIVAP, 2007

Em São José do Barreiro, a estrutura fundiária rural divide-se da seguinte forma de acordo com o último Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do estado de São Paulo (LUPA). Nele se observa que as Unidades de Produção Agropecuária (UPA) com vegetação natural equivalem a aproximadamente 30% do município, enquanto mais de 66% são áreas destinadas a pastagens. A produção animal destaca-se pela bovinocultura de leite, seguido pela mista e de corte, enquanto a produção vegetal é majoritariamente voltada à produção de capim braquiária, capim gordura e outras gramíneas para pastagens, seguidos de eucalipto, cana-de-açúcar e milho em menor escala (LUPA, 2008).

Tabela 9: Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária

São José do Barreiro	Número de UPAs	Hectares	%
Área total de UPAs	251	23.932,50	100
Cultura perene	94	48,5	0,2
Reflorestamento	18	251,4	1,05
Vegetação natural	230	7.293,30	30,47
Área complementar	83	89,8	0,38
Cultura temporária	130	304,8	1,27
Pastagens	250	15.875,70	66,34
Vegetação de brejo e várzeas	38	69	0,29

Fonte: Adaptado de LUPA, 2008

Embora o levantamento aponte 30,47% de vegetação natural, o Instituto Florestal (IF) indica que a cobertura florestal é predominante em mais de 50,4 % do território, em grande parte encontradas na parte alta do município, onde está localizado o Parque Nacional da Serra da Bocaina (18% de seus 104 mil hectares encontram-se no município de São José do Barreiro) e onde as ações e atividades rurais são melhor controladas, apesar de conflitos existentes.

Tabela 10: Cobertura florestal em São José do Barreiro

São José do Barreiro	Floresta Estacional	Floresta Ombrófila	Floresta Ombrófila	Total geral	em %
	Semidecidual	Densa	Mista		
Hectares	1.779	25.503	1.503	28.785	50,4

Fonte: Adaptado de Instituto florestal, 2007

As áreas naturais da Bocaina representam um fragmento de Mata Atlântica, com ampla diversidade de tipos vegetacionais, grandes extensões contínuas de áreas florestadas e diversos domínios geomorfológicos. É considerado um dos principais redutos de Floresta Atlântica, coberto pela Floresta Ombrófila Densa (Submontana, Montana e Alto Montana), Floresta Ombrófila Mista e Campos de Altitude, ainda em bom estado de conservação, apesar de inúmeros pontos de interferência humana. É um espaço com endemismos e refúgios ecológicos, e com diversas espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção (ICMBIO, 2002).

Além do Parque Nacional da Serra da Bocaina, outras Unidades de Conservação se fazem presente entorno ao município. Uma região composta por serras, vales, ilhas marinhas e paredões costeiros, que vai da altitude de mais de dois mil metros à encosta do oceano atlântico, entre o litoral norte paulista e sul fluminense.

Destacam-se também as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN); Áreas de Proteção Ambiental (APA); Estação Ecológica (EE); Parques Estaduais (PE) entre outras áreas de proteção integral e uso sustentável na região do médio Vale do Paraíba e litoral sul fluminense e norte paulista, que permitem a formação de um mosaico de áreas protegidas hoje denominado *Mosaico Bocaina*, conforme o mapa da **figura 6**.

Figura 6: Unidades de Conservação no entorno de São José do Barreiro e Vale Histórico Paulista

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2020

No entorno de São José do Barreiro, além do Parque Nacional da Serra da Bocaina e da estação Ecológica de Bananal, há Reservas Particulares do Patrimônio Natural, em sua maioria voltadas à preservação da Mata Atlântica e que têm representado um papel importante para a conservação ambiental.

Tabela 11: Unidades de Conservação no entorno de São José do Barreiro

Município	Unidade de Conservação	Hectares	Tipo de proteção	Esfera de Governo
Bananal	E.E Bananal	884	Integral	Federal
Bananal	RPPN Rio Vermelho	22,91	Uso Sustentável	Federal
Bananal	RPPN Chácara Santa Inês	5,5	Uso Sustentável	Estadual
São José do Barreiro	PN Serra da Bocaina	104.039	Integral	Federal
São José do Barreiro	RPPN Pousada Campos da Bocaina	3,79	Uso Sustentável	Estadual
São José do Barreiro	RPPN Fazenda Catadupa	38,18	Uso Sustentável	Federal
São José do Barreiro	RPPN Besouro de Fogo	36	Uso Sustentável	Estadual
São José do Barreiro	RPPN Caburé	114,03	Uso Sustentável	Federal
Silveiras	APA Silveiras	42.700,00	Uso Sustentável	Estadual
Queluz	RPPN Cachoeira Serra Azul	6,35	Uso Sustentável	Estadual
Queluz	RPPN Serrinha	245,02	Uso Sustentável	Estadual
Queluz	RPPN Pedra da Mina	632,82	Uso Sustentável	Estadual

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2020

Sobre os aspectos hidrológicos, São José do Barreiro está localizado na bacia do rio Paraíba do Sul, que nasce da confluência dos rios Paraibuna e Paraitinga no estado de São Paulo e percorre o Vale do Paraíba Paulista e o planalto da Bocaina até formar a represa do Funil, segue pelo Vale do Paraíba Fluminense até desaguar no oceano Atlântico a mais de 1.100 quilômetros no Município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro (CEIVAP, 2007).

A Bacia do Rio Paraíba do Sul abastece cerca de 14 milhões de pessoas e apresenta uma série de problemas quanto à poluição e demais formas de degradação ambiental. Os problemas mais evidentes, de acordo com seu Comitê de Bacia, são a disposição de esgotamento sanitário *in natura*, a falta de tratamento adequado de água potável para consumo e a criação das usinas de geração de energia, que tem impactado a fauna e os processos ecológicos decorrentes do barramento na área da represa do Funil (CEIVAP, 2007).

São José do Barreiro conta com dois principais rios (Rio Barreiro e Rio Formoso). O rio Formoso ao encontrar o Rio Feio forma o Rio Sesmaria (que é sub-bacia do Rio Paraíba do Sul). Esta sub-bacia tem cerca de 149 km², sendo 62 km² no estado de São Paulo e 87 km² no estado do Rio de Janeiro. As nascentes que formam esses rios descem lentamente a Serra da Bocaina até desaguiarem no Rio Paraíba do Sul (CEIVAP, 2007).

O PNSB, do ponto de vista geográfico e ambiental, se encontra em meio às bacias hidrográficas das nascentes que convergem para o Alto e Médio Vale do Rio Paraíba do Sul,

Litoral Norte de São Paulo e Região da Baía da Ilha Grande. O rio Paraíba do Sul nasce na Serra da Bocaina, em Areias, a cerca de 1.800 metros de altitude. A bacia hidrográfica deste rio é a maior e mais importante rede de drenagem que verte para o Rio de Janeiro e é aproveitada para o abastecimento de água e produção de energia (ICMBIO, 2002).

Sobre as condições climática e ambientais, em pesquisa de Zanirato *et al* (2014) e Zanirato (2016), os cenários projetados mostraram que há previsão de aumento das temperaturas para os próximos anos, e que os riscos ambientais irão se agravar como consequência do aumento das chuvas, escorregamentos, inundações e o aumento de raios para toda a região do Vale Histórico Paulista. Para Zanirato (2016, p. 175), “o histórico das ocorrências e as informações da literatura indicam que se trata de um espaço propenso aos efeitos das mudanças climáticas, por registrar, desde já, eventos como intensas precipitações e alta umidade do ar”.

A pesquisa de 2014, acima referida, projetou cenários futuros com um aumento médio de 3°C para as temperaturas máximas e mínimas, além do aumento da precipitação nos períodos de verão e algumas incertezas em relação aos períodos de chuvas intensas. Identificou também, uma leve diminuição da umidade relativa do ar. Os cenários projetados indicaram o agravamento dos riscos ambientais, como os de deslizamento, de inundações frequentes e enchentes nas áreas urbanas e rurais dos municípios. Os modelos também simularam para o futuro uma variação de dias com mais ou menos chuvas, de acordo com a estação do ano (ZANIRATO *et al*, 2014).

As formas de adaptação aos eventos climáticos extremos, de acordo com especialistas, devem se ater a políticas públicas voltadas para a diminuição das vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais, o que, a nosso ver, passa por ações de planejamento e uso do solo, buscadas em conjunto com a população, que, de fato, é a mais afetada por esses fenômenos.

Em conclusão, neste capítulo cumprimos parte dos objetivos específicos da tese, em particular ao apresentar o processo de formação socioespacial do Vale Histórico Paulista e Serra da Bocaina e do município de São José do Barreiro. Os apontamentos nos mostraram as condições adversas do município e a necessidade de saídas em face às condições atuais e futuras, e nos conduzem a pensar nas possibilidades, agora, a partir do turismo em associação com o patrimônio cultural e natural.

4 ASPECTOS GERAIS DO TURISMO EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO

Este capítulo apresenta parte dos resultados da pesquisa aplicada a partir da pesquisa de campo e das entrevistas conduzidas que buscaram identificar, entre outras coisas, o modo de ser turístico do município; como é sua organização; a participação dos sujeitos sociais e os desafios do setor e da política pública no âmbito local, além de apontar as expectativas geradas pelo turismo ao longo dos anos e a relação com as permanências consideradas patrimônio.

4.1 A MATRIZ SOCIAL DO TURISMO

Quando se olha para um documento como o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, ou quando se conversa com pessoas no município, um dado é comum: o turismo é visto como possibilidade de melhores condições de desenvolvimento local e conservação do patrimônio cultural e natural em São José do Barreiro.

Nesta tese, para uma melhor compreensão do turismo e para ter clareza de suas condições, foi elaborada uma matriz social para identificar quem, de fato, está envolvido com a atividade, e como ela se organiza no município de São José do Barreiro. A matriz foi embasada em entrevistas com os sujeitos que atuam direta ou indiretamente com o turismo no município, sendo esses os vários membros da sociedade civil organizada, empresas privadas e o poder público em suas diferentes esferas.

Uma matriz social corresponde às redes informais que partilham interesses comuns, constituída por interações de trocas e ajudas mútuas (MINHOTO e MARTINS, 2001). No caso aqui analisado, se refere à rede de sujeitos sociais e instituições que tem relação direta ou indireta com o turismo em São José do Barreiro.

Para a elaboração dessa matriz social foi considerado a participação de informantes-chave. A escolha desses informantes-chave se baseou na identificação dos sujeitos que atuam ou detém conhecimento sobre o turismo e áreas relacionadas, escolhidos com auxílio da população local a partir das primeiras idas a campo e por meio do conhecimento adquirido em pesquisas anteriores.

Os informantes-chave indicaram outros sujeitos que favoreceram à composição da matriz social.

Deste modo, identificamos a seguinte estrutura da Matriz Social do Turismo em São José do Barreiro:

Figura 7: Representação da Matriz Social do Turismo de São José do Barreiro

Para a construção dessa matriz social também recorremos ao Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de São José do Barreiro (PDDTM), elaborado no ano de 2016, em um convênio municipal com o curso superior de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Também nos valem de pesquisa bibliográfica e documental e de trabalho de campo com os informantes-chave que possibilitaram a composição e atualização dos sujeitos e setores identificados.

O plano elaborado pela ECA/USP identificou a demanda, a oferta, as potencialidades e as fraquezas do município frente ao turismo local. No entanto, o projeto não satisfaz à questão do turismo como fator para o desenvolvimento da localidade e o documento não foi acatado pela Prefeitura, que um ano antes contratou uma consultoria para realizar um plano diretor de turismo, que sequer saiu do papel¹⁷.

Chamamos a atenção na composição dessa matriz, pela ausência de um órgão público da esfera do turismo e também do patrimônio cultural no município, ou mesmo na região do Vale Histórico Paulista. Estas ausências são preocupantes, uma vez que o turismo e os patrimônio locais são referidos como carro chefe da economia local há algum tempo. O que obtivemos foi a indicação de uma pessoa envolvida com essas questões e que atua dentro do poder público local, mas não especificamente na área de turismo.

A Matriz Social do Turismo de São José do Barreiro até a finalização deste trabalho era composta pelos seguintes setores que atuam no município:¹⁸

Quadro 1: Matriz Social do Turismo de São José do Barreiro

MATRIZ SOCIAL DO TURISMO		Quantidade
Poder Público Local	Prefeitura Municipal	1
Poder Público Federal	ICMBIO	1
Entidades do Setor de Turismo	COMTUR	3
	BARREIROTUR	
	ARCCO	
Meios de Hospedagem	Hotéis, Pousadas e Campings	24
Restaurantes	Todos os tipos	19
	Agências de Turismo	3
	Guias Locais	5
Equipamentos e Serviços Turísticos	Eventos	1
	Transportes	5
	Produtos Artesanais	Informação Não Disponível

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2020

¹⁷ Informação obtida por meio de entrevista com D. B. J. em outubro de 2019.

¹⁸ Vale ressaltar que a matriz social diz respeito aos sujeitos e setores que atuam diretamente com o turismo em São José do Barreiro, ainda que saibamos da existência de outros atores/instituições como o IPHAN, CONDEPHAAT e o próprio Governo do Estado por meio do DADE, por exemplo, mas que não foram citados nesta pesquisa, pois não estavam presentes na organização e lida cotidiana com o turismo local.

A partir de indicações dos informantes-chave, ouvimos os sujeitos sociais representantes dos setores abaixo listados:

Quadro 2: Relação dos entrevistados

Setor/Atividade	Entrevistado
Poder Público Local	Indicado pela Prefeitura Municipal
Instituto Chico Mendes	Funcionário do Parque Nacional da Serra da Bocaina
Conselho Municipal de Turismo e Entidades do Setor	Presidente do COMTUR
Proprietários de Terra e de Atrativos	Proprietário de RPPN
Equipamentos e Serviços Turísticos	Monitor cultural local
Equipamentos e Serviços Turísticos	Trabalhador do setor de eventos
Equipamentos e Serviços Turísticos	Proprietário de estabelecimento de produtos artesanais
Equipamentos e Serviços Turísticos	Guia e proprietário de agência de turismo local
Restaurantes e Similares	Trabalhador do setor de alimentos e bebidas - Restaurante
Meios de Hospedagem	Proprietário de meio de hospedagem

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2020

Os trabalhos de campo ocorreram nos meses de março e julho de 2017; julho e dezembro de 2018 e janeiro e outubro de 2019 e demandaram deslocamentos para várias partes do município, incluindo as partes altas da Serra da Bocaina, onde o acesso é feito por trilhas e caminhos com pouca estrutura e sinalização, possíveis com auxílio de guias, moradores locais e os informantes da pesquisa.

4.2 EXPECTATIVAS NO TURISMO: PRETÉRITAS E PRESENTES

O passado histórico mostrado no capítulo 3 ajuda a entender as expectativas em torno do desenvolvimento local. O município tem buscado, de todas as formas, uma dinâmica de crescimento econômico considerada capaz de modificar as condições atuais de pouco emprego, renda, perda populacional e de baixos índices de desenvolvimento humano. E essa busca, nos últimos anos, tem se detido num campo especial: o turismo.

As expectativas de fomentar as atividades relacionadas ao turismo no Vale Histórico Paulista e em São José do Barreiro remontam à década de 1970, ocasião em que, com a intenção de diminuir as disparidades regionais e locais do Vale do Paraíba, surgiu o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAPE), órgão imbuído de aprofundar conhecimentos regionais e estreitar relações municipais para o planejamento integrado. Essa iniciativa, nos dizeres de Mirza Pellicciotta (2017, p. 5), estava “centrada no princípio de que o turismo poderia atuar como um instrumento de embate das disparidades regionais por meio da oferta de alternativas de desenvolvimento aos municípios fragilizados pela estagnação”.

De acordo com a autora:

Entre os municípios que enfrentavam sérias dificuldades econômicas, constavam aqueles que no passado haviam ofertado riquezas e poder ao Vale, valendo considerar que a oportunidade de propor estratégias capazes de transformar uma velha região rica numa área munida de condições de superar sua própria marginalidade e empobrecimento, poderia, também, transcender aos resultados internos para iluminar a construção de uma vocação de turismo para um território muito mais amplo (PELLICCIOTTA, 2017, p. 6).

O incremento no turismo como alternativa à dinâmica local, no entanto, expressou uma situação contraditória, como apontaram em seus estudos Clarissa Gagliardi (2005); Antônio Filho (2009) e Pellicciotta (2017), à medida que, enquanto parte do Vale do Paraíba estava em pleno desenvolvimento econômico e renovação urbana e rural, os municípios deslocados pelo eixo da Via Dutra deveriam celebrar o passado e rememorar outros tempos na configuração de uma nova paisagem, à espera do turismo.

Sob o contexto histórico dos tempos do café e dos remanescentes naturais, a expectativa era que essas permanências, a partir da chegada dos turistas, fossem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e trazer o esperado desenvolvimento local. Para tal propósito, relacionou-se, ao menos nos discursos, o turismo às políticas de preservação do patrimônio cultural edificado e do patrimônio natural, que surgiram simultaneamente à mesma época, vide a institucionalização do Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1971 e o tombamento de bens edificados entre as décadas de 1960 e 1990.

O turismo e o patrimônio local foram considerados de imediato uma alternativa para o desenvolvimento da região e se tornou, conforme entende Antônio Filho (2009), um apanágio para a revitalização do próprio patrimônio, devido ao extraordinário potencial paisagístico na confluência entre a cultura e a natureza presentes na região.

A própria denominação *Vale Histórico Paulista* advém da tentativa de transformar a região num espaço turístico, impresso numa perspectiva de revelar os pontos comuns entre os municípios que tinham as mesmas características em tamanho, origem e função, e que desde o início do século XX apresentavam poucas possibilidades de geração de renda e desenvolvimento socioeconômico. De tal modo, foi considerado que o legado histórico do período cafeeiro e a natureza da Bocaina eram os pontos que os uniam (ANTÔNIO FILHO, 2009; PELLICCIOTTA, 2017).

As permanências na paisagem e o fato de esses municípios estarem entre as duas maiores cidades do país e muito próximas de grandes e médias cidades do Vale do Paraíba levaram

setores e sujeitos sociais a propagarem a existência de uma evidente “vocação para o turismo”, (ANTÔNIO FILHO, 2009; PELLICCIOTTA, 2017).

Nesse sentido, nos últimos cinquenta anos ao menos, os esforços das ações em impulsionar o que se acreditava ser essa vocação regional, fizeram inúmeras tentativas na expectativa de estruturar o turismo na região com suporte nas permanências na paisagem, assim consideradas patrimônio. No entanto, passados anos dessa iniciativa, tal “vocação” ainda não proporcionara o retorno esperado (ANTÔNIO FILHO, 2009; PELLICCIOTTA, 2017).

Ainda no contexto das expectativas do turismo, a partir da década de 1980, São José do Barreiro passou a chamar a atenção de praticantes de voo livre e asa delta em localidades na Serra da Bocaina, bem como a proclamar o ecoturismo como elemento capaz de movimentar às áreas rurais empobrecidas. Essas atividades, em um primeiro momento, contribuíram para a divulgação do município nos meios de comunicação, favorecendo ao turismo de natureza e de esportes de aventura (MAMBERTI, 2006). Mas ainda assim, o turismo ocorreu de forma espontânea e abaixo das suas potencialidades, mesmo que tenha havido esforços para associar essas práticas às novas modalidades de turismo (MAMBERTI, 2006).

Na perspectiva de alavancar o turismo e diversificar a economia local, à espera de um novo modelo de desenvolvimento, São José do Barreiro reivindicou a condição de Estância Turística¹⁹ no ano de 1998 por meio da Lei nº 10.180/98, passando a ser reconhecido como tal e a receber verbas anuais do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias do estado de São Paulo (DADE). Os recursos do DADE são destinados a obras de infraestrutura visando à melhoria do turismo receptivo nos municípios-estâncias do estado de São Paulo.

Observa-se que no mesmo período em que essas novas atividades passaram a interessar aos municípios da região, em São José do Barreiro e nas demais pequenas cidades da região houve um êxodo muito grande da população, como apontamos nos dados apresentados no capítulo 3. O meio rural daqueles municípios, de acordo com Zuquim (2002, p. 5), tiveram suas bases agrárias substituídas e incorporadas aos novos avanços da sociedade, com “atividades rurais não agrícolas de turismo e de lazer, voltadas a nichos de mercado especiais, e atividades

¹⁹ Com base na lei nº 10.426 de 1971, entende-se que as estâncias são locais privilegiados, que oferecem condições favoráveis ao lazer, à recreação e ao entretenimento, promovidos pelo aproveitamento dos recursos naturais específicos, como clima, águas minerais ou termais, ou elementos que as tornam especiais e particulares, sempre para o bem-estar do homem. Classificam-se assim, as estâncias em três tipos: hidrominerais, climáticas e balneárias, posteriormente, a lei nº 1.457/77 incluiu as estâncias de caráter turístico (GAGLIARDI, 2005).

de preservação e de conservação da natureza”. Essas atividades se utilizaram dos espaços rurais da Bocaina, historicamente esquecidos geográfica e economicamente, porém, como destaca a autora, tiveram pouco sucesso, mas ajudaram fomentar expectativas que nem sempre foram atendidas.

Nota-se também, nesse mesmo período, o aumento das segundas residências na região – estimulada pelo crescimento econômico dos municípios do Vale do Paraíba Paulista e Fluminense – quando as classes sociais mais abastadas buscaram espaços pouco frequentados para construir casas de veraneio (ZUQUIM, 2002). Esse fenômeno foi bastante significativo em São José do Barreiro, resultando em sítios e chácaras de segunda residência, situadas em grande parte nas áreas próximas à Represa do Funil e nas áreas altas da Serra da Bocaina, em condomínios e casas de luxo que confirmaram a mudança na dinâmica rural antes estabelecida.

O interesse nas residências secundárias é um fenômeno mundial e está relacionado à busca pela natureza. De acordo com Sidnei Raimundo (2015, p. 293), “a paisagem é consumida por turistas e proprietários de segundas residências com um estilo de vida com alta mobilidade, caracterizados por um ideal imaginado sobre a paisagem e a natureza”. Como efeito dessas segundas residências, se vê no município certo esvaziamento durante a semana, pois a maioria dos proprietários frequenta estes lugares apenas em finais de semana e feriados.

Observou-se, do mesmo modo, o início das atividades de lazer “em chácaras e sítios de recreio; hotéis-fazenda; spas; pesque-e-pagues e atividades como ecoturismo; turismo rural; agroturismo; turismo patrimonial e outras categorias de turismo” (ZUQUIM, 2002, p. 108), que ocorreram de forma pontual em alguns poucos lugares, basicamente com investimento privado. Ao setor público coube algumas ações para resgatar a história da região, centrada, basicamente, ao seu passado histórico.

Nesse contexto, a partir dos anos 2000, buscou-se valorar a figura do Tropeiro como símbolo regional, a fim de estabelecer uma identidade turística para toda a região do Vale Histórico Paulista (PELLICCIOTTA, 2017).

As representações do tropeiro, de fato, pareciam iluminar certas dimensões de constituição e transformação de um território que até então se fizera majoritariamente identificado como cafeeiro. A figura do tropeiro permitia ao segmento estabelecer sintonia com um amplo conjunto de práticas e costumes, assim como conquistar legitimidade para alguns espaços e atrativos, e em meio a esta nova proposta de representação e leitura, começou a ganhar forma uma nova geração de produtos turísticos (PELLICCIOTTA, 2017, p. 10).

Outro aspecto fortemente levantado a partir da mesma época foi o destaque aos muitos caminhos ali existentes, que remontavam ao período colonial e imperial. O que se buscava era apresentar os caminhos das tropas, do ouro e do café, como vias para aventuras históricas. Essa ação deu origem a uma associação voltada à história e à promoção do turismo cultural: A Associação Roteiros Caminhos da Corte (ARCCO).

A ARCCO foi uma das iniciativas pautadas no aspecto histórico-colonial do Vale Histórico Paulista. Conforme as entrevistas²⁰, em um primeiro momento, a associação atuou fortemente na promoção do turismo local e regional, contudo, não se consolidou por falta de participação dos membros e conflitos quanto aos objetivos da Associação. Após um tempo sem atuação, em 2019, retomou as atividades e está buscando alternativas junto às Prefeituras e aos empresários regionais para o fomento do turismo com base no legado histórico que une a região²¹, agora chamada de APEAR, nome que dá significado ao ato de caminhar.

Estas tentativas de dar suporte ao incremento do turismo local, ademais de esforços percebidos por alguns sujeitos locais, não obtiveram o retorno esperado, uma vez que o potencial turístico da região, baseado no legado histórico-cultural e nas áreas naturais sempre esteve permeado de ressignificações, onde o passado do café, dos caminhos reais e do tropeirismo não encontravam correspondência com a identificação da população atual, que não se reconhece nesses legados propagados pelo turismo (ZUQUIM, 2002, 2007; GAGLIARDI, 2005; PELLICCIOTTA, 2017).

Recentemente, o surgimento do Circuito Vale Histórico Paulista foi mais um exemplo dos esforços em articular os objetivos de Regionalização do Turismo proposta pela Política Nacional de Turismo a partir de 2003, que, de acordo com Gagliardi (2005), teve forte influência sobre a paisagem local, mas igual às tentativas anteriores, projetou uma imagem homogeneizadora, onde a história local e o passado colonial foram vendidos como atrativos, fato que, segundo a autora, responderia muito mais às expectativas do Governo Federal do que à melhoria das carências locais e anseios mais urgentes da população.

Ao analisar os elementos para o desenvolvimento da região, Antônio Filho (2009) diz que ainda que lentamente muitas coisas tenham mudado, a intensa exploração dos bens naturais e a falta de oportunidades sociais relegaram aos municípios do Vale Histórico Paulista, características de uma região ainda “deprimida”, mesmo após as várias tentativas de

²⁰ Entrevista concedida por C. L. M. C. em outubro de 2019.

²¹ Entrevista concedida por R.C.R. em outubro de 2019.

incrementar o turismo regional, haja vista os dados socioeconômicos atuais expostos para a região.

Para Pellicciotta (2017), nos últimos cinquenta anos ao menos, os esforços das políticas regionais em impulsionar o que se acreditava ser uma potencialidade regional tem feito inúmeros empreendimentos na expectativa de estruturar o turismo na região, com suporte nas permanências na paisagem, mas que ainda não tem suprido ou gerado benefícios em prol da comunidade.

Dito isto, a fim de compreender as expectativas atuais, bem como conhecer o modo de ser turístico de São José do Barreiro; como é sua organização; a participação dos sujeitos sociais e os desafios do setor e da política pública no âmbito local, foram realizadas entrevistas com os sujeitos indicados e que compõe a Matriz Social do Turismo.

A ideia de que o turismo deveria ser um elemento dinamizador da economia local, mas que ainda não se consolidou é prontamente confirmada por um dos entrevistados:

*Falar de turismo? Isso já se fala há 50 anos e o turismo não avança, nós não temos um plano de desenvolvimento turístico, **nós temos pessoas que procuram desenvolver o turismo em volta do seu negócio.** Nós somos Estância turística há 20 anos, já tivemos mais de 40 milhões para o desenvolvimento da infraestrutura turística e você não vê infraestrutura turística, nós estamos numa situação difícil de se reverter (**grifo nosso**).²²*

Como pudemos verificar, há poucos dados disponíveis sobre o turismo em São José do Barreiro. A Prefeitura não tem setor responsável pelo turismo municipal e a política de turismo nunca foi elevada à condição principal, como destacado nas entrevistas, onde ficou evidente que a participação do poder público no turismo foi sempre contraditória e baseada nos interesses dos que se beneficiam da movimentação turística no município.

Para um dos entrevistados, o turismo em São José do Barreiro é formado por grupos, e, segundo ele, esses grupos:

Tentam buscar melhorias para si próprios, porque não se consegue colocar um contexto geral para favorecer todo mundo, então é sempre voltado a grupos procurando se beneficiar da maneira que eles podem, e, na maioria das vezes, é sugando o próprio município²³.

²² Entrevista concedida por C. L. C. G. em dezembro de 2018.

²³ Entrevista concedida por L. R. M. em dezembro de 2018.

No mesmo sentido, o entrevistado completa afirmando que:

É um jogo de interesses [...] não tem um turismo coordenado, não tem um turismo voltado para qualquer pessoa que quiser se envolver, ele é formado entre grupos e estes grupos tentam buscar melhorias para si próprios ²⁴.

A falta de compreensão por parte do poder público sobre a política pública de turismo é uma questão que apareceu em quase todas as entrevistas, com alegações de que não há continuidade em nenhum projeto de turismo conduzido pelo poder público (mesmo recebendo verbas anuais das estâncias turísticas). Nos anos em que esta pesquisa foi realizada, por exemplo, como já dissemos, não havia secretaria e nem secretário de turismo, apenas uma pessoa responsável, indicada pelo prefeito para as ações de cultura e turismo no município. Essa pessoa foi entrevistada e afirmou que em toda gestão municipal ao longo dos anos, a política de turismo tem que se iniciar do zero, pois, “*não há continuidade*”²⁵.

O poder público, na atual gestão, como se repete nos últimos anos, não tem articulado projetos e nem proposto uma política pública efetiva para o desenvolvimento do turismo local, se não ações pontuais que não obtiveram resultados satisfatórios, haja vista a inexistência de um plano de turismo municipal em se tratando de uma estância turística.

Dentre as principais questões apontadas está o planejamento público ineficiente. Por não haver uma secretaria de turismo, as demandas do setor não são prioridades para o executivo. A falta de conhecimento e conscientização do turismo enquanto política pública também afetam a continuidade das ações anteriormente propostas e, como em muitos outros lugares, confunde-se turismo com a realização de eventos, e isso não é diferente em São José do Barreiro. “*O turismo está muito ligado ao evento aqui, não está vinculado ao planejamento turístico*”²⁶, afirmou um entrevistado.

O que se pôde perceber é que há a promoção de eventos culturais e festejos em datas comemorativas, sendo esta a ação pública prevalecente, que por um lado dinamiza e movimenta alguns empresários do turismo, como donos de restaurantes e pousadas em certos períodos do ano, e por outro, supre a demanda de lazer cultural da comunidade, porém, sem resultados efetivos quanto à geração de possibilidades de desenvolvimento duradouras. Segundo uma entrevistada, quando há eventos e pessoas visitam o município “*é a salvação do mês*”²⁷.

²⁴ Entrevista concedida por L.R.M. em dezembro de 2018.

²⁵ Entrevista concedida por A. S. C em dezembro de 2018.

²⁶ Entrevista concedida por L.V.A. em dezembro de 2018.

²⁷ Entrevista concedida por D.C. em outubro de 2019.

Contudo, prossegue a entrevistada, esperar os eventos e feriados para “*garantir um dinheiro está se tornando cansativo e gerando poucos resultados*”²⁸. A mesma entrevistada, sobre este modelo de turismo, afirma categoricamente: “*Assim, com esse modelo, o turismo não vai*”²⁹.

Esse *modus operandi* da gestão local também se repete em outros setores da administração pública. A escassez de projetos ou a continuidade de bons projetos são vistos como as razões principais para a não dinamização do turismo municipal:

*O principal seria a continuidade de bons projetos, o que a gente não tem aqui é exatamente isso, a gente sabe que são de 4 em 4 anos e aí o que acontece é que a nova gestão que chega é quer botar a sua marca e não dar prosseguimento em coisas que foram bem-sucedidas em gestões passadas. Então, a continuidade de bons projetos é gritante. Hoje em dia o que eu vejo é que existe uma tentativa do poder público de uma maior aproximação com a comunidade, mas a coisa ainda fica muito consultiva, a gente tem pouca coisa deliberativa, de que você realmente se reúna com a comunidade, para que a comunidade possa realmente ser ouvida [...].*³⁰

Na atual gestão municipal (2017-2020) houve transferência de parte das responsabilidades do poder público em relação as políticas de turismo para o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), uma vez que as estâncias turísticas do estado de São Paulo passaram a correr o risco de perder este título caso não seguissem algumas determinações, entre as quais a existência de um conselho e realizassem certas ações para a manutenção das verbas anuais do DADE (cerca de 2 milhões de Reais/ano). O que não é pouco para uma cidade do porte de São José do Barreiro. Assim, pela falta de uma secretaria de turismo, as responsabilidades passaram para o Conselho, que foi reinstaurado em 2017, e atualmente possui um caráter consultivo e deliberativo, sendo ele o responsável pela administração e alocação das verbas repassadas pelo estado na ausência de uma secretaria.

O COMTUR não é paritário, é formado por membros da sociedade civil, representados por empresários e comerciantes locais, que são a maioria, e membros do setor público, sem a participação dos órgãos oficiais de patrimônio (os representantes do patrimônio são proprietários de bens históricos ou reservas naturais particulares), como foi constatado. Vide também a pouca participação da comunidade local que não se faz presente, como observamos em pesquisa de campo e nas entrevistas aplicadas.

²⁸ Entrevista concedida por D.C. em outubro de 2019.

²⁹ Entrevista concedida por D.C. em outubro de 2019.

³⁰ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2018.

O COMTUR, portanto, estrutura-se da forma 2/3 (dois terços) 1/3 (um terço) (**quadro 3**). Ou seja, os membros da sociedade civil, representados em grande parte pelos empresários locais são a maioria no Conselho. Nota-se que a comunidade está representada junto com associações. Os participantes do poder público somam 4 membros,

Quadro 3: Representação do COMTUR 2019 - 2020

Sociedade civil - 2/3		Poder Público - 1/3
1	Hotelaria (hotéis, pousadas e hospedagem)	Indicação do Prefeito
2	Alimentação & Comércio	Indicação do Prefeito
3	Agências de Turismo, Guias e Transporte	Indicação do Prefeito
4	Expressões e Projetos Culturais e Artesanato	Indicação do Prefeito
5	Produtores Rurais	x
6	Comunidade, Projetos Sociais e Associações	x
7	Patrimônio Histórico	x
8	Patrimônio Natural	x

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2020 (A partir de entrevista com o presidente do COMTUR)

No período analisado o COMTUR tem se destacado como um Conselho que está a cargo de decisões sobre o turismo municipal (fato incomum, assim como não ser paritário), o que acaba por beneficiar as vontades dos empresários locais que estão em maioria na composição do Conselho. O que pudemos perceber é que esse fato contribui para a baixa participação da população local e do próprio poder público.

Sobre a participação social, um dos entrevistados argumenta que:

Eu ainda sinto falta de mais personagens que poderiam dar a sua contribuição, a sua participação nessas reuniões, ou mesmo em audiências públicas que às vezes acontecem, mas eu ainda acho que a comunidade participa pouco do turismo como um todo, mas não só da parte turística, da cidade, do município, (INTERFERÊNCIA: você sabe o por quê?) Não saberia te dizer, é a zona de conforto sabe, para você tirar a pessoa da zona de conforto, da sua casa, a maioria das pessoas aqui, - a área rural é muito grande, então as pessoas moram muito afastadas, mas mesmo as que moram no centro, que seria mais fácil, então, reunião às 7 horas da noite? Ah não, estou muito cansado... aí não vão, e depois a coisa acontece e o pessoal fica se perguntando porque isso, porque aquilo, e não participa para saber.³¹

Ainda que os conselhos municipais sejam um instrumento importante para a participação, no caso do turismo, como uma atividade de mercado, o afastamento da comunidade e do poder público das discussões provoca conflitos de interesses significativos,

³¹ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

uma vez que as decisões tendem a beneficiar os participantes do Conselho que estão diretamente relacionados com setor produtivo do turismo – acentuando ainda mais o distanciamento da comunidade do turismo enquanto política pública.

É desta forma que, na construção dos lugares turísticos, as elites locais mantêm uma estreita ligação com o poder público, tanto para a manutenção do poder econômico, como para se beneficiar das ações sobre as atividades produtivas, como identifica Luchiari (1999).

A dificuldade de participação e envolvimento da comunidade com o turismo foi constatada nas entrevistas. É preciso preparar a comunidade para o turismo, fazer com que ela entenda os benefícios do turismo e a importância da atividade para o desenvolvimento local, uma vez que, se houvesse uma melhor compreensão do turismo, de seus riscos e benefícios, acarretaria inclusive na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e na percepção e valorização maior dos patrimônios locais. Contudo, tem sido muito difícil chamar atenção da comunidade para algumas dessas questões.³²

Na mesma direção da participação social e dos instrumentos para a participação, ficou claro que esse é um ponto fraco da política local: *“A participação é muito pouca, primeiro porque não é tão aberto para que eles (a comunidade) possam participar, e, segundo, porque quando abre a possibilidade, eles não são tão participativos”*³³.

Para outro entrevistado a falta de participação tem origem no modelo de democracia baseada no poder econômico de poucos sujeitos locais, e que ainda hoje é muito presente em pequenas cidades como São José do Barreiro. Para ele *“o passado histórico não é de experiência democrática, um coronelismo muito evidente, práticas políticas arcaicas... participação cidadã e governança são conceitos alienígenas”*³⁴.

Em São José do Barreiro, os meios de participação são restritos ao setor produtivo e, novamente, vinculados à realização de eventos, como confirmam as entrevistas:

*Os que têm algum empreendimento como comércio de alguma forma se vinculam ao turismo e são motivados a participar dos conselhos que surgem. A população em geral não se envolve; entendo que não se envolvam muito, eles só entram nesta temática quando existe época festiva em Barreiro, e a população carente de entretenimento quer que tenha megaeventos, e a gente sabe que na teoria não é interessante para a cidade, então a população não conversa com os interesses do turismo.*³⁵

³² Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

³³ Entrevista concedida por P.M.N. em dezembro de 2018.

³⁴ Entrevista concedida por D.B.J. em janeiro de 2019.

³⁵ Entrevista concedida por L.V.A. em janeiro de 2019.

Em diagnóstico sobre os problemas e expectativas do turismo, reiteramos a análise de Antônio Filho (2009). Para ele, transformar a região num lugar turístico deve demandar muita vontade política e muito investimento, mas para que isso ocorra é necessário, inicialmente, um profundo levantamento dos bens naturais e culturais da região e uma articulada participação da população, o que não se tem visto. Esses argumentos ratificam os pontos inicialmente apresentados nesta tese.

Sobre a potencialidade turística do município de São José do Barreiro, muitos levantamentos da oferta foram realizados ao longo dos anos, como o elaborado em parceria com o curso de Turismo da ECA/USP, que teve como objetivo ampliar o conhecimento acerca do município e subsidiar os gestores e a comunidade na elaboração e implementação de políticas públicas de turismo. Ainda assim, permanece o desconhecimento, até mesmo para a população em geral, incluindo os proprietários de terra, do potencial existente, principalmente pelos bens naturais do município quando não considerados para a visitação turística, pois, como se verá na sequência, a própria população não conhece parte dos atrativos locais.

No projeto do curso de Turismo da ECA/USP foram realizados o levantamento e a caracterização do turismo municipal. O projeto teve como finalidade contribuir e gerar mobilização para o desenvolvimento em escala local, além de promover a interação com a comunidade de modo a dar suporte a eventuais propostas de intervenção no planejamento turístico municipal (PDDTM, 2016). Com os resultados entregues à municipalidade, o levantamento realizado pela equipe da USP concluiu que a estruturação do turismo no período avaliado ainda é muito fraca e confirmou que a participação do poder público e da comunidade estão muito aquém do esperado. E, apesar da potencialidade destacada nos atrativos histórico-culturais e de contato com a natureza, o turismo em São José do Barreiro expõe muitas fraquezas do ponto de vista de seu planejamento e estruturação. Em conclusão, o documento destacou que há uma necessidade urgente de aprimorar “uma gestão mais participativa, com decisões compartilhadas entre os diferentes agentes do desenvolvimento turístico local, bem como mais transparente e com comunicação interna mais eficiente” (PDDTM, 2016, p. 243).

Em São José do Barreiro, a potencialidade turística tem sido considerada desde meados do século XX, no conjunto edificado oriundo do período cafeeiro e nas áreas naturais da Serra da Bocaina como diferencial local, capazes de atrair visitantes. Esses bens refletem, portanto, ainda hoje, a paisagem turística a ser vendida e consumida como atrativo.

As características vinculadas à cultura local e à natureza da região são lembradas nas entrevistas. A ideia de uma pequena cidade, bucólica, pacata e onde o tempo parece não ter

passado aparece nas respostas dos entrevistados e baliza o suporte nestes patrimônios. Ao serem indagados sobre como eles descrevem São José do Barreiro, as falas em grande maioria retomam as características de um lugar pequeno e com um passado histórico bastante presente, com belezas naturais sem igual e com a tranquilidade das “*coisas do campo*”³⁶, mas que, ao mesmo tempo, carecem de ações para romper a situação de um lugar ainda “estagnado”, social e economicamente. São José do Barreiro é, nas palavras de um dos entrevistados, “*um diamante que não foi lapidado*”³⁷.

A ideia de que o município é um diamante não lapidado corrobora com as expectativas de que o turismo, em associação aos patrimônios locais seja considerado uma possibilidade concreta, porém constante na esperança daqueles que apostam na atividade como elemento de transformação social.

Neste contexto, a herança histórico-cultural e os aspectos naturais presentes no município são as referências destacadas como potencial turístico, tais como: cidade histórica com muitos atrativos; cachoeiras; trilhas e fazendas históricas, repleto de coisas típicas do interior – constantes nas entrevistas.

A esperança nessas características se confirma nas palavras de outro entrevistado ao descrever São José do Barreiro como:

*Uma cidade típica de interior, com uma comunidade ainda muito presa a sua formação cultural e histórica, muitos desafios pela frente, mas com potencial ainda absurdo enquanto possibilidades para o turismo e para outras coisas que podem ser agregadas [...]*³⁸

Ao descreverem São José do Barreiro, os sujeitos entrevistados que também são moradores do lugar, apresentam o município em torno de uma ideia de lugar com muitas belezas e riquezas (no caso, o seu patrimônio local). Mas também ressaltam a falta de oportunidades e o aproveitamento desse patrimônio, que, para eles, conduzem o município a perpetuar o estigma de atraso socioeconômico com poucas opções de trabalho, principalmente para os mais jovens – e reafirmam, em quase todas as entrevistas, que a falta de oportunidades para a geração de emprego e renda poderia ser superada com o turismo, posto historicamente como possibilidade que permanece na esperança da população – mas que ainda não se consolidou.

³⁶ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

³⁷ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

³⁸ Entrevista concedida por R.C.R. em dezembro de 2018.

Ao apontarem as potencialidades do município, o turismo aparece não somente como alternativa para o desenvolvimento local, porém, mais uma vez como vocação, com suporte no patrimônio material edificado e no patrimônio natural. São eles, para os entrevistados, os principais elementos da atratividade turística de São José do Barreiro, tal diamante ainda não lapidado.

O artesanato, a gastronomia, as diversas modalidades de turismo, desde o histórico-cultural até o turismo radical e de aventuras, lembrados como segmentos relevantes da potencialidade local e que poderiam ser elementos de preservação do patrimônio e do desenvolvimento local.

[...] o turismo está aí para explorar os valores locais, então, obviamente fatores naturais, como as cachoeiras da região, a serra, o visual, a paisagem como um todo. Como você tem cachoeira também como recurso hídrico em relação a importância da questão hídrica, então vai para além do turismo, a gente tem uma série de nascentes aqui na Serra da Bocaina que deságuam parte delas do lado de lá da Bocaina, no sentido litoral, que alimentam e abastecem o litoral Fluminense e também o litoral norte de São Paulo, parte delas descem aqui para a bacia hidrográfica da Bocaina e seguem até o Paraíba do Sul, que dá a base para o abastecimento do Rio; então, como a questão hídrica é uma crise e vai se tornar cada vez mais latente, todo o projeto que preserve minimamente as nascentes é de fundamental importância.

E o entrevistado prossegue:

No aspecto histórico cultural também é uma cidade de valores, uma cidade que testemunhou o período do café de forma muito intensa, a questão da escravidão de forma muito intensa, então, tem muita história para contar, muito conteúdo, muita riqueza do Brasil, muito sofrimento do povo negro aconteceu aqui. No aspecto cultural a gente tem os valores da culinária Tropeira, os valores do passado até indígena aqui da região, os valores do homem bucólico, do homem do campo, é uma combinação de fatores, eu vejo muitas potencialidades³⁹.

Apesar das potencialidades referidas na relação patrimônio, cultura e natureza, o turismo não se consolidou no município e os motivos dessa não consolidação são atribuídos a diversos aspectos identificados pelos entrevistados, como por exemplo: ao fato de que as pessoas não conhecem os atrativos, principalmente os da Serra da Bocaina; o patrimônio edificado está em evidente degradação; não há uma política de turismo efetiva, pois o turismo nunca foi encarado enquanto política pública senão como uma atividade de mercado, conduzida pelos empreendedores locais; as expectativas de arrecadação e geração de emprego com o turismo

³⁹ Entrevista concedida por L.V.A em janeiro de 2019.

sempre foram abaixo do esperado e a falta de mobilização da comunidade local, uma vez que, como sugere a fala de um entrevistado: *“A comunidade está alheia a isso, você fala com as pessoas e elas falam assim: ‘não tenho nada a ver com turismo’, a comunidade não está mobilizada, eu acho que não está envolvida”*⁴⁰.

Outro elemento apontado conforme afirmou um dos entrevistados, é que política pública de forma geral tem dificuldade de se estabelecer no município, tendo em vista a relação de poder econômico e político de alguns poucos sujeitos sociais, bem como o acolhimento de novas iniciativas: *“as leis funcionam diferente do “mundo de fora”, das outras cidades... e é um desafio cultural quebrar esses poderes – há um ceticismo para as novas iniciativas – **sempre se ouve, isso não vai dar certo**”*⁴¹.

Nas entrevistas, todos concordam que o turismo pode trazer benefícios para São José do Barreiro, a começar pela geração de emprego e renda, e como consequência, fomentar o empreendedorismo local e a diversificação das atividades econômicas, principalmente se investidos no turismo rural e de contato com a natureza⁴². O turismo também é considerado capaz de contribuir para a manutenção da história, da cultura local e da natureza, mas para que isso venha a ocorrer e melhorar os índices municipais, os próprios entrevistados afirmam que a comunidade precisa estar envolvida no processo de planejamento da atividade, e ser incentivada a investir no setor.

*Esse entendimento que eu sinto, eu coloco da seguinte forma: tem que sensibilizar para mobilizar. Que é o processo básico em todos... mobilizando, aí a gente vai ter o entendimento, a gente vai ter o empreendimento que é preciso, os empreendedores que são precisos, porque hoje falta isso.*⁴³

Em suma, as entrevistas nos dizem que o turismo em São José do Barreiro tem se apresentado como uma atividade contraditória ao longo dos anos, e assim como nos dizeres de Gagliardi (2005, p. 129), “o turismo pode criar espaços de inclusão e participação, ao mesmo tempo em que produz sutilezas que geram exclusão e que dividem territórios, físicos ou imaginários”.

Muito embora a atividade seja considerada importante na economia local, não promove, ou ainda não promoveu transformações socioeconômicas reais, o que tem gerado grandes

⁴⁰ Entrevista concedida por C. L.C. G. em dezembro de 2018.

⁴¹ Entrevista concedida por D. J. em janeiro de 2019 (grifo nosso).

⁴² Entrevista concedida por D. J. em janeiro de 2019.

⁴³ Entrevista concedida por J.F.C. em janeiro de 2019.

expectativas na comunidade. Essas expectativas ao longo do tempo se tornaram uma esperança, sempre postergada.

O que se pôde constatar é que as poucas mudanças que ocorreram a partir do incremento do turismo local não foram favoráveis à maioria, bem como não atenderam às expectativas da comunidade, pois não houve um planejamento no processo de organização do turismo, muito menos ações de participação social e envolvimento do poder público. Esse entendimento para Zuquim (2002, p. 96) significa que “as famílias não foram capacitadas para receber essa nova atividade econômica”, o que reforçou a não participação social nas atividades do setor e na tomada de decisões.

Apesar disso, observamos que por mais que existam aspectos complexos e contraditórios no desenvolvimento do turismo em São José do Barreiro, estabelecer uma associação entre o patrimônio cultural e natural e o turismo deve ser considerado, uma vez que o turismo ainda é visto como uma possibilidade que poderia contribuir para o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo favorecer à conservação desses bens.

Nesse sentido, por todo este contexto apresentado, entendemos que hoje o desafio do desenvolvimento local está relegado ao turismo e aos patrimônios. Todavia, o que se pôde constatar é que para que tal desenvolvimento seja atingido é preciso considerar formas de se pensar outro tipo de turismo para São José do Barreiro.

No próximo capítulo apresentamos os patrimônios locais (material edificado e o patrimônio natural), tidos como o suporte para o turismo, bem como a análise de seu estado de conservação a partir dos riscos e conflitos que incidem sobre eles, com o intuito de corroborar e dar seguimento aos cumprimentos dos objetivos desta tese quanto aos limites e possibilidades do patrimônio e do turismo para o desenvolvimento local em São José do Barreiro.

O patrimônio material edificado, representado em grande parte pelos casarões e fazendas históricas, é abordado do ponto de vista da pesquisa de Zanirato *et al* (2014), da qual fizemos parte e que, entre 2012 e 2014 realizou um inventário denso sobre esses bens materiais, apontando, entre outras coisas, os riscos expostos e a necessidade de usos sociais condizentes com a situação desse patrimônio, entre os quais, estão os usos turísticos. Associado a esse conjunto, há ainda os lugares de contato com a natureza que têm potencial para as atividades de turismo, mas que ainda são pouco (re) conhecidos pela comunidade como atrativos. Eles são aqui apresentados a partir da exuberância da natureza da Serra da Bocaina e podem ser valorados não somente para o desenvolvimento do turismo, mas para a conservação, a partir de seu reconhecimento enquanto lugar de pertencimento da comunidade.

5 IDENTIFICANDO O LEGADO PATRIMONIAL

O *site* da Prefeitura Municipal da Estância Turística de São José do Barreiro⁴⁴ traz em primeira página imagens sobre o patrimônio cultural e natural existente no município. Segundo a página oficial, o município tem atrativos ligados ao patrimônio histórico-cultural e de natureza. A ênfase aos atrativos é reforçada em um mapa que se encontra em um *Totem* na praça central da cidade, com destaque aos lugares de interesse turístico no município.

Figura 8: Mapa turístico de São José do Barreiro

Fonte: Prefeitura municipal de São José do Barreiro, 2019

Chama a atenção a quantidade de atrativos no mapa turístico, seja na parte urbana, seja na área rural. Nele se veem edificações históricas, cachoeiras, mirantes, uma represa e o Parque Nacional da Serra da Bocaina, além de equipamentos turísticos e o acesso a alguns deles. O mapa traz ainda desenhos de algumas fazendas históricas e o conjunto urbano do município.

Estes lugares abrem a nossa discussão sobre o legado cultural edificado e o natural em São José do Barreiro.

⁴⁴ Cf. www.barreioturismo.com.br

5.1 O LEGADO CONSTRUÍDO

O auge e a decadência do período do café ocorreram no Vale Histórico Paulista de forma rápida e avassaladora. Os barões do café, sem ter os ganhos esperados, abandonaram as lavouras em busca de novas oportunidades. Muitos foram para a capital, uma vez que a cidade de São Paulo estava em vias de industrialização, outros, se mudaram para o Oeste Paulista, para as novas *plantations* de café (BENINCASA, 2007; ANTÔNIO, FILHO, 2009).

Como consequência do abandono da lavoura e das crescentes dívidas dos proprietários, as fazendas foram tomadas pelos bancos, vendidas e loteadas. Os que ficaram investiram na pecuária, com poucos resultados em comparação com a lucratividade do café. Os solos desgastados não eram propícios a outras culturas e as atividades agropecuárias perduraram por todo o século XX com baixo retorno econômico (BENINCASA, 2007)

Estes fatores explicam, como lembra Zanirato (2016, p. 80), que “entre os anos de 1900 a 1950, os municípios do Vale Histórico Paulista permaneceram vinculados ao setor primário da economia, registrando constante êxodo rural e empobrecimento de sua população”.

Devido a essa condição, as “*idades mortas*” de Monteiro Lobato sofreram poucas transformações espaciais ao longo de todo o século XX, e a falta de oportunidades de desenvolvimento em comparação com os demais municípios do Vale do Paraíba, favoreceu, entre outras coisas, à permanência das edificações do período cafeeiro – configurando um aspecto singular da paisagem local, hoje consideradas como patrimônio.

Zanirato (2016, p. 158) diz que esses municípios “comportam significativa quantidade de edificações tidas como patrimônio, seja pelo fato de serem rugosidades a testemunhar as diferentes formas de uso e ocupação do espaço ali processadas, seja pelo entendimento público”. Essas edificações são permanências na paisagem que expressam a ação do trabalho humano no tempo e no espaço, ou como lembra Pierre Nora (1993), são suportes da memória – lugares que contribuem para não permitir o esquecimento dos tempos passados.

As permanências estão nos lugares e nos objetos que mantêm as marcas do trabalho humano no espaço. É o que fica do passado, como legado, forma e espaço construído ou modificado pela ação humana. Hoje, são rugosidades, como explica Milton Santos (2012), que auxiliam a compreender a complexidade do espaço produzido. Para Santos (2012), as rugosidades são formas-conteúdo que fazem compreender o espaço como uma acumulação desigual de tempos. Essas permanências denominadas patrimônio, portanto, são concretudes, elementos simbólicos e representativos dos grupos sociais que a partir da aplicação de técnicas, transformaram o espaço em modo de vida e de reprodução social.

As rugosidades no Vale Histórico Paulista e em São José do Barreiro ressaltam aos olhos quando observamos os pequenos centros urbanos onde se encontram conjuntos pouco modificados – bens reconhecidos por representarem individual ou coletivamente tempos pretéritos, ativados ou não como patrimônio, porém, reconhecidos como tal, e que, segundo Zanirato (2016, p. 32), representam “um legado histórico de espaço construído, de técnicas construtivas, materiais edificantes, funções pretéritas e modos de usos atuais que possibilitam melhor aceder às diferentes dinâmicas ali havidas”.

Esse legado em relação às dinâmicas socioespaciais dos municípios é explicado em função do:

Ritmo mais lento das transformações e a pouca renovação urbana ocorrida nos municípios do Vale (em comparação com a maior parte dos municípios do Estado de São Paulo), resultou na manutenção de edificações com 100, 150 ou mais anos de existência. São casas térreas e assobradadas, edifícios públicos e religiosos que permanecem atestando tempos e formas passadas de ocupação do espaço. Outros usos e funções se veem em lugares que foram outrora solar de barões e agora são escolas, hotéis, pousadas; casas de câmara e cadeias que abrigam secretarias das Prefeituras locais; residências menos sofisticadas de pessoas ligadas à elite cafeeira que têm no piso térreo padarias, lojas de miudezas, bancos; moradias de herdeiros dos fazendeiros do café que ainda permanecem no lugar; edifícios vazios, cujos donos já se perderam no tempo e no alcance de órgãos públicos de arrecadação de impostos prediais (ZANIRATO, 2016, p. 159).

De acordo com Müller (1958), antes do café, as casas formavam na região um habitat expressivamente rural, disperso de modo linear ao longo das estradas de terra e cursos d'água. Com a chegada do café, os proprietários das fazendas investiram mais na expansão do plantio e na mão de obra escravizada, do que em suas outras propriedades. Os investimentos nas edificações foram posteriores ao retorno econômico que o café propiciou e se revelaram em construções em estilo colonial e neoclássico, tanto na arquitetura urbana como na rural (BENINCASA, 2007).

Para tal trabalho, foram contratados marceneiros, carpinteiros, alveneiros e artífices europeus, em sua maioria, portugueses (STEIN, 1951 *apud* ZANIRATO *et al*, 2014). Os proprietários investiam em suas residências na zona rural nas quais predominava a simetria no desenho das fachadas, portas e janelas almofadadas e um mobiliário refinado, adornados quase sempre com artigos europeus (BENINCASA, 2007).

As construções nas fazendas apresentavam estilo eclético, porém, harmonioso (ANTÔNIO FILHO, 2009). Segundo Zanirato *et al* (2014, p. 8), os componentes principais de uma fazenda de café na época eram compostos de:

1. Casa grande - habitação do senhor e de sua família, normalmente composta de compartimentos próprios a uma residência, incluídos a capela ou oratório;
2. Casa do administrador - nas unidades de maior porte ou nas fazendas “filiais” havia ainda a residência do administrador;
3. Senzala - habitação dos escravos, composta apenas de quartos de dormir;
4. Engenho - para o beneficiamento do café, com o maquinário movido por sistema hidráulico, além disso, beneficiavam a cana-de-açúcar, a mandioca e o milho;
5. Tulha - parte do complexo do engenho, um local para armazenagem dos produtos agrícolas;
6. Terreiro de café - onde se lavava e secava o café;
7. Enfermaria - numa região sujeita a constantes epidemias provocadas, entre outras coisas, pelas péssimas condições de vida dos escravos, era comum se ter notícias de enfermarias.

Para determinar como eram essas propriedades à época, Zanirato *et al* (2014, p. 8) se baseiam em Benincasa (2007) para destacar que muitas fazendas “tinham oficinas, habitações para trabalhadores livres e escravizados, habitação do fazendeiro, além de edificações ligadas ao beneficiamento e armazenamento do café”. Assinalam também que a localização das fazendas ficava normalmente à meia encosta, fato que facilitava o aproveitamento da água utilizada para o “abastecimento das edificações e para o processo de beneficiamento do café, além de fornecer a energia hidráulica necessária à movimentação de rodas d’água de moinhos e engenhos de toda a espécie”.

No espaço urbano, a arquitetura foi influenciada pelas construções setecentistas do ciclo do ouro mineiro. Nos centros, prevaleciam a praça onde estava a igreja e as construções situadas ao seu redor, dispostas em ruas com traçado característico da colonização portuguesa. As mudanças para uma arquitetura mais sofisticada se deram a partir do retorno econômico do café e das constantes visitas dos fazendeiros e seus herdeiros à Europa (SILVA- TELLES, 2006; BENINCASA, 2007).

Na segunda metade do século XIX, São José do Barreiro, segundo o viajante espanhol Augusto Emílio Zaluar (1975), em trecho de sua obra *Peregrinação pela província de S. Paulo 1860-1861*, citado por Zanirato *et al* (2014, p.9), era um lugar com um ordenamento urbano com ruas e prédios alinhados, que era até um atrativo. Zaluar cita o teatro de São José, para ele, “se não é inteiramente bom e perfeito, é, pelo menos, o melhor que existe nos municípios circunvizinhos”. Zaluar cita também o cemitério, com seu muro de pedra, e uma ponte sobre o rio Barreiro.

Percebe-se então, que foi da riqueza do café que se deu a construção das suntuosas propriedades da região.

A riqueza advinda do café passou a ter forte influência na construção das propriedades, principalmente a partir do século XIX. A partir de então, se fizeram presentes na paisagem “solares com fachadas mais trabalhadas, com escadarias frontais ornadas com grades, com belos alpendres, cômodos melhor distribuídos, porões habitáveis e uma divisão mais racional dos espaços” (ANTÔNIO FILHO, 2009, p.110).

Já com a saída do café se viu uma renovação bem mais lenta tanto do espaço rural como do urbano. Este fato corroborou para a permanência de vários imóveis, em construções que de acordo com Benincasa (2007) e também Zanirato *et al* (2014), empregam técnicas variadas, de pau-a-pique, taipa de pilão e adobe.

Quase todas as igrejas da região, por exemplo, portam estruturas em taipa de pilão; várias sedes de fazendas têm o adobe como elemento estruturante. As divisórias internas dessas edificações e de algumas residências e comércio nos núcleos urbanos ainda mantêm o pau-a-pique. Algumas ainda ostentam coberturas com telhas coloniais, capa e canal, artesanalmente produzidas. Há fachadas que expressam as influências dos estilos arquitetônicos barroco e neoclássico e interiores que ainda tem mobiliário dos tempos da riqueza do lugar (ZANIRATO *et al*, 2014, p. 9).

Esse processo mais lento, o qual foi observado diversas vezes neste texto, contribuiu para essas permanências serem hoje reconhecidas como patrimônio cultural edificado do período econômico do café em todo o Vale do Paraíba, e, mais notadamente, devido à grande quantidade de fazendas e núcleos urbanos pouco modificados, remanescentes na região do Vale Histórico Paulista.

Esse legado construído, em São José do Barreiro, será apresentado no próximo item a partir da identificação e caracterização do que se reconhece como patrimônio material edificado, independentemente de ser ativado ou não, seus usos atuais, riscos e desafios e como se dá o seu aproveitamento atual para os usos turísticos.

5.1.1 Identificação e caracterização do patrimônio edificado e seu aproveitamento para o turismo

A existência de uma paisagem com elementos arquitetônicos do século XIX favoreceu o pensamento turístico em São José do Barreiro, vinculado, sobretudo, ao passado dos tempos do café e ao tropeirismo. Essa paisagem, hoje, é constituinte da atratividade turística local, como ressalta um dos entrevistados da pesquisa:

*[...] as potencialidades são essas, a parte histórica é muito forte. Para mim é o carro-chefe, a gente sabe que trabalhar com patrimônio é um desafio, então, é esse o desafio [...] Não só de manter esses monumentos que foram erguidos há anos, há décadas atrás, mas de eles estarem em pé no sentido de serem valorizados como tal, porque eles contam uma história só de estarem ali, só de existirem [...]*⁴⁵.

A menção de que o patrimônio edificado é um dos elementos da potencialidade turística de São José do Barreiro surge simultaneamente ao reconhecimento de que trabalhar com o patrimônio é um desafio, em especial, na perspectiva do turismo, e isto se verifica ao analisarmos os bens tombados e os não tombados em São José do Barreiro, bem como seus usos sociais atuais.

O centro histórico de São José do Barreiro, apesar de pouco modificado, não foi alvo de ação de tombamento pelos órgãos de proteção do patrimônio, ao contrário da vizinha Bananal, que teve em 1991, o conjunto urbano tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT)⁴⁶, embora o núcleo urbano de São José do Barreiro ainda conserve permanências do passado, como se vê na **figura 9**.

Figura 9: Casarões do centro histórico de São José do Barreiro

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

⁴⁵ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

⁴⁶ Cf. Resolução SC3 de 15/02/1991 – CONDEPHAAT.

Na imagem, observamos a sequência do casario urbano térreo que está localizado em frente à praça Cel. Cunha Lara, a principal da cidade, e o calçamento em paralelepípedo presente em todo o centro urbano. O estabelecimento em rosa hoje funciona como um restaurante (Rancho), o mais frequentado de São José do Barreiro. Constantemente promove eventos, saídas e chegadas de passeios em grupo por São José do Barreiro. O estabelecimento tem funcionado como polo articulador do turismo local graças ao seu proprietário que consegue manter a arquitetura colonial, muito pelo uso comercial e turístico do edifício.

Neste item, para identificar e caracterizar o patrimônio edificado de São José do Barreiro nos valemos dos resultados e discussões da pesquisa realizada por Zanirato *et al* (2014) (da qual fizemos parte entre 2012 e 2014)⁴⁷.

A referida pesquisa identificou no Vale Histórico Paulista, dentre os bens tombados e não tombados (mas aqueles identificados pela população com representativos da história local), um total de 158 imóveis urbanos e 37 rurais, totalizando 195 bens que foram inventariados como patrimônio material edificado. Para São José do Barreiro foram identificados e inventariados 33 imóveis urbanos e 19 rurais, num total de 52 bens.

A pesquisa de Zanirato *et al* (2014) consistiu na identificação dos bens materiais considerados patrimônio e reconhecidos pelos moradores por sua temporalidade histórica, arquitetônica e paisagística, seguido de uma análise sobre o seu estado de conservação, técnicas construtivas, usos passados e atuais, riscos percebidos, dentre outros fatores avaliados em um diagnóstico geral.

Entre as edificações urbanas e rurais há aquelas tombadas como patrimônio remanescentes do período cafeeiro. Contudo, em São José do Barreiro, somente dois bens foram legalmente instituídos como patrimônio, um urbano e um rural: o Cemitério dos Escravos ou Cemitério Velho, tombado pelo CONDEPHAAT em 1989⁴⁸ como um patrimônio cemiterial, e a Fazenda Pau D'álho, tombada pelo IPHAN em 1968⁴⁹ e pelo CONDEPHAAT em 1982⁵⁰

O Cemitério data de 1840 e foi instituído como patrimônio por sua relevância histórica e por sua inserção paisagística, por possuir túmulos de mármore e esculturas tidas como de

⁴⁷ A pesquisa se pautou na vulnerabilidade do patrimônio cultural do Vale Histórico Paulista face aos inúmeros riscos identificados, em especial, os decorrentes das mudanças climáticas globais. Projeto de pesquisa FAPESP/CONDEPHAAT (2011/51016-9), denominado *Vulnerabilidade do patrimônio cultural do Vale Histórico Paulista às mudanças climáticas globais* (cf. ZANIRATO *et al*, 2014).

⁴⁸ Inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o número 289 p. 74, 06/07/1990

⁴⁹ Inscrição número 51 p.3, s.d.

⁵⁰ Processo: 22049/82 Resolução de Tombamento: Ex-Officio em 12/05/1982. Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 51, p. 3, s.d.

beleza plástica (SÃO PAULO, 1990). Mesmo assim, hoje se vê o descaso com esse bem, abandonado ao tempo, sem ações para garantir sua salvaguarda, com um portão que não é mais aberto, não sendo possível a visitação. Ou seja, a ativação desse bem como patrimônio não garantiu sua conservação.

O cemitério tem relevância histórica. O local abriga as sepulturas de personalidades consideradas importantes para a história da cidade, recebeu seu primeiro sepultamento em 1841 e também foi palco de batalhas durante a Revolução Constitucionalista de 1932 (PDTM, 2016).

Pela comemoração do primeiro centenário de São José do Barreiro, foi criado um monumento em homenagem aos escravizados construtores da cidade. Nesta data, três ossadas de escravizados encontradas na Fazenda Pau D'alto foram trazidas e enterradas ali, foi assim que o cemitério velho passou a ser conhecido como Cemitério dos Escravos (PDTM, 2016).

Figura 10: Portal do Cemitério dos Escravos – São José do Barreiro

Fonte: Zanirato *et al.*, 2014

Na imagem vemos o portal do cemitério quando esse ainda era aberto. A foto possibilita ver seu estado de conservação em condições ruins, com partes faltantes do revestimento dos muros, com mofo e pintura descascada. Hoje o local expressa o vandalismo pelo saque de partes

dos túmulos feitos em mármore de Carrara e com adornos em bronze. O cemitério foi construído pelos que ali eram escravizados, mas detinha sepulturas de “ilustres fazendeiros” (ZANIRATO et al, 2014).

Já a fazenda Pau D’alho, sua história remonta inicialmente a João Ferreira Guimarães que comprou terras da Fazenda do Barreiro em 1792. Em seguida, seu filho, Francisco Ferreira de Souza adquiriu outras terras que foram anexadas à Fazenda do Barreiro⁵¹. O Cel. João Ferreira de Souza, considerado um dos fundadores do povoado de São José do Barreiro e proprietário da fazenda, foi o responsável por sua construção. Após seu falecimento, em 1858, deixou a fazenda aos cuidados de sua filha Maria Ferreira Ayrosa e em 1900, sob a administração de seu neto, o comendador Zebedeu Antônio Ayrosa, a fazenda já apresentava sinais de decadência⁵².

Figura 11: Fazenda Pau D’alho – São José do Barreiro

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Na imagem vemos a sede da fazenda ao meio e à frente um grande terreiro, atualmente gramado, onde era secado o café. Vemos também, ao fundo, os morros que serviram para o plantio dos cafezais, hoje transformados em pasto. Segundo informação verbal de um guia local,

⁵¹ Informações disponíveis em: <https://www.cidadeecultura.com/fazenda-pau-dalho-sao-jose-do-barreiro/> Acesso em 03/09/2019.

⁵² Informação disponível em: <http://www.ipatrimonio.org> - Acesso em 03/09/2019.

essa fazenda tinha localização privilegiada para o proprietário observar toda a plantação. De sua sede era possível avistar os cafezais e vigiar o trabalho escravizado⁵³.

A ação de tombamento chama a atenção para os detalhes arquitetônicos da fazenda, umas das poucas que ainda tem outras construções além da sede, todas com paredes em taipa de pilão, embasamento de pedra, telhado em quatro águas e varandas na extensão da fachada. Há presença de alpendres, portas e janelas de guilhotinas (ZANIRATO 2016, *apud* CONDEPHAAT, 2016, sp.).

Figura 12: Características construtivas da fazenda Pau D'alto – São José do Barreiro

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Algumas dessas características são vistas nas fotos tiradas em 2019, onde se vê o embasamento em pedra que suporta as paredes em taipa de pilão, parte das janelas simétricas e parte do telhado com telhas capa e canal.

Nas **figuras 13 e 14** vemos uma varanda que corre por toda a fachada do local onde era armazenado o café que dali seguia em tropas de muares para os portos de Santos e Parati. Ainda que a aparência atual seja resultante de ações de restauro que buscaram dotar as estruturas como elas foram um dia, a imagem permite se acercar do telhado com as tesouras e as duas águas em madeira, assim como o assoalho em madeira que ficava alçado do chão para que o café não tivesse contato com a umidade do solo.

⁵³ Informação obtida por meio da explicação de um guia local em janeiro de 2019.

Destacam-se na propriedade alguns equipamentos, como a bateria de pilões dos moinhos de farinha que se serviam da água corrente dos rios. A farinha era a base de alimentação dos escravos e da criação doméstica, e havia na propriedade uma latrina de água corrente, água que era usada também para fazer girar os moinhos⁵⁴.

Figura 13: Área para o armazenamento do café – Fazenda Pau D’alho

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Figura 14: Área para o armazenamento do café – Fazenda Pau D’alho

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

⁵⁴ Informações disponíveis em: <https://www.cidadeecultura.com/fazenda-pau-dalho-sao-jose-do-barreiro/>- Acesso em 03/09/2019.

Uma das singularidades da fazenda é a localização da senzala, vista ao fundo na **figura 15**. Ocupava uma posição mais alta do que era normalmente observado em outras fazendas, construída num lugar mais arejado e seco⁵⁵.

Figura 15: Antiga senzala da Fazenda Pau D'alto

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

De acordo como o IPHAN, o documento de tombamento atesta que a Fazenda era:

[...] uma edificação excepcional por sua racionalidade de planejamento e sabedoria na aplicação de diferentes influências técnicas e agenciamentos espaciais, especialmente no aproveitamento dos recursos do terreno para a implantação do conjunto, das quais vale salientar a roda d'água e bateria de pilões (IPHAN, 2016 *apud* ZANIRATO, 2016, p. 159).

Ainda como apontado no referido documento:

Essa fazenda, vale a pena considerar, foi também uma das primeiras a adotar o trabalho escravo. A sede contém tanto o casarão onde residia o senhor dos escravos e sua família, como a senzala, acoplada, onde se podem ver os cubículos nos quais eram mantidos os escravos nos momentos em que o trabalho era interrompido pela caída da noite (IPHAN, 2016 *apud* ZANIRATO, 2016, p. 159).

Após passar parte do século XX como fazenda voltada à moradia e à exploração pecuária, em 1968, a sede da fazenda foi tombada e restaurada pelo IPHAN. Recebeu móveis

⁵⁵ Informações disponíveis em: <https://www.cidadeecultura.com/fazenda-pau-dalho-sao-jose-do-barreiro/>- Acesso em 03/09/2019.

condizentes com as formas de habitar. Contudo, anos atrás (2014), foi saqueada e diversos pertences históricos foram levados e nunca recuperados. A descrição do tombamento pelo CONDEPHAAT segue o parecer do IPHAN e traz a referência da família proprietária no começo do século XIX. Ainda hoje a fazenda é uma propriedade privada, voltada somente para uso público, com um programa incipiente de visitação turística.

A sede da fazenda pode ser considerada um elemento atrativo por fazer referência à história, à memória, às técnicas construtivas e modos de viver dos séculos XVIII e XIX.

Além desses dois bens tombados, há outros na parte urbana não tombados, como os casarões remanescentes do período cafeeiro, atualmente utilizados para outras finalidades, que consideramos importante uma vez que os usos sociais do patrimônio devem se estabelecer em consonância com as necessidades da comunidade, a exemplo o uso como moradia ou local de comércio, ou usos pelo poder público, como é o caso da atual Câmara Municipal, cuja construção data de 1870 (**figura 16**).

Figura 16: Câmara municipal de São José do Barreiro – antiga cadeia pública

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

Esta edificação que já foi cadeia e Prefeitura municipal, hoje abriga além da Câmara, uma biblioteca pública. Está situada à Rua Tenente Magalhães no centro da cidade. É um edifício de taipa de pilão, com dois andares, com porta de duas folhas almofadadas; na parte inferior é possível observar grades nas janelas, rugosidades da época que era cadeia pública. O edifício expressa técnicas e modos de ocupar os estabelecimentos nos meados do século XIX.

Na praça central da cidade está a Igreja Matriz de São José, construída pelo Cel. João Ferreira de Souza, fundador de São José do Barreiro e primeiro proprietário da Fazenda Pau D'alho. O local foi doado pelo Coronel em 1833 para ser construída uma capela. A finalização da igreja como a vemos hoje se deu somente 1881. Em seu interior encontra-se uma imagem de N. Sra. de Soledade, em madeira, de tamanho natural trazida de Portugal. O local recebeu os restos mortais dos fundadores de São José do Barreiro, o Cel. João Ferreira de Souza e sua esposa D. Maria Rosa de Jesus, e do Cônego Benedito Gomes França (Sr. Vigário) (PDTM, 2016; BARREIROTURISMO, 2018).

Figura 17: Igreja Matriz de São José do Barreiro

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Ainda que haja referências aos “homens de poder”, sem dúvida a Igreja é um representante do que aqui concebemos como patrimônio sentido, aquele entendido por apropriação social. É considerado um patrimônio da cidade e de seus cidadãos, ainda que não tombada institucionalmente, mas o uso social que remete à identificação com o lugar, que recebe cuidados por parte da população local. As portas da Igreja se abrem para a Praça e para o casario do seu entorno. De acordo com o escritor Reynaldo M. Souto (1959), a igreja comporta muitas histórias que estão guardadas na memória do povo barreirense.

Sobre estas histórias, destacamos um enxerto disponível no site barreioturismo⁵⁶ acerca da importância da igreja para a comunidade local:

⁵⁶ Disponível em : <http://barreioturismo.com.br/igreja-matriz/>. Acesso em 04/09/2014

Essas histórias que não foram ainda escritas precisam ser contadas e propagadas. Só assim, faremos jus ao patrimônio material e imaterial que nossos antepassados nos proporcionaram e que temos, por dever e justiça, zelar para presentearmos às futuras gerações que São José do Barreiro abrigará (PMSJB, 2018).

Na imagem vemos a igreja ao fundo com suas duas torres com sineira. A porta central em duas abas, almofadadas, com janelas laterais simétricas. Acima da porta a data de construção e a dedicação mariana. A praça em seu entorno com seus jardins e árvores, inclusive com alguns pés de café, com bancos para o descanso do transeunte. Ao fundo, remanescentes do casario urbano.

Como identificado por Zanirato *et al* (2014), 33 imóveis urbanos e 19 rurais fazem parte dos bens reconhecidos por sua temporalidade histórica, mas, como também apontou a pesquisa, muitos se encontram em processo de degradação por falta de uso e iniciativas de conservação. Veem-se em São José do Barreiro, mais notadamente nas fazendas centenárias e imóveis urbanos, construções abandonadas e sem usos.

Luz (2002, *apud* ANTÔNIO FILHO, 2009, p.110) escreve que:

Inúmeras propriedades representativas da época cafeeira desapareceram ou desabaram, abandonadas em locais ermos. Transformaram-se em ruínas. Ainda assim, algumas resistem ao tempo com galhardia, e sobrevivem bem cuidadas, mantendo seus padrões e as estruturas originais.

Assim, o que é reconhecido como o patrimônio histórico edificado pela população local é parte dos elementos materiais contidos neste espaço, permanências que se reconhecem na história de tempos passados, dos indivíduos ou da coletividade local, e não necessariamente aquele que foi legalmente instituído como patrimônio.

Essas edificações, principalmente as do entorno do centro histórico de São José do Barreiro e poucas sedes de fazendas centenárias que se mantêm em boas condições, são decorrentes dos seus usos atuais, entre os quais as atividades de turismo, ou relacionadas a elas, como se vê nas **figuras 18 e 19**.

Figura 18: Casarão na praça da matriz

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

Figura 19: Casarão / antiga casa do artesão

Fonte: Zanirato *et al*, 2014

As imagens mostram edificações do entorno do centro histórico da cidade, a primeira hoje é um bar e loja de artesanato. Com telhados de duas águas, coberto por telhas capa e canal. É um edifício térreo que traz ainda os adornos próximos ao beiral do telhado, a mostrar a preocupação com a estética na apresentação do bem por seu proprietário.

A segunda, hoje ocupada por uma família, antes utilizada como Casa do Artesão, na esquina da Rua Tenente Magalhães,1, em frente à matriz, é um prédio de meados do século

XIX, com dois pavimentos, paredes de taipa de pilão, telhado em quatro águas, com nove portas e quatro janelas no primeiro pavimento e no segundo, doze janelas. A visitação a esse bem permite também apreender modos de viver, expressos nas formas de disposição dos cômodos, na altura do pé direito, na preocupação com a simetria das aberturas e na qualidade do acabamento.

Esses imóveis fazem parte do patrimônio edificado em São José do Barreiro considerados atrativos turísticos, não somente por ser um legado histórico e arquitetônico, mas também pelos usos ali encontrados. Mas ainda assim, é importante ressaltar que ainda que o retorno econômico da atividade turística seja pequeno, parte dessas edificações pertencem a pessoas que detém condições financeiras para arcar com os custos de conservação de uma propriedade centenária, semelhante ao que foi constatado nas fazendas históricas do município.

Na **figura 20**, observamos a fazenda São Benedito, localizada bem próxima à entrada da cidade, posta para usos turísticos. A visitação possibilita compreender modos de vida no âmbito rural no século XIX. Seus proprietários conseguem conservá-la com os valores arrecadados da hospedagem, pois a sede é uma pousada, e da venda de cachaça e cerveja artesanal.

Figura 20: Fazenda São Benedito

Fonte: barreiruturismo.com.br, 2019

Alguns imóveis, adaptados aos novos usos, como as fazendas constantes no **quadro 4**, elaborado por nós a partir da pesquisa de campo, estão conseguindo sua manutenção, em certa medida, pelos usos que delas são feitos.

Os imóveis que não se acham nessa condição encontram grandes dificuldades de permanência devido aos custos da conservação. Os que estão em uso, mesmo não tombados, estão em melhores condições, a exemplo da Câmara, da igreja e de imóveis com usos comerciais, que circundam a Praça Central.

Quadro 4: Fazendas com usos turísticos em São José do Barreiro

Fazendas com usos turísticos	Tipo de uso
Fazenda Catadupa	Educação ambiental e patrimonial
Fazenda Pau D'alto	Visitação
Fazenda da Barra	Hospedagem e lazer
Fazenda Lageado	Hospedagem e alimentação
Fazenda São Benedito	Hospedagem e produção artesanal
Fazenda São Francisco	Hospedagem, lazer e visitação
Fazenda Conde D'eau	Hospedagem
Fazenda Vargem Grande	Hospedagem

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2020

As fazendas com sedes que se adaptaram para os usos turísticos sofreram modificações em sua estrutura, principalmente nas áreas internas. Boa parte delas tiveram suas divisórias internas modificados para atender aos usos turísticos (Fazenda da Barra, Conde D'Eu, por exemplo) (ZANIRATO, 2016). As edificações atualmente se resumem às sedes, “não há praticamente vestígios de tulhas, paióis, senzalas, engenhos, moinhos, terreiro de café e do sistema hidráulico, elementos outrora comuns nas fazendas cafeeiras” (ZANIRATO, 2016, p. 189).

Há sedes de fazenda que não foram transformadas em hotéis ou pousadas para usos turístico, que mantêm os grandes salões de entrada e alcovas sem janelas, mas são exceções (Fazenda da Saudade e Catadupa). A Fazenda da Saudade é ocupada por seu proprietário e família como moradia e passa por dificuldades de conservação, pois a renda vem da pecuária leiteira e da produção de cachaça em pequena escala (ZANIRATO *et al*, 2014)

A fazenda Catadupa (**figura 21**) é mantida pelos proprietários que nela residem e que têm recursos para as ações de conservação necessárias e que também estimulam a visitação turística, ainda que não dependam dela. Esta fazenda data de 1831. Em sua viagem, Zaluar (1975) destacou que ela era grande produtora de café, “*encostada na fralda da serra da Bocaina, por onde se alastram os seus verdejantes cafezais*”.

Figura 21: Fazenda Catadupa em Formoso - São José do Barreiro

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

O nome Catadupa é por causa de uma dupla cachoeira no rio Formoso, que cruza a propriedade. A fazenda está localizada na encosta da Serra do Formoso em meio a uma mata recuperada, como se vê na foto. Atualmente seu proprietário, que foi um dos entrevistados, tornou uma área extensa da fazenda em Reserva Particular do Patrimônio Natural. A partir de então, nessa fazenda, se promovem ações de educação ambiental e patrimonial, e o proprietário diz ter perspectivas de aumento da visitação no futuro. É uma fazenda de uso privado, não tombada como patrimônio edificado, mas mesmo assim tem empregado procedimentos de manutenção em conformidade com os indicados pelos órgãos de proteção, no entanto, segundo informação do entrevistado e proprietário da fazenda, isso demanda muito tempo e muitos recursos financeiros, pois qualquer reparo condizente com os materiais originais é muito caro.

Sobre essa Fazenda, de acordo com informações do *site* barreiroturismo:

A Fazenda Catadupa, aos poucos está sendo restaurada para que possa servir de palco para trabalhos com visitas guiadas, com objetivos turísticos, recreativos e educacionais, bem como para estudos e pesquisas mais aprofundadas. Nosso objetivo é somar o potencial histórico da região e da Fazenda centenária com as práticas de educação ambiental, possíveis de serem realizadas e implantadas em uma reserva constituída. A ideia de associar História e Patrimônio natural vem ao encontro com o pensamento de que redescobrir a história é reviver fatos que alicerçaram o desenvolvimento que hoje temos alcançado. É reconstruir a trajetória e refazer o percurso que gerou mudanças no nosso modo de vida, de entendimento e valorização do nosso mundo e, em especial, de nosso ambiente natural (BARREIROTURISMO, 2018).

A Fazenda São Francisco (**figura 22**) é a segunda mais antiga de São José do Barreiro, data de 1813, portanto, já bicentenária. A sede da fazenda é uma edificação representante da época do Brasil Colônia e dos tempos de riquezas do café. Segundo informações disponíveis em seu *site*⁵⁷ a propriedade preserva um portão de ferro inglês com o brasão em cima da porta de entrada. No interior se veem móveis franceses herdados, cantoneiras, abajures, canapés, antigas cadeiras e uma coleção de pinturas. A sede hoje tem um Museu, chamado *Museu Armando Vianna*, com mais de 50 obras desse artista; e uma Sala de Memórias, que guarda fragmentos da história da Fazenda São Francisco e de São José do Barreiro. A visitação é orientada pelos proprietários, e ali ocorrem turismo de experiência e de residência, voltado para aspectos históricos, rurais e ecológicos. É uma construção bem conservada, como vemos na foto abaixo, onde se vê a simetria da fachada, as portas e janelas almofadadas e demais elementos das fazendas oitocentistas. Seus proprietários também objetivam transformar parte da propriedade em uma RPPN.

Figura 22: Fazenda São Francisco – São José do Barreiro

Fonte: fazendasaofrancisco.com.br/, 2019

Estas imagens tiradas por nós ou coletadas em outras fontes mostram algumas propriedades que conseguem se manter com usos turísticos, muito embora não seja o turismo suficiente para a conservação destes espaços, mas sim associado a ações de seus proprietários

⁵⁷ Cf. <http://www.fazendasaofrancisco.com.br/>

que possuem recursos financeiros ou estabelecem parcerias para manter essas edificações em contraste com muitas outras, em processo de degradação.

Nesse sentido, ao se observar as atuais condições do conjunto dos bens edificados, verifica-se que muitos estão expostos à riscos decorrentes da falta de conservação, como perda do reboco, queda de telhas e gotejamento, infiltrações nas paredes, ataques de cupins às estruturas em madeira, etc. Isso mostra que a relevância de seu valor histórico e cultural não tem garantido a sua proteção, tanto pelos altos custos dos reparos, quanto pela não apropriação de tais bens pela comunidade local.

A falta de uso e as dificuldades de manutenção dessas edificações agravam mais a situação e ampliam as vulnerabilidades, como aos riscos ambientais projetados para a região, e tendem a piorar a propensão a desastres caso não sejam aplicadas medidas de adaptação aos problemas atuais e futuros.

A não identificação por parte da população local contribui para o descaso com as edificações do período cafeeiro, o que para Gagliardi (2005, p. 64), “é uma demonstração de não apropriação desses recursos nem como atrativo turístico, nem como valor identitário”. Segundo a autora, não há um vínculo afetivo e nem simbólico da população com os bens, o que poderia favorecer uma melhor compreensão sobre os mesmos. O envolvimento, segundo Gagliardi (2005) poderia contribuir para ativar o turismo enquanto potencialidade e elemento para a valorização desse patrimônio, fato que até hoje ainda não foi observado.

Destacamos que esse distanciamento tem influência nos usos turísticos, e chama a atenção para as expectativas de a população se inserir, a partir do patrimônio histórico-cultural nessa atividade econômica, pois em geral, a comunidade não se reconhece “naquela paisagem que é histórica, mas que parece não ter direito a esse título por, aparentemente, não pertencer a ninguém e se achar à disposição de quem melhor souber aproveitá-la” (GAGLIARDI, 2005 p. 80).

A pesquisa de Zanirato *et al* (2014) também mostrou que a identificação por parte da população local em relação ao patrimônio cultural é, de fato, conflituosa e explicada pelo não pertencimento em relação aos imóveis que remetem aos outrora detentores do poder local, atrelada ao fato de não ter havido participação social nas decisões que levaram aos poucos tombamentos locais, assim como à gestão e possíveis usos sociais no âmbito do planejamento urbano municipal. Tudo isso acrescido ainda ao fato de que a política de salvaguarda não tem garantido a manutenção do pouco que foi tombado, muito menos daqueles onde não há ações de proteção.

As entrevistas aplicadas por nós também ratificaram esses aspectos, que se desdobram no distanciamento da comunidade local na possibilidade de instituição de políticas de turismo para o município com base nesse patrimônio local.

O reconhecimento das edificações do passado como bem cultural coletivo seria o principal componente a favorecer seu aproveitamento. Dito isto, consideramos ser pertinente para São José do Barreiro a afirmação feita por Gagliardi (2005, p. 14) refletindo sobre Bananal, ao dizer que “o limite entre o reconhecimento e o descaso é tão tênue que, somado aos demais aspectos que impedem que seja geral o sentimento de pertencimento àquela memória, reforça o sentido de lugar sem valor, de uma cidade histórica não reconhecida como tal”.

Em São José do Barreiro há propriedades sem usos: são propriedades que poderiam ter uso residencial, de comércio e serviços, muitas com problemas jurídicos (regularização fundiária, desaparecimento de herdeiros, acúmulo de taxas municipais não pagas), inventários não finalizados, até a inexistência de qualquer tipo de registro (ZANIRATO *et al*, 2014). Muitas delas ocupadas por pessoas de baixa renda e sem condições de arcar com os custos de reformas estruturais necessárias, como se vê na **figura 23**.

Figura 23: Casa fechada em São José do Barreiro

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

Esse imóvel fechado, localizado no centro da cidade, expõe suas paredes expostas que deixam ver o pau a pique empregado em sua construção. A casa, que se situa na rodovia SP-068, no trecho que a rodovia atravessa a cidade, a trepidação por movimento constante de carros, caminhões e ônibus contribui para a perda do reboco, para rachaduras e deslocamento

da cobertura, o que acelera a degradação do imóvel e traz riscos de desabamento (ZANIRATO *et al*, 2014).

O envelhecimento das edificações e as inadequações funcionais ao longo do tempo contribuem para os problemas de conservação de boa parte dos imóveis do período cafeeiro.

Para Zanirato *et al*:

Várias edificações apresentam trincas nas paredes, algumas com a queda da alvenaria e a exposição do pau a pique, sem contar na grande quantidade de edificações que sofreram reparações com materiais contemporâneos, não condizentes com o que suas estruturas originariamente comportavam, por exemplo, empregando revestimentos a base de cimento e pintura com produtos químicos, como o acrílico, que não aderem à parede de argila e pode ampliar ainda mais a perda da argamassa original (ZANIRATO *et al*, 2014).

O teatro São José (**figura 24**), mencionado por Zaluar em sua passagem por São José do Barreiro, ficou durante muitos anos abandonado, com risco de desabamento. Hoje, em restauro, ainda que com aparente modificações, se insere na paisagem urbana da cidade a rememorar outros tempos, agora a ser projetado para novos usos.

Figura 24: Cine Teatro São José

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

De acordo com as conclusões da pesquisa de Zanirato *et al* (2014), há inúmeros riscos que comprometem essas edificações. A tipologia construtiva e a técnica das edificações em madeira e barro favorecem ao surgimento de fungos e bactérias e a consequente infestação por cupins e outros insetos que sobrevivem nesses imóveis. A localização das construções muitas

vezes em terrenos com altas declividades e a proximidade de morros e rios contribuem para os riscos de enchentes ou deslizamento de terra, que são recorrentes mesmo em propriedades conservadas, que somados à falta de conservação e de usos, completam o somatório da vulnerabilidade do patrimônio cultural material da região.

A referida pesquisa mostrou que a intensidade de precipitação é preocupante para toda a região do Vale Histórico Paulista e Serra da Bocaina, que é propícia ao desencadeamento de desastres naturais por seu relevo, que piora quando recebe altos índices pluviométricos, que podem ser ainda mais desastrosos se associadas às atividades desgastantes de uso e ocupação do solo (ZANIRATO, 2016).

As ameaças apontadas deverão incidir diretamente na sobrevivência do patrimônio edificado, caso não forem tomadas medidas aos efeitos a elas atribuídos. A falta de uso e manutenção da maioria dessas edificações, como verificado, torna mais grave a situação de vulnerabilidade a qual estão expostas. Por isso, os usos sociais, entre os quais os usos para o turismo, se apresentam como possibilidades de que esse patrimônio não se perca.

Em relação à conservação de imóveis com finalidades turísticas, um dos entrevistados diretamente relacionado com o setor, diz apostar na utilização de bens e do legado tropeiro da região para atrair visitantes; segundo ele:

*Fechamos um projeto de médio e longo prazo em São José do Barreiro, cidade histórica. É um macroprojeto de longo prazo, com diversos projetos pontuais e que já estão acontecendo. Então, tem o restauro do teatro que está acontecendo, o restauro do antigo prédio do hospital que vai ser sede administrativa turística, a praça que vai passar por uma reforma agora para melhoria da iluminação, com rebaixamento dos postes, a fiação que vai ser toda subterrânea. A gente está com um projeto de criação de um roteiro histórico pela cidade com totens, pequenos informativos com imagens no qual as pessoas possam circular [...]*⁵⁸

A fala do entrevistado expressa a esperança de conservação dos bens por meio do turismo e o aproveitamento do legado patrimonial edificado e do passado histórico do município. Mas, por outro lado, a fala explicita a preocupação exclusivamente com o patrimônio edificado, e a não articulação com o patrimônio natural. O que se vê em sua fala é que o projeto não articula os bens da cultura e da natureza, ainda que discursivamente a retórica seja de associação. A isso se soma o fato de que só se olha para os imóveis com potenciais de

⁵⁸ Entrevista concedida por R.C.R. em dezembro de 2018.

uso turístico e não para o conjunto como um todo, que é que faz de São José do Barreiro uma cidade diferente.

A preocupação com o conjunto é rara, mas se vê na fala de outro entrevistado ao dizer da importância da existência dos bens edificadas

Não só em manter esses monumentos que foram erguidos há anos, há décadas atrás, mas eles estarem em pé no sentido de serem valorizados como tal, porque eles contam uma história só de estarem ali, só de existirem [...]»⁵⁹.

Ainda assim, em ambas as falas não há referências aos bens naturais, assim como constatamos em grande parte das entrevistas, nem como patrimônio, nem como potenciais atrativos turísticos.

Notamos que no diálogo com a população, verifica-se que ora o legado histórico construído se apresenta como algo que não lhe diz respeito, ora como elemento que deve ser considerado, desde que na perspectiva do turismo, mas pouco por seus valores de existência, de memória, de história, de técnicas e saberes neles consubstanciados. E mesmo assim, não se vê, nas falas, as associações que se esperava já consubstanciada entre os bens culturais e naturais presentes na configuração da paisagem de São José do Barreiro.

Para os fins do desenvolvimento fundado no turismo e embasado no patrimônio, deve ser acrescido, evidentemente, outro patrimônio: o natural. Nesse viés, cabe considerar tanto o patrimônio cultural edificado oriundo do período cafeeiro quanto os bens naturais, também referências turísticas do município, na sua dimensão de potencialidade para o desenvolvimento local e também para o enfrentamento dos problemas decorrentes dos seus usos atuais.

5.2 OS BENS NATURAIS

Historicamente a Serra da Bocaina foi um lugar de passagem durante os períodos colonial e imperial brasileiros. A região foi durante muito tempo rota para levar e trazer mercadorias do litoral ao interior do país e vice-versa. Hoje, remanescentes desses caminhos são percorridos por alguns poucos moradores e turistas, estes últimos em busca de contato com a natureza em meio à Mata Atlântica desde as altas montanhas, passando pelos campos de altitude e pelas escarpas íngremes da Serra do Mar, até atingir o litoral pelos antigos *caminhos do ouro* ali existentes.

⁵⁹ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

A palavra *Bocaina* significa, de acordo com o dicionário Novo Aurélio, 1. *Bras.* Depressão numa serra; 2. Vale ou canhada entre duas elevações do terreno; 3. *Bras. S.* Entrada de canal ou de rio (TORRES *apud* ICMBIO, 2010). Para os moradores da região, Bocaina é uma palavra utilizada para se referir aos vales que permitem a travessia de uma serra, como as passagens que ligam a serra ao litoral. Para Torres (2000 *apud* ICMBIO, 2010), Bocaina também pode ser definida como um topônimo indígena que significa “*jorro d'água que esguicha*”.

Mesmo com divergências, os significados estão diretamente associados aos tipos de relevo predominantes na região, correspondentes aos vales e depressões alongados, formando um entrecortado de vias naturais, cuja morfologia resulta em grande número de rios encachoeirados (ICMBIO, 2010).

Geograficamente, a Bocaina está situada nos limites do médio vale superior e médio vale inferior da bacia do Rio Paraíba do Sul, no planalto da Serra do Mar, no estado de São Paulo, próxima ao litoral norte paulista e sul fluminense.

Na **figura 25**, vemos desde Itatiaia-RJ, o Vale do Paraíba, com a represa do Funil ao centro da foto e a região dos mares de morros, com a Serra da Bocaina que se ergue ao fundo, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A região de morros altos e morros intermediários com topografia de encostas arredondadas, os chamados *mares de morros* de Aziz Ab'Saber correspondem a elevações entre 1.000 e 2.000 metros onde se encontra o domínio morfoclimático Atlântico Florestado, cuja vegetação predominante são os campos de altitude, denominados “Campos da Bocaina” (ANTÔNIO FILHO, 2009).

Figura 25: A Serra da Bocaina vista desde Itatiaia - RJ

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

A Bocaina é constituída por solos do tipo latossolo e rochas de gnaiss e granito; é uma região sujeita a inúmeros processos de erosão e movimentos coletivos de solo (AB'SABER, 2003). Por isso mesmo, o domínio dos mares de morros tem seus próprios problemas de comportamento, principalmente diante das ações antrópicas, que, segundo observações de Ab'Saber (2003), seria o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil do país.

O clima é o subtropical, com verões chuvosos e invernos secos. Quanto à hidrografia, nota-se a existência de lençol subterrâneo que alimenta os cursos d'água durante o período de estio e que são carregados no período chuvoso (DEVIDE, 2013).

A cobertura vegetal é contínua, desde o fundo dos vales até as mais altas vertentes e interflúvios da Serra da Bocaina. Na região de planalto dominam serras alongadas e montanhas com vales profundos, e no médio vale do rio Paraíba, morros cristalinos e colinas sedimentares (AB'SABER, 2003; ANTÔNIO FILHO, 2009).

Na **figura 26**, vemos os morros arredondados de que falou Ab'Saber, agora, transformados em pasto, que foram outrora propícios ao café, e no topo, partes florestadas que desenhavam a paisagem característica da Bocaina.

Figura 26: Os Vales da Bocaina - Mar de Morros

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2017

Na Bocaina destacam-se a alta diversidade e a complexidade natural da área, resultantes das combinações entre tipos de relevo, altitudes, características topográficas, redes de drenagem, substratos rochosos, solos e cobertura vegetal natural (ICMBIO, 2002). É uma região, segundo descrição de Zanirato (2016, p.63), “constituída por um entremeio de morros onde se veem rios serpenteando e cachoeiras de águas límpidas e geladas [...]”. Um conjunto que compõe uma paisagem com rica biodiversidade.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), a diversidade de formas, estruturas fisionômicas e espécies formam um mosaico com variedade de cores e aspectos morfológicos, que acrescentam um valor positivo à paisagem e aos bens naturais existentes, **constituente de um importante patrimônio natural brasileiro, onde se destaca seu grande potencial para o turismo ecológico** (ICMBIO, 2002, grifo nosso).

Nesses espaços sobressaem os que vieram a se tornar o Parque Nacional da Serra da Bocaina, criado pelo Decreto Federal nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971 (ICMBIO, 2010). O Parque é uma Unidade de Conservação Federal de proteção integral, onde as atividades econômicas são restritivas. Com uma área de aproximadamente 104.039,00 hectares que compreende territórios dos municípios de São José do Barreiro, Ubatuba, Cunha e Areias no estado de São Paulo e Parati e Angra dos Reis no estado do Rio de Janeiro, conforme a **tabela 12**.

Tabela 12: Abrangência territorial do PNSB

Estado	Município	Área da UC em %
SP	São José do Barreiro	18.3
SP	Ubatuba	12.7
SP	Cunha	4.5
SP	Areias	2.4
RJ	Parati	40.3
RJ	Angra dos Reis	21.6

Fonte: Adaptado de ICMBIO (2002)

O PNSB é uma das maiores áreas protegidas da Mata Atlântica do país, com alto grau de endemismos vegetacionais, refúgios ecológicos e inúmeras combinações entre tipos de relevo, altitudes, redes de drenagem, solos rochosos e cobertura vegetal natural que forma conjunto com outras áreas de protegidas, com destaque para o Parque Estadual da Serra do Mar em São Paulo e diversas áreas protegidas marinhas e costeiras no estado do Rio de Janeiro, integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na composição de um Mosaico de Unidades de Conservação chamado *Mosaico Bocaina*⁶⁰ (ICMBIO, 2010). Sua instituição, originalmente, remonta as áreas de amortecimento das Usinas Nucleares construídas em Angra dois Reis na mesma década de 1970.

Distante 213 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro e 263 quilômetros da cidade de São Paulo, o acesso ao Parque é feito pela Rodovia dos Tropeiros (SP 068), que sai do entroncamento com a Rodovia Presidente Dutra (BR 116). O acesso principal é por uma via com extensão de 27 quilômetros, a Rodovia da Bocaina (SP 221), em estrada de terra com asfaltamento apenas nas áreas de declive/active em precário estado de conservação.

A sede do Parque está localizada no município de São José do Barreiro, mas o acesso também pode ser feito por vias rurais dos vários municípios que o circundam. Os núcleos populacionais que estão localizados dentro da área do Parque no território de São José do Barreiro são os da Barreirinha e Onça (ICMBIO, 2002).

⁶⁰ Compõe o Mosaico Bocaina o PE do Cunhambebe, a APA Mangaratiba (estadual), a APA Tamoios (estadual) e a ESEC Tamoios (federal), a APA Baía de Paraty (municipal), a Resec da Juatinga (estadual), a APA Cairuçu (federal) e o próprio PARNA da Serra da Bocaina (federal). O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), em território paulista, com três núcleos, (Santa Virgínia e Cunha) e (Picinguaba) no litoral norte. No Vale do Paraíba, duas UCs (a APA Silveiras e a ESEC Bananal). Na porção marinha há 2 UCs, a REBIO Praia do Sul (estadual) e o PE da Ilha Grande.

Figura 27: Localização de São José do Barreiro e do Parque Nacional da Serra da Bocaina

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira (com base nos recursos do Google Earth), 2020

Em 2002 foi finalizado o Plano de Manejo do Parque⁶¹, documento obrigatório para todas as Unidades de Conservação conforme diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000). O texto final do plano dispõe de informações sobre o estado de conservação e das ameaças para a manutenção da biodiversidade da área protegida. Seu zoneamento considera que uma das atividades importantes e que deveria ser estruturada é a visitação pública, principalmente pela potencialidade de seus aspectos naturais e histórico-culturais (ICMBIO, 2002).

Em São José do Barreiro duas áreas se destacam de acordo com o zoneamento contido no Plano de Manejo: a zona de uso intensivo, composta por áreas rurais e propriedades particulares e a zona histórico-cultural. O documento reafirma também que a zona de amortecimento do PNSB abrange uma área de 10 quilômetros de seu entorno, compreendendo a quase totalidade do município de São José do Barreiro.

⁶¹ O plano de manejo de um Parque Nacional de acordo com o ICMBIO consiste em orientar o uso, o manejo dos seus recursos naturais e a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão desta Unidade de Conservação. Estas orientações são norteadas por objetivos específicos, obtidos de um diagnóstico ambiental que analisa tanto a Unidade como sua Zona de Amortecimento, entendida como a área circundante que exerce influência no Parque Nacional (ICMBIO, 2002).

Para o ICMBIO, tanto o Parque quanto suas zonas de amortecimento dispõem de excepcional biodiversidade, elemento que justifica a proteção do lugar e que merece ações de conservação, tendo em vista os riscos e constantes ameaças à manutenção das áreas de Mata Atlântica em conjunto com os bens histórico-culturais ali existentes.

Estas belezas naturais se devem à privilegiada localização geográfica e a ampla diversidade de estruturas fisionômicas, onde se veem monumentos geológicos; piscinas naturais; rios límpidos e cachoeiras, assim como ampla diversidade florística e de fauna silvestre; diversidade de formas; estruturas fisionômicas e espécies, com presença constante de espécies reconhecidas como ornamentais (ICMBIO, 2002; ZANIRATO, 2016).

Ainda segundo o documento analisado, podem ser observadas diferentes “unidades de paisagens”, que expressam o complexo de relações entre os elementos do meio de forma integrada. “O olhar, sob essa perspectiva, auxilia a interpretar a cobertura vegetal, não pelo seu valor científico ou ético, mas pelo seu valor estético e/ou turístico” (ICMBIO, 2002, p. 5.56).

Porém, para os moradores esta paisagem é quase banal, estão acostumados com ela. De acordo com relato de uma entrevistada, ao ser indaga se as paisagens representam um patrimônio para São José do Barreiro, a resposta é que sim, ainda que, segundo ela: *“a gente está acostumada com a paisagem, e até não valoriza tanto, mas todo mundo que vem aqui na região fala, eles elogiam”*⁶².

Em relação a essas potencialidades, a paisagem é o elemento citado por quase todos os entrevistados, e o PNSB é o atrativo dinamizador dessa paisagem. Para a maioria dos entrevistados, ter uma Unidade de Conservação tão próxima é muito importante para a conservação do meio ambiente e ao mesmo tempo para o turismo.

*O patrimônio não é só o edificado, você tem o patrimônio natural, então eu acho fundamental, tem potencial turístico ali, é algo a ser preservado não só pelo apelo paisagístico, mas porque é aquilo que a gente falou, a cachoeira é gostosa não só para o outro nadar, como ela representa um recurso hídrico, isso é muito importante para a gente.*⁶³

⁶² Entrevista concedida por C.L.C.G. em dezembro de 2018.

⁶³ Entrevista concedida por L.V.A. em janeiro de 2019.

O entrevistado continua:

Eu acho que qualquer coisa relacionada com a natureza deveria ser patrimônio, porque a gente depende exclusivamente dela para sobreviver, então a questão não é nem considerar, a questão é você acatar que é um patrimônio, a questão é você cuidar, preservar, porque você vai depender daquilo no futuro. Imagina se você vai num lugar cheio de prédios, que você não tem uma árvore por perto, você morre sufocado, porque você não tem ar direito para respirar, então, eu acho que qualquer coisa relacionada à natureza tem que ser considerada patrimônio ⁶⁴.

É justamente essa paisagem da Bocaina, em conjunto com as edificações do período do café, que ao longo do tempo foi considerada uma possibilidade para o turismo a protagonizar o esperado desenvolvimento local, associação recorrente nas entrevistas realizadas, mas que não encontra tanta correspondência ao avaliar as ações da política de turismo e a percepção da população em geral:

Para São José do Barreiro é fundamental, porque a maioria das pessoas procura ainda mais o Parque Nacional do que a parte histórica [...], inclusive houve um tempo que, como o litoral tem uma maior urgência no controle da situação, a gente tinha muito medo que a portaria, a entrada oficial (do Parque) passasse para lá, e isso acabaria diminuindo um pouco o turismo aqui em São José do Barreiro. E só da cidade ser uma porta de entrada para um Parque Nacional dessa magnitude já é uma coisa grandiosa, é muito bom poder ser vizinho de um Parque Nacional, ser vizinho de uma área que concentra uma biodiversidade tão grande quanto essa aqui⁶⁵.

O mesmo entrevistado completa afirmando a importância das áreas naturais protegidas para a conservação do meio ambiente local e a proteção dos bens naturais:

Só de a gente não estar aqui suando para conversar, só essa sensação térmica boa que a gente tem aqui, já explicaria tudo, mas é natural que nós temos ela (a natureza) além de bela, ela presta serviços que a gente não conseguiria jamais mensurar o valor, e nunca vamos conseguir.

Nesse contexto, no Plano de Manejo do Parque considera a paisagem e os bens naturais da Bocaina elementos indissociáveis para a promoção do turismo, sendo que o turismo é tido como uma atividade que pode ser um fator de conservação ambiental e desenvolvimento para a região (ICMBIO, 2010)⁶⁶. Todavia, o Plano de Manejo também reconhece que o uso turístico

⁶⁴ Entrevista concedida por T.T.L.S em dezembro de 2018.

⁶⁵ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

⁶⁶ Durante o período de realização desta pesquisa, a visitação pública estava em processo de concessão para a iniciativa privada, ainda não concretizada até a finalização desta tese.

sem as devidas restrições e planejamento vem ocorrendo sem controle, e tem provocado impactos significativos ao meio ambiente local (ICMBIO, 2010). Soma-se a isso a falta de pessoal para a fiscalização por parte do órgão ambiental.

Do mesmo modo, outros impactos são percebidos no tocante à conservação das áreas naturais da Bocaina. O Plano de Manejo e os relatos dos entrevistados expressam outros problemas para a conservação dessas áreas, que vão além do turismo predatório. Em relação a esse ponto, os principais fatores a comprometer a conservação da natureza advêm dos conflitos de uso e ocupação dos espaços naturais:

Os principais e mais preocupantes impactos constatados no PNSB estão relacionados a atividades como a **abertura de trilhas e caminhos, extração vegetal, constantes queimadas, construções civis, caça, pesca, canalização e barragem de canais fluviais, turismo e visitação descontrolados**. (ICMBIO, 2002, p. 5.76, grifo nosso).

De acordo com as entrevistas, as ações antrópicas nas áreas naturais, em especial as queimadas, a caça e o avanço das áreas de pastagens são os riscos que comprometem a conservação dos remanescentes das áreas naturais.

Para um dos entrevistados:

É um desafio cuidar destas áreas, a gente tem uma série de problemas, queimadas que vem às vezes distante e chegam aqui à nossa propriedade, nós não temos bombeiros aqui próximo, não tem a quem recorrer, só a nós mesmos. A fiscalização fica por nossa conta, essa conta fica sempre para nós, mas só de estarem em pé (as árvores), elas são muito mais valiosas do que se elas estivessem cortadas, fornecendo palmito ou madeira⁶⁷

Sobre a conservação e os conflitos com as atividades econômicas do entorno das áreas protegidas, o mesmo entrevistado diz:

Se a gente for falar do Parque é delicado, porque a União não tem corpo para proteger tudo, então a gente tem ciência de plantação ilegal, de pecuária ilegal na área do Parque [...]. Fogueira para a geração de pasto, o pessoal da pecuária, todo este gado ele acaba prejudicando. Hoje eu vejo como gritante o conflito pecuária e Unidades de Conservação aqui na cidade⁶⁸.

⁶⁷ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

⁶⁸ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

A questão do fogo foi repetidamente citada nas entrevistas e no diagnóstico produzido:

Nosso maior problema aqui sempre foi o fogo, a prática do fogo aqui é ancestral, a coivara. Ela vem desde os indígenas e o pessoal hoje em dia abusa um pouco disso. Hoje em dia a gente costuma dizer que o Vale do Paraíba e o Vale Histórico estão virando uma grande fazenda de criação de gado. A gente está cercado de criadores de gado, e muitas vezes acontecem incêndios criminosos para a formação de pastos, e acaba havendo descontrole, as pessoas não fazem aceiro e não conseguem controlar isso aí, ou até mesmo aquelas pessoas mais simples que tem a prática de fazer uma roça de milho ou roça de mandioca também acabam perdendo o controle e isso é uma coisa cultural e aos poucos a gente vai mudando isso. O maior medo mesmo nosso aqui, que a gente sabe que pode acabar com tudo é o fogo, é o maior vilão⁶⁹.

A fala do entrevistado corrobora com as preocupações já contidas no Plano de Manejo do Parque, elaborado em 2002 e no relatório de monitoria de 2010 em relação aos incêndios decorrentes da pecuária extensiva. No texto do Plano de Manejo consta que em sua “Zona de Amortecimento é possível verificar queimadas em toda a sua extensão – é a prática local e aceita pelas comunidades para manter pastos e limpar terrenos” (ICMBIO, 2002, p. 5.71).

O relatório do Plano de Manejo considera que a intensa pressão antrópica que a região foi submetida historicamente a relegou a fragmentos e formas variadas e isoladas da Mata Atlântica, principalmente onde se encontra o PNSB, concentrados em grotões que sofrem ainda com efeitos de queimadas e de diversas ações antrópicas no meio físico (ICMBIO, 2002, 2010).

Essa situação é referida nas entrevistas e reafirmada pelo funcionário do ICMBIO por nós ouvido. Para ele, “os incêndios florestais são o maior problema, muitas vezes causados pelos fazendeiros, que para aumentar a sua área de pastagem, colocam fogo sem nenhum critério”⁷⁰. Segundo o entrevistado, a falta de equipe para fiscalização amplia as práticas ilegais e determina os riscos às áreas naturais.

A prática do fogo não se limita à zona de amortecimento, mas adentra às áreas internas do PNSB. Depoimentos coletados durante o processo de realização do Plano de Manejo mostraram que, por não conseguirem autorização para o corte de capoeira⁷¹, que acaba por

⁶⁹ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019. A questão do fogo foi repetidamente citada nas entrevistas e no diagnóstico:

⁷⁰ Entrevista concedida por C.V.S. em janeiro de 2019.

⁷¹ Capoeira. Sf. 1. Terreno cujo mato foi roçado e/ou queimado para cultivo da terra ou para outras finalidades.

2 Mato ralo, constituído por vegetação de pequeno porte, que nasce em terrenos esgotados e abandonados depois da derrubada de mata primária.

inviabilizar o uso do terreno e as vias de acesso, os moradores ateiam fogo para e produzir pequenas roças.

De acordo com o documento, “como esses proprietários, em grande maioria, não têm a situação fundiária resolvida, não querem abrir mão de seus direitos adquiridos antes da existência do Parque, ou por direito de lei de propriedade” (ICMBIO, 2002, p. 5.71).

Segundo o Plano de Manejo, depois da criação do Parque houve aumento da incidência do fogo tanto na parte interna, quanto na zona de amortecimento:

Outros entrevistados – moradores do Parque e lideranças locais alegam que a incidência de fogo na área do Parque aumentou consideravelmente depois do Decreto de 1.971, que regulamenta o Parque. Segundo eles, alguns ateiam fogo como forma de protesto à situação em que foram deixados durante esses quase 30 anos, sem incentivos à produção, impedimentos e multas por exercerem tarefas agrárias de subsistência e sem indenizações pela propriedade e pelas perdas e danos, decorrentes dos anos de indecisão dos órgãos oficiais responsáveis pelo Parque (ICMBIO, 2002, p. 5.71).

A condição da população rural residente dentro dos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina não é muito diferente das condições da população rural do seu entorno, ainda que hoje, na porcentagem correspondente ao município de São José do Barreiro, poucas famílias vivam dentro do Parque, aguardando indenizações. Porém, essas famílias têm limitações de modos de uso do solo, o que tem gerado multas e contribuído para o empobrecimento dessa população, sem poder explorar as terras em atividades que são, basicamente, o único meio de reprodução econômica.

Sobre essa situação, um entrevistado afirma que:

*A gente tem uma comunidade morando lá dentro, existem pessoas que ainda moram lá, inclusive resistindo, que não foram indenizadas, têm uma história complexa nesse Parque. Contudo, é importantíssimo, pois se resguardou toda a parte alta de São José do Barreiro e boa parte do Parque que está dentro do município [...]*⁷²

Os problemas referidos à instalação do Parque e a situação dos moradores das áreas internas a ele foram referidos também no trabalho de Zuquim:

⁷² Entrevista concedida por R.C.R. em dezembro de 2018.

Esses lugares, ao mesmo tempo, grandes depositários da reserva florestal atlântica, são também o retrato social do Brasil. São locais de imensa e desigual distribuição de terras e de riquezas, em grande parte habitados por populações pobres, que ficaram historicamente ao largo das atividades comerciais dos ciclos econômicos, com pouca instrução formal, com títulos precários ou mesmo inexistentes de suas terras, esquecidas pelo poder público e, sobretudo, totalmente desinformadas sobre as novas questões que, a partir desse momento, passaram a ser parte de sua vida, como o impedimento do exercício de suas atividades econômicas de subsistência, ou mesmo comerciais, conflitos fundiários e tantas outras (ZUQUIM, 2002, p. 111).

Para a autora, ademais das áreas de floresta ainda preservadas, houve descaso com as populações locais a partir da institucionalização do PNSB, que não as incluiu nas novas dinâmicas. Desse fato decorrem os inúmeros problemas como os de regularização fundiária, conflitos entre os usos econômicos nos limites do Parque e, como destaca a autora, basicamente no impedimento do exercício de atividades antes executadas por estas populações.

O modelo de preservação pela instituição de Parques foi o paradigma adotado em quase todo o mundo, dando origem à dicotomia “povos e parques” (DIEGUES, 1997). O efeito das políticas de criação de áreas protegidas, de cima para baixo, sem explicação e consulta pública foi devastador para as populações tradicionais, caiçaras, índios e comunidades rurais, cujas relações com o ambiente natural não necessariamente representava uma ameaça à manutenção da biodiversidade face aos entendimentos amplamente difundidos de preservação do meio ambiente sem a permanência da população que já habitava o lugar, resultou em conflitos com as comunidades que não se adequaram ao modelo instituído (DIEGUES, 1997).

Observamos, que em decorrência disso, as áreas internas do PNSB e de seu entorno têm sofrido constantes ameaças em função dos usos das terras, principalmente da pecuária, pela continuidade da prática de abertura de áreas de pastagens e o uso do fogo. Também deve se considerar conflitos decorrentes do turismo predatório, que se somam aos principais problemas socioambientais nas áreas naturais protegidas em São José do Barreiro.

Referente ao estabelecimento do turismo na Unidade de Conservação, verificamos que os dados referentes à visitação pública constantes no Plano de Manejo do Parque são muito antigos⁷³ e já não expressam a situação atual. A UC segue recebendo turistas e visitantes em busca de lazer de contato com a natureza, principalmente nos finais de semana e feriados, ocasionando impactos muitas vezes menos percebidos na área do Parque, mas mais intensos em sua zona de amortecimento, como destacado nas entrevistas aplicadas.

⁷³ Apesar de tentativas com os gestores do Parque, não foram disponibilizados dados sobre a visitação no período analisado.

O turismo, ainda que seja visto como possibilidade pelo Plano de Manejo, tem causado problemas ambientais, uma vez que, sem planejamento, ocorre de forma aleatória e causa prejuízos ao meio ambiente por ser fonte constante de degradação (como abertura de picadas, pisoteio em regiões de reflorestamento, distribuição de sementes de espécies frutíferas não comuns a área, dispersão de espécies em momentos de nidificação, etc.) (ICMBIO, 2010). Esse fato tem causado preocupação aos gestores da área protegida, que se referem, no Plano de Manejo à necessidade de haver um planejamento para o turismo, tanto para o município, quanto para o Parque.

Contudo, a esperança de que o turismo possa contribuir para a conservação da biodiversidade e ao mesmo tempo favorecer a inclusão social e gerar o esperado desenvolvimento local persiste, e tem sido cada vez mais relacionada ao potencial natural e paisagístico da Bocaina, sendo que o município de São José do Barreiro se destaca pela presença de inúmeros atrativos naturais, dentro e foras das Unidades de Conservação.

Conhecer esses lugares, ver seu estado de conservação, as possibilidades e condições para os usos turísticos consistiu em uma preocupação desta pesquisa. Com a ajuda dos informantes-chave e o auxílio dos sujeitos que compõem a Matriz Social do Turismo, realizamos um diagnóstico a fim de identificar tais lugares considerados de interesse turístico. Esses lugares foram identificados e caracterizados por meio de um diagnóstico participativo, construído de forma a considerar os aspectos que explicam sua condição atual, sua potencialidade e também os conflitos para os usos desses lugares pelo turismo, como se verá no próximo subitem deste capítulo.

5.2.1 Identificação e diagnóstico dos lugares do patrimônio natural de interesse turístico

Diferente do patrimônio edificado que já foi alvo de tombamentos e de inventários, o patrimônio natural do município, mesmo com a presença do PNSB não é tão claro. Por isso, nesta tese, procuramos identificar esse patrimônio e verificar em que medida o mesmo pode ser incluído nos atrativos de visita turística. Para tanto, nos valem de entrevistas com o objetivo de realizar a identificação e o diagnóstico dos lugares que compõem esse patrimônio, seja em seu conjunto, seja individualizado, onde destacamos os lugares de interesse turístico.

Trata-se de um diagnóstico participativo, lugares apontados pelos sujeitos entrevistados como de interesse turístico, lugares ativados ou não, mas que aqui foram denominados de patrimônio natural pelos sujeitos entrevistados. O roteiro para a identificação e diagnóstico foi

elaborado pelo autor e baseado em modelos preexistentes com a finalidade de compreender a situação desses lugares face ao seu estado de conservação, potencialidades, usos e ameaças para posteriormente compor a análise quanto aos limites e possibilidades para o desenvolvimento do turismo local.

Diagnosticar significa conhecer, levantar informações, pesquisar. Significa fazer uma avaliação de uma realidade determinada, baseada em dados e informações; diagnosticar implica: conhecer/pesquisar, interpretar e propor. O objetivo do diagnóstico é gerar um novo conhecimento sobre um aspecto da realidade (realidade desconhecida e/ou que precisa aprofundar o conhecimento) (FLACSO, 2015, p. 9.)

Os sujeitos da Matriz Social do Turismo, ao final das entrevistas, indicaram lugares que para eles são de interesse turístico, como cachoeiras, rios, mirantes, picos, etc., ou porque têm potencialidade, ainda que não sejam visitados. Na sequência, indicaram pessoas da comunidade local que nos forneceram mais informações sobre esses lugares. A todas eles foram aplicados um modelo de diagnóstico para a identificação e caracterização dos lugares considerados de interesse turístico (**APÊNDICE D**).

O modelo foi elaborado a partir de uma premissa participativa, na qual os informantes responderam na maioria das vezes *in loco* à perguntas sobre o lugar indicado, tais quais o nome do lugar, localização, acesso, aspectos físicos, culturais e naturais, relação da comunidade com o lugar, história do lugar, o que mais se destaca, quais atividades acontecem no local e entorno, quais os riscos que acometem a sua manutenção, entre outras perguntas que contribuíram para diagnosticar esses lugares a partir da percepção dos informantes (todos moradores locais).

Esta parte dos procedimentos metodológicos da pesquisa se justifica pelo fato de que se o (re) conhecimento de um bem é um passo importante para a sua proteção, conhecê-lo para efeitos do turismo é fundamental para as futuras ações de planejamento da atividade. Assim sendo, deixamos claro que o levantamento foi direcionado ao diagnóstico participativo do que se entende como lugares do patrimônio natural de interesse turístico, que também corresponde a uma forma de conhecer determinados bens, suas características, problemas e desafios com a finalidade de pensar, posteriormente, formas de usos e manutenção dos bens dessa natureza.

Para esse procedimento foi de grande valia o estudo do Manual de Ecoturismo de Base Comunitária elaborado pela World Wildlife Foundation (WWF, 2003), que traz uma análise sobre a importância do planejamento do turismo em áreas naturais e a sua intrínseca relação com as comunidades locais. Neste documento argumenta-se que o diagnóstico é fundamental para a elaboração dos planos de turismo e de potencial viabilidade do patrimônio natural para o desenvolvimento das comunidades receptoras.

Consideramos também para a construção de um modelo que nos auxiliou a ter maior qualidade de informações sobre os lugares inventariados, a nossa experiência na aplicação do inventário do patrimônio cultural edificado no Vale Histórico Paulista (ZANIRATO *et al.*, 2014) em conjunto com o modelo de inventários participativos elaborado pelo IPHAN (2016), que consistiram nos instrumentos principais para identificar e conhecer, de acordo com as respostas dos informantes, os lugares do patrimônio natural de interesse turístico no município.

O diagnóstico, assim como um inventário participativo são formas já consideradas por pesquisas anteriores como prática para reconhecer o que se destaca para a comunidade ouvida. Ainda assim, qualquer que seja o valor do bem, ele merece a mesma precisão do olhar e a mesma confiabilidade nas informações coletadas (HEINICH, 2013), uma vez que o olhar inventarial só se adquire com a prática e o conhecimento prévio a respeito dos bens ou lugares que se pretende conhecer.

Hugues de Varine (2013) considera a importância da realização de diagnósticos, mas lembra que alguns elementos podem ficar de fora ou esquecidos, enquanto outros podem ser integrados às ações turísticas, culturais, econômicas e educativas. Por isso, Varine ressalta a importância dos inventários e diagnósticos participativos, pois eles podem ir além dos modelos científicos e tecnocráticos, que somente consultam as comunidades para informação, ou apropriação de conhecimento. Já os modelos participativos acabam por deixar a população livre para dizer o que ela entende como relevante em sua comunidade.

Sabemos que o olhar sobre o patrimônio muda de acordo com as mudanças ao longo do tempo e a passagem das gerações. Os inventários, os diagnósticos e as políticas de patrimônio e de seus elementos, quando não são participativas, têm mais dificuldades em se tornarem mais presentes no cotidiano das pessoas e instituições, e resultar, nesse sentido, em maiores possibilidades às incertezas que nos cercam (VARINE, 2013). Para o mesmo autor, é essencial “escutar os habitantes e lhes pedir para designar aquilo que consideram como sendo o patrimônio de sua comunidade e de fornecer o maior número de informações sobre o assunto” (VARINE, 2013, p 54).

Como toda técnica de pesquisa, esta também tem limites. Para Varine (2013), o limite se encontra na subjetividade dos sujeitos, mas, ainda assim, pode revelar a importância que a comunidade dá a determinados lugares, que não corresponderam a todos os lugares possíveis de contato com a natureza no município, mas somente aqueles destacados pelos informantes, ou seja, independentemente da localização (área protegida, ou não), formam os bens que a

população reconhece como pertencentes ao patrimônio natural local e que se associam ao turismo.

Os informantes foram identificados por serem pessoas da comunidade local e que tinham certa proximidade ou conhecimento do lugar indicado. São pessoas que desempenham diversas funções relacionadas ou não com a atividade de turismo, tais como guardas-parque, caseiros, trabalhadores rurais, funcionários públicos, aposentados, guias locais, proprietários de terra e comerciantes locais. A maioria nasceu em São José do Barreiro, mas todos com residência no município. De todos os entrevistados apenas um não autorizou sua identificação e reprodução de informações na íntegra, apenas a análise das repostas⁷⁴.

Os lugares apresentados pelos informantes se circunscrevem aos limites do município de São José do Barreiro, o que inclui a parte urbana, rural, e a áreas naturais protegidas, em especial, o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Assim, decidimos apresentar o resultado de forma não sistematizada, mas agregando os atrativos por sua localização espacial, como se vê no **Quadro 5** e na **figura 28**, que representam a localização espacial e a distribuição dos atrativos naturais.

Quadro 5: Lugares identificados pelos informantes

Lugares identificados pelos informantes	Localização
Balneário Água Santa	Urbana
Cachoeira da Usina	Rural/SJB
Cachoeira dos Veados	PNSB
Cachoeira Santo Isidro	PNSB
Cachoeira da Mata	Rural/Formoso
Cachoeira Esmeralda	Rural/Máximo
Cachoeirão	Rural/Formoso
Cachoeira das Posses	PNSB
Pico da Bacia	Rural/SJB
Pico do Tira Chapéu	PNSB
Represa do Funil	Rural/SJB
Reserva Natural da Pedra Redonda	Rural/Formoso
RPPN Fazenda Catadupa	UC/Rural/Formoso

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2020

⁷⁴ As entrevistas para o diagnóstico foram realizadas *in loco*, e a autorização para a utilização das entrevistas para esta fase da tese foi concedida verbalmente, com a devida gravação e transcrição autorizada pelo informante.

Os lugares estão situados em todo o município, sendo o mais distante e de difícil acesso a cachoeira dos Veados, dentro do PNSB, na divisa com o estado do Rio de Janeiro, a cerca de 50 quilômetros do centro urbano do município. Já o mais próximo é o Balneário Água Santa, distante 1,5 quilômetros do centro da cidade e muito utilizado por moradores locais como opção de lazer. Os demais estão distribuídos pelo território barreirense

Figura 28: Localização dos lugares identificados pelos informantes da pesquisa

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2020

Nas primeiras entrevistas se viu a afirmação de que a paisagem da Bocaina como um todo é considerada um patrimônio natural, um bem natural relevante para a qualidade de vida da população e de proteção da biodiversidade, assim como lugar do patrimônio natural de interesse turístico. Mas isso não significa que não haja conflitos, como veremos a seguir.

Uma avaliação da matriz qualitativa dos bens culturais e naturais de São José do Barreiro foi elaborada também no PDDTM de 2016, baseada em critérios de atratividade propostos por Almeida (2016), a fim de definir a potencialidade de cada atrativo a partir de critérios como descrição, acesso, distância do centro urbano e estrutura de apoio. Essa matriz também nos auxiliou como fonte secundária às respostas dos informantes.

Assim sendo, dividimos os lugares da seguinte forma: **Área urbana; Área rural (São José do Barreiro, bairro de Formoso, Bairro Máximo) e Áreas protegidas.**

Área urbana*Balneário Água Santa*

Apenas um lugar foi citado como localizado em área urbana, o *Balneário Água Santa*, frequentado pela população local e por turistas nos finais de semana e feriados devido a sua localização nas cercanias do centro da cidade.

O Balneário é uma área pública de fácil acesso, sendo possível chegar de veículo ou a pé, distante cerca de 1,5 km do centro da cidade. O balneário é muito antigo; a comunidade o frequenta há muito tempo, mesmo antes de ser feita a barragem de água no rio Barreiro, que permitiu a formação da represa e que favoreceu a banhos no local. Outras fontes afirmaram que o nome *Água Santa* é devido à ocorrência de batismos religiosos no local.

Para o informante⁷⁵, o que se destaca no local é a possibilidade de tomar banho e se refrescar nos tempos de calor. Há um ponto de venda de alimentos e bebidas ao lado do balneário, alguns bancos, churrasqueiras e lugares calçados. Segundo ele, as pessoas costumam fazer churrascos e trazer bebidas ao Balneário, o que ocasiona, certas vezes, acúmulo de lixo próximo ao rio; o local recebe grande quantidade de pessoas, até mesmo ônibus de excursão.

Nas imagens produzidas podemos perceber que o *Balneário Água Santa* é um lago formado por uma barragem artificial, com águas procedentes do rio Barreiro, com seu leito com pedregulhos, contornado por rochas que contêm as águas, e com uma prainha de areia de rio; ao redor se veem palmeiras que fornecem sombra ao lugar.

Percebe-se também que não há mata ciliar e que ele se localiza em grande proximidade com propriedades pecuárias.

⁷⁵ Entrevista concedida por J.R.M.S em janeiro de 2019.

Figura 29: Balneário Água Santa

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

Com a proximidade da cidade, o rio Barreiro se torna mais poluído não só em decorrência de atividades dos arredores, mas também do despejo de esgoto doméstico e das propriedades rurais do entorno. Em entrevista com outro informante⁷⁶, foi dito que nessa parte do rio, a quantidade de fezes humanas e de animais é muito grande.

As **figuras 30 e 31** mostram o Balneário por outros ângulos.

Figura 30: Balneário Água Santa

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

⁷⁶ Entrevista concedida por A.C em janeiro de 2019.

Figura 31: Balneário Água Santa

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

Sobre o estado de conservação do Balneário, essa informante disse que isso depende de quem visita o lugar e que a poluição pode prejudicá-lo, pois não há manutenção regular e as atividades agropecuárias que acontecem próximas ao Rio Barreiro não raramente causam poluição, principalmente em épocas de chuvas fortes. Outro fator mencionado e que se repetiu em outras entrevistas é que houve uma diminuição drástica do volume de água nos últimos anos, mas que também há ocasiões em que chuvas mais fortes e tempestades causam enchentes do Rio Barreiro, colocando em risco o lugar.

Área rural – São José do Barreiro

Cachoeira da Usina, Pico da Bacia e Represa do Funil.

Para a parte rural próxima ao centro do município de São José do Barreiro foram apontados três lugares de contato com a natureza considerados para atividades de lazer e turismo. De acordo com os entrevistados, estes locais têm potencialidade para usos de lazer e turismo, ou já são utilizados para tal finalidade.

Cachoeira da Usina

A *Cachoeira da Usina* está localizada no sítio da Usina, cerca de 5 km do centro da cidade, acessado pela estrada Vereador José Guimarães Rodrigues, uma estrada de terra, com partes parcialmente asfaltadas e trechos sinuosos e íngremes. A Cachoeira pode ser alcançada por veículo ou por uma trilha de 1.170 metros, que parte da pousada Dona Esmeralda, que está dentro do sítio.

O nome *Usina* é devido a uma antiga usina de geração de energia construída primeiramente para o fornecimento de energia ao município e depois para o sítio. Hoje está desativada, mas ainda é usada para captação de água para o abastecimento do município.

De acordo com o informante⁷⁷, a Cachoeira fica numa propriedade particular, em uma área de 40.800 metros quadrados, recentemente reflorestada, pois há interesse em transformar a área em uma reserva natural, aos moldes de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural. É uma Cachoeira com quatro quedas, três delas visitadas turisticamente e a quarta destinada à captação de água. Segundo a informante, essa quarta queda é a mais bonita de todas.

Na **figura 32** vemos uma das quedas e o poço que é propício para banho em meio à mata fechada – esse poço é o mais frequentado, uma vez que o acesso aos outros é feito por trilha mais íngreme. O que se destaca é a beleza da Cachoeira, a paisagem e seu entorno, como diz a informante: “*toda rodeada por mata verde, e quando chove, fica ainda mais bonita, forma um lago*. Sobre a potencialidade do lugar para o turismo, a mesma considera que podem ser desenvolvidos esportes de aventura, como o rapel, por exemplo.

⁷⁷ Entrevista concedida por A.C. em janeiro de 2019.

Figura 32: Cachoeira da Usina

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

Quanto à relação da comunidade com o lugar, a informante diz que há uma ideia equivocada por parte da população e da própria Prefeitura de que é um lugar público, mas é particular, ainda que seja de uso permitido. A depoente também chama a atenção para o fato de que o uso desordenado do lugar vem causando conflitos decorrentes, por exemplo, do uso de drogas no local, da utilização do espaço para churrasco, com churrasqueiras improvisadas que colocam em alta o risco de incêndio, assim como de depósito inadequado de lixo. Ela atribui a responsabilidade de fiscalização à Prefeitura, que divulga o lugar como um atrativo da cidade, ainda que esteja em área privada. De fato, no site da Prefeitura Municipal local se vê a Cachoeira da usina como um atrativo local.

De acordo com a entrevistada, há falta de suporte do poder público, tendo em vista que ele também usa o local para captação de água e que é um funcionário do sítio quem faz a limpeza e manutenção da trilha e do entorno da Cachoeira. Ainda assim, de acordo com ela, o estado de conservação da cachoeira é bom.

A informante também disse que há partes de estrada de acesso à cachoeira que foram reparadas com o uso das verbas recebidas por ser uma estância turística, mas que, nem precisava haver o investimento ali, porque nunca foi problemático acessar o lugar.

Para a proprietária do local e informante, as atividades econômicas do entorno, exclusivamente a pecuária leiteira pode ser compatibilizada com os usos para o turismo, contudo, devem ser respeitadas as nascentes e as áreas com mata, pois o pisoteio pode acabar com as nascentes. *“É uma questão de consciência, a pecuária pode acabar sufocando, tem a*

braquiária também, que pode acabar com a nascente”. Ao mesmo tempo, ela expressa a preocupação com o crescimento da visitação e a não resolução dos problemas de risco de fogo pelos que ali fazem churrasco e do lixo deixado para trás, ou mesmo de uso de drogas, e não descarta a possibilidade de fechar o acesso e transformar a área em uma reserva particular.

Figura 33: Entorno da Cachoeira da Usina

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

Na imagem vemos a placa de sinalização turística que indica a entrada para a trilha que leva à Cachoeira da Usina pela rodovia e que contém o nome do atrativo. São poucos os atrativos que possuem sinalização, mais notadamente aqueles que estão próximos ao centro da cidade. O entorno da Cachoeira é uma área de mata de galeria, embora rodeada por pastagens, como disse a informante.

Na **figura 34**, vemos uma imagem de armação de pedra para a formação de uma churrasqueira. Nesta imagem podemos observar alguns efeitos comentados pela depoente sobre a utilização turística do lugar, como os resíduos de carvão e restos de fogueiras deixados pelos visitantes.

Figura 34: Resto de fogueira deixada na Cachoeira da Usina

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

Pico da Bacia

O Pico da Bacia, também reconhecido como Pedra da Bacia está fora da área do PNSB, porém muito próximo ao seu limite. Há três acessos para chegar a ele, ou pela estrada SP-221 até próximo à pousada Recanto da Floresta e depois por uma trilha, ou por uma trilha saindo pela sede dos brigadistas dos bombeiros do Parque, ou ainda pela via da parte baixa de São José do Barreiro, passando pela Cachoeira da Usina e mais 6 Km de trilha em subida. O acesso pode ser feito por veículo com tração de 4 rodas ou a pé, por trilhas de grau de dificuldade médio, segundo o informante⁷⁸.

Destaca-se o trajeto das trilhas que vai desde as florestas até os campos de altitude, que lembram pastos, pois formados por vegetação rasteira, constituída de gramíneas, mas que, segundo o informante, são nativos devido à altitude da Bocaina. O Pico tem cerca de 2000 metros de altitude, com áreas em declive que chamam a atenção pelas vistas que se abrem. Na parte mais alta há um tablado formado por uma rocha, que é utilizado como um mirante, de onde se pode avistar o centro urbano de São José do Barreiro, o vale do rio Formoso, além de outras cidades próximas. “*É um ambiente de uma experiência ‘intra-natureza’, um banho de floresta, como a gente chama*”, diz o informante.

⁷⁸ Entrevista concedida por L.V.A. em janeiro de 2019.

A parte alta da trilha, até chegar ao Pico é feita em meio aos campos da Bocaina, onde a vegetação predominante são os campos de altitude, como vemos na foto tirada ao amanhecer (**figura 35**). No inverno os campos ficam por vezes congelados devido às baixas temperaturas e a altitude de quase dois mil metros.

Figura 35: Trilha para o Pico da Bacia pelos campos de altitude

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

De acordo com o informante, a comunidade local pouco conhece o Pico da Bacia; quase todos os visitantes são de fora do município. Seu entorno é rodeado por propriedades rurais e próximo aos limites do PNSB, mas com lugares para hospedagem e atividades de ecoturismo.

Segundo o informante, acessar ao Pico é “*experiência muito rica, o encontro com fauna e a contemplação do mirante no final*”. Ainda assim, conforme ele, as atividades de ecoturismo são bem escassas. Às vezes há grupos maiores, mas muita gente vem sem guias e, por isso, se veem marcas de deixadas pelas pessoas. Nas trilhas ocorre a prática de *Motocross*, o que é conflituoso e bem complicado para o local diz o informante, mas, ainda assim, isso é muito discreto, o volume de turistas é bem baixo.

No entanto, o que se percebe é que as atividades que ali ocorrem não encontram correspondência com o conceito de ecoturismo, pois ainda que as atividades sejam esporádicas, ainda assim, causam impactos no ambiente natural, como por exemplo, o *Motocross*, e veículos 4X4, muito praticado na região e que pode causar danos graves ao meio ambiente, como desgaste e erosão do solo, atropelamento de fauna, entre outros problemas devido a incompatibilidade da atividade com as características locais.

Outro fator que o informante chama a atenção é a especulação imobiliária no entorno, segundo ele há um condomínio em construção, que está gerando alguns problemas na área que é próxima ao Pico da Bacia.

Figura 36: Vista dos mares de morros desde o Pico da Bacia

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

Na **figura 36**, captada desde o mirante, é possível avistar boa parte do vale onde está São José do Barreiro, os mares de morros, parte da represa do funil e, ao fundo, a cadeia de montanhas de Itatiaia, no Rio de Janeiro.

Nesse local, as atividades que têm potencial para serem desenvolvidas são, de acordo com as informações colhidas: *trekking*, cavalgadas, observação de pássaros, de flora, atividades holísticas como *yoga* e turismo esotérico, além do ecoturismo em caminhadas pelos campos da Bocaina.

A manutenção da área é feita pelas pessoas que atuam com o turismo, em particular o proprietário da terra, senhor José Milton, ex-prefeito e empresário da área de turismo, um dos únicos da cidade a ter veículo traçado adequado a subir as vias íngremes do local.

Em geral, o estado de conservação do lugar é bom, pois se vê pouca alteração, e as atividades de pecuária são as que se apresentam em primeira vista como as de maior risco devido principalmente às queimadas.

Represa do Funil

A represa do Funil ou de Furnas como também é conhecida abrange os municípios de Resende e Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro e São José do Barreiro, no estado de São Paulo. É um represamento do Rio Paraíba do Sul para a geração de energia pela Usina Hidrelétrica do Funil, construída na década de 1960, em um local conhecido como Salto do Funil. A barragem é do tipo abóbada de concreto, com dupla curvatura, único modelo existente no Brasil⁷⁹.

A menor porção da represa está localizada no município de São José do Barreiro, e a sua formação submergiu a vila de *Santana dos Tocos*⁸⁰ (entre São Paulo e Rio de Janeiro), fato e lugar que pouca gente ainda se lembra. A Vila era uma freguesia criada por lei provincial em 1843, restando hoje poucas informações sobre a mesma⁸¹.

Após a formação da represa, outra vila, igualmente de nome Santana, surgiu no município ao lado da represa. Por muitos anos sua população viveu da pesca, e, por esse motivo ela ficou conhecida como *Vila dos Pescadores*. No entanto, conforme constatamos nas visitas a campo e nos relatos da população local, já não se vive da pesca e a vila, durante a semana, exhibe ares de abandono, pois é um lugar de segunda residência, já que há muito tempo os antigos moradores saíram de lá.

De acordo com o informante⁸², um ex-pescador e hoje trabalhador rural, poucas pessoas conseguem sobreviver da pesca e a represa se tornou um lugar de lazer esporádico, com pesca esportiva e passeios de *Jet-ski*. Na entrevista ele se lembrou de quando a primeira Vila foi inundada, e ressaltou que considera a represa uma área importante para o lazer, pois muitas pessoas vão ali nadar, fazer churrasco e passar os finais de semana, principalmente na *prainha*. Ressaltou também que ainda que a maioria dos visitantes seja de fora do município, para ele é complicado que não haja nenhum equipamento ou infraestrutura para dar suporte aos usos da represa para o lazer.

⁷⁹ Cf. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Funil - acesso em 16/03/2019

⁸⁰ Informação obtida por relatos dos moradores e depois por pesquisa em sítios da *web*.

⁸¹ Vídeo sobre a Vila Santana dos Tocos disponível no *Youtube*:

⁸² Entrevista concedida por T.A. em janeiro de 2019.

Figura 37: Represa do Funil em São José do Barreiro

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

Na foto tirada em julho de 2018, o nível da represa estava baixo como pode ser observado, lembrando um dos períodos de pior estiagem no estado de São Paulo. Chama a atenção a pastagem em volta das águas, sem áreas florestadas capazes de amenizar temperatura, causar sombra, favorecer a biodiversidade local.

Ainda assim, a paisagem da represa para a Bocaina é “*única*”, como diz o informante. Segundo ele, nesse local funcionou um hotel (Hotel Porto Bocaina) durante muito tempo, mas fechou há alguns anos, restaurantes também existiam no local, hoje também todos fechados.

Quanto às atividades que podem acontecer na represa, o entrevistado fala de passeios de barco e da pesca em cativieiro e esportiva, que deveria ser estimulada, assim como a instalação de um restaurante; mas, para ele, a poluição do local é um problema que também impedem essas atividades.

De acordo com o mesmo, os rios que deságuam na represa estão poluídos, pois as atividades econômicas ao redor descartam produtos químicos da pecuária e o próprio Rio Paraíba, que já chega na represa trazendo poluição. Segundo ele, é precário o estado de conservação da represa, não há manutenção e o município não incentiva o uso do lugar; por isso não se veem ações de conservação, ainda que, segundo ele, o turismo e a visitação não causem problemas de degradação, e, talvez, por isso, deveriam ser estimulados.

Área rural – bairro de Formoso

Cachoeirão; Cachoeira da Mata e Reserva Natural da Pedra Redonda – Templo Budista.

Bairro de Formoso – São José do Barreiro

O bairro de Formoso está localizado a 8 km do centro de São José do Barreiro, um local que no período do café abrigou fazendas de produção e de apoio a economia cafeeira.

Sobre a região de Formoso, Zaluar destacou:

Estende-se por um vale risonho circundado de morros e cortado pelas sinuosidades do rio, onde avulta uma grande porção de fraguedos destacados sobre o terreno como se fossem arremessados aí pela mão de um...gigante. É uma residência agradável, e muito deve prosperar [...] (ZALUAR, 1975).

Contudo, com a economia decadente ao final do período do café e o consequente empobrecimento da população local, o governo federal desapropriou, no início do século XX, diversas fazendas na região do Formoso, na tentativa de colonização da área, desde os vales mais baixos até as partes altas da Bocaina. Com esse intuito instalou em 1908 o núcleo colonial Bandeirantes, que loteou o vale do Formoso para famílias de origem europeia, mas que não ficaram muito tempo por ali, possivelmente pelas dificuldades logísticas e pelas distâncias que tinham que percorrer; sobretudo aqueles que se instalaram no chamado sertão da Bocaina, acabaram migrando para outras regiões⁸³. Hoje, pouco se sabe sobre a Colônia Bandeirantes.

Em Formoso, a cultura Tropeira, ainda é marca e constantemente celebrada em Formoso, como diz um dos entrevistados:

A cultura Tropeira, uma marca indelével aqui, primeiro na cozinha, que tem características muito próximas da cozinha mineira, mas com traços típicos da cozinha Tropeira, e manifestações culturais típicas muito importantes, como a Folia de Reis. [O Bairro é] umas das últimas localidades do Vale do Paraíba que tem essa manifestação de forma espontânea, e o Vale do Formoso é um dos lugares que tem uma das últimas bandeiras de reis⁸⁴.

As comemorações referentes à Folia de Reis começam na noite de 24 de dezembro e vão até 6 de janeiro. Os grupos saem cantando e louvando o nascimento de Jesus e os foliões

⁸³ Algumas informações podem ser obtidas em: <http://bairrodoformoso.blogspot.com/p/historia.html> / E também em: <http://clubdos200.blogspot.com/> - acesso em 18/03/2019.

⁸⁴ Entrevista concedida por D.B.J. em janeiro de 2019.

imitam os Reis Magos, que viajavam guiados pela estrela de Belém. As folias percorrem as casas da cidade, os sítios e casas do campo. Os Foliões entram e, segundo a tradição, quem acolhe os reis visitantes é abençoado⁸⁵.

Figura 38: Imagem da Folia de Reis no Bairro do Formoso

Fonte: turismovalledocafe.com, 2019

Outro fator de importância não só para a história local, mas que se entrelaça com a história do Brasil foi a construção, em 1928, da Fazenda Clube dos 200. A edificação foi encomendada pelo então presidente do Brasil Washington Luís, que junto a 199 sócios, em grande maioria representante da oligarquia paulista e mineira da República do Café com leite, criou o Clube. O Clube era um local estratégico entre São Paulo e a capital do país para confabulações informais sobre a política e também um ponto de parada no trajeto da capital à São Paulo. O Clube acolheu Getúlio Vargas quando esteve a caminho do Rio de Janeiro para liderar o golpe de 1930, que pôs fim à República Velha e, posteriormente, serviu como pouso nas batalhas de 1932 entre os paulistas contra o Governo Federal de Vargas (ANTÔNIO FILHO, 2009).

A sede do Clube dos 200 tem uma arquitetura em estilo espanhol, com vitrais decorados e um pátio central e há algum tempo funciona como um hotel fazenda, com opções de hospedagem e passeios pela região de Formoso. Há poucos metros de sua sede se acessam cachoeiras propícias a banhos.

⁸⁵ Informação obtida como um morador local em janeiro de 2019.

Figura 39: Hotel Fazenda Clube dos 200

Fonte: turismoaledocafe.com

Ademais desses fatores históricos, o bairro de Formoso ainda mantém aspectos de ruralidade muito presente. Ali estão fazendas históricas como a Catadupa e a da Barra, rodeadas pelos vales do Formoso, que guardam boa parte dos atrativos culturais e naturais do município de São José do Barreiro.

Cachoeirão

O Cachoeirão é um dos atrativos mais procurados por visitantes e turistas. Localizado no bairro de Formoso, é acessado por via rural não asfaltada, desde o sítio Três Cachoeiras, por carro e depois por uma pequena trilha a pé, cuja manutenção é feita por funcionários da Prefeitura, e, sobretudo pelo Senhor Milton Pereira da Fonseca, caseiro do sítio, que também recolhe todo o resíduo deixado na cachoeira, e que foi o nosso informante⁸⁶.

Ainda que seja um atrativo dentro de uma propriedade particular, por ser frequentado por munícipes e pessoas das adjacências, a Prefeitura faz a roçada do local, pois o entorno tem alguns problemas, como o avanço do capim braquiária que às vezes fica muito alto. O lugar é procurado para o banho devido a um poço natural e às quedas d'água. As pessoas vão ao Cachoeirão para nadar, fazer churrasco e ouvir música; “às vezes fica muito lotado”, diz nosso informante, chegando a haver “dias que têm 10 pessoas por metro de água”. Nos finais de

⁸⁶ Entrevista concedida por M.P.F. em janeiro de 2019.

semana e feriados se veem filas de carros na estrada de acesso à Cachoeira, “*com até ônibus grande*”, como diz o informante.

Para o Cachoeirão, assim como para outros lugares, foi mencionado que o volume de água vem diminuindo muito nos últimos anos. Segundo o informante, os resíduos deixados pelos visitantes também causam preocupação, mas a pecuária não muito, ainda que ocorra bem próxima ao Rio Formoso, como podemos perceber na **figura 40**.

No entorno existem outras quedas menores, como a Cachoeirinha, e quanto mais o rio se aproxima do Bairro de Formoso, mais poluído ele fica, devido à existência de moradias ao longo do trecho que antecede a Cachoeirinha, como pudemos notar nas visitas a campo.

A melhor forma de conservação deste lugar, segundo o informante, seria por parte da Prefeitura, que deveria cuidar da poluição do rio para melhor receber os visitantes.

Figura 40: Fotos do Cachoeirão e entorno

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Nas fotos tiradas em janeiro de 2019, época de temporada e quando o lugar recebe maior número de visitantes, percebe-se que o rio Formoso, no local utilizado para banho, corre sinuoso em um terreno raso e acidentado, formado por um leito rochoso. Não se vê a mata ciliar e o capim e a braquiária dominam a paisagem, vindo das propriedades rurais de domínio da pecuária.

O local tem infraestrutura de acesso e estacionamento para automóveis, a trilha é mantida pela Prefeitura, há um apoio de mão para as partes nas quais a trilha fica mais íngreme e que torna o local de fácil acesso.

Figura 41: Turistas e moradores usufruindo do Cachoeirão

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Figura 42: Turistas e moradores no Cachoeirão

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Nas **figuras 41 e 42** vemos os visitantes, turistas e moradores usufruindo do local em atividades de lazer, com barracas e churrasqueiras, aproveitando o banho de cachoeira. As quedas d'água parecem um tobogã em pedra, que provocam a formação de uma piscina natural. Como se vê, a braquiária invade as partes com solo. Visitantes se distribuem pelas águas e rochas do entorno da cachoeira.

Cachoeira da Mata

A cachoeira da Mata está localizada na estrada da Barra, próximo à fazenda de mesmo nome, em uma localidade conhecida como *Barretinho*, de acordo com o informante da pesquisa⁸⁷. O acesso se dá a partir do bairro de Formoso, por estrada rural não asfaltada e depois por uma trilha com grau de dificuldade de acesso médio, de cerca de 200 metros. A Cachoeira está dentro de uma área particular, mas o acesso é permitido.

Figura 43: Cachoeira da Mata

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2018

A queda da água se dá entre as formações rochosas que terminam em uma espécie de piscina natural, sobre um leito de seixos rochosos. Ela é cercada por uma mata fechada, ainda que bem próxima a pastos de criação de gado.

Essa Cachoeira consta no site da Prefeitura Municipal como um atrativo local, ressaltado como de beleza e possibilidades de banho, mas, segundo nosso informante, não há contribuição da mesma para a manutenção do lugar, ainda que seja um atrativo bastante divulgado. É bastante frequentada pela população local e também por turistas. O que se destaca, conforme o informante, é a possibilidade de estar em contato com a natureza, a fauna e a flora.

⁸⁷ O informante não quis se identificar. Janeiro de 2019.

Reserva Natural da Pedra Redonda – Templo Budista

A Pedra Redonda é uma formação rochosa, um megalito, segundo o informante. Localizada no alto da Serra da Bocaina, em uma área montanhosa, próxima ao limite do PNSB. A localização dificulta o seu acesso. O lugar era conhecido até pouco tempo atrás como “os budas, como a população local a ele se referia...”⁸⁸.

A denominação advém de ter sido local de um antigo templo budista *Kadampa Gandei Lin*, de uma antiga sanga budista, que durante um tempo se estabeleceu ali, meio isolada. Na ocasião só era possível acessar o Templo e a Pedra Redonda por trilhas pouco carroçáveis, mas hoje o acesso é possível com veículo traçado, a pé, ou montado, partindo do bairro de Formoso por mais 15 km de via de terra em condições ruins.

Segundo o informante:

*“Nós estamos no conjunto de mar de morros já descrito por Ab’Saber, estamos dentro da cava do Vale do Paraíba, na borda da Serra da Bocaina que dá vistas para o Vale do Paraíba, tanto que daqui onde estamos você avista de imediato o Vale do Paraíba, a Represa do Funil e o Maciço de Itatiaia, com o Pico das Agulhas Negras que o coroa. Então, nós estamos na borda da Bocaina, contrapondo com contra a borda da Mantiqueira, com o Vale do Paraíba”*⁸⁹

Um megalito corresponde a um bloco de pedra de grande dimensão, chamado também de monólito. A foto abaixo permite ver a formação do megalito e a paisagem que o circunda, com os pinheiros de araucária em primeiro plano, e a vegetação baixa, própria dos campos de altitude.

Além do megalito, o que se destaca é a paisagem montanhosa com picos que variam de 1600 a 2050 metros de altitude, proporcionando uma vista ampla do Vale do Paraíba, como descreve o informante. Também compõe o lugar uma série de mirantes, rios e cachoeiras de pequeno porte, com águas cristalinas.

⁸⁸ Entrevista concedida por D.B.J. em janeiro de 2019.

⁸⁹ Entrevista concedida por D.B.J. em janeiro de 2019.

Figura 44: Megalito Reserva Natural da Pedra Redonda

Fonte: Reserva Natural da Pedra Redonda, 2019

De acordo com o informante, no entorno da Pedra Redonda há grandes áreas de Mata Atlântica florestadas onde se veem muitos animais: *“Você tem uma incidência grande de suçuaranas, que são as onças pardas, o lobo guará, tamanduás-mirins, bugios, pacas, veados, enfim, toda uma fauna da Mata Atlântica”*⁹⁰.

Nas proximidades destacam-se ainda, segundo o informante, o PNSB e toda a região do sertão da Graúna e sertão da Onça, que são, segundo ele, de uma beleza natural incomparável, contudo, com acesso quase impossível.

Há a intenção de transformar esse local em Reserva Particular do Patrimônio Natural, assim como outras que têm surgido na região, na tentativa de criar um mosaico de áreas protegidas próximas aos limites do PNSB. Atualmente, o local recebe visitantes para ecoturismo e turismo esotérico, voltado aos atrativos naturais e ao histórico budista da reserva.

Ao ser indagado sobre a ocorrência das atividades de risco em áreas naturais tão ricas como declaradas pelo informante, ele foi enfático em destacar com muita clareza os aspectos presentes nos outros depoimentos, como a expansão contínua de áreas de pastagens, o uso do fogo que é muito praticado na região, além de diminuição nos volumes de água, vistos por ele como ameaça ao turismo e, consequentemente, ao meio ambiente local.

⁹⁰ Entrevista concedida por D.B.J. em janeiro de 2019.

A pecuária extensiva, da forma como ela vem sendo praticada hoje, traz um risco inerente ao equilíbrio sistêmico e do meio ambiente aqui. A pecuária extensiva precisa estar expandindo permanentemente as suas áreas de pastagens, e para fazer a expansão ou limpeza, os pecuaristas fazem o uso do fogo, que apesar de ser proibida no estado de São Paulo, é prática difundida e não fiscalizada, e, muitas vezes quando não é regra, o fogo foge ao controle dos camaradas e sai queimando áreas de preservação ambiental e áreas de PP. Se você destrói essas APPs e de preservação ambiental, você afeta também as áreas de produção de água, as nascentes, os mananciais e o próprio gado. O gado leiteiro, ele fundamentalmente precisa de água, além do verde, ele tem que ter água, e o que tem se verificado e os mais antigos confirmam é que tem tido uma diminuição drástica do volume de água na região, então, a pecuária se não chegar a um compromisso de sustentabilidade nas suas práticas com o meio ambiente circundante, ela está dando um tiro no pé⁹¹.

Com efeito, o informante considera que pode haver compatibilidade das atividades agropecuárias com a preservação do meio ambiente e das águas, para isso é preciso:

práticas de preservação de nascentes, de matas ciliares, de topo de morros, de mananciais, no sentido de ter áreas maiores de preservação e produção de água que possam garantir pastos de melhor qualidade e quantidade, oferta de água suficiente para você implementar a produção, porque boa parte deste gado que está aí distribuído vive de subir e descer morro, o que exige um consumo maior de água do próprio animal, então, você tem que pensar em termos de sustentabilidade; isso aqui tem que estar intrinsecamente ligado às formas de preservar e ampliar a oferta de água na região⁹².

O lugar, hoje denominado *Reserva Natural da Pedra Redonda* está buscando ser não só um atrativo de interesse turístico pela paisagem e beleza natural, mas um polo de disseminação de educação ambiental e de práticas de contato com a natureza.

O local tem edificações com capacidade de receber até 50 pessoas, com 30 leitos que foram adaptados a partir dos alojamentos dos monges que antes viviam ali.

⁹¹ Entrevista concedida por D.B.J. em janeiro de 2019.

⁹² Entrevista concedida por D.B.J. em janeiro de 2019.

Figura 45: Reserva Natural da Pedra Redonda

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Na foto podemos observar ao fundo parte do Megalito Pedra Redonda, cujo acesso se dá por uma trilha de aproximadamente dois quilômetros que vai da propriedade até o alto da Pedra. Em primeiro plano na foto, uma das construções remanescentes do templo budista, hoje utilizada para hospedagem. Do mirante é possível observar vários municípios do Rio de Janeiro como Resende e Barra Mansa, além dos municípios do Vale Histórico Paulista, da represa do Funil e dos picos de Itatiaia-RJ.

Área rural – Bairro Máximo

Cachoeira Esmeralda

Cachoeira Esmeralda

A Cachoeira Esmeralda, ou da Mata, como também é conhecida, fica localizada no bairro do Máximo, pertencente a São José do Barreiro, muito próximo ao município de Arapeí. Localizada em uma propriedade particular, seu acesso depende da tolerância do proprietário e é feito por veículo até chegar a uma trilha de aproximadamente 300 metros, de nível de dificuldade médio. O nome Esmeralda é devido às suas águas verdes, como se vê nas fotos tiradas do local.

De acordo com o informante, antigamente o lugar foi uma usina de geração de energia, já desativada e ainda é possível encontrar vestígios dos equipamentos utilizados. O que mais se destaca são as quedas d'água, o visual e a mata em seu entorno, de uma beleza muito diferenciada, segundo seu relato. Para ele, as atividades do entorno da Cachoeira oferecem riscos à manutenção e conservação do lugar, e o principal problema advém do esgoto das propriedades, que corre para o rio, sem tratamento, e da necessidade de preservação das nascentes. Para ele, há um conflito e talvez uma não compreensão por parte da população local quanto à conservação do lugar e à importância que o turismo teria ali:

Deveria ser feito um trabalho conjunto com a população para desenvolver um trabalho de turismo, para poder gerar uma fonte de renda para a população que está na região e necessita da conservação do local⁹³.

A Cachoeira é considerada por mim como uma das mais belas da região, com pequenos saltos sequenciais, pequenas piscinas naturais a cada salto, lugares de repouso entre as rochas, uma mata ciliar ainda preservada e fechada, que propicia sombra quase que o dia todo. A Cachoeira tem várias quedas pequenas e uma queda maior, em destaque nas **figuras 46 e 47**.

O sol perpassando as folhas ilumina as rochas que formam como que uma cama para o descanso do turista depois da escalada. A vegetação densa moldura a cachoeira e permite ver os diversos caminhos por onde a água se espraia. As quedas leves funcionam como uma massagem e o poço raso forma uma piscina natural, que pode ser acessada até mesmo por crianças.

⁹³ Entrevista concedida por F.S. em janeiro de 2019.

Figura 46: Cachoeira Esmeralda

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Figura 47: Poço na cachoeira Esmeralda

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Nesta foto observamos a maior queda, que forma um poço esverdeado em meio a paredões de pedras, formando como que uma gruta. Para acessá-lo é preciso escalar as quedas menores. O tom esverdeado da água impressiona. Há outras quedas acima da Cachoeira, com acesso muito difícil e por isso não são recomendadas pelos moradores locais. A maioria dos visitantes é de fora do município e não há nenhuma estrutura para recebê-los. Não há manutenção pública, apenas o trato de alguns voluntários.

Áreas protegidas

RPPN Fazenda Catadupa e Parque Nacional da Serra da Bocaina

Incidem sobre a área do município de São José do Barreiro e entorno, Unidades de Conservação e suas respectivas zonas de amortecimento. Dentre as indicadas pelos informantes como lugares com potencial turístico estão a RPPN Fazenda Catadupa e o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Ainda assim, observamos no trabalho de campo a existência de outras RPPNs e de áreas de vegetação de proprietários que estão em busca de titulação de área protegida.

RPPN Fazenda Catadupa

A Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Catadupa⁹⁴ é uma Unidade de Conservação de uso sustentável, de gestão particular, localizada no bairro de Formoso, a aproximadamente 9 km do centro do município de São José do Barreiro. O acesso é a partir da Rodovia dos Tropeiros, por uma estrada de terra, de 3,5 km, e é possível acessá-la por veículos ou a pé, sem grandes dificuldades.

Sobre a propriedade, segundo relato de Zaluar:

A Fazenda do Sr. Roque, chamada de Catadupa por causa duma dupla cachoeira que aí forma o rio Formoso, fica em parte encostada na fralda da serra da Bocaina, por onde se alastram os seus verdejantes cafezais; em parte estende-se por um vale risonho circundado de morros e cortado pelas sinuosidades do rio, onde avulta uma grande porção de fragueados destacados sobre o terreno como se fossem arremessados aí pela mão de um gigante. É uma residência agradável e muito deve prosperar (ZALUAR, 1975).

A Fazenda data de 1831 e sua sede também é reconhecida como um patrimônio cultural (ainda que não tombada, como já exposto no item anterior) e congrega o cultural e o natural que demonstram a riqueza do Vale Histórico Paulista (ANTÔNIO FILHO, 2009).

A Fazenda tem uma importância significativa para a região, não somente como testemunho histórico da economia cafeeira e do trabalho escravizado, como pela exuberância da Mata Atlântica e condição de seus rios. De acordo com o informante, proprietário e gestor

⁹⁴ Ato de criação disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/1046/> - acesso em: 12/05/2019.

da RPPN⁹⁵, a Fazenda é um lugar único, com a sede remanescente do período do café e áreas verdes guardiãs do pouco que sobrou da Mata Atlântica.

São vários pontos, o principal é um patrimônio arquitetônico belíssimo, de 1831 e toda a história relacionada ao monumento; e tem a parte do patrimônio natural com muitos mirantes, alguns exemplares de mata nativa, outros remanescentes de reflorestamento antigo, [São] 11 nascentes dentro da propriedade que são artérias que abastecem o rio Formoso; são muitas as contribuições da RPPN para a região⁹⁶.

Conforme o depoente, a comunidade local tem identificação com a Fazenda, pois durante muito tempo o poder público utilizou a imagem da mesma como atrativo turístico para “vender” a história do município. Ainda assim, a Catadupa ficou fechada durante muitos anos pelos antigos proprietários, o que prejudicou o seu estado de conservação. Hoje está aberta para visitação e ainda em trabalho de restauração, bem como de seu entorno, que compreende não só a RPPN, mas outras áreas de encostas. Ali ocorrem trabalhos voltados à educação ambiental e patrimonial e a visitação turística de caráter educativo, bem como está aberta a pesquisas científicas⁹⁷

O proprietário destaca como um dos principais elementos do patrimônio natural as nascentes, os rios, mirantes e a sensação térmica em meio à Mata Atlântica que ali se testemunha. Diz ainda que desde a instituição da RPPN, vem atuando para difundir a preservação do patrimônio histórico e natural da região e reclama das atividades econômicas do entorno do espaço, basicamente da pecuária leiteira que ocorre de forma extensiva e necessita de grandes áreas de pastagens e água para se sustentar.

As atividades econômicas do entorno são bem agressivas, o pessoal não entende a importância. O fato de estar cercado de atividades agropecuárias é um desafio grande, o pisoteio do gado numa área de recuperação de nascente é um trabalho perdido⁹⁸.

Segundo ele, a atividade pecuária é um risco: “risco enorme, de invasão de gado, pisoteamento em áreas que estão cercadas para controlar voçoroca e erosão, e o fogo que é o nosso maior vilão. Com essas atividades ainda há conflito”⁹⁹.

⁹⁵ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

⁹⁶ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

⁹⁷ Há pesquisa até o momento de conclusão desta tese na EACH/USP sobre a produção de tijolos em adobe com diversos tipos de materiais.

⁹⁸ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

⁹⁹ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

Mesmo com os conflitos com a pecuária, que aparece em quase todos os depoimentos, o informante considera que é possível compatibilizar a atividade com a conservação dos bens naturais e voltada ao turismo *“a Fazenda Catadupa também tem criação de gado, mas na área de reflorestamento o gado não vai, é cercado, dá para ter áreas de pasto e áreas de preservação. E mesmo na área de pasto tem que existir manutenção”*¹⁰⁰.

Figura 48: RPPN Fazenda Catadupa

Fonte: Fazenda Catadupa, redes sociais, 2018.

Na foto que está disponível no *site* da fazenda vemos no plano central a sede da Fazenda, um casarão de dois andares, a fachada com suas janelas em simetria e o telhado em quatro águas. A fazenda tem formato em ‘L’ e aproveita o declive do terreno para que a frente e o fundo do imóvel se abram para um jardim, com um lago em frente e em meio a um bosque. Na

¹⁰⁰ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

foto também percebemos a posição da propriedade entre os morros, e imediatamente atrás do edifício, a área onde está a RPPN, hoje uma mata em processo de recomposição, mas que outrora abrigou pastagens e plantações de café.

A RPPN Fazenda Catadupa tem estrutura para receber visitantes, que em grande maioria são oriundos de fora do município. O espaço tem capacidade de receber até 45 pessoas, com atividades de educação patrimonial e ambiental e de contato com a natureza feitas em trilhas, mirantes e nos banhos em pequenas cachoeiras que correm dentro da propriedade (**figura 49**).

Atualmente há uma parceria com uma agência de turismo local, que organiza as atividades de turismo na RPPN. A fazenda também se vale da RPPN para participar de ações e editais de pagamento por serviços ambientais, tendo em vista o trabalho de recuperação promovido por seus proprietários.

Figura 49: Rio Formoso – RPPN Fazenda Catadupa

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

A **figura 49** é de um trecho do rio Formoso que passa bem em frente à sede da Fazenda, dentro da propriedade. Deslizando entre o solo rochoso, o rio parece limpo. As margens mostram a recomposição da mata ciliar.

Existem outras RPPNs em São José do Barreiro como a RPPN Pousada Campos da Bocaina, RPPN Caburé e RPPN Besouro de Fogo, em processo de regularização. Segundo informação dos entrevistados, a ideia é fazer um corredor de RPPNs, denominado Mosaico de RPPNs, para fazer uma barreira de proteção ao PNSB.

Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB

O Parque Nacional da Serra da Bocaina é uma Unidade de Conservação federal de proteção integral que, de acordo com o ICMBIO (2002), constitui uma estratégia de proteção aos elementos e patrimônios naturais lá encontrados. Para o órgão ambiental, nas áreas do Parque devem ser preservadas a fauna e a flora prioritariamente, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade (ICMBIO, 2002).

A entrada ao Parque passa por um portal em madeira, onde ficam os fiscais que buscam assegurar o controle de entrada do local.

Figura 50: Entrada do PNSB em SJB

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2017

Membros da população destacam o Parque e os atributos ecológicos da Bocaina como um dos principais atrativos turísticos, de um valor paisagístico sem igual para o município:

Acho que as paisagens naturais são o que mais atraem as pessoas, embora seja uma cidade histórica, mas assim, as paisagens naturais são exuberantes aqui, então, o que traz muita gente para cidade é isso¹⁰¹.

Afirmando a importância do PNSB para o turismo, um dos entrevistados relata que:

¹⁰¹ Entrevista concedida por T.T.L.S em janeiro de 2019.

A maioria das pessoas procura ainda mais o Parque Nacional do que a parte histórica aqui de São José do Barreiro, inclusive houve um tempo em que o Parque... como o litoral tem uma maior urgência no controle da situação, a gente tinha muito medo de que a portaria, a entrada oficial passasse para lá, e isso acabaria diminuindo um pouco o turismo aqui em São José do Barreiro. E só da cidade ser uma porta de entrada para um Parque Nacional dessa magnitude já é uma coisa grandiosa. É muito bom poder ser vizinho de um Parque Nacional, ser vizinho de uma área que concentra uma biodiversidade tão grande quanto essa aqui.¹⁰²

A instituição da UC se fez sobre uma área resguardada, a parte alta da Bocaina, e agora, com a possibilidade de consolidação do Mosaico Bocaina¹⁰³, a área se tornou ainda mais importante para a preservação da Mata Atlântica e também das espécies da fauna e flora presentes nesse bioma, além da manutenção hídrica e de possibilidades do turismo, uma vez que dentro das normativas dos Parques Nacionais, o turismo é uma atividade compatível com a proteção dos atributos naturais de áreas protegidas dessa categoria.

A história da criação do Parque é bastante complexa, pois sua criação não deixou de ser conflituosa. Em algumas entrevistas foi destacado que há uma diferença entre as áreas do Parque e outras áreas naturais da Bocaina. O Parque, devido às restrições previstas em lei e a política de visitação, é considerado com uma estruturação pouco eficiente, que não agrada parte da comunidade e o setor do turismo, segundo pudemos perceber nas entrevistas.

Para parte dos entrevistados, o Parque é muito importante para o turismo, uma vez que concentra uma série de atrativos naturais e culturais, porém, não tem sido aproveitado da maneira que merece, pois não existe nenhum tipo de ação com a comunidade, como por exemplo, de educação ambiental com as escolas. A maioria dos munícipes não conhece o Parque. Seus analistas, bem como a chefia, ficam em Parati, e a ação em São José do Barreiro se limita à fiscalização.

A comprometer ainda mais, apesar de ter sido criado em 1971, a questão fundiária não está totalmente resolvida, provocando conflitos, muitos deles identificados na realização do diagnóstico.

Questões de limitação de acesso, proibição de atividades na área protegida, assim como a recorrência de áreas com fogo, desmatamento e a retirada ilegal de madeira são alguns dos problemas mais citados pelos entrevistados. Esses se referiram além das queimadas, ao avanço

¹⁰² Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

¹⁰³ Cf. Mosaico Bocaina, disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/mosaicoscorredoresecologicos/moscaicos-reconhecidos-oficialmente/1869-mosaico-bocaina> - acesso em: 20/05/2019.

das pastagens sobre a área do Parque, à retirada de madeira e à ocorrência de caçadores e palmiteiros, que em sua maioria sobem a serra desde Parati para colher palmito ilegalmente. Em 2017 um grande incêndio tomou conta de vastas áreas da Bocaina, principalmente na Serra de Bananal, fora dos limites do Parque, mas em zona de amortecimento.

De acordo com o plano de manejo do PNSB, o acesso às áreas do Parque sem planejamento compromete a manutenção, em particular pelo pisoteio intenso e descontrolado nas trilhas e caminhos, muito utilizados para a visitação turística, e isso tem se tornado um problema:

Esse processo interfere na perda do horizonte superficial do solo, na formação e decomposição de serapilheira e liberação de nutrientes, na alteração da fauna que ocorre ou tem área de domínio no corredor, em drenagens interrompidas, como indutor do surgimento de espécies invasoras, em danos aos indivíduos ocorrentes nas bordas, entre outros efeitos. O uso das trilhas também propicia a abertura de novos caminhos e trilhas, provocando a intensificação dos efeitos de borda [...] (ICMBIO, 2002).

Dos 104 mil hectares do PNSB, 18% estão dentro dos limites do município de São José do Barreiro. Mesmo com essas limitações, nas entrevistas realizadas o Parque se destacou como um dos principais atrativos para o turismo. Destacamos abaixo alguns dos lugares internos ao Parque, sem esquecer, é claro de toda a biodiversidade ali encontrada.

Cachoeira Santo Isidro

Figura 51: Cachoeira Santo Isidro

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

A Cachoeira Santo Isidro é um dos lugares mais visitados dentro do PNSB. Localizada a apenas 1,5 km da entrada do Parque, a partir de uma trilha de acesso de grau de dificuldade média, a Cachoeira se destaca pela queda de mais de 70 metros em meio à Mata Atlântica preservada. A queda forma um lago de água gelada e cristalina e um pequeno banco de areia. Os aspectos naturais se destacam para os informantes, sendo a Cachoeira vista como um dos principais cartões postais do Parque. Ela é formada pelo rio Mambucaba, que segue por dentro do Parque até desaguar na Vila de Mambucaba, em Angra dos Reis.

De acordo com um dos informantes, um funcionário público que também atua como guia no Parque esporadicamente, além da beleza natural da Cachoeira, o que chama a atenção é a biodiversidade e a possibilidade de encontro com vários tipos de animais: Lobo; Tatu; Jacú, e com a flora da Mata Atlântica, como Bromélias; Orquídeas; Manacás¹⁰⁴.

Para o informante há poucos problemas para a conservação da área interna ao Parque. Contudo, para ele, o acesso ao atrativo deveria ser melhorado, pois pessoas com menos mobilidade têm mais dificuldades para chegar ao local. A melhor forma para o uso e a conservação seria “*conscientizar o pessoal para não desmatar, manter e melhorar um pouquinho o acesso. Está bom, mas pode melhorar um pouquinho*”¹⁰⁵

Cachoeira das posses

A Cachoeira das posses está localizada a aproximadamente 10 km da entrada oficial do Parque, no rio Mambucaba. De acordo com o informante¹⁰⁶ o acesso é de grau de dificuldade de nível médio, devido à longa caminhada, apesar de que boa parte da trilha é feita por estrada de terra interna ao Parque.

A Cachoeira atrai essencialmente praticantes de *trekking* e turistas que fazem o *Caminho do ouro*. Além da trilha com pouca demarcação e sinalização, não há estrutura para receber visitantes. Segundo o informante, além da própria Cachoeira o que se destaca é a possibilidade de estar em contato com a natureza. Como se vê na foto, a Cachoeira tem um poço, considerado pelo informante como muito fundo, mas é propícia para banho, porém há riscos devido à forte movimentação das águas decorrente da queda d'água.

¹⁰⁴ Entrevista concedida por A.N. em dezembro de 2018.

¹⁰⁵ Entrevista concedida por A.N. em dezembro de 2018.

¹⁰⁶ Entrevista concedida por P.H.M. em janeiro de 2019.

Figura 52: Cachoeira das Posses

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Não foram mencionados conflitos no entorno do lugar de acordo com o entrevistado, uma vez que, para ele, o local está bem isolado e não há ocorrência de nenhuma outra atividade além da visitação turística.

Cachoeira dos Veados

A Cachoeira dos Veados está localizada nos limites do PNSB com a Serra do Mar, nas proximidades da divisa com o Estado do Rio de Janeiro, a aproximadamente 22 quilômetros da entrada principal do Parque. De acordo com o nosso informante ela é:

Um dos lugares mais bonitos da Serra da Bocaina. Mata Atlântica extremamente preservada, 200 metros em 3 quedas, a primeira queda com 110 metros, a segunda queda com 90 metros. Ela nasce no Vale dos Veados até chegar ao rio Mambucaba, e é considerada a sexta cachoeira mais bonita do Brasil¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Entrevista concedida por J.M.M.S em janeiro de 2019.

Figura 53: Cachoeira dos Veados

Fonte: www.guiavaledoparaiba.com.br

Na foto, retirada de um guia de internet, uma vez que no dia da visita de campo a neblina inviabilizou melhores fotos, destacam-se as duas quedas principais, bastante altas. As águas correm entre as rochas que afloram cercadas por uma vegetação densa. Após cada queda se vê um poço de água, que formam piscinas próprias para banhos.

Segundo o informante, o acesso é somente pela *Trilha do Ouro*, na direção de outra trilha chamada *Trilha do Contrabando*, próxima ao antigo caminho calçado para o transporte do café, e não distante da Fazenda Barreirinha. O acesso pode ser feito a pé, cavalo, moto ou bicicleta, e é considerado difícil.

Pico do Tira-chapéu

O Pico do Tira-chapéu está localizado na parte alta do PNSB, com altitude perto de 2.088 metros. O acesso não é pela entrada principal do Parque, pois a trilha se inicia antes do Parque e tem pouca sinalização, apesar de ser um dos lugares mais procurados por turistas e praticantes de *trekking* na Bocaina.

Segundo nosso informante¹⁰⁸, que atua em serviço terceirizado de Guarda-Parque e já atuou na brigada dos bombeiros no PNSB, o acesso é de grau de dificuldade de nível médio e o trajeto é uma grande subida para atingir os 2.088 metros do pico.

A população barreirense quase não conhece esse lugar que se destaca na paisagem, pois o Pico está na divisa do Parque com propriedades particulares, como a Fazenda Pinheirinho, fazenda histórica e muito antiga na região. Nas proximidades também se encontra a Casa de Pedra, ruínas de uma casa de veraneio datada de década de 1940, um lugar cercado de lendas e mistérios, pois foi edificada por um homem que presenteou sua esposa, que não pode morar no local uma vez que ela veio a falecer antes do término da obra.

Na **figura 54**, ruínas da Casa de Pedra, local também procurado pelos turistas e ponto de encontro de jipeiros.

Figura 54: Casa de Pedra

Fonte: Prefeitura de São José do Barreiro

Para o informante, o risco maior de visitação ao Pico do Tira-Chapéu são os incêndios e a perda do encanto do lugar devido ao avanço das pastagens. Para ele, precisa haver mais conscientização da importância dessa área natural, e que o turismo poderia ser um elemento para essa conscientização da população.

Nas **figuras 55 e 56** vemos a trilha de acesso ao Pico em meio aos campos da Bocaina e, na outra imagem, retirada do *site* barreiruturismo, a vista desde o mirante dos mares de

¹⁰⁸ Entrevista concedida por M.F. em janeiro de 2019.

morros. Em dias mais claros, segundo o informante, é possível avistar a baía de Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro.

Figura 55: trilha e vista para o Pico do Tira-chapéu

Fonte: Filipe Vieira de Oliveira, 2019

Figura 56: Pico do Tira-chapéu

Fonte: barreiroturismo.com.br, 2018

Esses são os patrimônios naturais da região vistos pelos informantes como atrativos turísticos já em uso, ou com potencial de uso.

5.3 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Neste diagnóstico foi possível verificar, entre outras coisas, a existência de um rico acervo de bens naturais, que podem de fato ser integrados, de forma planejada à visitação turística e aos bens edificados que conformam o conjunto do patrimônio local aqui identificado.

Também verificamos que isso não é fácil, pois não deixou de haver referências a conflitos entre lugares legalmente instituídos como patrimônio e outros que não estão em áreas protegidas, que convergem para os problemas de uso e conservação do local, assim como apontaram os relatórios do ICMBIO (2002, 2010).

Enquanto os lugares que compõem as áreas protegidas mantêm-nas melhor preservadas, ainda que haja problemas, os lugares apontados pelos informantes que não estão dentro dos limites dessas áreas sofrem devido às atividades econômicas de seu entorno. As falas dos entrevistados expressaram os conflitos para a conservação das áreas naturais e as tensões que advém das restrições da normativa jurídica do Parque, de exigências para a entrada no Parque, do avanço das áreas de pastagem, do uso do fogo, da caça e demais atividades, dentre elas o próprio turismo que vem ocorrendo de forma predatória e que tem gerado desde a instituição do Parque, preocupação aos gestores e aos sujeitos entrevistados.

Sobre esses problemas, destacamos a narrativa de um dos moradores da Serra da Bocaina durante as oficinas de planejamento do Plano de Manejo do Parque (disponível no encarte 5, anexo 5.9 do referido plano de manejo) (ICMBIO, 2002). O morador se refere ao processo de empobrecimento das famílias a partir da criação do Parque, pois não puderam mais fazer roças onde antes havia “*grande fartura na lavoura*”. Para ele, com a institucionalização do Parque, foram adquiridos terrenos para “*virar mato*”.

A fala é significativa e traduz a pouca compreensão da importância da área de proteção e sua ocorrência sem o devido diálogo com a sociedade. A criação da Unidade de Conservação, ao que pudemos avaliar, se deu de cima para baixo, dificultando, nos dias de hoje a identidade e a convivência com os interesses da comunidade local.

Isto expressa a contradição nas falas, que ora exaltam as belezas e o potencial do Parque e ora se queixam de suas exigências. Indistintamente se referem às políticas de instituição das áreas protegidas e ressaltam os problemas de usos dessas localidades. Para as famílias que dependiam das áreas onde hoje se encontra o PNSB, o significado de patrimônio estava relacionado ao lugar que possibilitava a sua reprodução social e de subsistência, hoje, legalmente ativado, o Parque, para muitas pessoas, não passa de um lugar de “mato” onde não se pode tirar proveito da terra, um lugar que não lhes pertence.

Por outro lado, ter como vizinho um Parque Nacional e outras áreas protegidas aparece também como motivo de orgulho, mas também de responsabilidade no entendimento daqueles que trabalham diretamente com o turismo, ou que tem propriedades no entorno da zona de amortecimento, que chegam ao ponto de criar, por iniciativa própria RPPNs e estimular a formação de um Mosaico de RPPNs, como pudemos avaliar.

Com a instituição do PNSB observamos que, de fato, muitas áreas foram preservadas e a sua consolidação compôs uma estratégia de proteção da Mata Atlântica, ainda que existam muitos problemas a partir da sua ativação como patrimônio, pois, uma área legalmente protegida coloca o bem num regime de ação específico, e dessa forma, diversos processos passam a incidir sobre esses lugares, como por exemplo, a proibição de atividades contrárias a uma área de preservação integral.

Nesse sentido, ao que pudemos constatar é que a criação de áreas protegidas restringe algumas atividades, mas abre outras, como de conservação da fauna e flora e dos corpos hídricos, sem deixar de contar com as possibilidades que emergem para o turismo, desde que devidamente planejado. Contudo, o turismo e as atividades de lazer, lembrando Zuquim (2007), ainda não foram incorporados pela população que antes dependia em seu cotidiano das atividades agrícolas, já que seu sustento derivava da lida com a terra, bem como os sentidos e vínculos com o lugar.

Disso decorre que o turismo encontre possibilidades, mas muitas dificuldades de ocorrer no município. O PNSB, considerado muitas vezes o maior bem para desenvolvimento do turismo local tem seu acesso em precário estado de conservação, o que, associado à distância entre o centro da cidade e à entrada do Parque, também representa uma barreira para a identificação do lugar pelas pessoas da comunidade, devido à falta de medidas para uma melhor apropriação do lugar. E o fato de os gestores do Parque serem de fora do município e de haver contato com a população quase que restrito às penalidades também desfavorece a apropriação do lugar como de importância para a preservação dos bens naturais num sentido amplo.

Doutra forma, as áreas que estão fora dos limites do Parque e que são de fácil acesso, apresentam problemas de uso e conservação com as atividades econômicas de seu entorno, principalmente a pecuária e com a manutenção ou a não existência de infraestrutura de saneamento básico, como salientado na pesquisa de campo e reforçado nas entrevistas.

Em conclusão deste capítulo, com a realização do diagnóstico a partir dos indicados pela Matriz Social do Turismo, podemos dizer que as preocupações expostas no Plano de Manejo do Parque (2002 e 2010) em relação a atividade turística se mantêm. Os problemas para o

desenvolvimento do turismo se confirmam na percepção dos entrevistados, que não deixam de colocar que esses lugares, ademais das ameaças, têm potencial para o desenvolvimento de visitação, lazer e turismo, aliadas a outras como educação ambiental e patrimonial, por exemplo, que são compatíveis com os patrimônios existentes.

O que se observou tanto sobre as características do turismo em São José do Barreiro, como dos lugares considerados patrimônio cultural edificado ou patrimônio natural, é que o planejamento e a articulação entre o turismo e esses bens ainda precisam ser melhor adequados e que essa discussão precisa ser estabelecida com mais participação da comunidade, a partir de um modelo de turismo que considere as especificidades locais.

Os limites e as possibilidades de um modelo de turismo mais condizente com as características locais serão abordados no próximo capítulo, que vem a corroborar com a hipótese desta tese e vincula à expectativa da comunidade de que o turismo continua a ser um fator de esperança para o desenvolvimento local em São José do Barreiro.

6 LIMITES E POSSIBILIDADES DO TURISMO E DO PATRIMÔNIO: UMA ESPERANÇA CONDICIONAL

A partir da multiplicidade dos problemas identificados no município de São José do Barreiro, este capítulo apresenta a discussão dos resultados da pesquisa a começar pelos conflitos que impedem o desenvolvimento do turismo e os desafios a serem enfrentados de modo a superar as expectativas geradas ao longo dos anos pela associação patrimônio cultural e natural, turismo e desenvolvimento local.

6.1 CONFLITOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Os problemas identificados na pesquisa aplicada podem ser considerados conflitos de natureza social, política, econômica e ambiental – e em geral, são resultantes de desigualdades e do choque entre diferentes grupos sociais que representam interesses difusos, onde geralmente há um ou mais elementos em disputa – quase sempre bens escassos e que expõem riscos – como é o caso do patrimônio cultural edificado e do patrimônio natural por nós identificados, desde suas mais distintas relações socioespaciais.

Como resultado dos pressupostos iniciais desta tese, constatamos que o turismo em São José do Barreiro ao longo das últimas décadas foi muitas vezes elevado à condição de possibilidade de gerar o tão esperado desenvolvimento local, no sentido de superar a dinâmica socioeconômica historicamente associada à região. As tentativas de desenvolver o turismo permearam a ideia de que por meio do aproveitamento de seus patrimônios, essa dinâmica poderia ser superada, e, como consequência, levar à diminuição das disparidades regionais e aumentar a dinamização da economia local.

O esperado era transformar essa outrora região rica e muni-la de novas funções, sendo o turismo a alavanca desta transformação. Contudo, décadas já passadas, as permanências na paisagem consideradas patrimônio ainda são vistas como uma “vocaço turstica”, mas sem de fato ter despertado o potencial e os resultados h muito tempo anunciados.

Identificamos, portanto, que o turismo tem sido recorrentemente pensado para o desenvolvimento local – como uma esperana que se valeria da promoo do passado e das

áreas naturais do município, mas que até o momento pouco resultou, de modo que a comunidade ainda está a esperar os seus benefícios, como destacou um dos entrevistados ao afirmar que essa esperança em São José do Barreiro ainda hoje é “ *muito alta* ”¹⁰⁹.

A esperança no turismo, como vimos, surge como um paradigma amplamente difundido por ser um fenômeno que pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento econômico de lugares dotados de bens consumidos na forma de atrativos. Sobre este aspecto do turismo, cabe primeiro destacar que as expectativas de desenvolvimento local com base no turismo em São José do Barreiro parecem-nos mais próxima do que se entende por desenvolvimento econômico no sentido *stricto sensu* da definição, como pudemos perceber por meio das entrevistas, pois se pautam num modelo proposto por agentes interessados no retorno econômico de seus negócios e de suas propriedades a partir da visitação turística, e também na confluência de interesses do poder público com o capital privado. Assim sendo, não vimos em nenhuma das falas entendimentos acerca da possibilidade de desenvolvimento local baseado na capacidade da comunidade de conduzir o próprio processo de desenvolvimento a partir da utilização responsável e da valorização dos bens naturais e culturais disponíveis.

Entretanto, como constatamos em nosso referencial teórico, ao reduzir o turismo e suas relações socioespaciais a um mero fator econômico não condiz com a possibilidade de um desenvolvimento amplo, capaz de reduzir as assimetrias existentes em São José do Barreiro e apresentadas no capítulo 3. O desenvolvimento local, como expresso no capítulo 2, deve se dar por meio de ações pautadas em políticas públicas e com ampla participação social (VEIGA, 2006; POCHMANN, 2007; ULTRAMARI e DUARTE, 2009).

O que pudemos verificar é que a proposta de desenvolvimento local com base no turismo em São José do Barreiro não superou velhos padrões, pois se baseou num modelo convencional – um turismo obrigatório de que falou Yázigi (1999), que se repete em todos os lugares, pensado como uma atividade de mercado e não como política pública ou atividade capaz de promover transformações sociais duradouras. Isso acabou por reproduzir naquele espaço as mesmas contradições observadas em outros lugares: como a concentração da atividade no poder de poucos sujeitos locais; o distanciamento do poder público; a falta de participação social; os conflitos com os patrimônios locais e o compartilhamento social dos impactos gerados pela própria atividade.

¹⁰⁹ Entrevista concedida por L.R.M em dezembro de 2018.

As entrevistas com os sujeitos da Matriz Social do Turismo também assinalaram que a ação descontinua do poder público ao longo dos anos, mesmo sendo o município uma estância turística, não tem motivado o desenvolvimento local na perspectiva da inclusão social e não tem propiciado, igualmente, a inclusão da população em sua dinâmica. Não foram vistos projetos que articulassem o turismo com a proteção aos patrimônios locais, senão tentativas isoladas que não tiveram bons resultados¹¹⁰.

Observamos, portanto, que, historicamente, a construção de uma imagem turística baseada nos atributos do período cafeeiro, no resgate da figura do Tropeiro e mais recentemente em seus componentes naturais, não encontrou correspondência nos sentidos de apropriação da comunidade local, na medida que São José do Barreiro se assemelha a uma cidade turística que não se reconhece como tal. O que se notou, com isso, é que apesar das tantas tentativas, continua a haver um distanciamento entre a população local e o rol de atividades promovidas pelo turismo. O turismo não caminha porque a imagem que se projeta de uma cidade turística (do café, do baronato) não representa aquela população pobre nos tempos atuais.

No período analisado, bem como tem se repetido há tempos conforme apontamentos das entrevistas, a gestão local faz do que deveria ser uma política de turismo uma política de espetáculos – onde quase nada fica para o município – pois ela está baseada em eventos pontuais, que acabam por propiciar retorno apenas para alguns atores locais, e quase sempre ocorrida em tempos eleitorais. Também foi assinalado que uma prática muito comum é usar os recursos disponíveis para a área de turismo para realizar obras de infraestrutura urbana e rural, de interesse da Prefeitura e de alguns atores locais¹¹¹, nem sempre condizentes com as necessidades da população.

Ressaltamos também que o Conselho Municipal de Turismo, no período analisado, é composto por esses poucos sujeitos sociais que se beneficiam diretamente do turismo (donos de pousadas, de bares, de restaurantes, de equipamentos de acesso às altas elevações do PNSB), e cujas ações tendem a beneficiar projetos de seus interesses. Esse Conselho, além de consultivo também pode deliberar quanto às ações e ao repasse das verbas recebidas, fato incomum na gestão pública do turismo. As decisões do COMTUR não são questionadas pelo poder público, nem mesmo pelos vereadores, que validam as decisões do Conselho. Contudo, mesmo os antigos conselhos de turismo do município, sempre se valeram de ser uma organização

¹¹⁰ Entrevista concedida por L.R.M em dezembro de 2018.

¹¹¹ Entrevista concedida por L.R.M em dezembro de 2018.

proforma, com quase nenhuma atuação frente à participação social. Ou seja, os conflitos também se inserem no contexto da gestão.

Consideramos que a falta de participação da comunidade não é preocupação em relação às decisões tomadas pelo Conselho, e que o repasse de milhões de reais para o setor turístico via DADE e sua aplicação não é visto pelos moradores como um problema, ainda que haja falas como as de um entrevistado, para ele: *“São José do Barreiro não se desenvolve enquanto estância turística... não parece ser uma”*¹¹².

Estes recursos são usados como complementação orçamentária muito mais do que para desenvolver o turismo como área estratégica. Muitos municípios brasileiros, inclusive sem vocação nenhuma para o turismo, enxergam da marca turismo, a oportunidade em angariar recursos para infraestrutura, como forma de incrementar o orçamento.

Percebemos que ao longo do tempo, os avanços e retrocessos do turismo local também ocorreram em função de muitas ações terem sido protagonizadas por agentes externos (SEBRAE, por exemplo), que se fazem presentes e depois se retiram de suas propostas, sem o tempo e ações necessárias para uma sensibilização mais ampla para a mobilização social em torno dos temas de turismo, gerando iniciativas descontínuas.

Com isso, os espaços que deveriam ser de participação social, na verdade, expressam a ausência da comunidade, e aqueles que trabalham com o turismo, mas que não fazem parte do Conselho, acabam por fazer o mínimo necessário de forma independente, sem o apoio do poder público¹¹³. As entrevistas obtidas nesta tese ajuízam essa afirmação, pois a participação social ampla, em São José do Barreiro, ao que pudemos avaliar, nunca foi estimulada.

Nesse sentido, as entrevistas conduzidas confirmaram nossa hipótese de que a participação social é restrita, tanto para as políticas de turismo como para as de patrimônio, e neste caso, chamamos a atenção pela inexistência de um Conselho Municipal de Cultura ou de Patrimônio no município. Essa conjunção, a nosso ver, reflete conflitos nos usos sociais dos patrimônios locais, que sobrevivem em meio a tantos riscos e incertezas.

Sobre os riscos relacionados ao patrimônio edificado, os tempos lentos de uma pequena cidade, se por um lado contribuíram para a permanência das edificações históricas, por outro, favoreceram à sua degradação devido a não identificação da população com os bens, acrescido ainda do esvaziamento de imóveis por falta de usos sociais e de dificuldades de custear os

¹¹² Entrevista concedida por D.B.J. em janeiro de 2019.

¹¹³ Entrevista concedida por L.R.M em dezembro de 2018.

reparos necessários nos edifícios históricos, que normalmente utilizam técnicas e materiais construtivos não condizentes com o que se emprega atualmente.

As conclusões da pesquisa desenvolvida por Zanirato *et al* (2014), que inventariaram os bens edificados da região (não somente os bens tombados), mas aqueles reconhecidos como patrimônio, assinalaram o agravamento dos riscos de perda desses bens, principalmente pelos eventos decorrentes da variabilidade climática e ambiental previstos para a região, que comprometem a manutenção dos imóveis. A pesquisa indicou que num cenário futuro, com um aumento médio na temperatura, esses bens correm riscos pelo aumento da incidência de insetos como os cupins; pelo comportamento diante do aumento da umidade decorrente das chuvas; do calor; dos ventos; do escorregamento de terra por estarem encaixados em um grande vale; de inundações que decorrem da elevação do nível de água dos rios e das altitudes associadas à geomorfologia, bem como pelas formas de uso e ocupação do solo, principalmente pela pecuária que descobre e corta morros, o que favorece os deslizamentos (ZANIRATO, *et al*, 2014).

Estes fatores apontados, como pudemos avaliar, denotam a ausência de instrumentos de gestão capazes de disciplinar formas de uso e ocupação do solo num cenário de variabilidade climática, pois mesmo havendo alguns bens institucionalizados pelos órgãos oficiais não se vê garantia, nem projetos voltados para sua conservação. Mas, independentemente de que poucos sejam os bens tombados, o legado cafeeiro como um todo é também lugar de moradia, de trabalho e de geração de renda para a população local, e, ao menos por isso, deveria ser protegido.

Entendemos que é preciso que se tomem medidas para conter as ameaças identificadas. Realizar ações de curto médio e longo prazos a fim de diminuir os riscos e a consequente degradação dos bens edificados. No entanto, sabemos que as questões relacionadas aos riscos aqui apresentados não são somente técnicas, mas sim, efetivadas por decisões políticas e que deveriam demandar maior participação da população, o que também não se constatou.

Ademais dos riscos que são sérios e merecem ações para sua contenção, verificamos com a pesquisa de campo e com as entrevistas realizadas que alguns imóveis onde se veem usos sociais, principalmente aqueles em que a apropriação do bem demonstra mais afetividade e reconhecimento, como as igrejas, escolas e alguns poucos imóveis transformados para usos públicos e usos turísticos, em certa medida, têm se mantido devido aos sentidos a eles atribuídos, tanto pela comunidade quanto pelos sujeitos sociais que deles dependem. Esses imóveis, em sua maioria, não são tombados como patrimônio, mas sim reconhecidos pelo que

aqui denominamos de um patrimônio sentido, que expressa, de tal modo, formas de apropriação e identificação que dão sentido a esses lugares, porém, essa apropriação não se vê em sua totalidade.

A fazenda Catadupa e a Fazenda São Francisco, onde há um trabalho de conservação por seus proprietários, associado ainda a ações de educação patrimonial e ambiental; e outras sedes de fazenda que se mantêm como pousadas e algumas poucas edificações utilizadas como comércio, ou ainda as poucas edificações de herdeiros que ainda têm condições de fazer os reparos necessários para conter as ações que vulnerabilizam os imóveis são exemplos bem-sucedidos dos que conseguem manter às suas expensas esses bens.

Doutra forma, os imóveis com poucos usos, muitos dos quais já não se veem sinais de seus proprietários, ou mesmo de identidade social, como o Cemitério dos Escravos ou as edificações históricas em risco apresentadas nesta tese corroboradas pela pesquisa de Zanirato *et al* (2014), muitas com usos de moradia por pessoas que não tem condições de arcar com os custos à manutenção de uma propriedade secular, encontram-se em avançado estado de degradação. Lugares que fazem parte da história local que estão se perdendo.

Percebemos que além dos problemas concernentes a capacidade de arcar com os custos de reparos necessários, a dualidade entre o patrimônio institucionalizado e o patrimônio sentido é expressa nas relações de usos atuais desses bens pela comunidade, e que o significado de lugar em relação ao patrimônio sentido melhor revela o pertencimento com os bens apropriados, pois é onde estão as referências coletivas, dos laços afetivos e da identificação com os bens tidos como patrimônio, enquanto o patrimônio ativado, não se vê tais referências.

Estes problemas também foram identificados em relação ao patrimônio natural. Constatamos na pesquisa que, apesar do histórico de uso e ocupação do solo, as partes mais altas da Serra da Bocaina e algumas áreas onde o café e o pasto não chegaram, mantiveram lugares pouco modificados nos quais se veem diversidade florística e faunística, rios e cachoeiras com águas ainda puras, mirantes e nascentes que se situam em grande parte, nos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina e em áreas de seu entorno. Esses lugares, com diversidade de espécies, de relevo e morfologia característica da Serra da Bocaina, concentram o maior número de atrativos naturais do município, alguns direcionados para usos turísticos, outros não, mas, ainda assim, lugares que onde se veem inúmeros entraves para sua conservação.

Os problemas pertinentes ao PNSB não são recentes e persistem a desvelar as tensões em relação à forma como se deu a institucionalização do Parque. São problemas característicos

de um modelo pouco participativo na institucionalização da proteção da natureza no Brasil – um processo muitas vezes extremamente desigual – que reflete uma política verticalizada na esfera ambiental brasileira. Esses problemas se referem aos usos da terra dentro e no entorno do Parque, como os de demarcação, fiscalização, regulamentação fundiária, caça ilegal, fogo e abertura de áreas para pastagem, além de usos turísticos sem controle, o que há tempos geram conflitos para a compatibilidade dos usos sociais e a conservação desse patrimônio natural na Serra da Bocaina.

São conflitos socioambientais, de disputas entre grupos sociais e da relação que eles mantêm com o meio natural. Os conflitos socioambientais expressam embates entre diferentes concepções sobre a conservação de bens naturais ou de sistemas produtivos, que afetam o relacionamento e a interdependência entre grupos (LITTLE, 2001), como pudemos perceber em São José do Barreiro em sua relação com as áreas naturais.

Os conflitos apontados nas entrevistas são a expressão do modelo adotado nas UCs de uso restrito no Brasil, onde a gestão, planejamento e execução não se mostram participativos e acabam por desconsiderar as populações que habitam esses lugares.

Também foram identificados conflitos no tocante à visitação pública nessas áreas naturais e em relação aos usos turísticos. Nos limites do PNSB, em áreas mais propícias aos efeitos negativos, o uso indiscriminado de alguns bens (em especial a água) tem levado à constante degradação dos recursos naturais, somado às atividades econômicas agropastoris do entorno, com o uso do fogo para a renovação do pasto, que gradativamente tem avançado sobre o Parque¹¹⁴.

Segundo o Plano de Manejo do PNSB, desde a criação da UC, a visitação pública não foi regulamentada, ainda que tenha procura pelo acesso aos atrativos naturais, o que resulta em que o turismo, no interior do Parque e em suas zonas de amortecimento, esteja causando problemas, pois tem ocorrido de forma espontânea, sem o devido controle. Visto isso, de acordo com o relatório do ICMBIO (2010), caso não haja formas de controle, monitoramento e fiscalização, a situação tende a se agravar face aos aspectos negativos do turismo de forma predatória.

Sobre os problemas para o desenvolvimento do turismo nessas áreas, o acesso aos atrativos naturais que se encontram no Parque, ou em sua zona de amortecimento, como apontaram o diagnóstico, se mostram como limitadores, somados ao fato de haver pouca

¹¹⁴ Entrevista concedida por L.R.M em dezembro de 2018

estrutura para a recepção dos visitantes, bem como trilhas com escassa ou inexistente sinalização e pouca participação dos poderes públicos no planejamento do turismo local.

Nas áreas fora dos limites do Parque, onde se pode praticar o turismo sem grandes restrições, a situação também é preocupante. As entrevistas mostraram que há tensões entre a competência privada e a pública, não há assunção pública do trabalho mínimo de limpeza e das áreas que são aconselhadas pela própria Prefeitura para visitação. Não foram poucos os relatos sobre contaminação das águas por resíduos da atividade pecuária ou de esgotos a montante do local onde a prática ocorre, como nos exemplos citados pelos entrevistados no Balneário Água Santa, na Cacheira da Usina e no Cachoeirão.

Estes fatores, somados às tensões com as atividades econômicas e a necessidade de superação da dinâmica socioeconômica local, reforçam entendimentos sobre as dificuldades a serem superadas pelo turismo no âmbito local. Disso resulta que essas dificuldades expressam também conflitos em lidar com o patrimônio.

Nesse contexto, retomamos a premissa de que é necessário compreender a natureza e a cultura como um patrimônio, pois só assim seria possível torná-los mais próximos do cotidiano das pessoas e dos lugares, como afirma Scifoni (2006a). Esse modo de ver a natureza e a cultura como patrimônio e lugar de pertencimento, identifica os benefícios tanto por seus valores ambientais e culturais, como pelos usos sociais para satisfazer as necessidades da comunidade.

À vista disso, compreendemos que a legitimidade sobre o reconhecimento do patrimônio deve passar pela discussão do valor social e afetivo que os grupos lhe conferem, pois, estes espaços devem ser entendidos como conquista social, parte da vida cotidiana e não algo externo, que se opõe a ela, assim como bem explicou Scifoni (2006a).

A degradação e os conflitos em torno do patrimônio cultural edificado e do patrimônio natural, que são únicos, expressam também a falta de visão da gestão pública local que permite que esses bens se percam por entender que a responsabilidade de proteção é somente dos órgãos competentes pela área, sem que seja preciso a participação do município. Do mesmo modo, o setor de turismo não se envolve com o patrimônio no sentido de angariar esforços para sua proteção e tem como dada a existência dos bens, sem assumir qualquer compromisso com a manutenção dos mesmos. O que se percebe é que a política pública, concebida de forma verticalizada, até hoje, não incorporou esses bens como seus, e nada faz para conter a degradação e os riscos identificados. Não podemos nos esquecer, ainda assim, de algumas iniciativas presentes em grupos de proprietários que estão se unindo para tornar partes de suas

propriedades em RPPNs e fazer um cinturão de proteção na zona de amortecimento do PNSB e proprietários de bens edificados que os mantêm as suas próprias expensas.

Evidenciamos, as ações antrópicas que deveriam ser os elementos norteadores da conservação, são as que mais causam prejuízos à manutenção dos patrimônios locais. Os bens edificados apresentam risco de efetivamente tombarem e as áreas naturais correm o risco de ficarem reduzidas a fragmentos, pressionados pelas atividades agropastoris e comprometidas pelas formas de uso e ocupação do seu entorno.

O que se coloca é que tanto a existência de bens patrimoniais edificados (institucionalizados ou não) quanto a instituição de áreas protegidas em São José do Barreiro, não garantiram a conservação que se esperava. Os problemas entre a conservação e os usos desses patrimônios têm motivado conflitos, principalmente ao avaliar que o modelo de produção do espaço local e a expectativa de desenvolvimento do município por meio do turismo causam entraves que ainda não são totalmente compreendidos e, conseqüentemente, não superados. E assim como indicamos inicialmente, os conflitos precisam ser melhor assimilados para que haja o diálogo possível de dirimi-los e para que os patrimônios existentes em associação com o turismo possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento local.

Compreendemos, portanto, que o histórico do município explica a busca pelo desenvolvimento na lógica do progresso material e econômico, o que a nosso ver, explica porque o turismo ainda hoje, com suporte nos patrimônios cultural e natural, continue a ser um fator de esperança, sempre postergada. Compreendemos também, que os atuais problemas e riscos postos aos patrimônios, assim como a falta de participação social e de políticas públicas efetivas são os limites ao desenvolvimento do turismo no município. Por isso, se nada mudar, o turismo continuará a ser uma esperança condicional. Se não forem superados os problemas identificados, o município seguirá com expectativas, tendo em vista o potencial existente, mas com baixos resultados pelo modo como a relação patrimônio, turismo e desenvolvimento local tem sido conduzida.

Reconhecemos, nesse sentido, a existência de aspectos complexos e contraditórios no desenvolvimento do turismo em São José do Barreiro em sua associação com os patrimônios locais, mas ainda assim, não deixamos de considerar que é uma relação viável e que pode ocorrer, pois são eles, na fala dos moradores, os principais elementos a serem valorizados pelo turismo. Mas isso não se fará sem enfrentar os desafios identificados e sem repensar o modelo de desenvolvimento do turismo e dos usos sociais dos patrimônios locais até então observados.

6.2 REPENSAR O TURISMO E O PATRIMÔNIO EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO

Nesta tese, observamos que, em São José do Barreiro, os usos sociais e a valorização do patrimônio cultural edificado e do patrimônio natural por meio do turismo apresentam diversos desafios, por vezes conflitantes, e a responsabilidade de gerir estes conflitos deveria ser de todos os sujeitos envolvidos: do Estado enquanto normalizador e mediador destes conflitos; do setor privado, haja vista que seria um dos beneficiados e da população local, ainda que indiretamente beneficiada, pois a responsabilidade compartilhada pode favorecer ao desenvolvimento de práticas que possam conduzir à superação dos problemas apontados. Para isso, é fundamental o emprego de um modelo de turismo associado a esses patrimônios no qual prevaleça a participação social.

Diante disso, entendemos que a forma como a associação patrimônio e turismo têm sido conduzida no município de São José do Barreiro não expressou e não expressa a participação da comunidade, pois esta associação está circunscrita aos interesses dos empresários locais, e comprometida pelo pouco envolvimento do poder público em suas esferas de atuação. Isso implica na hipótese de que essa condição tem corroborado para a manutenção e mesmo ampliação dos conflitos assinalados, na medida em que manifesta um modelo de turismo convencional, assim como a política patrimonial, que se faz sem a adesão da comunidade.

Portanto, estimular a participação social e um modelo de turismo baseado nas características e necessidades locais seria, ao nosso modo de ver, uma contribuição para o desenvolvimento local, e, conseqüentemente, para melhores práticas de uso e conservação dos patrimônios locais.

Deste modo, consideramos urgente repensar o modelo de turismo municipal. Para isso, seria necessário estimular um turismo que tenha como pressupostos iniciais de planejamento a ampla participação social; a gestão e governança democrática das políticas públicas e a preocupação com a valorização e conservação dos patrimônios locais.

A participação social deve ser um desafio para todos – é preciso trazer conhecimento para a população e abrir meios de comunicação e incentivo para participar das tomadas de decisão que envolvam tanto as políticas públicas de turismo, quanto a patrimonial.

Para atingir a participação da população, caberia aos sujeitos sociais envolvidos diretamente com o turismo municipal uma atuação mais próxima à comunidade, de modo a possibilitar a articulação de um movimento em prol do reconhecimento dos bens ali existentes como um diferencial que merece ser protegido. Essa aproximação não pode deixar de contar também e principalmente com o poder público, para viabilizar o que entendemos por um

desenvolvimento de base local, na medida em que, de acordo com as características aqui apresentadas, os limites e possibilidades do turismo e do patrimônio no município determinam soluções locais.

Este caminho exigiria novos processos decisórios, mobilização dos atores envolvidos com a comunidade numa ação ampla e participativa, uma vez que o desenvolvimento com base local é suporte de uma possível transformação nos processos de tomada de decisão entre os principais sujeitos que atuam localmente, e condição *sine qua non* para o êxito do protagonismo local.

Nas entrevistas com os integrantes da Matriz Social do Turismo, foi perguntado sobre o conhecimento dos entrevistados acerca do chamado Turismo de Base Local (TBL). Entre todos os sujeitos entrevistados, apenas um soube dizer o significado desse modelo de turismo. O entrevistado disse que deveria ser por esse modelo o caminho trilhado por São José do Barreiro – pensado como política pública – que fuja do turismo convencional, caso contrário, o turismo poderia trazer ainda mais problemas para o município, não somente para a degradação dos patrimônios, mas também em função das rápidas transformações do lugar e da identidade local¹¹⁵.

O turismo de uma forma desorganizada pode acabar com essa tranquilidade e essa riqueza cultural e natural que ainda luta por existir aqui, essa quebra de identidade que pode acontecer é muito perigosa. Assim, um turismo desorganizado, um turismo de massa que chega aqui com 100 a 200 ônibus e não consegue ter onde ficar, esse conflito de pessoas do campo com de outras cidades mais avançadas, entre aspas, esse conflito pode trazer uma série de problemas que podem mudar as características principais da nossa cidade que é ser bucólica, ser autêntica em alguns quesitos¹¹⁶.

Essa fala chama a atenção para um aspecto pouco tratado até então, que associa o desenvolvimento à qualidade de vida. A cidade bucólica, lugar de tranquilidade, não seria um tipo de desenvolvimento de outra natureza, ao encontro dos entendimentos de Amartya Sen (2007)? Não haveria que pensar na qualidade do ar, no horizonte entrecortado pelas montanhas avistados das janelas de qualquer casa como qualidade de vida? Não seria a ruralidade apontada por Ranieri (2019) uma qualidade de vida observada na confiança existente na localidade que permite, entre outras coisas, trocas em forma de escambo? Colher no próprio quintal o alimento de que necessita?

¹¹⁵ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

¹¹⁶ Entrevista concedida por C.L.M.C. em janeiro de 2019.

É claro que isso não é suficiente se consideramos que também há falta de oportunidades, e que o desenvolvimento para Amartya Sen significa oportunidade e liberdade de escolha. Os jovens que saem da cidade em busca de novos horizontes saem por falta de condições de permanência já que não encontram escolas nem trabalho no local. Por tudo isso, a questão do desenvolvimento local, como todas as questões pertinentes a esta tese também é complexa.

Para tornar o turismo um elemento mais consistente para o desenvolvimento local, capaz de garantir oportunidades de escolhas aos moradores de São José do Barreiro, os preceitos do chamado Turismo de Base Local devem ser concebidos como possibilidade pelas características encontradas no município. Deve-se adotar um turismo que emergja das necessidades da população e dos seus atributos culturais e naturais, como forma de valorização do lugar. Um desenvolvimento baseado na escala humana, ou seja, um turismo relativo às possibilidades do lugar (RODRIGUES, 1997).

Essas considerações se baseiam em referências de autores que têm debatido o tema no âmbito da academia e da prática diária do TBL¹¹⁷. Este modelo de turismo, segundo Carlos Maldonado (2009, p. 31), está baseado na “autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, em acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos”. É um modelo que pode permear a ideia de empoderamento dos sujeitos a partir de atividades produtivas e promover o desenvolvimento socioeconômico mais justo das populações (KINKER, 2002; CORIOLANO, 2006, 2007, 2009; MENDONÇA, 2011; SAMPAIO *et al*, 2011).

Para Luzia M. N. Coriolano (2006), investir num Turismo de Base Local é uma evidente possibilidade de desenvolvimento local e sustentável, pois ele parte das necessidades da população, bem como é gerido por ela, ou seja, é um turismo centrado no aproveitamento da diversidade local, porque se manifesta como iniciativa efetiva para a melhoria da qualidade de vida da população de forma participativa e integrada, uma vez que a comunidade também se responsabiliza pela concepção e pela gestão do turismo local.

Carlos Sampaio *et al* (2011) classificam o Turismo de Base Local como uma estratégia de conservação do modo de vida da população e da cultura local e de conservação da natureza, organizado através de arranjos socioprodutivos de forma associativa e que melhor expressa as

¹¹⁷ Com base em autores como Kinker (2002); Irving (2002; 2006); Sansolo (2009); Coriolano (2006, 2007, 2009); Maldonado (2009); Sampaio *et al*, (2011) e Mendonça (2011), entre outros.

necessidades, características e desafios locais – um modelo de desenvolvimento mais incluyente do que o turismo convencional.

Um turismo mais inclusivo com suporte nessas características também pode atrair turistas interessados pela busca de lugares conservados, um público que procura na experiência e enriquecimento cultural em opções menos *turistificadas*. Este tipo de turista tende a valorizar a interpretação do patrimônio, o respeito cultural e ambiental e o contato com a população local. Deste modo, o TBL não pode ser considerado apenas como uma alternativa ao turismo de massa, ou ao que aqui denominamos muitas vezes de turismo convencional, que dificilmente deixará de existir. O TBL é outra maneira de conceber o turismo, tanto para os sujeitos sociais envolvidos, como para os lugares por onde se desenvolve.

Segundo Irving e Moraes (2018), investir nesta opção se funda num compromisso ético e de justiça social, pois representa um caminho possível para a inclusão de lugares socialmente frágeis e vulneráveis na dinâmica do turismo, não como substituição, mas sim em complemento das atividades produtivas locais.

O que se espera para São José do Barreiro, portanto, é um maior envolvimento e participação social, e que esse envolvimento possa trazer benefícios para a comunidade local. A participação social significa que os cidadãos devem se fazer presentes, juntos ao poder público e demais sujeitos sociais em todo o processo de formulação de políticas públicas.

Isto é importante, pois, de acordo com Carlos Milani (2008), a participação social tem modificado o modelo de gestão pública local e reformulado práticas de inclusão social nas decisões das políticas públicas locais. Para este autor:

Fomentar a participação dos diferentes atores sociais em sentido abrangente e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas tornou-se o paradigma de inúmeros projetos de desenvolvimento local, qualificados de inovadores e de políticas públicas locais, consideradas progressistas (MILANI, 2008, p. 554).

Já para Dalmo Dallari (2017, p 26), a respeito da participação dos sujeitos sociais, “todo indivíduo tem o dever de participar da vida social, procurando exercer influência sobre as decisões de interesse comum”, pois a participação política faz parte da vida social e é uma necessidade básica dos seres humanos, mas as atitudes passivas dos indivíduos, segundo Dallari, tendem a deixar as decisões importantes para outros grupos atuantes que acabam dominando e restringindo a participação dos demais grupos sociais.

O que se pôde constatar em São José do Barreiro é um histórico de submissão, com raízes, segundo Gagliardi (2005), nas práticas escravistas e nas formas de exclusão da

população nos processos decisórios. Isso, aliado a falta de transparência nos processos de tomada de decisão, não tem garantido a legitimidade na construção do interesse coletivo, na medida em que não são consideradas, muitas vezes, as diferentes forças que atuam no município, que, por sua vez, poderiam contrapor a partir de posições e argumentos a hegemonia dos processos decisórios sobre os rumos do turismo e do patrimônio no nível da política local.

No caso da participação social na elaboração de políticas patrimoniais, não é algo banal e fácil de alcançar, pois não se vê uma prática adotada de maneira geral no Brasil. As instituições de proteção do patrimônio tendem a não considerar o envolvimento da sociedade na elaboração de políticas tanto de identificação, seleção, conservação, estudos, quanto as voltadas aos usos sociais e de difusão dos bens considerados patrimônio, assim como se constatou em São José do Barreiro.

Zanirato (2018, p. 22) citando Avritzer (2003) diz que a participação social implica colocar a decisão, seja qual for, em debate. E por isso, leva a perguntar, em relação ao patrimônio: “quem participa das tomadas de decisões a respeito da ativação patrimonial? Como se dá a participação? Em quais espaços de decisão e com quais interesses?”

Para tais argumentos, reiteramos a concepção participacionista de García-Canclini (1999), pois em relação ao patrimônio, espera-se que esta ocorra de forma democrática e com vistas ao atendimento das necessidades sociais da comunidade, que deve se sentir representada, evitando, dessa maneira, o que o autor chama de *coisificação* dos objetos e dos lugares. Por isso, é preciso pensar em primeiro lugar nas pessoas para que elas participem do reconhecimento, dos usos e do destino do seu próprio patrimônio.

A participação social na esfera do patrimônio em São José do Barreiro, como pudemos averiguar, é restrita, pois as ações postas para a conservação, seja do patrimônio cultural edificado, seja do patrimônio natural foram elaboradas e são mantidas por agentes políticos de fora do município, sem a consulta da população local – que são os sujeitos diretamente afetados por tais decisões – o que acaba por limitar os modos de uso e reprodução socioespacial das pessoas, dos lugares e do próprio patrimônio.

A instância do poder local não considera sua responsabilidade de se envolver, pois a proteção é considerada responsabilidade federal ou estadual, e isso se expressa no abandono em que se encontra os dois bens culturais tombados na cidade: o Cemitério dos Escravos e a Fazenda Pau d’Alho, além das contínuas pressões sobre o Parque Nacional da Serra da Bocaina, visto como um bem, mas que independe da ação local. A mesma questão se aplica ainda aos lugares detentores de fragmentos vegetacionais e de rica biodiversidade, não protegidos por

normativa legal, muitas vezes corredores ecológicos que são suprimidos para o avanço da pecuária extensiva e o aumento de pasto. Pois assim, indagamos, o patrimônio não está também ali?

Esse afastamento acaba por promover conflitos como consequência tanto da ativação patrimonial, como da conservação dos bens que não são reconhecidos pela comunidade. Por isso, quando a participação social é limitada, ela passa a ocorrer somente por demandas produtivistas e mercantilistas, que reduzem o patrimônio meramente como produto voltado ao mercado, em especial aquele considerado unicamente para o consumo turístico (GARCIA-CANCLINI, 1999). Isso se verificou em São José do Barreiro, uma vez que somente alguns bens edificados, mesmo que não tombados e alguns lugares reconhecidos formalmente como patrimônio natural são incorporados ao consumo turístico. A cidade como um todo, ou a paisagem como um todo não é pensada nesse propósito.

A patrimonialização dos elementos da cultura e da natureza na lógica produtivista, de fato, auxilia nas dinâmicas econômicas locais e revitaliza o consumo ao atrair turistas, mas dentro de uma lógica capitalista e da transformação desses elementos em produto de consumo turístico, não tem se voltado para a comunidade, que não se beneficia dessas situações.

Conciliar a salvaguarda do patrimônio com a participação social, assim sendo, de acordo com Zanirato (2009, p. 121) “requer um compromisso dos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento local em superar a lógica do mercado e investir, de fato, em uma política sustentada em propostas múltiplas, capazes de acarretar benefícios para todos os envolvidos”.

Em São José do Barreiro, os imóveis que representam o patrimônio edificado, em boa parte, são justamente aqueles sem usos, abandonados à ação do tempo, ou com usos incompatíveis com suas características e em risco de permanência. Por esta constatação, compreendemos que somente será possível reverter a situação de degradação se os usos sociais forem ampliados para além das funções atualmente percebidas e também dos usos turísticos.

Seriam necessárias medidas coletivas para a manutenção desse legado, entre as quais obras emergenciais de reparo, associadas a ações de uso e ocupação que possam priorizar formas de valorização e manutenção desse patrimônio. Por estes motivos, medidas para o controle da degradação são indispensáveis, entre as quais ações por parte dos agentes públicos com intervenções e obras para a contenção das ameaças, assim como medidas a cargo dos órgãos de patrimônio, tanto para a compatibilidade de usos com as necessidades sociais como para a efetiva conservação destes bens.

Dar usos sociais compatíveis e que corroborem com a garantia de manutenção dos bens edificados é um desafio que deve passar pela reabilitação dos edifícios às novas necessidades da comunidade. Esta compreensão também é partilhada por García-Canclini (1999) e Zanirato (2016), pois, para esses autores, o patrimônio edificado deve se voltar aos anseios e necessidades atuais da população. E, nesse sentido, entendemos que esse patrimônio deve ser o elemento principal das mudanças desejadas. O mesmo se pode dizer em relação ao patrimônio natural, que deve ir além da contemplação e ser valorado pela riqueza ali contida, pela qualidade que ele propicia em relação ao ar, à água, à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos possíveis de serem obtidos.

Os valores a serem preservados a partir dos usos sociais desses patrimônios devem remeter à relação da comunidade com o lugar e com as necessidades socioespaciais cotidianas. Repensar o patrimônio exigiria desfazer os conceitos que o envolvem e atribuir-lhe novas funções, temas muitas vezes caros às discussões da temática patrimonial, mas que podem ser os elementos de sua manutenção, como é o caso da reabilitação para usos residenciais, comerciais, educacionais, e de serviços ecossistêmicos, sem deixar de lado o próprio uso turístico do patrimônio, onde esses bens seriam um recurso valioso para a dinamização do próprio lugar.

Deste modo, no caso dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio edificado, eles não devem se furtar da responsabilidade pela manutenção e ações mais contundentes para a conservação tanto para os bens tombados, como aqueles reconhecidos como patrimônio. Não obstante, esses órgãos são pouco presentes no município, não atuam no sentido de apresentar propostas para intervenções ativas nas edificações, em acordo com as características dos bens edificados e da concepção de um patrimônio dinâmico com vistas a atender as expectativas locais, caso contrário, o patrimônio parece mais um fardo, com pouca identificação, difícil de suportar. A mesma questão se aplica aos bens naturais, seja nas Unidades de Conservação ou fora delas. Do mesmo modo, o órgão de proteção está longe da população, e só é presente em medidas restritivas. Não se veem ações de pertencimento social propostas pela gestão dos bens naturais.

Nesses espaços naturais, na confluência entre o urbano e o rural, chama a atenção os lugares ainda “pouco tocados”, remanescentes da Mata Atlântica que ora surgem voltados para o planalto paulista, ora para o litoral em meio aos vales da Serra da Bocaina. São lugares bucólicos, diversos rios se escondem na mata fechada e formam enormes cachoeiras que

despencam na escarpa para a Serra do Mar ou para o Vale do Paraíba, como as que foram identificadas na pesquisa.

O Pico do Tira-Chapéu, ponto mais alto do Estado de São Paulo, com 2088 metros de altitude, paira sobre os mares de morros, atingindo temperaturas abaixo de zero no inverno. Eles são alguns exemplos do rico patrimônio natural da região, inseridos na paisagem da Bocaina e na persistente ruralidade de uma pequena cidade que atrai a atenção dos que por lá circulam. Associamos ainda as belíssimas paisagens e demais bens naturais como vistos desde as trilhas e diversos caminhos que guardam os tempos pretéritos da ocupação da região nos períodos econômicos do ouro e do café, como o chamado *Caminho do Ouro*, calçado pelos escravizados por onde transitavam todo o tipo de mercadoria e a figura do tropeiro.

Chamamos a atenção também, que esses patrimônios, além da possibilidade de se tornarem meio para o desenvolvimento de um turismo de base local, esses lugares podem receber benefícios por serem “guardiões” das áreas naturais, por prestarem importante serviço ambiental e ecossistêmico para toda a região, como por exemplo as nascentes do Rio Paraíba que se encontram na Serra da Bocaina no município vizinho, Areias.

Esse patrimônio natural efetivamente tem grande potencial para contribuir para o desenvolvimento local, no entanto, as tentativas de inserir o turismo ou o que chamam de ecoturismo há muito tempo também não tem proporcionado o resultado esperado. Pelo contrário, o modelo adotado, como se viu, tem beneficiado poucos e causado prejuízos ao meio ambiente, assim como as atividades rurais e agropastoris sem controle, como apontaram os órgãos oficiais e as entrevistas.

O patrimônio natural também tem motivado as expectativas do turismo, mas que, do mesmo modo, a ação não tem se mostrado efetiva e acaba por reproduzir os mesmos conflitos que outras atividades econômicas do seu entorno, tanto pelos problemas que envolvem essas áreas, quanto pela dinâmica imposta pelo próprio tipo de turismo vigente.

Assim, a discussão que envolve a temática patrimonial e seus usos sociais pelo turismo é indiscutivelmente complexa. De acordo com Prats (2006), para que haja uma simbiose entre patrimônio e turismo, no plano local, é preciso juntar pontos de vista e os interesses de todos, fato que confirma a complexidade de tal associação. É preciso reconhecer essa complexidade, não somente por sua completude, mas pela incompletude do conhecimento (MORIN, 2005), o que dificulta a compressão de sua totalidade devido as incertezas dos desafios atuais.

Em nosso objeto de estudo, a partir destes pressupostos, espera-se que os patrimônios locais, na perspectiva de um turismo mais incluyente, seja concebido como conquista da

comunidade e não como algo que lhes é dado. Um patrimônio e um turismo representativo dos múltiplos sentidos por eles conferidos, assimilado como apropriação social.

Em conclusão, baseado em Moraes e Irving (2018) apontamos algumas prerrogativas para o desenvolvimento de um Turismo de Base Local em São José do Barreiro com suporte no patrimônio cultural edificado e no patrimônio natural:

Para que os benefícios socioeconômicos do turismo possam impactar diretamente a comunidade local, deve-se buscar a sustentabilidade social e econômica como inspiração; prevalecer o compromisso de uma relação dialógica entre turistas e comunidade envolvida; enfatizar o protagonismo da comunidade local e a gestão comunitária e participativa das decisões e dos empreendimentos locais.

Entendemos que a função do patrimônio só será efetivamente alcançada a partir do acesso da população, que deve se reconhecer no patrimônio, entender seu papel, pressionar o poder público para que este faça sua parte.

Finalizamos este capítulo retomando as premissas de Amartya Sen (2007), e que percebemos ser aplicáveis as possibilidades em São José do Barreiro. Para o autor, o desenvolvimento não pode ser considerando um fim em si mesmo, ele tem de estar relacionado, sobretudo, à melhoria da vida e das liberdades dos seres humanos, ou seja, como um processo de expansão dessas liberdades. Não pode ser confundido por visões restritivas, e acima de tudo, deve valorizar a participação social nas decisões sobre os rumos do desenvolvimento, principalmente no âmbito local. Esta noção se aproxima e institui que o desenvolvimento deve acontecer por meio dos bens disponíveis e a partir de sua consequente valorização.

O que se espera para São José do Barreiro, portanto, é que a associação patrimônio, turismo e desenvolvimento local possa se transformar em um processo efetivamente endógeno – de mudanças reais, a fim de superar as mais distintas situações e conflitos aqui identificados. Por isso, é necessário que as bases para uma possível mudança sejam arraigadas na valorização dos bens locais (culturais, naturais e também sociais), e num modelo de turismo mais incluyente, para que, dessa forma, a esperança de desenvolvimento que ainda hoje permanece condicional, possa ser concretizada, ou até mesmo, superadas para uma emancipação dessa população, e quem sabe, superar a lógica de desenvolvimento, e pensar numa sociedade de bem-viver, sem ter o desenvolvimento como fim absoluto, pois é preciso também, olhar criticamente para o conceito unificador do desenvolvimento.

Essa esperança, ainda que condicional, remete a uma utopia concreta – dentro do possível – ou, como explica Ernest Bloch em *O princípio Esperança* (2006, p. 194), “em uma

formulação associada ao possível-real”, que só pode ser realizada coletivamente, com vistas a mudanças qualitativas como principal elemento das utopias e das transformações desejadas e, fundamentalmente, da busca por uma realidade melhor, possível de se materializar. Entendemos, conseqüentemente, que há urgência de pensarmos nos desafios de nosso tempo por meio da imaginação utópica, com o intuito de trazer à tona a força da mudança e alternativas que contraponham à lógica destrutiva da sociedade atual, assim como posto por David Harvey (2004), ou na esperança da utopia do caminhar, de que falou Eduardo Galeano (1994).

Assim sendo, a associação aqui proposta entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local, ainda que considerando tais complexidades, pode ser um fator de superação da realidade local em São José do Barreiro, desde que seja por meio do desenvolvimento de iniciativas transformadoras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre patrimônio determinam esforços para a compreensão dos limites e possibilidades dos usos sociais dos bens de valor cultural e natural para a sociedade, na medida em que a complexidade exposta na temática patrimonial demanda olhares multi e interdisciplinares sobre diversos aspectos e interfaces, pois são bens que remontam à história, à memória, à lugares e à paisagens que não devem ser esquecidos, mas valorizados, a começar pelo seu reconhecimento, bem como estarem dispostos para as dimensões do desenvolvimento.

Nesse viés, verificamos que a prática social do turismo tem sido cada vez mais pautada pela compatibilidade entre a proteção do patrimônio e o desenvolvimento de lugares que concentram reconhecidos bens culturais e/ou naturais, institucionalizados ou não, mas capazes de promover a integração de seus usos sociais. Contudo, essa associação somente se apresentará como elemento para as transformações desejadas se pensada como estratégia para a melhoria da qualidade de vida da população e a valorização dos próprios patrimônios, e que tanto a ação do turismo como da política patrimonial sejam acompanhados de ampla participação social.

Com foco nestes aspectos, esta tese teve como objetivo principal verificar os limites e possibilidades que se estabelecem da associação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local, tendo como objeto de estudo o município de São José do Barreiro, no estado de São Paulo.

Para alcançar tal objetivo, bem como os objetivos específicos, foi considerado como referencial teórico o diálogo entre diferentes campos do saber e suas interfaces, pois o conhecimento busca a ligação das partes com o todo em uma relação de interdependência, como nos ensina Morin (2005). Desse modo, nos aventuramos na tentativa de romper com algumas barreiras disciplinares, ainda que reconhecendo a dificuldade de tal tentativa.

– Após a introdução, no segundo capítulo trouxemos o referencial teórico com base nas discussões entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local. Nesse capítulo, apontamos a definição conceitual de cada referencial e as relações que se estabelecem entre eles. Como resultado dessa discussão compreendemos que essa interface resulta numa problemática ainda de difícil assimilação e com muitas contradições, tanto pela polissemia de seus inúmeros significados, quanto pela falta de análises e estudos mais aprofundados que façam a interlocução entre esses elementos. Nesse caso, chamamos a atenção para os poucos estudos e

referenciais sobre essa perspectiva, principalmente no contexto brasileiro. Mesmo assim, consideramos que o referencial teórico que acessamos possibilitou ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a associação proposta, quando aplicados ao nosso estudo de caso.

– Em relação ao patrimônio, seja ele cultural material, imaterial ou natural (como dissemos é o mesmo, ainda que seja difícil sua análise conjunta), seja ele institucionalizado ou sentido, é por essência um conceito complexo e que se encontra radicado na confluência de inúmeros fatores sociais, culturais, históricos, econômicos e ambientais, fato que torna impossível conhecê-lo em sua totalidade, mas, ainda assim, tem se mostrado um tema importante tanto no debate acadêmico, como no cotidiano da sociedade.

– O turismo, por sua vez, é um fenômeno social que não foge à intrínseca complexidade de suas relações, ao promover, a partir da interação com o espaço, efeitos diversos, que por um lado podem ser componentes de valorização e, por outro, de degradação dos lugares e do patrimônio. Sob esse contexto, observamos que o turismo como fator de desenvolvimento tem a capacidade de impactar e modificar a cultura e a natureza, mas quando a cultura e natureza estão ameaçados, o turismo é impactado sobremaneira, e, por isso, assinalamos a necessidade de ser pensar em um modelo de turismo que seja condizente com as necessidades de cada lugar, respeitando a diversidade cultural e ambiental. Como área do conhecimento, associado à proteção e valorização dos patrimônios, o turismo ainda espera por debates científicos para a construção de um conhecimento aprofundado, pois identificamos que a complexidade e as incertezas que pairam sobre ele demandam análises a partir de suas implicações práticas.

– Já o tema do desenvolvimento local, entendemos que esse deve ser um grande desafio, em particular para as políticas públicas municipais. Observamos, nesse sentido, que ele tem se tornado um paradigma para as ações e políticas públicas nos últimos tempos, onde se percebe a existência de experiências inovadoras e de formas de articulação na construção de oportunidades locais mais inclusivas, como resposta à situação socioeconômica de algumas regiões. Apesar disso, ele não se coloca a todos os lugares e dessa forma, precisa ser pensado a cada realidade, em particular para os espaços onde o processo de desenvolvimento socioeconômico se dá de forma mais lenta e desigual. E até mesmo, e porque não, repensar se o desenvolvimento como direção única é a solução para nossas desigualdades?

No terceiro capítulo apresentamos o município de São José do Barreiro em meio ao processo histórico de configuração socioespacial do Vale Histórico Paulista e Serra da Bocaina. Esse capítulo cumpriu parte dos objetivos específicos, pois nos empenhamos em compreender as atuais dificuldades de desenvolvimento local do município, – fatores que não podem ser

dissociados dos aspectos tempo/espaço que ali se estabeleceram, e, desse modo, a construção de um lugar outrora rico e hoje visto como “deprimido” ou “estagnado” decorre das formas de produção do espaço regional, que isolou o município e o relegou a uma situação distinta da encontrada em parte do Vale do Paraíba Paulista. Por isso, São José do Barreiro é aqui considerado uma pequena cidade de tempos lentos. Esse cenário, se por um lado provocou limitações ao desenvolvimento econômico e social, por outro, foi o responsável pelas permanências na paisagem hoje consideradas patrimônio.

O quarto e quinto capítulos conformaram a pesquisa aplicada e a análise de nosso objeto de estudo a partir dos procedimentos metodológicos considerados na tese. Para conhecer o modo de ser turístico de São José do Barreiro e as relações com os patrimônios locais nos valem de informantes-chave e construímos uma matriz social que nos auxiliou na condução das entrevistas. Essa matriz permitiu identificar lugares considerados potenciais para o turismo, compreender como os sujeitos entrevistados compreendem os limites e possibilidades dessa atividade, entender como veem a associação com o patrimônio como fator para alavancar o desenvolvimento local no município, além de, a partir de um diagnóstico participativo, compreender a sua situação de vulnerabilidade desses lugares frente aos riscos apresentados.

No sexto capítulo apresentamos a discussão dos resultados obtidos na pesquisa: Primeiramente apontamos os problemas que, em nossa análise, impedem o desenvolvimento do turismo e a conservação dos patrimônios locais, com destaque para a ausência de participação social, que resulta em conflitos para a manutenção dos bens, em especial os que põem em riscos a conservação do legado patrimonial. No mesmo capítulo apontamos as possibilidades do turismo com suporte nesses patrimônios, a partir da necessidade de se pensar em um modelo de desenvolvimento com base local, que seja mais inclusivo e que tenha como pressupostos a garantia de ampla participação social, de modo a superar as expectativas observadas ao longo dos anos no município.

Consideramos, nesse sentido, que em São José do Barreiro a configuração de uma paisagem turística foi resultante de um contexto histórico-cultural e a partir da exuberância da natureza da região. No entanto, celebrar o passado e conviver com os problemas entre a preservação e os usos sociais desses patrimônios tem sido ao mesmo tempo um entrave e uma esperança ao desenvolvimento. Esperança que permeia o cotidiano da comunidade e das várias tentativas de transformar São José do Barreiro em um lugar turístico.

Se por um lado, as expectativas têm de algum modo mantido algumas edificações dos tempos passados e destacado a importância das áreas naturais, por outro, os conflitos em torno

da apropriação desse patrimônio expressam as dificuldades em passar da intenção para a ação. Esses conflitos foram evidenciados na dinâmica de uma pequena cidade, com evidentes fragilidades e problemas para o desenvolvimento, que persistem e contribuem para o desenho de um lugar onde o turismo e a manutenção desse legado não resultem no desenvolvimento num sentido amplo. Por isso, consideramos a associação para o desenvolvimento local ser uma esperança condicional, consequência da articulação ainda pouco sólida entre esses elementos.

Nesse sentido, a esperança no turismo e nos patrimônios locais ainda é muito presente como pudemos constatar nas entrevistas, e que se tornou, ao longo do tempo, o que parece ser a única alternativa para o desenvolvimento local. Essa esperança é condicional, na medida em que a integração dos elementos aqui analisados só pode se dar se acompanhada de um modelo de desenvolvimento que reconheça os conflitos existentes, que busque solucionar tais conflitos ao invés de postergá-los, e que seja mais participativa, de forma que o turismo e o patrimônio possam ser elementos indissociáveis ao desenvolvimento local.

Desta forma, esta tese cumpre seus objetivos e confirma sua hipótese quando destacamos que em São José do Barreiro há bens culturais e naturais considerados patrimônio com evidente potencial turístico, mas que os problemas locais e os conflitos expostos na dinâmica socioespacial e ambiental do município precisam ser mais bem compreendidos para que a associação proposta possa contribuir, de fato, para o esperado desenvolvimento local.

Ao longo da pesquisa alguns trabalhos foram elaborados e publicados (artigos, capítulos de livro e comunicação em eventos acadêmico), referidos ao final (**APÊNDICE A**). Que estes trabalhos acompanhados desta tese sejam uma referência para pesquisas futuras, não somente pela necessidade de aprofundar as discussões teóricas, mas pela urgência de se pensar formas alternativas de desenvolvimento para São José do Barreiro e a região do Vale Histórico Paulista.

Ao final dessas considerações, não podemos deixar de mencionar, oportunamente, que esta tese foi iniciada e finalizada em um momento em que a situação política do país, em especial as áreas de educação, ciência, cultura e meio ambiente têm sofrido constantes ataques e um desmonte sem igual em nome de um pensamento retrógrado e conservador – de um passado que insiste em ser lembrado com ameaças ao estado democrático de direito. Soma-se a isso, uma grave crise de saúde pública em nível mundial conduzida de forma arbitrária e negacionista pelo estado brasileiro. Mas, apesar de tudo, dialogar e acreditar nas transformações por meio do livre conhecimento, da luta coletiva e das utopias na construção de um mundo melhor é o que nos faz, cotidianamente, caminhar em direção a um futuro que desejamos seja melhor, pois, sabemos, haverá resistência!

REFERÊNCIAS¹¹⁸

- AB'SABER, A. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.
- AB'SABER, A.; BERNARDES, N. **Vale Do Paraíba, Serra Da Mantiqueira e arredores de São Paulo**: guia de excursão n.4, realizado por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.
- ALMEIDA, M.V. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.
- ANTONIO FILHO, F. D. **O “caminho novo”**: O Vale Histórico da Serra da Bocaina – opulência e decadência da sub-região Paraibana Paulista: reintegração de um espaço demográfico “deprimido”. Tese (Livre docência) em Geociências e Ciências Exatas. UNESP, Rio Claro, 2009.
- AULICINO, M. P. **Turismo e ambiente**: Reflexões e propostas. IN Adyr Balastrieri Rodrigues (Org.). São Paulo, Hucitc, 1999.
- AVRITZER, L. **O orçamento participativo e a teoria democrática**: um balanço crítico. In: NAVARRO, Z. (Orgs). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.
- AVRITZER, L. & NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil**: O orçamento participativo. São Paulo, Cortez, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Lisboa, 2009.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, Papirus, 2000.
- BARROS, G. L. de. **A cidade e o planalto**: processo de dominância da cidade de São Paulo. São Paul, Martins, 1967.
- BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**. Barcelona, Paidós, 2006.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo, Senac, 2004.
- BENI, M. C.; MOESCH, M. **Do discurso sobre a ciência do turismo para a ciência do turismo**. Artigo apresentado no XII Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa Pós-Graduação em Turismo: 2015.
- BENINCASA, V. **Fazendas de café**: O patrimônio arquitetônico rural em São Paulo, Brasil, 1800-1940. 2006. Disponível em <http://casabranca.sp.gov.br/ftp/museu/VladimirBenincasa.pdf> .
- BLOCH, E. **O Princípio Esperança**. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto, 2006.

¹¹⁸ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023 (2002).

BOYER, M. **História do turismo de massa**. Salvador, Edufba, 2003.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA**, Brasil, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística** / Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Inventário da Oferta Turística**. Ana Clévia Guerreiro Lima (Coordenadora). Brasília, Ministério do Turismo, 2011.

BRASIL - LEI 9985/2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 2000.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: PCT-INCRA/IICA, 1999.

CARTA DE TURISMO CULTURAL. ICOMOS, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf>

CASTILLO-NECHAR, M. *Epistemología crítica del turismo: ¿Qué es eso?* Revista turismo em Análise, 22(30), São Paulo, 2011.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo, Ed. UNESP, 2017.

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (CEIVAP) **Caderno de Ações**. Área de Atuação do CBH-PS. Anexo 1 do Relatório Contratual R-10.b 2007. Disponível em: <http://www.ceivap.org.br/planobacia.php>, acesso em: 01/09/2018.

CORRÊA, R.L. **Globalização e reestruturação da rede urbana**: uma nota sobre as pequenas cidades. Revista Território, v.4, n.6, Jan./Jun, Rio de Janeiro 1999.

_____. **Uma nota sobre o urbano e a escala**. Revista Território. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ano VII, nº11, 12 e 13, set./out, Rio de Janeiro 2003.

_____. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. Geousp, n. 30, pp 05-12, sem data.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário**: atores e cenários em mudança. Fortaleza: Ed. UECE, 2009.

CORIOLOANO, L.N. M. T. e VASCONCELOS, Fábio P. **O turismo e a relação sociedade natureza**: realidade, conflitos e resistências. Fortaleza: Ed. UECE, 2007.

CRUZ, R. C. A. **As paisagens artificiais criadas pelo turismo** IN YÁZIGI, Eduardo, **Turismo e paisagem**, (org.) São Paulo, Contexto, 2002.

_____. **Introdução à Geografia do Turismo**, São Paulo, Roca, 2003.

CUERVO, R. S. *El turismo como medio de comunicación humana*. Departamento de turismo de Mexico, 1967.

DALLARI, D.A. **O que é participação política**. E-book. São Paulo, Editora Brasiliense, 2017.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização**: Apontamentos bibliográficos. In: América Latina: cidade, campo e turismo. Amália Inês G. de Lemos, Monica Arroyo e Maria Laura Silveira. CLACSO. *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, São Paulo, 2006.

DELPHIM, Carlos, F. M. **O patrimônio natural no Brasil**. IPHAN, Rio de Janeiro, 2004.

DEVIDE, A. C. P. **História ambiental do Vale do Paraíba**. UFRRJ, Seropédica, 2013.

DIEGUES, A.C. **As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais**. In: SERRANO, C.M.T.; BRUNHS, H.T. **Viagens à natureza**: Turismo, cultura e ambiente. Campinas, Papirus, 1997.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, HUCITEC, 2001.

FARIA, S. S. C. **Fortuna e família em Bananal no século XIX** In: **Resgate**: uma janela para o oitocentos, CASTRO, H.M.M.; SCHNOOR, E. (orgs.) Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.

FERNÁNDEZ-FÚSTER, L. *Teoría y técnica del turismo*. Madrid, Nacional, 1973.

FIGUEIREDO, L.A.V. **Turismo e ambiente**: Reflexões e propostas. IN Adyr Balastrieri Rodrigues (Org.) São Paulo, HUCITEC, 1999.

FLACSO. **Guia do diagnóstico Participativo**. FLACSO BRASIL, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Guia-do-Diagnostico-Participativo.pdf>

FONSECA, Maria Cecília L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC- IPHAN, 2005.

FRANCO, J. L. A. **Turismo e áreas protegidas, uma perspectiva histórica**. O Eco, 2012. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/25595-turismo-e-areas-protegidas-uma-perspectiva-historica/> Acesso em 03/11/2017

FRANCO, J. L. A. SILVA, S. D. E; DRUMMOND, J. A; TAVARES, G. G. (Org.) **História Ambiental: Fronteiras**, Recursos Naturais e Conservação da Natureza. Garamond, Rio de Janeiro, 2012.

FURLAN, S. A. **Ecoturismo**: do sujeito ecológico ao consumo da natureza. In: RODRIGUES, A.B. (org) **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites, São Paulo, Contexto, 2003.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque teórico estrutural. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2000

GAGLIARDI, C. M. R. **As cidades do meu tempo**: a experiência do turismo em Bananal – SP. Dissertação (Mestrado), PUC, São Paulo, 2005.

GALEANO, E. **As palavras andantes**. LPM, 1994.

GARCÍA-CANCLINI, N. *Los usos sociales del patrimonio cultural. Patrimonio etnológico. Nuevas perspectivas de estudio. España: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía*, 1999.

GIL A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2008.

GONÇALVES, J. R. S. **Monumentalidade e cotidiano**: os patrimônios culturais como gênero de discurso”. In: OLIVEIRA, L. (org) **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro, Editora FGV, p.108-123, 2002.

_____. A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1996.

_____. **O mal-estar no patrimônio**: identidade, tempo e destruição. Revista Estudos Históricos, vol. 28, n. 55, janeiro-junho, Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Os limites do patrimônio** In: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau. ABA, Nova Letra, 2007.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

HEINICH, N. **O inventário: um patrimônio em vias de desartificação?** PROA - Revista de Antropologia e Arte, v. 1, n. 5, 2013.

HALL, M. C. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**, São Paulo: Contexto, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em:
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php#cidades>

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina**. Portaria IBAMA Nº 112, DE 21 DE AGOSTO DE 2002. Disponível em:
<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/extras/62-plano-de-manejo-e-monitorias.html>

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo PARNASerra da Bocaina, encarte número 5.** Unidade de Conservação e Zona de amortecimento. sd. Disponível em: www.paraty.com.br/bocaina/pdf/encarte5.pdf, 2002.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE **Parque Nacional da Serra da Bocaina – Relatório de monitoria etapa 1.** Brasília, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário nacional de referências culturais:** manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Brasília, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial:** Inventários participativos. Manual de aplicação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sônia Rega Rampim Florêncio *et al.* Brasília, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Fazenda do Pau d'Alho:** casa (São José do Barreiro, SP). 1968. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1923.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/161026_relatorio_pesquisa_rede_urbana_brasileira_agenda_pesquisa_ipea_retrospecto_perspectivas.pdf

IRVING, M. **Turismo, áreas protegidas e inclusão social:** Uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. In: IRVING, Marta, A. Rodrigues, Camila, G. O. Rabinovich, Andrea (Orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social:** diálogos entre saberes e fazeres. Rio de Janeiro, Folio, 2015.

_____. **Turismo, natureza e cultura:** diálogos interdisciplinares e políticas públicas. In: IRVING, M. A *et al* (Orgs.) Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

IRVING, M. de A; Azevedo, J. **Turismo:** O desafio da sustentabilidade. São Paulo, futura, 2002.

IRVING, M. de A; COZZOLINO, F.; FRAGELLI, C.; SANCHÓ, A **Construção de governança democrática:** Interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M. de A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social:** construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio, Aquarius, 2006.

JEUDY, H.P. **Espelho das cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais.** Campinas. Papirus, 2002.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo:** para uma compreensão do lazer e das viagens. São Paulo, Aleph, 2006.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

LEIPER, N. **Tourism:** An emerging discipline. *Annals of Tourism Research*. 27(3), 2000.

LEMOS, A.C. **O que é patrimônio?** Brasiliense, São Paulo, 1984.

LITTLE, P. E. **Os Conflitos Socioambientais:** um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, M. (Org.) **A Díficil Sustentabilidade:** Política energética e conflitos ambientais. Ed. Garamond, Rio de Janeiro, 2001.

LOBATO, M. **Cidades mortas.** São Paulo, Brasiliense, 1956.

LUCHIARI, M.T.D. P. **O lugar no mundo contemporâneo:** Turismo e urbanização em Ubatuba – SP. Tese (doutorado), 277 pp. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999.

_____. **Patrimônio Cultural, turismo e identidades territoriais:** um olhar geográfico. Universidade Estadual de Campinas, sem data.

LUPA. **Levantamento censitário das unidades de produção agropecuária do Estado de São Paulo, 2008.** Disponível em:
<<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t548.pdf>>.
Acesso em: 21/02/2019

MACCANNELL, D. **El Turista:** una nueva teoría de la clase ociosa. Barcelona, Melusina Ed., 2003.

MAIA, D. S. **Cidades pequenas:** como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, J.A. (org.) *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demanda social.* Manaus, UFAM, 2009.

MAMBERTI, Marina M. S. **Planejamento regional do turismo no vale do paraíba:** estudo de caso na micro-região de Bananal - SP. Dissertação (mestrado) UNESP, Rio Claro, 2006.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Fundamento da metodologia científica.** São Paulo, Atlas, 2003.

MAY, T. **Pesquisa social:** Questões, métodos e processos. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MENDONÇA, T. C. de M., MORAES, E. A. **O Povo do Aventureiro e o turismo de base comunitária.** Experiências vivenciadas na Vila do Aventureiro – Ilha Grande, RJ - Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2011.

MINHOTO, L. D.; MARTINS, C. E. **As redes e o desenvolvimento social.** Cadernos Fundap, n. 22, 2001.

MILANI, C. R. S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais:** uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Rap* – 42(3), maio/jun. Rio de Janeiro 2008.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. MINAYO, M.C.S (org.). Petrópolis, Vozes, 2001.

MORAES, E. A. e IRVING, M. A. **Turismo de Base Comunitária: entre potencialidades e caminhos possíveis no contexto brasileiro** IN IRVING, M. A. *et al.* **Turismo: ressignificando sustentabilidade.** Rio de Janeiro, Folio digital, 2018.

MORENO, B.A. S. **A Formação da Cafeicultura em Bananal, 1800-1830.** Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH, Rio de Janeiro, 2012.

MORIN, E. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo.** São Paulo, Annablume, 2001.

MÜLLER, N. L. **O fato urbano na bacia do rio Paraíba.** São Paulo/IBGE, Rio de Janeiro, 1969.

NORA, P. **Entre memória e história.** A problemática dos lugares. Projeto história, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis: Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

OLIVEIRA, F.V. **Usos sociais do patrimônio cultural (natural) e participação democrática em áreas protegidas.** PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais, v. 10, n. 1, jan./jun. Macapá, 2017.

OLIVEIRA, F. V; ZANRATO, S.H. **Patrimônio Cultural e turismo: uma alternativa para o desenvolvimento do Vale Histórico Paulista.** Revista Confluências Culturais, v. 6, n. 2, Joinville, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Tourism Highlights.** Madrid, UNWTO, 2014.

PAES, M. T. **Entre a cultura e a natureza: a patrimonialização das paisagens naturais** IN **Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas.** Organizadores: Marta de Azevedo Irving, Lia Calabre, Roberto Bartholo, Marcelo A. G. de Lima, Edilaine Albertino de Moraes, Marisa Egredas, Deborah Rebello Lima. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

PANOSSO NETTO. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia.** São Paulo: Aleph, 2005.

PELLICCIOTTA, M. **Turismo e patrimônio no Vale Histórico Paulista: Subsídios de estudo para um aprimoramento de interações.** (Pós-doutorado) ECA/USP, 2007.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO. Trabalho realizado por meio de convênio entre o Curso de Turismo da ECA-USP e a Prefeitura de São José do Barreiro, no âmbito da disciplina: Planejamento e Organização do Turismo de agosto/2015 a julho/2016.

POCHMANN M. **Desenvolvimento do espaço local**. In: POCHMANN, M. (org.) **Políticas Públicas Municipais: O desafio do desenvolvimento local**. São Paulo, DataSol, 2007.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo, Estação Liberdade, 2009.

PRATS, L. *El concepto de patrimonio cultural*. Política y sociedad n. 27, Barcelona 1998.

_____. *¿Patrimonio + turismo – desarrollo?* Passos, V. 1n. 2, Barcelona, 2003.

_____. **A mercantilização do patrimônio**. *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 58, mayo, 2006.

_____. *Concepto y gestión del patrimonio local*. Cuadernos de Antropología Social, núm. 21. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2005.

_____. *La viabilidad turística del patrimonio*. PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Vol. 9 Nº 2, 2011.

RAIMUNDO, S. **Conflitos entre residências secundárias, áreas protegidas e comunidades tradicionais na costa sudeste do Brasil**. Ambiente e Sociedade v XVIII n.4, São Paulo, 2015.

RAMÍREZ, R. B.; BENITO, C. E. **El modelo teórico del desarrollo local**. In: RAMÍREZ, P. CARRILLO, B., **Desarrollo local: manual de uso**. Madrid: ESIC-Federación Andaluza de Municipios y Provincias, 2000.

RANIERI, G.R. **Levantamento Etnobotânico das plantas alimentícias nos municípios de Areias e São José do Barreiro –SP: Um patrimônio nos quintais urbanos**. Dissertação (Mestrado) PROCAM/USP, São Paulo, 2018.

RELATÓRIO FAPESP (2011/51016-9). **Vulnerabilidade do patrimônio cultural do Vale Histórico Paulista às mudanças climáticas globais**, 2014.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**, São Paulo, HUCITEC, 1996.

_____. **Uma abordagem geográfica do espaço do turismo**. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (Org.) **Turismo com ética**. Fortaleza, UECE, 1998.

_____. **Turismo e espaço: Rumo ao conhecimento transdisciplinar**, São Paulo, HUCITEC, 2001.

_____. **Ecoturismo: limites do eco e da ética**. In: RODRIGUES, A.B. (org) **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**, São Paulo, Contexto, 2003.

_____. **Território, patrimônio e turismo com base local: uma relação inequívoca**. In: SEABRA, G. **Turismo da Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa, Universitária UFPB, 2007.

RUSCHMANN, D.V.M. **Turismo e ambiente:** IN Reflexões e propostas. Adyr B.A. (Org.). São Paulo, HUCITEC, 1999.

SAMPAIO, C.A.; HENRIQUEZ, Z.C.E.; MANSUR C. **Turismo comunitário, solidário e sustentável:** da crítica as ideias e das ideias a prática. Blumenau, EDIFURB, 2011.

SAINT-HILAIRE, A. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo: 1822.** São Paulo, Edusp, 1974.

SANTAMARTA, J. *Turismo y medio ambiente.* GAIA: ecología y desarrollo. n. 14. P. Imprensa, 1998.

SANSOLO, D. **Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil.** In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro, Ed. Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Edusp, 2006.

_____. **A urbanização desigual:** a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos, São Paulo, Edusp, 2010.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Edusp, 2012.

SÃO PAULO. CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E TURÍSTICO. **Cemitério dos Escravos.** Resolução 20, de 14/07/1989 Nº inscr. 289, p. 74, 06/07/1990.

SÃO PAULO. SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Dados socioeconômicos dos municípios paulistas.** Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/>

SÃO PAULO. **Subsídios ao planejamento ambiental da unidade hidrográfica de gerenciamento de recursos hídricos Paraíba do Sul.** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2011. Disponível em www.ambiente.sp.gov.br

SAUER, C. **A morfologia da paisagem.** In: CORRÊA, R.L. ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural. Tese (doutorado).** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006a.

_____. **Os diferentes significados do patrimônio natural.** Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 10, núm. 3, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006b

SILVA-TELLES, A. C. da. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do café.** Rio de Janeiro. 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

SERRANO, C. **Patrimônio, natureza e cultura: uma introdução a olhares e práticas**. In: PAES-LUCHIARI, M. T.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (orgs.) **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas, Papirus, 2007.

SHAPIRO, R.; HEINICH, N. **Quando há artifização**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 28, n.1, jan./abr. 2013.

SILVEIRA, C.; BOCAYUVA, C.; ZAPATA, T. **Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos**. In: SPINK, P. K.; BAVA, S. C.; PAULICS, V. (Org.). **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: Pólis/Eaesp-FGV, 2001.

SOUZA, M.J.L. **Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?** IN RODRIGUES, A.B. (org) **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo, HUCITEC, 1997.

SPIX, J.B. Von; MARTIUS, C. F. P. Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. São Paulo, EDUSP, 1981.

TELES, R. M. S. **Fundamentos geográficos do turismo**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2009.

TOLEDO, F.S. **Economia cafeeira e aspectos urbanos (1850-1875)**. 2009. Disponível em: <http://valedoparaiba3.com/nossagente/estudos/Economia%20Cafeeira%20e%20Aspectos%20Urbanos.pdf>.

TRIBE, J. *Indisciplined and Unsubstantiated*. *Annals of Tourism Research*, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina, Eduel, 2013.

UNESCO. **Convenção para o patrimônio mundial, cultural e natural**, ONU, 1972.

_____. **Carpeta de información sobre el patrimonio mundial**. Paris, 2005.

ULTRAMARI, C.; DUARTE F. **Desenvolvimento local e regional**. Curitiba, Ibpex, 2009.

URRY, J. **O Olhar do Turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas**. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

VARINE, H. **O patrimônio cultural: a experiência internacional**, 1975.

_____. **As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução de Maria Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre, Medianiz, 2013.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2006.

XAVIER, H. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo, Aleph, 2007.

WORLD WILDLIFE FOUNDATION. **Manual de ecoturismo de base comunitária** ferramentas para um planejamento responsável. Sylvia Mitraud(Org.) Brasília, 2003

WANDERLEY, M.N. B. **A ruralidade no Brasil moderno.** Por un pacto social pelo desenvolvimiento rural ¿*Una nueva ruralidad en América Latina?*. CLACSO - *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001.

YÁZIGI, E. **Turismo:** uma esperança condicional. São Paulo, Global, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** Planejamento e método, Porto Alegre, Bookman, 2001.

ZALUAR, E. **Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861).** Prefácio de Mário Guimarães Ferri, vol. 23. Ed. Itatiaia, coleção Reconquista do Brasil, São Paulo, 1975.

ZANIRATO, S.H. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural.** UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.1, p. 137-152 - out. 2009.

_____. **Patrimônio natural e turismo:** Desafios para a adoção da sustentabilidade em áreas protegidas no Brasil. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011.

_____. **Estratégias de adaptação para as vulnerabilidades do patrimônio cultural edificado dos municípios do Vale Histórico Paulista.** Tese (Livre Docência) Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. **Patrimônio e identidade:** retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. *Rev. CPC*, v.13, n.25, jan./set. 2018.

ZANIRATO, S.H. *et al.* Pesquisa Fapesp/Condephaat. **Vulnerabilidade do patrimônio cultural do Vale Histórico Paulista às mudanças climáticas globais.** 2014.

ZANIRATO, S.H.; PELEGRINI, S. C. A. **Dimensões da Imagem:** Interfaces Teóricas e Metodológicas. Maringá, EDUEM, 2005.

ZUQUIM, M. L. **Os Caminhos da Bocaina: uma Questão Agrária Ambiental** Tese (doutorado). Faculdade De Arquitetura E Urbanismo da Universidade De São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Os caminhos do rural:** uma questão agrária e ambiental. São Paulo. SENAC, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A

PRINCIPAIS ATIVIDADES ACADÊMICAS REALIZADAS E TEXTOS PUBLICADOS SOBRE O TEMA DURANTE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

- ✓ **III Seminário de Pesquisa do GT História Ambiental – ANPUH/SP – Meio Ambiente e Desenvolvimento – EACH/USP – São Paulo, (organizador), 2016.** Título do Trabalho: Patrimônio cultural e natural e desenvolvimento local: é possível uma agenda comum?
- ✓ **II Simpósio Interdisciplinar em Ciência Ambiental – SICAM – PROCAM/USP – 2016.** Título do Trabalho: Ecoturismo e desenvolvimento sustentável em unidades de conservação: uma análise crítica.
- ✓ **Semana de Ciência EACH/USP – São Paulo, 2016.** Título do Trabalho: Interdisciplinaridade na pesquisa em turismo e meio ambiente.
- ✓ **XI Congresso Nacional de Ecoturismo e Encontro Nacional de Turismo de Base Local – UEA/Manaus, 2016.** Título do Trabalho: Turismo e Desenvolvimento Sustentável em Unidades de Conservação: O Vale Histórico Paulista e a Serra da Bocaina.
- ✓ **Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade – Enanppas – Natal/RN, 2017.** Título do Trabalho: Cidades de Tempos Lentos, Patrimônio e Turismo: Reflexões Preliminares Sobre o Vale Histórico Paulista – SP.
- ✓ **I Encontro Uso Público de Áreas Protegidas – ESUPAP – São Paulo – 2017.** Título do Trabalho: O inventário do patrimônio natural como instrumento para o planejamento turístico de áreas protegidas.
- ✓ **Publicação de artigo na Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP/AP - - 2017.** Título do Trabalho: Usos sociais do patrimônio cultural (natural) e participação democrática em áreas protegidas.
- ✓ **Publicação de artigo na Revista Confluências Culturais em conjunto com a orientadora** Título do Trabalho: Turismo e patrimônio cultural: uma alternativa para o desenvolvimento do Vale Histórico Paulista.
- ✓ **Publicação de capítulo no livro: Mudança Social e participação política: estudos e ações transdisciplinares:** Título do Trabalho: Comunicação de riscos nos municípios do Vale Histórico Paulista. Experiências de participação social para adaptação e redução das vulnerabilidades em áreas urbanas. ZANIRATO, S. H. ; OLIVEIRA, F. V. ; MISATO, M. T. ; REINIERE, G.R. ; OGURA, N.T. ; AVELLAR, B. ; VIANA, F. . In: Diamantino Pereira. (Org.). 1ªed.São Paulo: Annablume, 2017, v. 1, p. 127-139.
- ✓ **Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade – Enanppas – Brasília/DF, 2019.** Título do Trabalho: Turismo e Patrimônio: Limites e Possibilidades Para o Desenvolvimento Local No Município De São José Do Barreiro - SP

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Me chamo **Filipe Vieira de Oliveira**, RG ----- (SSP), CPF -----, Sou estudante de Pós-Graduação em nível de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo e estou realizando uma pesquisa sobre o **Diagnóstico do patrimônio natural e as possibilidades de desenvolvimento do turismo com base local no município de São José do Barreiro – SP¹¹⁹**. A pesquisa envolve diversas metodologias, entre elas a entrevista semiestruturada com sujeitos sociais predeterminados.

Sendo assim, gostaria de convidá-lo (a) a participar da pesquisa. A entrevista será gravada com equipamento eletrônico e posteriormente transcrita. Sua participação é voluntária e se você decidir podemos encerrá-la a qualquer momento.

A sua participação irá contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos estudados e a geração de novos conhecimentos. Desde já, me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

Com a publicação dos resultados da pesquisa, a sua identidade poderá ser mantida ou omitida caso você deseje. Por isso, peço que assinale com um **X** a sua posição quanto a sua identificação.

- () Autorizo a minha identificação.
 () Não autorizo a minha identificação.

Atenciosamente:

Local e data:

Filipe Vieira de Oliveira
 Pesquisador

Diante do exposto, declaro ter recebido uma cópia deste documento e concordado com seu conteúdo. Caso tenha alguma dúvida, poderá entrar em contato no telefone: ----- ou por E-mail: filipeoliveira@usp.br

Nome do entrevistado:

Assinatura do entrevistado

¹¹⁹ Título provisório quando da realização das entrevistas.

Apêndice C

INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES SEMIESTRUTURADO

Pesquisador: Filipe Vieira de Oliveira. E-mail: filipeoliveira@usp.br

Instituição: Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Instituto de Energia e Ambiente – PROCAM/IEE

Nome:

É natural de São José do Barreiro?

Qual setor ou atividade você atua?

Idade:

Tem residência em São José do Barreiro?

Qual cargo você ocupa?

1. Como você descreve São José do Barreiro?
2. Quais são as potencialidades locais?
3. Quais são os principais problemas do município?
4. A respeito do turismo, quais são as características dessa atividade em SJB?
5. Quais expectativas o turismo gera na comunidade?
6. Quais benefícios o turismo traz ou pode trazer para SJB?
7. Quais são os desafios para o desenvolvimento do turismo em SJB?
8. Quais problemas o turismo traz ou pode trazer para SJB?
9. Como é a organização do turismo em SJB?
10. Há grupos ou associações com interesse no turismo? Quais são e como é a atuação deles?
11. Como é a sua participação / do seu setor na organização do turismo em SJB?
12. Como é a participação da comunidade na organização do turismo em SJB?
13. Como é a atuação do poder público na organização do turismo em SJB?
14. Você considera que existe uma política pública de turismo em SJB?
15. Existe algum projeto de turismo atualmente? Qual, e como ele é?
16. O que deve ser priorizado para apoiar o desenvolvimento do turismo em SJB?
17. Você já ouviu falar em Turismo de Base Local? O que sabe sobre o assunto?
18. Qual a importância do patrimônio edificado para São José do Barreiro?
19. Você considera as áreas naturais e a paisagem de SJB um patrimônio? Por quê?
20. Qual a importância das paisagens naturais em SJB?
21. Qual a importância do Parque Nacional da Serra da Bocaina e de outras áreas protegida para SJB? E para o turismo?
22. Qual a importância das áreas naturais que estão localizadas fora dos limites do PNSB para SJB? E para o Turismo?
23. Como é a conservação das áreas naturais do município?
24. Quais são os riscos que comprometem a conservação das áreas naturais no município?

25. Como é a participação da população em relação à conservação do patrimônio cultural e natural no município?
26. Como o turismo pode contribuir para a conservação do patrimônio e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento local em SJB?
27. Quais são os lugares de contato com a natureza que você acredita que tenha potencial para o turismo ou que já são utilizados para esse fim?
28. Você considera que há locais com potencialidade para o turismo e que ainda não são conhecidos ou divulgados? Quais e por quê?
29. Você poderia me indicar pessoas que podem passar mais informações e colaborar para um diagnóstico sobre estes lugares indicados por você?

Apêndice D

ROTEIRO PARA A IDENTIFICAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DOS LUGARES DO PATRIMÔNIO NATURAL DE INTERESSE TURÍSTICO

Pesquisador: Filipe Vieira de Oliveira. E-mail: filipeoliveira@usp.br

Instituição: Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Instituto de Energia e Ambiente – PROCAM/IEE

Nome:

Idade:

É natural de São José do Barreiro:

Tem residência em São José do Barreiro:

Trabalha com turismo ou em área relacionada?

Qual atividade:

1. Qual é o nome desse lugar? O nome mais comum do lugar e os outros nomes pelos quais é conhecido.
2. Onde ele está localizado? (Área pública, privada, Unidade de Conservação, zona rural).
3. Como é o acesso até esse lugar? (Fácil, médio, difícil, por carro, 4x4, ou a pé...)
4. Como você descreve esse lugar e o entorno?
5. O que se destaca?
6. Qual a relação da comunidade com esse lugar? O que pensam dele?
7. Esse lugar possui alguma história ou significado importante para a comunidade local?
8. Quais os principais elementos naturais e ou culturais presentes? (Atrativos). Você pode descrevê-los? (Exemplo: animais, plantas, morros, construções, a paisagem).
9. Há outros elementos naturais e ou culturais nas proximidades que se destacam?
10. Quais as atividades que acontecem nesse lugar e no entorno?
11. Essas atividades oferecem algum risco ao lugar?
12. Qual seria a melhor forma para o uso e a conservação desse lugar?
13. Há visitação? (Pessoas de fora do município ou do próprio município?)
14. Esse lugar tem estrutura para receber visitantes e turistas? Como é?
15. Quais atividades podem ser desenvolvidas nesse lugar?
16. Como é a conservação desse lugar? Quem cuida? Há formas de manutenção?
17. Qual estado de conservação geral desse lugar?

Você autoriza a sua identificação no trabalho do pesquisador?

Você autoriza o uso de suas respostas para posterior análise no trabalho do pesquisador?